

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

***JORNAL DA TARDE (1966-75): IDEOLOGIA LIBERAL E
DITADURA MILITAR***

Juliana Gazzotti

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientador: João Roberto Martins Filho

São Carlos
2004

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

G291jt

Gazzotti, Juliana.

Jornal da tarde (1966-75): ideologia liberal e ditadura militar / Juliana Gazzotti. -- São Carlos : UFSCar, 2004.
178 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Ditadura e ditadores. 2. Censura. 3. Imprensa e política. 4. Liberalismo. I. Título.

CDD: 321.9 (20^a)

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Agradeço pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche, juntamente com a Comissão Fulbright. Este apoio foi fundamental para o meu desenvolvimento intelectual e profissional.

Nos Estados Unidos, estive vinculada ao Centro de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos (Center for Iberian and Latin American Studies - CILAS) da Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD). Gostaria de agradecer a agradável receptividade do diretor do centro, Charles Briggs e às funcionárias Monica Arciga, Kari Lambert e Ramona Mason, pela ajuda constante. Os contatos com os professores do Departamento de Comunicação da UCSD foram essenciais para ampliar a minha visão sobre as relações entre mídia e poder. Sou especialmente grata ao professor Daniel Hallin, que me ajudou a entender o papel da imprensa na América Latina.

Ao meu orientador nos Estados Unidos, Kenneth Serbin, e à sua esposa, Regina Serbin, agradeço muito pelo companheirismo, gentileza e conselhos sempre honestos.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo do Estado de S. Paulo por terem possibilitado o acesso aos exemplares do *Jornal da Tarde*. E aos jornalistas que cederam entrevistas para esta pesquisa.

Aos professores Marco Antônio Villa e Tânia Pellegrini, presentes na banca de qualificação, pelas valiosas sugestões e comentários úteis.

À banca examinadora composta pelos professores Maria da Glória Bonelli, Valter Roberto Silvério, Beatriz Kushnir e Maria Aparecida de Aquino, agradeço pela leitura rigorosa e pelas propostas para o enriquecimento do texto da tese.

Ao meu orientador, João Roberto Martins Filho, por suas sugestões pertinentes e leituras criteriosas, por seu incentivo ao meu crescimento intelectual, e pela amizade e respeito que sempre me dedicou.

Finalmente, agradeço à minha família pela confiança e paciência durante o período de realização da tese.

RESUMO

Este trabalho traz a análise do *Jornal da Tarde (JT)* – vespertino paulista fundado em 4 de janeiro de 1966 – e suas relações com a ditadura militar. O período focalizado vai do surgimento do novo jornal do grupo O Estado de S. Paulo até a extinção da censura prévia em sua redação ocorrida no dia 4 de janeiro de 1975. O *Jornal da Tarde* foi criado em plena ditadura militar no interior da empresa responsável pela publicação do jornal *O Estado de S. Paulo (OESP)*. Tendo em sua chefia de redação o jornalista Mino Carta, já conhecido pelas inovações que efetuara em outros órgãos de imprensa, o *JT* reúne características fundamentais: 1) nasceu em um contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil, com um projeto de modernização; 2) fazia parte de uma empresa cujos proprietários defendiam consistentemente o ideário liberal desde os primórdios do jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de terem sido protagonistas centrais no movimento que resultou no golpe de 1964; 3) foi um dos poucos órgãos da grande imprensa a sofrer censura prévia durante alguns anos do período militar.

O nosso interesse recaiu sobre o *Jornal da Tarde* (1966-75) tendo como problemática, por um lado, saber por que a empresa S.A. O Estado de S. Paulo resolveu criar um novo jornal (*JT*), mesmo possuindo um outro jornal (*OESP*) já consolidado no mercado e de grande tradição na imprensa brasileira. E entender por que esse jornal – apesar de suas características modernas – foi alvo da censura, da mesma forma que seu irmão mais velho, o tradicional *O Estado de S. Paulo*. Por outro lado, analisar o liberalismo defendido pelo *JT* e entender como o jornal conciliava a defesa desta concepção num período ditatorial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: A consolidação do liberalismo no Brasil.....	12
A chegada do liberalismo ao Brasil.....	14
A imprensa liberal – o jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	22
A “Tiranía da Maioria”.....	32
O liberalismo do <i>Estadão</i>	41
CAPÍTULO II : <i>Jornal da Tarde</i> – “bonito, mas bem comportado”.....	45
Anotações Finais.....	66
CAPÍTULO III: 1966-1968: O apoio da imprensa liberal à ditadura e ao controle da oposição.....	68
A família Mesquita e o golpe.....	68
O modelo de sociedade ideal.....	77
Anotações Finais.....	94
CAPÍTULO IV: 1969-1972: O discurso desmistificado.....	96
Anotações Finais.....	133
CAPÍTULO V: 1973-1975: O feitiço contra o feiticeiro.....	135
Anotações Finais.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173

INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho é a análise do *Jornal da Tarde (JT)*, exemplo de modernização da imprensa num contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil, e suas relações com a ditadura militar do pós-64. O período estudado engloba desde a data de fundação do novo jornal do grupo O Estado de S. Paulo, 4 de janeiro de 1966, até a extinção da censura prévia governamental em sua redação ocorrida exatamente nove anos depois, no dia 4 de janeiro de 1975. A escolha do *Jornal da Tarde* – que teve inicialmente em sua chefia de redação o jornalista Mino Carta, já conhecido pelas inovações que efetuara em outros órgãos de imprensa – deveu-se a algumas de suas características fundamentais como órgão jornalístico: 1) nasceu com um projeto de modernização; 2) fazia parte de uma empresa cujos proprietários defendiam consistentemente o ideário liberal desde os primórdios do jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de terem sido protagonistas centrais do movimento que resultou no golpe de 1964; 3) foi um dos poucos órgãos da grande imprensa a sofrer censura prévia durante os anos mais repressivos do período militar. Por outro lado, optamos pelo *Jornal da Tarde* porque *O Estado de S. Paulo* fora objeto de estudo de outros trabalhos.¹ Interessou-nos saber por que a empresa S.A. O Estado de S. Paulo resolveu criar um novo jornal, mesmo possuindo um outro órgão já consolidado no mercado e de grande tradição na imprensa brasileira. E entender por que esse jornal – apesar de suas características modernas e do apoio dos seus proprietários ao golpe de 64 – foi alvo da censura, da mesma forma que seu irmão mais velho. Além disso, focalizamos nosso estudo nas relações entre o liberalismo defendido pelo *JT* e o contexto ditatorial-militar que cercou sua fundação e primeira década de existência.

Para contextualizar a análise do *JT* foi necessário entender a história de *O Estado de S. Paulo*, jornal que esteve presente nos grandes acontecimentos brasileiros desde o período

¹ Ver, Maria H. Capelato e Maria Lígia Prado. *O Bravo Matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980; Maria H. Capelato. *Os arautos do liberalismo - imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; Francisco C. P. da Fonseca. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (revista Visão e jornal O Estado de S. Paulo)*. Campinas. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1990; Maria Aparecida de Aquino. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. São Paulo: EDUSC, 1999.

republicano. Neste sentido, *O Estado* era o típico órgão de imprensa familiar e ideológico: possuía um projeto político liberal para a sociedade brasileira, apresentava diagnósticos e propunha soluções, sempre tentando influenciar as decisões políticas governamentais. Por isso, um dos focos principais deste estudo recaiu sobre a análise da concepção liberal defendida pelo periódico, entendida como o conjunto de princípios que deveriam ser seguidos pela sociedade brasileira para que ela fosse uma nação desenvolvida e próspera à semelhança dos Estados Unidos. Segundo os editorialistas do *JT*, o modelo ideal para o Brasil deveria assemelhar-se ao liberalismo adotado pelos americanos.

A partir da análise dos princípios liberais, procuramos mostrar como este ideário não era incompatível com o conservadorismo político num período de exceção. Os seus adeptos souberam ajustá-lo à ditadura, em nome da preservação da ordem burguesa. Neste sentido, foi possível notar como o *JT* interpretava a realidade social do país, e também, a sua postura política frente aos militares.

A ideologia liberal, na análise dos órgãos de imprensa, não é linear. O liberalismo de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal da Tarde* tinha aspectos aparentemente contraditórios quando estudamos os seus conflitos com o poder. Aparentemente, porque o recurso a golpes foi justificado em nome da defesa da propriedade privada e da ordem, ou seja, da ordem das elites. O Estado forte, combatido pela concepção liberal, foi reivindicado em nome da manutenção da influência dos proprietários na política. E isto ficou claro na leitura dos editoriais do *JT*. Estes, muitas vezes, defenderam uma proposta conservadora e até mesmo autoritária para a organização social. Desta maneira, o liberalismo aparece como não necessariamente um pressuposto para a democracia, ou seja, seus princípios também podiam ser encarados como um obstáculo a ela, na medida em que procuravam sufocar os conflitos presentes na sociedade, em nome de uma ordem que beneficiasse aos proprietários.² Esta questão foi importante para entendermos o período final do populismo

² A concepção liberal dá fundamento ideológico ao sistema capitalista. Albert Hirshman, ao analisar o tema “desenvolvimento da cidadania” de acordo com o esquema proposto por T. H. Marshall, aponta que as conquistas dos direitos dos cidadãos e das liberdades fundamentais não aconteceram da maneira tranqüila como mostrou Marshall. Pelo contrário, os defensores do liberalismo, incluídos na posição conservadora e reacionária de acordo com Hirshman, foram contra os avanços sociais, como por exemplo, a extensão do sufrágio universal para toda a sociedade, pois queriam este benefício apenas para uma “elite esclarecida” e proprietária que dirigiria a nação. Desta maneira, o liberalismo teria sido antes um obstáculo do que um orientador para o estabelecimento da democracia, conseguida muito mais por pressões sociais. Ver Albert O. Hirshman. *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 e Francisco C. P. da Fonseca, op. cit., pp. 2-3.

no Brasil, no governo João Goulart, em que se intensificaram as manifestações populares reivindicando medidas sociais mais amplas e maior participação no processo político. O intuito de frear os “impulsos populares” e o temor do “perigo comunista” foram as razões buscadas pelos futuros proprietários do *JT* como justificativas ao golpismo.

Neste trabalho, por liberalismo,

“...entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que chamamos de social.(...) Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitadas às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal.”³

Segundo Bobbio, o pressuposto filosófico do Estado liberal é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou *jusnaturalismo*):

“...doutrina segundo a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza, e, portanto, independentemente da sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros.”⁴

O autor também afirma que a teoria dos direitos naturais e a teoria do contrato social (ou *contratualismo*) estão estreitamente ligadas e o que as une é a concepção individualista da sociedade, ou seja, “a concepção segundo a qual primeiro existe o indivíduo singular com seus interesses e suas carências, que tomam a forma de direitos em virtude da assunção de uma hipotética lei da natureza e depois da sociedade...” Assim, “o exercício do poder político apenas é legítimo se fundado no consenso daqueles sobre os quais deve ser exercido.” A instituição do governo tem a função de garantir os direitos dos indivíduos e a explicitação desses direitos é compatível com a segurança social.⁵

A partir disso, institui-se o que a concepção liberal denominou de Estado de direito. Desta maneira, os autores liberais especificaram as funções do Estado e os limites dos seus

³ Norberto Bobbio. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.7-8.

⁴ Idem. p.11.

⁵ Idem. p. 15.

poderes. Ainda conforme Bobbio, “por Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder.” Percebemos a superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens:

“Na doutrina liberal, Estado de direito significa não só subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis gerais do país, limite que é puramente formal, mas também subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, e portanto em linha de princípio “invioláveis”. (...) Do Estado de direito em sentido forte, que é aquele próprio da doutrina liberal, são parte integrante todos os mecanismos constitucionais que impedem ou obstaculizam o exercício arbitrário e ilegítimo do poder e impedem ou desencorajam o abuso ou o exercício ilegal do poder.”⁶

No entanto, a concepção liberal recebeu críticas de alguns autores, embasados na teoria marxista. Entre eles, Harold Laski destacou a questão da liberdade no liberalismo:

“Sem dúvida, como corpo doutrinário está diretamente relacionado com a liberdade; pois surgiu como o inimigo dos privilégios conferidos a qualquer classe, na comunidade, em virtude do nascimento ou credo. Mas a liberdade que procurou não tinha foros de universalidade, visto que a sua prática estava limitada aos homens que tinham propriedade a defender. Quase desde o primeiro momento da sua história almejou limitar o âmbito da autoridade política, confinar os negócios do governo ao quadro dos princípios constitucionais e, portanto, tentou sistematicamente descobrir um sistema de direitos fundamentais que o Estado não fosse autorizado a violar. Porém, ainda uma vez, em sua prática desses direitos, o liberalismo foi mais solícito e mais engenhoso em exercê-los para defender os interesses da propriedade do que para proteger, como pretendente aos seus benefícios, o homem que nada mais possuía senão a sua força de trabalho para vender”.⁷

Nem mesmo na teoria contratual, que rege esta concepção, a liberdade de negociação foi garantida:

... “a liberdade de contrato jamais é genuinamente livre, enquanto as partes contratantes não dispuserem de igual poder de negociação e barganha. E isto é, necessariamente, uma função da igualdade de condições materiais. O indivíduo que o liberalismo desejou proteger dispõe sempre de liberdade, por assim dizer, para comprar a sua liberdade na sociedade que construiu; mas o número de indivíduos, com meios de compra a sua disposição, sempre foi uma minoria da humanidade. Em resumo, a idéia de liberalismo está historicamente vinculada, de um modo inevitável, à posse de propriedade. Os fins a que ele serve são sempre os fins daqueles homens que estão nessa posição. Fora desse estreito círculo, o indivíduo – por quem o liberalismo se mostrava tão zeloso – nunca passou de uma abstração, a quem os seus benefícios jamais

⁶ Idem. pp. 18-19.

⁷ Harold Laski. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973, pp. 11-12.

puderam, de fato, ser conferidos. Porque os objetivos liberais foram traçados pelos donos da propriedade; a margem entre as afirmações e as realizações práticas foi sempre ampla”.⁸

Neste cenário, os não-proprietários eram essenciais para o bom funcionamento da sociedade, mas não deveriam questionar o seu papel na sociedade, ou seja, a ordem deveria ser mantida. Com base nisso, o inglês John Locke, um dos primeiros autores a formular a concepção liberal, assumiu a validade das relações assalariadas, pelas quais um homem podia legitimamente adquirir, mediante pagamento, a força de trabalho de outros. Conforme o cientista político C. B. Macpherson, Locke considerava o trabalho como propriedade, pois esta, no sentido capitalista, no senso burguês, implicava no direito de dispor, trocar e alienar. O homem poderia vender o seu trabalho livremente em troca de salários e o trabalho vendido tornar-se-ia propriedade do comprador, que se credenciaria a se apropriar do produto deste trabalho. Desta maneira, Locke assumiu a existência da relação salarial como parte da ordem natural, ou seja, garantiu o direito de apropriação do produto do trabalho dos outros.⁹ A classe trabalhadora constituía, segundo Locke, uma classe normal e importante para a nação, que não tinha propriedade e dependia totalmente dos salários, suficientes apenas no nível da subsistência. Ela deveria ser gerenciada pelo Estado para ser produtiva para a nação. Os trabalhadores estavam inseridos, mas não pertenciam à sociedade civil, ou seja, não eram membros plenos. O pressuposto moral de Locke, segundo Macpherson, era de que a classe trabalhadora não vivia e não podia viver uma existência racional, pois não tinha tempo para pensar ou para lutar contra os ricos pelos seus interesses. Assim, o governo não deveria permitir a insatisfação desta classe, pois a sua revolta era uma violação do respeito devido aos seus superiores.¹⁰ A classe trabalhadora também foi menosprezada pelas análises liberais do século XIX, ou seja, os direitos civis continuaram restritos aos homens de posses. Benjamin Constant mostrava as duas ameaças sobre a individualidade: a autoridade do Estado sobre os cidadãos e as massas subjugando minorias. Uma grande ameaça das massas aos indivíduos seria o direito de voto, pois este seria uma arma dos despossuídos contra os proprietários. Nas palavras de Constant:

⁸ Idem. pp. 13-14.

⁹ C. B. Macpherson. “Locke on Capitalist Appropriation”. In: *Western Political Quarterly*, vol. 4, nº4, December, 1951, pp. 277-278.

¹⁰ C. B. Macpherson. “The Social Bearing of Locke’s Political Theory”. In : *Western Political Quarterly*, 7(1):1-22, March, 1954, op. cit., pp. 289-290.

“ Não quero cometer nenhuma injustiça com a classe laboriosa. (...) Mas as pessoas que a indigência conserva numa eterna dependência e que condena a trabalhos diários não são nem mais esclarecidas do que as crianças, nem mais interessadas do que os estrangeiros numa prosperidade nacional da qual eles não conhecem os elementos e da qual só indiretamente partilham as vantagens’. Portanto, seria absurdo conferir-lhes direitos políticos, os quais ‘servirão infalivelmente para invadir a propriedade. Elas marcharão por esse caminho irregular, em vez de seguirem a rota natural, o trabalho: seria para elas uma espécie de corrupção; e, para o Estado, uma desordem.’ ”¹¹

Nesta mesma linha de argumentação temos o pensamento de Alexis de Tocqueville:

“A criança pode matar antes de estar ciente do valor da vida; e pode privar outra pessoa da sua propriedade antes de ter consciência de que a sua própria pode ser-lhe tirada. As camadas sociais mais baixas, quando pela primeira vez investidas nos direitos políticos ficam, em relação a esses direitos, na mesma posição da criança...”¹².

Aqui se evidencia uma questão fundamental tanto para os primeiros autores liberais quanto para os posteriores, ou seja, os direitos dos indivíduos estavam relacionados à posse de bens. Assim, a segurança da propriedade justificava a imposição dos limites ao poder do Estado e também a imposição dos limites à participação dos não proprietários na arena política. Neste sentido, Laski afirmou:

“O liberalismo sempre foi afetado pela sua tendência para considerar os pobres como homens que fracassaram por culpa própria. Sofreu sempre de uma incapacidade total para aperceber-se de que as grandes posses significam poder sobre os homens e mulheres, assim como sobre as coisas. Sempre se recusou a ver como a liberdade pouco significa quando está divorciada da igualdade do poder de negociação e barganha. Nunca se esforçou, em qualquer grau, por compreender as conseqüências da despersonalização da indústria, a transformação – a frase é significativa – do trabalhador em ‘mão de obra’”.¹³

Além do estudo da concepção liberal, o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, tendo como exemplo um de seus aspectos, ou seja, a modernização da imprensa, também foi objeto de nossa análise. Como se sabe, a imprensa brasileira sofreu profundas modificações nos anos 60 e 70. A partir de 1964, o próprio governo militar preparou o terreno para o surgimento de jornais e revistas cada vez mais voltados para as exigências do

¹¹ Citado em Reginaldo C. Corrêa de Moraes. “O liberalismo revisitado: os limites da democracia.” In: *Textos Didáticos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 35, fev/1999, p. 19.

¹² Alexis de Tocqueville. *A Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-USP, 1969, p. 124.

¹³ Harold J. Laski, op. cit., p. 186.

mercado de massa. Desta maneira, a imprensa passou a se organizar enquanto empresa e deixou de produzir textos mais literários para privilegiar a informação mais “objetiva” e “precisa”. Como afirmou Fernando Lattman-Weltman, “a ‘objetividade jornalística’ tornou-se critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico, ocupando paulatinamente o lugar do texto rebuscado, ou mais ‘literário’.”¹⁴ Neste contexto, o *JT* atendeu às exigências da indústria cultural e se consolidou como um típico representante das novas tendências. O jornal nasceu com clara orientação de mercado. Em seu projeto, evidenciava-se a preocupação de desenvolver um jornal moderno, com um projeto gráfico diferente, tendo como objetivo oferecer um produto novo para o leitor, o que tornava a feitura do *JT* diversa da feitura de *OESP*. Justamente por buscar um público-leitor diferente de seu irmão mais velho, o *JT* possuía análises mais “leves”, com uma linguagem menos rebuscada, para atingir o consumidor que procurava informações mais rápidas, ou seja, elas poderiam ser lidas, por exemplo, durante o almoço ou no trajeto do ônibus para o trabalho ou para a casa. Esta característica era uma das que exemplificava o processo de mudança pelo qual passava a imprensa brasileira e como o *JT* participava deste cenário.

Nesta perspectiva, recorreremos aos teóricos da Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer, que tiveram o mérito de desvendar as relações de poder e dominação que existiam encobertas no conceito de cultura, formulado principalmente por autores liberais da sociologia americana, para quem o acesso à cultura se daria a todos os indivíduos a partir do processo de democratização da sociedade. Na pesquisa dos editoriais do *Jornal da Tarde* procuramos destacar, de acordo com a perspectiva adorniana, que a ideologia transmitida pelos produtos culturais está de acordo com a manutenção da ordem burguesa. Desta maneira, “a indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. (...) Uma ordem objetivamente válida que se quer impingir aos homens porque eles estão privados dela, não tem nenhum direito, se ela não se fundamenta em si

¹⁴“Imprensa carioca nos anos 50: os ‘anos dourados’ ”. In: Alzira Alves de Abreu (org.). *A Imprensa em Transição - o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 163.

mesma e no confronto com os homens; e é precisamente isto o que todo produto da indústria cultural rejeita. As idéias de ordem que ela inculca são sempre as do *status quo*.”¹⁵

No entanto, a inserção do *JT* neste contexto de indústria cultural não impediu a atuação da censura política do governo militar sobre o jornal. Esta problemática justificou o período escolhido para a análise do jornal (janeiro de 1966 a janeiro de 1975). O *JT* sofreu censura prévia entre agosto/setembro de 1972 a janeiro de 1975, quando o então presidente da República, Ernesto Geisel, suspendeu a censura tanto ao *OESP* quanto ao *JT*, devido ao centenário do primeiro e à negociações com os proprietários dos jornais. Durante o período de censura prévia, o jornal *OESP* estampava os espaços censurados com poemas, especialmente *Os Lusíadas*, de Luís de Camões e o *JT* mostrava receitas culinárias que, segundo se diz, nunca davam certo ao serem preparadas. Neste período, tivemos alguns pontos de conflito entre o regime e o periódico que, a partir de então, passou a defender o fim da ditadura. Foi peculiar, neste processo, verificarmos que se tenha permitido ao *JT* indicar para seus leitores a presença da censura no jornal através da publicação de receitas culinárias no lugar de matérias censuradas. Outros órgãos de imprensa, principalmente da imprensa alternativa, foram proibidos até mesmo de indicarem para seus leitores que estavam sob censura. Com o fim da censura ao *JT*, finalizamos o período de análise. Como disse um analista do tema:

“Da mesma maneira como chegou - sem qualquer comunicado escrito - a censura abandonou em 1975 os dois jornais. Com isso, o governo Geisel se via livre, entre outras coisas, das incômodas denúncias repetidamente feitas por Julio Mesquita Neto à Associação Inter-americana de Imprensa, de repercussão internacional. Baseando-se sobretudo no retorno de *O Estado de S. Paulo* à sua linha editorial tradicional, sem grandes ou persistentes arroubos. Há quem diga no meio jornalístico que a censura só foi suspensa após um outro acordo de cavalheiros entre a direção da empresa e autoridades governamentais.”¹⁶

A crítica à censura não impediu que, em grande parte do período ditatorial, o *Jornal da Tarde* tenha defendido o fim dos movimentos de oposição ao regime. A função do Estado, neste contexto, seria controlar os impulsos das massas populares e não estimulá-los (como, por exemplo, os proprietários do *JT* julgavam que fizera o presidente João Goulart). A liberdade, que permite a manifestação das massas para criticar a estrutura social, em nome

¹⁵ Theodor Adorno. “A indústria cultural”. In: Gabriel Cohn (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987, p. 287.

¹⁶ Paolo Marconi. *A censura política na imprensa brasileira (1968-78)*. São Paulo: Global, 1980, p. 66.

de uma maior igualdade para que haja uma verdadeira democracia, só era aceita pela grande imprensa até o momento em que esta crítica não ameaçasse a estrutura de poder. Isto porque, a liberdade, para os liberais, define-se em termos de propriedade. Os proprietários dos meios de produção têm liberdade não só de possuir bens, mas de acumular e os não proprietários têm a liberdade de vender a única coisa que possuem, ou seja, a sua força de trabalho. Quando esta estrutura estava ameaçada por uma suposta equalização crescente na sociedade, os liberais brasileiros passaram a defender um Estado forte para controlar este processo que julgavam em marcha.

Esta ideologia liberal está plenamente de acordo com o papel dos meios de comunicação enquanto bens culturais participantes de um sistema integrado à sociedade capitalista. Num contexto de indústria cultural, o *JT* difundia os ditames do governo, não de forma unívoca, ou seja, os conflitos ocorriam também nesta relação entre imprensa e poder em que se disputava a influência política sobre os rumos do país. No entanto, a permanência no mercado e o crescimento do jornal orientavam a postura do *JT* para um acordo com a política econômica do regime e críticas pontuais à política. Enquanto órgão da grande imprensa, o periódico cumpriu seu papel de apoio à manutenção da ordem e foi além: seus proprietários buscaram na concepção liberal uma justificativa para o apoio ao golpe militar de 1964 e ao que consideravam a salvação da democracia brasileira.

Estas constatações foram feitas a partir da pesquisa nos editoriais e matérias assinadas do *JT* e de entrevistas com jornalistas que trabalharam no jornal naquele período. Priorizou-se a escolha dos editoriais e matérias assinadas, situadas ao lado destes na página 4 do *JT*, por acreditarmos que aí se encontra o pensamento dos proprietários do periódico e dos colunistas frente aos principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais do Brasil, além das propostas e “soluções” para os problemas enfrentados pelo país. Um jornal é composto pelas matérias elaboradas por repórteres e, apesar de os proprietários do *JT* terem apoiado o golpe militar de 1964, nestas matérias havia uma “brecha”, ou seja, um espaço de crítica ao regime, principalmente na seção cultural dedicada à edição de livros, peças de teatro e cinema. Os jornalistas, enquanto indivíduos, possuíam posições ideológicas diferentes mas, enquanto um corpo coletivo, respeitavam e se adequavam à orientação política do jornal. Neste sentido, os editoriais do *JT*, além de informar, utilizavam-se de explicações embasadas no liberalismo para fornecer base e sustentação às

idéias e propostas do governo militar mostrando a necessidade deste “período de exceção”, para os seus leitores, como fundamental para a defesa da democracia e da ordem social. A ditadura tirava a liberdade da participação política mas protegia a propriedade, o principal valor liberal defendido pelos proprietários do jornal.

A partir da pesquisa realizada no *JT*, pretendemos, nos próximos capítulos, estabelecer um paralelo entre os artigos publicados pelo jornal e o liberalismo dos séculos XVII a XIX representados por autores como John Locke, Alexis de Tocqueville e Stuart Mill. Nossa intenção foi analisar como se dava a defesa desta concepção num contexto de ditadura militar e como o recurso a um Estado forte se “encaixava” no apoio aos princípios liberais. Como hipótese geral sugerimos que os defensores do liberalismo, tendo como seus representantes, em nosso estudo, os proprietários do *Jornal da Tarde* apontam a defesa da propriedade individual enquanto o mais importante postulado desta concepção. Por isso, o pressuposto político do Estado de direito torna-se descartável diante dos conflitos sociais que ameaçam a ordem burguesa. Esta constatação pode também ser visualizada no estudo do jornal enquanto um produto cultural responsável pela transmissão da ideologia capitalista.

No capítulo inicial analisamos a chegada das idéias liberais no Brasil e como elas influenciaram a postura política do jornal *O Estado de S. Paulo* em relação aos momentos de crise na sociedade brasileira. O segundo capítulo mostrou a inserção do *Jornal da Tarde* no contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil ocorrida durante a ditadura militar. Esta foi uma época de inovação do jornalismo brasileiro. Além do conteúdo, passou-se também a se preocupar com a forma de apresentação gráfica do jornal. Os jornalistas queriam mostrar o seu produto enquanto algo agradável e de fácil leitura. No entanto, o jornal é uma mercadoria feita para ser vendida, e que também carrega uma ideologia. Estas duas características foram destacadas na análise do *Jornal da Tarde*. No terceiro capítulo focalizamos o início da ditadura. Neste período, de 1966 a 1968, final do mandato do presidente Castello Branco até a decretação do AI-5, já no governo Costa e Silva, temos um ponto importante para os liberais que apoiaram o golpe de 64: como lidar com os movimentos oposicionistas ao regime. Esta questão evidencia a maneira pela qual os defensores do liberalismo enfrentam os conflitos sociais. No quarto capítulo, cuja análise concentra-se entre 1969 e 1972, mostramos o apoio do *Jornal da Tarde* à ditadura, tanto em

relação às questões econômicas quanto políticas. A família Mesquita produz um discurso, hoje em dia, de que passou a opor-se ao regime após a decretação do AI-5. Neste capítulo contestamos este discurso. Finalmente, o último capítulo analisa a postura do *Jornal da Tarde* entre 1973 e 1975, época em que sofreu censura prévia. Mesmo assim, o jornal recebia “concessões” do governo, pois podia indicar a presença da censura para os seus leitores por meio da publicação de receitas culinárias que se situavam, muitas vezes, nas páginas dos editoriais.

Com isso, pôde-se estabelecer uma visão crítica da concepção liberal e apontar alguns parâmetros para analisar o papel da imprensa na sociedade brasileira. Entender o funcionamento desta importante instituição leva-nos a entender também um pouco sobre a organização da nossa própria sociedade.

CAPÍTULO I: A consolidação do liberalismo no Brasil

Para entendermos o contexto histórico anterior ao surgimento do *Jornal da Tarde*, são necessárias algumas considerações sobre a consolidação do liberalismo no Brasil. Além disso, para explicarmos a atuação do jornal durante o regime militar brasileiro, devemos analisar, primeiramente, a influência dos princípios liberais na postura política de *O Estado de S. Paulo*, cujos proprietários são tradicionalmente associados à defesa desta concepção. Isto nos ajudará a esclarecer a sua atitude em relação às situações de crises e conflitos sociais.

Desvendar alguns aspectos da concepção liberal é essencial para analisarmos como seus postulados orientaram o pensamento político da família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o objetivo de uma transformação “controlada” da sociedade brasileira.¹⁷ Por apresentar um caráter multifacetado, o liberalismo permite reformulações de suas propostas frente a situações concretas, tendo sempre como objetivo o controle das classes populares. Este é o aspecto conservador de seus pressupostos, que pode ser observado em vários momentos da nossa história, marcada por exemplos de união dos grupos dominantes, onde se destacam os proprietários dos grandes jornais, para controlar os conflitos e manter a ordem social.

A partir disso, nosso intuito, neste capítulo inicial, é mostrar a trajetória das idéias liberais no Brasil e a atitude de seus defensores diante de momentos de crise na sociedade. Destacamos que “o liberalismo, no Brasil, é sem dúvida uma idéia importada, e o mesmo ocorre com qualquer outra: elas circulam, mas há sempre um nexo entre sua produção em situações particulares, o que efetivamente define novos prismas. Mas isso não significa descompasso nem inadequação à realidade”¹⁸. Com este argumento, Maria Helena Capelato contesta a análise de Roberto Schwarz. Segundo ela, para Schwarz, “as idéias

¹⁷ Em 1882, “a *Província de São Paulo* (antigo nome do jornal *O Estado de S. Paulo*) passou à propriedade exclusiva de Francisco Rangel Pestana, tornando-se ao mesmo tempo órgão oficial do PRP. Em outubro de 1884, Rangel Pestana vendeu metade do jornal à firma Alberto Sales e Cia., tornando a comprá-la em dezembro de 1885. Nova sociedade comanditária foi constituída, e nesse momento, Julio César Ferreira de Mesquita...ingressou no jornal como redator-chefe. A partir de 1888, Julio Mesquita passaria a co-diretor do jornal ao lado de Rangel Pestana.” Para a história do jornal ver: Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2ª ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

¹⁸ Maria Helena Capelato. *Os arautos do liberalismo – imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.16.

liberais que, na Europa, acompanham o desenvolvimento do capitalismo, conferindo estabilidade ideológica à estrutura econômica baseada no trabalho assalariado, esbarram, quando chegam ao Brasil, na instituição da escravatura, tornando-se idéias fora do lugar.” Analisando esta questão, Capelato afirma:

“Roberto Schwarz considera complexas as questões referentes à importação das idéias: elas exigem uma análise das teorias importadas e suscitam indagações sobre por que e como foram importadas. Não as desqualifica, pois admite que, apesar de estarem fora do lugar, desempenham uma função integradora das pessoas no processo social através de convicções refletidas e não apenas da força bruta. Enfatiza, contudo, a deformação, a inadequação e o deslocamento das idéias importadas no Brasil”.¹⁹

Acrescentamos a isto que uma idéia pode adaptar-se a um contexto histórico diferente daquele em que ela surgiu e, assim, passar a ter a sua própria realidade (como por exemplo, a adequação do liberalismo no Brasil à escravidão). Por isso, as idéias não são inadequadas, ou seja, fazem parte do todo social e se constituem com ele.²⁰ Desta maneira, a ideologia está vinculada à realidade a qual faz parte.

Aqui é importante observarmos como o jornal *O Estado de S. Paulo* manifestou-se nos momentos críticos em que havia uma ameaça real ou não à estrutura social. Para isto, devemos destacar que o liberalismo não admite o conflito e nem opiniões divergentes quando a questão é a ruptura da ordem burguesa. Os autores liberais europeus dos séculos XVII a XIX preocuparam-se em defender o ponto de vista dos proprietários, ou seja, esta defesa tinha o objetivo de garantir os direitos dos indivíduos frente ao poder do Estado. Já no Brasil, os adeptos do liberalismo nem sempre faziam questão de manter as liberdades constitucionais quando o assunto era o avanço do socialismo ou mesmo a conquista de melhorias sociais para a classe trabalhadora. Qualquer ameaça aos privilégios da classe proprietária era encarada como um mal que deveria ser cortado pela raiz, independente de se isto iria ferir os princípios democráticos ou as liberdades civis dos cidadãos.

¹⁹ Idem. p. 15. Para este debate ver: Roberto Schwarz. “As idéias fora do lugar”. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, nº 3, jan/73; e Maria Sylvia de Carvalho Franco. “As idéias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate*. São Paulo: Brasiliense (1), 1976.

²⁰ Maria Helena Capelato, op. cit., p. 17.

A chegada do liberalismo ao Brasil

A idéia liberal surgiu na Inglaterra no século XVII e serviu como ideologia para a burguesia ascendente. Nos primeiros tempos de sua história, o liberalismo “defendeu o direito natural de liberdade, sustentou que a autoridade governamental deveria ser limitada ao dever de assegurar aquele direito aos seus cidadãos e, também, pela primeira vez na história ocidental, garantiu a liberdade de consciência. As idéias que constituem o fundo de fé liberal giravam sobre a liberdade e as condições políticas e sociais para garanti-la”.²¹

Historicamente, o Estado liberal nasceu com a queda do poder absoluto do rei, a crise do regime de servidão europeu e a ampliação das conquistas dos direitos e da liberdade dos cidadãos. “Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia”.²²

Já no Brasil:

“A crise do sistema colonial coincidiu com a crise das formas absolutistas de governo. A crítica das instituições políticas e religiosas, as novas doutrinas sobre o contrato social, a crença na existência de direitos naturais do homem, as novas teses sobre as vantagens das formas representativas de governo, as idéias sobre a soberania da nação e a supremacia das leis, os princípios de igualdade de todos perante a lei, a valorização da liberdade em todas as suas manifestações – características do novo ideário burguês – faziam parte de um amplo movimento que contestava as formas tradicionais de poder e de organização social. O novo instrumental crítico elaborado na Europa na fase que culminou na Revolução Francesa iria fornecer os argumentos teóricos de que necessitavam as populações coloniais para justificarem sua rebeldia”.²³

Emília Viotti da Costa argumenta, no entanto, que não existia no Brasil, neste período, uma burguesia dinâmica e ativa para enfrentar o governo constituído. Os partidários das idéias liberais pertenciam às camadas senhoriais que queriam a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária em relação à Metrópole, ou seja, eram contra o poder absoluto do rei. Mas a escravidão constituía o limite do liberalismo no Brasil e as elites não queriam renunciar ao latifúndio e à propriedade escrava, temendo a

²¹ Vicente Barreto. “Primórdios do liberalismo”. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Unidade I e II. Brasília: Editora UNB, 1982, p. 13.

²² Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 27.

²³ Idem. p. 21.

mobilização da população, aceitando, então, a idéia de conquistar a independência com a ajuda do Príncipe Regente.²⁴

Essa classe dominante não queria a quebra da estrutura de poder no país, mas apenas a quebra do sistema colonial, mantendo a escravidão e os grandes latifúndios destinados a uma economia de exportação. A mesma classe continuaria dominando, só que sem o entrave da Metrópole. Assim, num jogo de readaptação, a ideologia servia aos interesses da classe que a propagava. Tanto no Brasil quanto na Europa o liberalismo serviu para fundamentar, ou seja, para dar suporte ideológico ao poder de uma classe na sociedade. Mas na Europa seus adeptos possuíam um discurso universalizante, procurando englobar a população como um todo em sua luta contra o poder absoluto, o que não ocorreu no Brasil quando as classes proprietárias quiseram se livrar do poder de Portugal sem recorrer à mobilização popular.

Nesta mesma perspectiva:

“Sabe-se que a grande propriedade da terra, sobre a qual se apóia o nosso liberalismo, além de ser uma herança que o período da Independência recebe das circunstâncias em que se processa a colonização, preenche um pré-requisito da produção de alimentos e matéria-prima. Enquanto na Europa o processo de separação do capital e do trabalho teve longa duração marcada pela expansão do capitalismo industrial, na América Latina influída desde o período colonial pelas vicissitudes por que passa o desenvolvimento europeu – a estrutura “semifeudal” da grande propriedade aparece como um meio, e talvez o mais eficaz, o mais “racional”, nas condições da época, para assegurar a produção barata de mercadorias para o consumo interno...”²⁵

A grande propriedade e a escravidão, então, favoreceram o desenvolvimento das relações capitalistas e não foram um empecilho para a implementação das idéias liberais no país. Analisando o início da Primeira República, Décio Saes lembrou que:

“Se na Europa do século XIX a ideologia liberal havia sido um instrumento burguês de mobilização das classes populares contra a antiga classe feudal, no Brasil ocorria quase o inverso: justificando a segregação das massas rurais e urbanas e a subordinação da burguesia industrial nascente, o liberalismo oligárquico não fazia senão legitimar a dominação de classe dos grandes proprietários de terras”.²⁶

A apropriação da ideologia liberal pela classe dominante agrária implicou sua readaptação a novas funções sociais. “O resultado dessa operação importação-readaptação

²⁴ Idem. p. 21 e pp. 27-29.

²⁵ Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 110-111.

²⁶ Décio Saes. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.ª Queiroz Editor, 1984, p. 47.

foi a constituição de um conjunto ideológico original e conservador. Antes de tudo, o liberalismo político das oligarquias fundava-se numa concepção elitista que negava às massas incultas a capacidade de participação no processo decisório e atribuía aos homens letrados a responsabilidade exclusiva do funcionamento das instituições democráticas.” Para Saes, esta concepção teve expressão na Constituição de 1891.²⁷ Esta característica liberal da presença de “elites esclarecidas” dirigindo a nação está presente já nos primeiros teóricos do liberalismo e tornou-se uma constante na obra dos autores que defendem esta concepção.

Percebemos, então, que as idéias estavam “fora do lugar” no sentido de que o contexto histórico no qual o liberalismo chegou ao Brasil era diferente daquele em que ele se desenvolveu na Europa, mas as idéias passaram a estar “no lugar” pois assumiram um significado quando chegaram aqui e serviram a um fim, ou melhor, aos objetivos de certos setores sociais. No entanto, ainda na Primeira República, temos o ocaso das idéias liberais e a formação de um pensamento político autoritário. Desenvolveram-se, no país, correntes de pensamento antiliberais e formou-se, “um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”.²⁸ Assim, formou-se o que Bolívar Lamounier denominou de *ideologia de Estado*, cujos principais autores foram Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, ideólogos autoritários da Revolução de 30 e que criticavam a Constituição liberal de 1891. O autor situa a influência destas idéias e aspirações políticas entre as últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX.²⁹

²⁷ Idem. pp. 47-48. Luiz Werneck Vianna, analisando especificamente a facção burguesa industrial nos anos 20 (apontada por Saes como subordinada à oligarquia), afirmou que esta “concebeu uma visão particular do mundo e aspirou a dominação. Excluída do aparato estatal detido pelas oligarquias agrárias, a estratégia de sua ação repousará em fincar seu poder, para depois estendê-lo na sociedade civil. Do Estado oligárquico, taticamente, reivindica apenas proteção alfandegária e a manutenção da ortodoxia liberal de 91 – isto é, liberdade de mercado para o fator trabalho”. Conforme o autor, tanto a facção burguesa agro-exportadora, quanto a industrial eram liberais, mas a primeira possuía um projeto liberal conservador e a outra facção possuía um projeto mais democrático para a sociedade. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 64.

²⁸ Bolívar Lamounier. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, Tomo III – Sociedade e Instituições (1889-1930), 2º vol., 1977, p. 356.

²⁹ Idem. p. 357. Segundo Lamounier, a *ideologia de Estado* “se define basicamente pela tendência a afugentar do terreno da organização e da ação políticas toda consideração de mercado, em proveito de organizações hierárquico-coercitivas, via de regra associadas a noções de integração subjetiva ao nível dos valores e lealdades”, op. cit., p. 360.

A *ideologia de Estado* aproxima-se da idéia de erradicação total do conflito e “ressalva a necessidade da coerção organizada, e mesmo de seu fortalecimento, em função de sua peculiar teoria do conflito social como irracionalidade, manifestação dos impulsos infantis e malévolos da natureza humana”. Desta maneira, “a *ideologia de Estado* teme a mobilização das massas e visa a sua integração político-social sob a égide tutelar do Estado”.³⁰ Devemos ressaltar aqui, no entanto, que, se por um lado o liberalismo sustenta a não interferência do Estado na vida dos cidadãos, por outro, ele também não aceita o conflito social e defende a ordem. Assim, a formação do Estado corporativista não foi contestada pelos liberais, pois esta nova situação política favoreceu os interesses burgueses de acumulação de capital. Como exemplo, temos os membros da oligarquia agro-exportadora, que defendiam o liberalismo político e, neste período, passaram a apoiar o corporativismo, “como sistema alternativo para viabilizar a manutenção da ordem dominante”.³¹

Após a Revolução de 30, tivemos a permanência dessa *ideologia de Estado* cuja função passou a ser a incorporação das massas populares ao processo político. Ao mesmo tempo, teve-se a pressão das massas sobre a estrutura do Estado e a reivindicação por uma maior participação no cenário social. Desta maneira, ocorreu “a passagem do Estado gendarme, fundamentalmente absenteísta, para o Estado intervencionista, que, no Brasil, se faria, como é sabido, concomitantemente com o processo de desenvolvimento industrial, traduzindo-se concretamente pelo crescimento acelerado que experimentou o setor público. A legitimação do intervencionismo econômico e da ação planificadora do Estado é assim, um importante componente da crítica autoritária ao liberalismo político”.³² Mas não havia antagonismo entre o antiliberalismo radical e o apoio aos aspectos básicos da ordem capitalista:

“Ao contrário, existe uma aceitação dos pressupostos do funcionamento do sistema burguês. Assim, o regime da propriedade privada, longe de ser questionado, é definido como princípio básico da ordem econômica. Defende-se a livre iniciativa como fundamento do processo econômico e mola do desenvolvimento, ou, para usar a linguagem da época, elemento

³⁰ Idem. p. 366 e p. 369.

³¹ Luiz Werneck Vianna, op.cit., p. 35.

³² Eli Diniz. *Empresário, Estado e democracia no Brasil (1930-45)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 72.

propulsor do progresso. Defende-se, enfim, a intervenção do Estado na economia como regulador, mas não como produtor”.³³

Esta interferência do Estado enquanto regulador da economia favoreceu aos burgueses, principalmente a facção industrial, na sua consolidação enquanto classe e na sua conquista do poder econômico, mas não garantiu o seu poder político. Boris Fausto, em seu estudo sobre a Revolução de 30, comenta que diversos setores sociais a apoiaram e, por isso, é difícil identificar qual setor substituiu o poder da burguesia cafeeira. Segundo ele:

“A oposição ao predomínio da burguesia cafeeira não provém, entretanto, de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno. Pelo contrário, dadas as características da formação social do país, na sua metrópole interna há uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, temperada pelas limitadas fricções. Ao momento de reajuste do sistema, por isso mesmo, não corresponde o ascenso ao poder do setor industrial, seja de modo direto, seja sob a forma da ‘revolução do alto’, promovida pelo Estado”.³⁴

No entanto, Fausto afirma que havia também conflitos entre estes setores, iniciados antes mesmo da Revolução:

“Não se pode negar a existência de disputas entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes ao longo da Primeira República, nem a hábil construção ideológica efetuada pelos grupos agrários que produziram a imagem dos industriais como elementos parasitários, operando indústrias artificiais graças ao protecionismo, responsáveis pela alta do custo de vida, imagem enraizada profundamente nas classes médias daquela época”.³⁵

Ainda conforme esse autor, mesmo com a existência de atritos, no pós-30, houve “uma complementaridade básica nos núcleos dominantes do país...”³⁶

³³ Idem. p. 92. Diniz ressalta a necessidade de explicitar as mediações entre sociedade e Estado a fim de qualificar a autonomia da esfera política. Desta maneira, afirma que, principalmente no pós-30, o Estado teve um papel primordial na organização da sociedade, mas discorda “das derivações que a partir daí são feitas no tocante ao peso político do empresariado industrial, apresentado como um grupo amorfo, dependente e subordinado, mergulhado num quase imobilismo”, op. cit., p. 70. Luiz Werneck Vianna concorda com Diniz quando declara que no pós-30, “a modernização como ‘revolução pelo alto’ não se associa à idéia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal”, op.cit., p. 135. Conforme Diniz, “se a burguesia não deteve a hegemonia do processo de instauração de uma nova ordem econômica e social, foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do novo regime. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização do país e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador nos moldes até então vigentes, vale dizer, calcado exclusivamente nas atividades primárias de exportação”, op.cit., p. 95.

³⁴ Boris Fausto. *A Revolução de 30*. São Paulo:Brasiliense, 1986, p. 112.

³⁵ Idem. p. 45.

³⁶ Idem. p. 46.

Neste período, as forças políticas foram orientadas por uma perspectiva antiliberal e autoritária, mas isso não queria dizer antagônica aos interesses burgueses. E começou a evidenciar-se uma prática comum na história do liberalismo brasileiro: “nos meios civis das classes dominantes, muitos ainda mantinham pruridos liberais, mas estavam dispostos a desfazer-se deles sempre que se tratasse de reprimir o movimento operário, cuja ação queriam limitar”.³⁷ É desta maneira que a historiadora Marly Vianna explica, ao analisar o movimento revolucionário de 35, como as idéias liberais da classe dominante são postas de lado quando a estrutura da sociedade é desafiada por uma organização popular. E esta é uma questão fundamental para os liberais no pós-30: a presença das massas populares. No período anterior, a preocupação dos liberais foi moldar a sociedade e o Estado a partir dos pressupostos do liberalismo. Mas essa era uma mudança vinda “de cima”, feita por uma “elite de intelectuais” representantes dos interesses dos grandes proprietários de terra, que queriam garantir o poder político.

No pós-30, os liberais deveriam “cortejar as massas” já que os seus interesses também deveriam ser atendidos. E tivemos, então, o grande medo dos burgueses de que as reivindicações das massas se tornassem cada vez maiores e organizadas de forma a abalar a ordem vigente. É a partir desse período que a classe dominante com idéias liberais passou a abrir mão de seus princípios e a fazer concessões para frear o impulso das mobilizações populares. E, muitas vezes, deu seu apoio às ditaduras e à concentração total do poder Executivo em nome do combate ao “perigo comunista”, o que feria diretamente os princípios liberais que defendiam a autonomia das ações individuais frente ao Estado.

Um exemplo disso pode ser encontrado no período ditatorial estadonovista (1937-45), em que os seus traços corporativistas implicaram numa ruptura com os princípios liberais. Getúlio Vargas soube habilmente explorar a “ameaça” comunista através do “Plano Cohen”³⁸ e recebeu apoio de setores liberais para o golpe. “Assustados com as classes subalternas, os liberais deixam de se opor à plena composição do Estado autoritário

³⁷ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35 – sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 101.

³⁸ O país foi informado em setembro de 1937, através dos meios de comunicação, sobre um suposto “Plano Cohen” que propunha a tomada do poder pelos comunistas. No entanto, há alguns estudos mostrando que este documento foi elaborado por militares e integralistas para instituir o estado de guerra devido à “ameaça” comunista. Este Plano foi um dos pretextos para o golpe em 37.

corporativo, que os reduzirá à impotência política”.³⁹ Apenas no final da ditadura getulista os liberais empenharam-se numa oposição ao governo e passaram a exigir o fim do regime.

Com o fim do Estado Novo em 1945, tivemos um intervalo democrático que durou até o golpe militar de 1964:

“Em 1945 Vargas foi deposto, mas sua política de trabalho teve continuidade. Abandonou-se definitivamente a ortodoxia liberal por se revelar incapaz de conter as contradições nos limites suportáveis pela sociedade capitalista brasileira. Os liberais reconheceram que as novas técnicas de dominação e manipulação dos dominados eram mais eficazes que as anteriores para a efetivação do controle social. Acreditaram também que, com o restabelecimento da ordem, o progresso se realizaria sem obstáculos. Essa crença se difundiu no chamado ‘período desenvolvimentista’.”⁴⁰

Neste período, ocorreu a consolidação do populismo na política brasileira. O populismo surgiu na década de 30, mas ganhou força no pós 45. Segundo Francisco Weffort, nesta época, o Estado assumiu o caráter de mito, pois ele era a expressão dos interesses da classe dominante, mas pretendia também ser expressão dos interesses gerais da sociedade. Desta maneira, o populismo brasileiro só pode ser entendido enquanto expressão política de interesses determinados de classe. E em um dos seus aspectos é um fenômeno de massas, “mas no sentido preciso de que classes sociais determinadas (contingentes da população operária e pequeno burguesa no Brasil) tomam, em dadas circunstâncias históricas, a aparência de massa.” É necessário, então, “uma relação especificamente política entre os indivíduos e o poder que no caso do populismo toma a forma de uma relação entre o poder e uma massa de indivíduos politicamente isolados entre si...” Assim, “o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa”.⁴¹

Durante o período populista, grande parte dos liberais encontrava-se na União Democrática Nacional (UDN), partido que surgiu oficialmente em 7 de abril de 1945 contra a ditadura getulista. “Ampla frente de oposição, a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas.” Eles se reuniram para apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime.⁴²

³⁹ Luiz Werneck Vianna, op. cit, p. 201.

⁴⁰ Maria Helena Capelato, op. cit., pp. 129-130.

⁴¹ Francisco Weffort, op. cit., pp. 26-28 e p. 43.

⁴² Ver Maria Victória de Mesquita Benevides. *A UDN e o udenismo – ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 28-29.

Os liberais da UDN ajudaram a conceber e participaram do golpe militar de 1964 novamente em nome da oposição ao “perigo comunista”. Os udenistas acreditavam que o regime autoritário seria transitório e necessário para a realização da democracia. “Essa crença foi, certamente, a chave necessária para que os liberais legitimassem o movimento de 64. Mas o arbítrio não se revelou ‘transitório’ e nem a UDN pôde participar, efetivamente, do processo decisório.”⁴³ A ditadura foi instaurada facilmente com o apoio dos liberais que a defendiam como uma forma de “arrumar a casa” sob o comando dos militares para, depois, o poder voltar às mãos dos civis. O objetivo era acabar com as tensões sociais e anular a pressão popular. Desta maneira, o golpe representou a organização da classe dominante unida aos militares contra o que eles consideravam o mal do populismo e a “ameaça comunista”.

Conforme Décio Saes, “a militarização temporária do aparelho de Estado representa, para o conjunto da classe dominante, o instrumento indispensável da liquidação política das classes populares: intervenção policial nos sindicatos, repressão às organizações sindicais paralelas e aos partidos políticos de esquerda, depuração do parlamento”. É este o contexto do “autoritarismo de crise”, que vê a militarização apenas um fenômeno temporário, “como a condição necessária da constituição de um estado burguês parlamentar, mas essencialmente antipopulista”.⁴⁴ Saes afirma que este fenômeno também foi defendido pelas camadas médias tradicionais (compostas pela alta burocracia do Estado e profissionais liberais), pois a intervenção militar apareceu-lhes como o instrumento mais eficaz de destruição da “democracia das massas”:

“As aspirações liberais das camadas médias tradicionais não serão satisfeitas pelo novo grupo dirigente; a militarização progressiva do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que se dedica à destruição da ‘democracia plebiscitária’, encaminha-se muito rápido para a dissolução das formas democráticas parlamentares em geral. Por isso, as camadas médias tradicionais passam a resistir ao autoritarismo do Estado militar. Nestas camadas ocorre uma “partilha da consciência entre a condenação da ‘política’ e a aprovação da ‘economia’”. De fato, encontramos diante de um caso de ‘consciência liberal dilacerada’, em que a aceitação – implícita ou explícita – da política econômica de Estado coexiste com a condenação das práticas autoritárias do grupo dirigente e de transformação ditatorial do regime político.”⁴⁵

⁴³ Idem. p. 135.

⁴⁴ Décio Saes, op. cit., p. 153.

⁴⁵ Idem. pp. 174-178. Esta questão da “consciência liberal dilacerada” vai ser retomada e contestada nos próximos capítulos, pois os proprietários de *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, além de apoiarem a política econômica do governo, também apoiaram suas medidas políticas como forma de contenção do conflito social.

Temos, então, durante a ditadura militar no Brasil (1964-85), a supressão de qualquer princípio político liberal para a sociedade e o combate a qualquer movimento de oposição ao regime instituído. Os liberais, que haviam apoiado o que eles consideravam apenas um golpe temporário, acabaram por perder qualquer possibilidade de conquista do poder através de um presidente civil.

Ao abordarmos a trajetória do liberalismo no Brasil, destacamos o caráter conservador de seus pressupostos. Ser conservador não era um traço temporário do liberal brasileiro, mas sim um traço intrínseco à sua história. Eram liberais e democráticos quando os seus interesses não estavam em risco. É neste contexto que vamos analisar o caso específico do jornal *O Estado de S. Paulo*. Seus proprietários defenderam a ditadura temporária como um instrumento de controle social. Esta questão é fundamental para este trabalho porque o *Jornal da Tarde*, objeto de nosso estudo, é um produto da empresa S. A. O Estado de S. Paulo. A família Mesquita era proprietária de ambos os jornais e as convicções ideológicas presentes nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* passaram a estar presentes, também, nos editoriais do *Jornal da Tarde*. Entender um pouco da história de *O Estado de S. Paulo* nos ajudará a entender a postura do *Jornal da Tarde* frente à ditadura.

A imprensa liberal – o jornal *O Estado de S. Paulo*

O jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*) possuía um projeto político para o Brasil, baseado nos princípios do liberalismo. Por isso, a imprensa, segundo Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, deve ser analisada como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social e não como “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos.⁴⁶ Além disso, a imprensa periódica possibilita o acompanhamento contínuo e detalhado das conjunturas políticas, “o que significa poder observar as modificações (ou permanências) dos posicionamentos acerca de certos temas, com as conseqüentes justificativas, com vistas a desnudar seu projeto

⁴⁶*O Bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. xix.

político.”⁴⁷ Desta maneira, é importante analisar as propostas de *OESP* e notar como elas se moldam ou se modificam diante dos problemas conjunturais. E, a partir disso, verificar como o jornal procurou formar e influenciar a opinião de seus leitores.

O Estado de S. Paulo surgiu em 1875 com o nome de *A Província de S. Paulo*. Julio de Mesquita entrou no periódico em 1885, batalhando por idéias republicanas e abolicionistas e assumiu sua direção em 1891. Destacando-se cada vez mais até se tornar seu diretor, Julio de Mesquita fez coexistir em *OESP* o jornalismo e a política. Com a sua morte em 1927, Julio de Mesquita Filho assumiu a direção do jornal e continuou a trilha do pai.⁴⁸

A conjunção entre jornalismo e política é uma marca que sempre existiu no *Estadão*, ou seja, as suas concepções ou os seus interesses tinham o nítido objetivo de influenciar nos acontecimentos políticos do país. “A atuação política do jornal se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de idéias que compõem a doutrina liberal e à experiência prática de outros países”.⁴⁹ A partir disso, as suas idéias eram mostradas como sendo as de toda opinião pública e como sendo as mais corretas a serem seguidas pela população. Com destacou Capelato, “a ideologia é um modo de representação do sistema capitalista e nele tem o sentido primordial de ocultar. Nesse processo dá-se a *inversão*, o que não significa, necessariamente, erro ou deslocamento da realidade. Ela constitui uma forma particular e intencional de interpretar a luta social, prestando-se ao mesmo tempo à sua justificativa e reorientações”.⁵⁰

Em 1930, temos o apoio de *OESP* ao movimento deste mesmo ano liderado por Getúlio Vargas. O jornal defendia o fim do domínio das “oligarquias” em favor das “verdadeiras” classes proprietárias de terras e a volta ao poder das “elites intelectuais”. No entanto, a “Revolução”, de acordo com o periódico, não deveria interferir na estrutura

⁴⁷ Francisco C. P. da Fonseca. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-87): projeto político e estratégias de convencimento (revista Visão e jornal O Estado de S. Paulo)*. Campinas. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1994, p. 6.

⁴⁸ Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, op. cit., p. xx.

⁴⁹ Idem. p. 23.

⁵⁰ Maria Helena Capelato, op. cit., p. 18.

econômica e social vigentes.⁵¹ Nesse sentido, na década de 20, os liberais vivem um dilema:

“A conquista do eleitorado para a causa que defendiam implicava o alargamento da esfera pública. Esse alargamento vinha sendo provocado por uma situação social que escapava ao controle dos grupos dominantes: as lutas operárias assumiram proporções consideráveis no período e as reivindicações por direitos, não só políticos, mas, principalmente sociais, evidenciavam a tendência de maior participação política dos dominados. Os representantes da imprensa liberal defendiam a separação entre as esferas pública e privada mas, devido às ‘pressões de rua’ intensificadas no final da Primeira República, começaram a cogitar sobre a interferência do Estado nas questões sociais. Aceitaram-na integralmente na década de 30.”⁵²

Neste contexto, *O Estado de S. Paulo* orientava-se pelos princípios liberais e justificava suas atitudes a partir dos mesmos. No entanto, esta postura estava de acordo com a fração dos proprietários de terras (cafeicultores) que eles apoiavam. *OESP* denominava o setor agro-exportador de “classe dos lavradores”, “classe laboriosa”, “classe produtora” e “solicitava as atenções governamentais, procurando mostrar que a elas se devia a prosperidade de São Paulo e do Brasil”.⁵³ No entanto, “embora defensor dos interesses agrários, o jornal demonstrava sua preocupação com a expansão da indústria. Seu interesse pelo crescimento econômico de São Paulo levava-o a considerar indispensável a contribuição da indústria nesse processo evolutivo...”⁵⁴ O jornal defendia as posições políticas destes setores sociais e a consolidação da ordem burguesa, o que levaria,

⁵¹ Ver Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, op. cit., p. 42 e p. 51. Em seu artigo sobre o papel da imprensa paulista entre 1920 e 1945, Maria Helena Capelato destacou: “A definição de imprensa como “expressão” ou “intérprete” da opinião pública pressupunha um olhar crítico da imprensa oposicionista que proliferou em São Paulo na década de 20. Ela foi porta-voz dos setores políticos empenhados na efetivação dos ideais liberais, não concretizados pelos governantes da Primeira República.” Os jornalistas oposicionistas criticavam as oligarquias dominantes, a existência de um partido único e fraude eleitoral. A autora afirma que, nesta época, o papel dos jornalistas possuía um duplo sentido enquanto intérpretes e formadores da opinião pública. Por um lado, a imprensa era descaracterizada de um interesse particular, manifestava valores externos universais e impessoais; e por outro, caracterizava-se enquanto formadora de consciências. “A imprensa tinha, no que dizia respeito à opinião pública, dupla tarefa: controlar os abusos do governo e impedir a rebelião dos ignorantes. O duplo sentido da opinião pública aqui se esclarece: os jornais se colocavam como anteparo entre o governo (que cometia abusos) e o povo potencialmente rebelde. A mensagem dirigida aos governantes tinha um conteúdo diferente da que era endereçada aos governados. No primeiro caso seu discurso era moralizador e centrava-se na crítica aos erros praticados pelos dirigentes; quando se referia ao “povo”, enfatizava o espírito de ordem e o respeito aos princípios fundamentais da organização social. Neste último aspecto, evidenciava-se o objetivo de “formar opinião pública”, tarefa que tinha conteúdo nitidamente educador.” Ver “O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 12(23/24), 1991-92, pp. 59-63.

⁵² Maria Helena Capelato. “O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)”, op. cit., p. 63

⁵³ Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, op. cit., p. 68.

⁵⁴ Idem. p. 81.

segundo *OESP*, ao progresso da nação. Antes do Movimento de 30, *OESP* criticou o domínio das “oligarquias” como uma negação dos princípios liberais, por isso, o seu apoio à “Revolução”, necessária para manter a evolução política do país no sentido da plena realização democrática. No entanto, o pós-30 foi decepcionante para Julio de Mesquita Filho em relação ao projeto político do movimento revolucionário e ao fortalecimento cada vez maior do poder central. A partir disso, o proprietário de *OESP* ajudou a articular o movimento constitucionalista de 1932, criticando a política do governo central em relação ao café (que provocava a insatisfação dos proprietários paulistas) e propondo a volta de São Paulo ao comando dos destinos nacionais. Após a derrota do movimento, iniciou-se um período conciliatório com o governo, e o jornal voltou a apoiá-lo com a nomeação do diretor do jornal, Armando de Sales Oliveira, para o cargo de interventor paulista em agosto de 1933.

Com o levante comunista de 1935, *OESP* corroborou as medidas de exceção propostas pelo presidente Getúlio Vargas:

“A luta contra a centralização do poder, a defesa constante da autonomia dos Estados e mesmo a preocupação com a supremacia política de São Paulo em âmbito nacional foram relegadas a plano secundário. Se a destruição cabal do perigo comunista requeria a concentração cada vez maior de poderes nas mãos do governo central, isso deveria ser feito, segundo os representantes do jornal, sem qualquer hesitação”.⁵⁵

O periódico apoiou a nova Lei de Segurança mais rígida, o estado de sítio, o estado de guerra e a reforma da Constituição. “Como que insatisfeitos, os representantes do jornal advogaram ainda, para além dessas medidas institucionais, uma ampla campanha de contrapropaganda, no sentido de alertar a “opinião pública” sobre o perigo comunista.”⁵⁶

Mesmo apoiando as medidas anticonstitucionais de Getúlio em 35, no ano seguinte *OESP* lançou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República como o “modelo de constitucionalismo”. No entanto, por meio do suposto “Plano Cohen”, a Câmara aprovou a continuidade do estado de guerra em vigor no país desde o levante Comunista de 35. “Pela primeira vez o jornal recebia com reservas o estado de guerra, pois temia que por trás dele se ocultasse uma manobra política, visando impedir as eleições de 3 de janeiro de 1938. Mesmo assim, em face das declarações do ministro da Guerra, general

⁵⁵ Idem. p. 61.

⁵⁶ Idem. p. 107.

Dutra, de que a medida fora solicitada ao Congresso apenas para combater o comunismo, consentiram...”⁵⁷ Com o golpe de 1937, *OESP* foi impedido de eleger um candidato com as mesmas idéias que as suas. Ao mesmo tempo em que apoiou o estado de guerra, o jornal também defendeu a candidatura de Sales Oliveira enquanto um modelo de respeito à democracia. O golpe os deixou sem ação e pôs os liberais para escanteio no que dizia respeito às decisões políticas.

Getúlio Vargas colocou-se acima dos órgãos de imprensa e como *OESP* recusou-se a aceitar um censor em sua redação, sofreu intervenção do governo federal em 1940, só retornando à família Mesquita após o término do período ditatorial estadonovista em 1945. No pós-45, *OESP* vinculou-se à UDN e passou a apoiar seus candidatos. Esta relação permaneceu estreita até o golpe de 64. A UDN e *OESP* foram os grandes articuladores do golpe e também seus entusiásticos defensores.

Como podemos perceber, as relações entre poder e imprensa, apesar de visarem um acordo mútuo, são tortuosas e, muitas vezes, passam por conflitos, mas não por um rompimento definitivo. A oposição aos governos, realizada pelos grandes jornais, dá-se a partir das idéias do grupo da elite que defendem. Mas esta oposição, na concepção liberal, é uma oposição organizada, que não questiona os privilégios de classe. Já em relação à oposição dos dominados, esta deveria ser controlada. Para os articuladores do golpe de 64, o protesto popular era um dos motivos de desestabilização da sociedade e isto provocou uma grande adesão dos liberais à implantação da ditadura. Entre estes liberais, encontravam-se os proprietários de *OESP*. Em sua pesquisa sobre o jornal, Francisco Fonseca comentou:

“...é a manutenção das estruturas sócio/político/econômicas a causa que advoga, a despeito de sua retórica afirmadora de mudanças. Na realidade, contudo, seu temor é justamente que elas se realizem, ainda mais se fora do controle dos grupos e classes dominantes. Assim, certas mudanças, se operadas por aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção além dos grupos e classes que se agregam e gestam o capital, são aceitas, no melhor estilo da tradição instaurada por E. Burke: reformar para conservar. Tais assertivas são corroboradas pela ênfase que o jornal confere ao comedimento, à moderação e ao equilíbrio nas ações políticas e sociais. Como premissa, a visão de fundo que o norteia concebe a sociedade ideal como harmônica, daí propugnar insistentemente a “comunhão social”, primordialmente entre as classes. Conseqüentemente, a existência de tensões sociais, como greves, e mesmo a propagação de

⁵⁷ Idem. p. 65.

ideologias não-liberais, em especial à esquerda no espectro, são consideradas sintomaticamente como ‘anomia’ ”.⁵⁸

Estas tensões sociais de que fala Fonseca preocupavam setores da elite brasileira no período anterior ao golpe de 1964. Ao analisar o golpe, René Dreifuss afirmou que as “classes capitalistas se ‘unificaram’ sob uma única liderança – o complexo IPES/IBAD – no Estado Maior da burguesia, como também agiram sob a bandeira de um único partido de ordem, as Forças Armadas. A crise de autoridade orgânica e de hegemonia política seria resolvida por um golpe preventivo empresarial-militar...”⁵⁹ Um dos motivos desta união, apontado pelo autor, foi o fato de que o então presidente João Goulart promoveu uma desaceleração do crescimento econômico que favorecia o capital multinacional desde o governo do presidente Juscelino Kubitschek:

“O grande capital exigiu a ‘estabilização’ da economia, compreendendo principalmente um controle rígido de salários, medidas para diminuir a inflação e cortes nas despesas públicas para serviços sociais. O grande capital requereu também a reorientação de diretrizes econômicas favorecendo uma concentração de renda. Essas medidas favoreciam o crescimento das classes médias como uma faixa consumidora no ciclo de demanda interindustrial, ao invés de melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras. Tencionou-se criar um dinâmico mercado de capitais, possibilitando às companhias multinacionais a penetrar nas carteiras de ações de companhias locais e começar um novo estágio no processo de absorção sob a denominação eufemística de ‘democratização do capital’.”⁶⁰

Este grande capital transnacional estava associado à criação de entidades que organizariam o apoio ao golpe. Um exemplo é o IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), fundado em 1961, que, por sua vez, possuía uma estreita ligação com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: “os Diários Associados (poderosa rede de jornais, rádio e televisão de Assis Chateaubriand, por intermédio de Edmundo Monteiro, seu diretor-geral e líder do IPÊS), a *Folha de S. Paulo* (do grupo de Octavio Frias, associado do IPÊS), *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* (do Grupo Mesquita, ligado ao IPÊS, que também possuía a prestigiosa Rádio Eldorado de São Paulo). Diversos

⁵⁸ Francisco C. P. da Fonseca, op. cit., p.105.

⁵⁹ René Armand Dreifuss. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 143.

⁶⁰ Idem. p. 134. “O estabelecimento de um novo bloco de poder multinacional dentro do Estado não foi um fenômeno mecânico. Não foi também uma mera ‘reflexão’ de uma situação econômica, mas uma verdadeira iniciativa de classe. O golpe final contra o populismo foi descarregado por uma política de desestabilização, pela ação em grande parte encoberta da burguesia contra o Executivo e contra as organizadas classes subordinadas”. René Dreifuss, op. cit., p. 142.

jornalistas influentes e diretores de *O Estado de S. Paulo* estavam diretamente envolvidos no grupo de opinião pública do IPÊS.”⁶¹ Estes meios de comunicação foram responsáveis pela campanha contra o governo João Goulart e também tinham o papel de conquistar o apoio da opinião pública para o golpe. “A partir do mês de agosto de 1963, o jornal iniciou uma série de editoriais sob o título geral ‘A subversão em marcha’, denunciando o avanço de uma frente de esquerda, a intranquilidade nos meios trabalhistas ocasionadas pelas greves freqüentes e a queda do poder aquisitivo provocada pelo alto custo de vida”.⁶²

Neste período, o jornalista Oliveiros S. Ferreira era redator-chefe de *OESP*. O seu principal argumento, favorável à formação de uma “Frente Patriótica Civil-Militar” contra o então presidente João Goulart, era acabar com a corrupção no governo e com a influência do comunismo. Esta influência comunista, segundo Oliveiros, encontrava-se no Imposto Sindical. “É no sindicalismo oficial e corporativista – portanto fascista e totalitário – que se dá a conjunção da classe política com o Privilégio e o Partido Comunista, o contubérnio dos defensores de um “nacionalismo” monopolista com os adversários verbais do monopólio e do capitalismo.”⁶³ Oliveiros via na extinção do Imposto Sindical, criado por João Goulart quando ministro do Trabalho na presidência de Getúlio Vargas, a principal tarefa da união civil-militar. O objetivo seria a “purificação da República”. Nas suas palavras:

“Quando as relações entre operários e patrões são transferidas do campo próprio em que nasceram para o do Estado, tenta-se impedir o surgimento de novas formas de colaboração e impõe-se uma única norma à solução de todos os litígios – e com isso caminha-se para o Estado totalitário.”⁶⁴

O jornalista julgava que os “intelectuais civis” deveriam influenciar nas decisões políticas tomadas pelos militares após a conquista do poder. O papel da organização da

⁶¹ Idem. p. 233. “... os intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados formaram um complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração. (...) O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais”. René Dreifuss, op. cit., p. 161.

⁶² Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2ª ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

⁶³ Oliveiros S. Ferreira. *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, p. 96.

⁶⁴ Idem. p. 20.

sociedade caberia aos civis, responsáveis por disciplinar os protestos sociais. Esta proposta de Oliveiros encaixa-se no esquema gramsciano, para quem:

“Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais ‘orgânicos’, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, no mais das vezes, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.”⁶⁵

Oliveiros acreditava na união civil-militar para promover o progresso da nação e modernizar o Brasil. Eles seriam os “líderes” que guiariam a sociedade rumo ao desenvolvimento baseado na ordem capitalista e não populista.

Neste cenário, a elite civil e os militares, para conter o avanço das mobilizações e das medidas populistas do presidente Goulart, articularam o golpe militar de 1964. Dentre a elite civil, os proprietários de *OESP* constituíam uma importante peça responsável pela divulgação do “perigo comunista” e apoio aos militares. Maria Aparecida de Aquino analisou o apoio de *OESP* ao golpe:

“A postura de favorabilidade a uma intervenção em um governo constitucionalmente eleito, sem que isso, na opinião dos responsáveis pelo jornal, representasse uma quebra nos preceitos da professada e defendida democracia liberal, na medida em que, por parte dos governantes estariam sendo cometidos vários atos que patenteavam o abuso do poder em detrimento dos direitos naturais dos homens (exemplos: manobras de continuísmo, promoção de subversão da ordem, exortação à ilegalidade por parte do chefe da Nação, tolerância para com a sublevação de alguns em detrimento das classes produtoras). No mais puro Liberalismo lockeano, entendem como justa a “Revolução”, por parte dos que fazem uso da racionalidade em suas ações (os proprietários) para impedir os excessos cometidos pelos que ocupam a chefia política do país. (...) Entretanto, a ilegalidade não deve ser ultrapassada além do necessário, de modo que as regras constitucionais sejam plenamente restabelecidas, uma vez findo o mandato presidencial, iniciado com a posse do sr. Jânio Quadros em 1961: a abertura de um novo processo eleitoral, fim da excepcionalidade do Ato Institucional com a devolução dos poderes nos moldes estabelecidos pela Constituição de 1946”.⁶⁶

⁶⁵ Antonio Gramsci. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 4.

⁶⁶ Maria Aparecida de Aquino. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) – o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, USP, 1990, p. 19. Esta dissertação foi publicada em livro com o título *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. Bauru: EDUSC, 1999.

É por isso que, ainda conforme Aquino, com o recrudescimento do regime em 1968, devido à publicação do AI-5, o jornal colocou-se na oposição. E publicou o editorial “Instituições em Frangalhos” criticando os ataques contra a liberdade de expressão, um dos princípios do liberalismo. Assim, “os excessos do regime são qualificados com a alcunha de ‘ditadura militar’. Mais uma vez, os governantes ultrapassam o poder a eles conferido. Portanto, nas normas do Liberalismo lockeano, nada mais justo do que a manifestação da sociedade civil.”⁶⁷ Esta questão da postura oposicionista assumida pelos proprietários de *OESP* no pós-AI-5 vai ser retomada e contestada nos próximos capítulos quando analisarmos o caso do *Jornal da Tarde*. Neste sentido, o discurso da família Mesquita hoje em dia é o de que foi contrária ao regime a partir da decretação do AI-5 e esta visão foi corroborada por Aquino. Neste trabalho, apresentamos uma diferente análise da relação da família Mesquita com os militares, ou seja, ela permaneceu favorável ao governo em assuntos políticos importantes mesmo no pós-AI-5. Este caráter inconstante dos princípios de *OESP* foi demonstrado por Francisco Fonseca:

“O mote liberal de *OESP*, propagandeador do pluralismo democrático quanto às visões de mundo, correntes de pensamento e atitudes políticas, entre outros, é constantemente infringido tendo em vista circunstâncias concretas que, suposta ou realmente, colocassem em risco os interesses que defende. Aos agentes sociais e às idéias que, direta ou indiretamente, de forma ostensiva ou não, contestassem a essência de seus princípios..., sua atitude não será propriamente democrático/pluralista. Nos âmbitos partidários, sindical, ideológico, acadêmico e religioso a contrariedade em relação ao “outro” se expressa sob a forma de intolerância, por excelência fundada no *autoritarismo* e, portanto, não pluralista”.⁶⁸

O liberalismo defendido pelos representantes de *OESP* não difere da postura de outros liberais. A característica primordial dos seus princípios é a defesa da propriedade e, por isso, os representantes do liberalismo no Brasil deixavam de lado as liberdades civis ou a defesa do não intervencionismo do Estado quando achavam que existia qualquer tipo de ameaça aos seus privilégios. Ou melhor, havia uma justificativa dentro da própria concepção liberal para invocação do Estado forte em defesa da propriedade. Neste sentido, a teoria de John Locke é paradigmática: “A propriedade é definida como um direito *natural* do homem, sendo esta a noção fundamental que orienta o conjunto de proposições

⁶⁷ Idem. p. 20.

⁶⁸ Francisco C. P. da Fonseca, op. cit., p. 106.

(liberdade, igualdade, vontade, justiça, necessidade, trabalho) expressa na obra do autor”.⁶⁹ Assim, os que possuíam propriedade eram considerados os “eleitos” e justificavam, desta maneira, a desigualdade, podendo até mesmo “explorar” os despossuídos. A liberdade era definida apenas para os proprietários, os demais setores sociais deveriam se contentar com a sua “função” e o seu “lugar” na sociedade sem contrariar a ordem e a estrutura existentes. Temos, então, a dominação de forma “natural”, sendo os princípios liberais válidos para a sociedade como um todo, mas de acordo com os interesses dos proprietários.⁷⁰

“As medidas de controle social que propõem ou apóiam, em nome da pacificação da sociedade, visam ao reforço da dominação. (...) O movimento peculiar da ideologia o caracteriza: o inimigo é convertido em agressor, devendo sofrer as conseqüências da quebra da lei. O dominado (inimigo virtual e efetivo) é visto como culpado de crimes contra a propriedade. (...) As concepções sócio-médicas que visam a detectar doenças no organismo social e curá-las são bem aceitas pelos liberais, que temem a explosão da ‘massa famélica e selvagem’ capaz de desagregar o ‘organismo social’.”⁷¹

Os defensores do liberalismo no Brasil sempre buscaram uma justificativa ideológica para a preservação da ordem, do equilíbrio e da coesão social. Neste sentido, os liberais reformulavam constantemente a sua prática política “de acordo com as necessidades impostas pela luta social. A luta dos dominados os obrigou a rever posições e refazer alianças sempre tendo em vista o reforço da dominação”.⁷² Assim, os liberais preferiam ser vítimas da “tirania do poder” do que da “tirania das massas”. O “tirano” recusava-lhes a liberdade, mas protegia seus bens.⁷³

Maria Helena Capelato abordou esta questão, que a nosso ver, é fundamental. Em seu outro livro, *O Bravo Matutino* sobre o jornal *O Estado de S. Paulo* (1927-37) em co-autoria com Maria Lígia Prado, a questão da presença das massas no cenário político não foi analisada. A historiadora Maria Aparecida de Aquino também não tratou deste assunto quando estudou a atuação de *OESP* durante a ditadura (1964-85) e o seu apoio ao golpe. As autoras preferiram apontar na postura do jornal a influência da concepção lockeana. Para Capelato, “o estado de natureza descrito por teóricos do liberalismo (Locke, entre outros) é

⁶⁹ Maria Helena Capelato, op. cit., pp. 72-73.

⁷⁰ Ver C. B. Macpherson. “Locke on Capitalist Appropriation”. In: *Western Political Quarterly*, vol.4, nº4, December, 1951 e “The Social Bearing of Locke’s Political Theory”. In: *Western Political Quarterly*, 7(1):1-22, March, 1954.

⁷¹ Maria Helena Capelato, op. cit., p. 137.

⁷² Idem. p. 241.

⁷³ Ver Maria Helena Capelato, op. cit., p. 246.

internamente homogêneo, pacífico, justo e nele o crime não deveria ter lugar. Essa descrição, porém, oculta a existência de uma sociedade dividida, cuja coesão se mantém pelo terror. Ela é violenta, e a execução de sua lei (natural) é implacável para os que estão fora do grupo”. Por isso, “a sociedade atua contra os transgressores em *legítima defesa*”.⁷⁴

Enquanto para Aquino:

“John Locke admite que para viver coletivamente e, ao mesmo tempo, defender os direitos naturais do indivíduo, para que o estado de natureza não se converta em estado de guerra, os homens igualmente livres estabelecem um pacto social que cria a sociedade civil. O governante, entretanto, apenas deve executar as leis naturais preservando a vida, a liberdade e a propriedade. Seu poder de governante é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando. Assim, apesar de defender a democracia, *OESP* entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil”.⁷⁵

As concepções de Locke apontadas pelas autoras são fundamentais para a análise de *OESP*. Mas, gostaríamos de acrescentar e destacar a influência no ideário do jornal também de autores liberais do século XIX, quando se faz visível na Europa a pressão das massas populares. Este será um novo “problema” para os liberais do século XIX, pois achavam que esta participação poderia comprometer a democracia. Diferentemente dos primeiros teóricos do liberalismo, os autores posteriores lidaram com o que denominaram de “tirania da maioria”. Dentre eles destacam-se Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill e Benjamin Constant. Em nossa visão, estes autores são essenciais para entendermos a postura de *OESP* frente ao golpe de 64.

A “Tirania da Maioria”

Autores como Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill e Benjamin Constant são fundamentais para este trabalho, pois levantaram uma nova questão a ser analisada pelo liberalismo, ou seja, a pressão das massas por uma maior participação no cenário político. Este “problema” não foi presenciado nas mesmas proporções por liberais anteriores que estavam mais preocupados em apontar os limites do poder do Estado do que impor limites à participação política dos indivíduos.

⁷⁴ Idem. p.136.

⁷⁵ Maria Aparecida de Aquino, op. cit., p. 13.

Conforme Reginaldo Moraes, os liberais clássicos do século XVII e XVIII identificados com autores como Locke, Smith, Montesquieu, Hume e Kant vão ser reformulados e reinterpretados pelos liberais do século XIX. Esta revisão se dá em duas direções:

- 1) quanto às razões e proporções da intervenção estatal sobre as atividades econômicas;
- 2) quanto ao chamado problema democrático (ou, mais especificamente, quanto aos limites que podem ou devem ser impostos à participação política).⁷⁶

Este segundo item nos interessa mais diretamente, pois para os autores que fizeram a releitura dos princípios liberais, o indivíduo deveria se proteger contra as massas e encontrar os mecanismos institucionais para impedir o avanço desse “perigo”. “O pensamento liberal (e conservador) irá desenvolvendo a percepção de que na verdade poderia estar diante de uma *única* ameaça, ainda mais forte: a liberdade individual, cada vez mais identificada com a propriedade privada, estará sob o cerco de um Estado tomado pelas massas, ou, pelo menos, um Estado demasiado vulnerável à nociva opinião das massas.”⁷⁷

O liberalismo do século XIX alarga a esfera do privado, afirmando que “só o indivíduo é o limite para suas decisões particulares”. Já a conquista da igualdade poderia ser ameaçadora:

“Por um lado, pode destruir as individualidades, obrigando os homens a se comportarem segundo padrões estabelecidos socialmente; por outro, há sempre a ameaça da tirania de um Estado, legitimado por uma massa de iguais, em que minorias dissidentes não encontrariam espaço político para se manifestar. (...) Assim, esse novo liberalismo volta-se ao mesmo tempo contra a sociedade e o Estado, mas sabe também que não pode passar sem eles. O seu trabalho constantemente será buscar os limites necessários de uma ou de outra dominação”. Desta maneira, “se a sociedade e Estado existem e são necessários para evitar a desordem e a anarquia, suas funções e poderes devem ser limitados, de tal forma que a massa e a maioria não sejam impositivas e o poder do Estado não destrua o indivíduo e suas criações.”⁷⁸

A visão dos liberais do século XIX em relação ao que consideravam a imposição da vontade das massas aos indivíduos e às minorias ficou conhecida pela expressão “tirania da

⁷⁶ Ver, Reginaldo C. Corrêa de Moraes. “O liberalismo revisitado: os limites da democracia.” In: *Textos Didáticos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 35, fev/1999, p. 7.

⁷⁷ Idem. p. 8.

⁷⁸ Celina N. Galvão Quirino. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade – uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, pp. 33-34.

maioria”. Alexis de Tocqueville (1805 – 1859), em sua obra clássica, *A Democracia na América* – cujo primeiro volume foi publicado em 1835 e o segundo em 1840 – dizia que a democracia e a igualdade eram inevitáveis e, por isso, era preciso evitar o despotismo que poderiam acarretar. A ameaça que derivava da democracia como forma de governo era a “tirania da maioria”. A respeito disso, Bobbio afirma:

“O princípio da maioria é um princípio igualitário na medida em que pretende fazer com que prevaleça a força do número sobre a força da individualidade singular; repousa sobre o argumento de que existem mais cultura e mais sabedoria em muitos homens reunidos do que num só, no número mais do que na qualidade dos legisladores. É a teoria da igualdade aplicada à inteligência. Entre os efeitos deletérios da onipotência da maioria, estão a instabilidade do Legislativo, a conduta freqüentemente arbitrária dos funcionários, o conformismo das opiniões, a redução do número de homens ilustres na cena política. Para um liberal como Tocqueville, o poder é sempre nefasto, não importa se régio ou popular.”⁷⁹

O principal problema, para Tocqueville, era a manutenção da liberdade dos indivíduos frente à imposição da opinião da maioria:

“Tomada coletivamente, a maioria é apenas um indivíduo cujas opiniões e, freqüentemente, interesses são opostos aos de outro indivíduo, intitulado minoria. Se se admite que um homem possuindo poder absoluto pode usar, erradamente, esse poder fazendo mal a seus adversários, por que não será a maioria passível de uma censura? (...) Sou, portanto, de opinião que o poder social superior a todos os outros deve ser sempre colocado em algum lugar; mas julgo que a liberdade está em perigo quando esse poder não encontra obstáculos que possam retardar seu curso e lhe dar tempo para moderar sua própria veemência.”⁸⁰

Na democracia, para o autor, encontrava-se uma tensão entre a busca da igualdade e a manutenção da liberdade. O equilíbrio entre ambas era precário e este era o grande perigo dos regimes democráticos, pois quando prevalecia a igualdade nesta relação, isto poderia levar à “tirania da maioria.” O grande perigo para a democracia seria, então, a progressiva realização do ideal igualitário, pois este levaria a um nivelamento e o seu resultado final seria o despotismo: primeiro, através do aparecimento de uma sociedade de massa que subjugaria a opinião divergente das minorias ou de indivíduos diferenciados, realizando uma “tirania da maioria”; e segundo, através do surgimento de um Estado autoritário-despótico, amparado pelo consenso estabelecido pela vontade da maioria. A maioria, assim, teria um grande poder no regime democrático e isto poderia colocar a liberdade dos

⁷⁹ Norberto Bobbio. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 58.

⁸⁰ Alexis de Tocqueville. *A Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-USP, 1969, pp. 133-134.

indivíduos em perigo. Como Tocqueville priorizava a liberdade, ele discordava deste caminho que o regime democrático seguiria rumo ao despotismo.

Uma solução para esta situação estava na existência de instituições que poderiam desenvolver uma maior descentralização administrativa e levariam os cidadãos a se associarem para defender os seus direitos. Além disso, a existência de uma constituição e de leis garantiria a manutenção das liberdades fundamentais necessárias à convivência da igualdade com a liberdade. A liberdade, para Tocqueville, era essencial para que houvesse uma maior participação dos indivíduos na sociedade e, desta maneira, impossibilitaria a existência do despotismo. Mais uma vez, a igualdade torna-se um ideal a se realizar:

“A igualdade, na propriedade, na riqueza, a igualdade econômica em geral, não é portanto para Tocqueville o elemento essencial para se configurar uma situação de igualdade de condições. (...) Pode aparecer no princípio, no meio, ou ser um fim de um processo democrático, e, por isso mesmo, pode também permanecer apenas como alvo a ser atingido, nunca vindo a existir realmente.”⁸¹

O ideal de igualdade na sociedade burguesa esbarra na questão da manutenção da propriedade. Desta maneira, é necessária, em primeiro lugar, a existência da liberdade mas, mais especificamente, uma liberdade para acumular.

Norberto Bobbio mostrou que Tocqueville se aproximava da ala mais conservadora do pensamento europeu, pois este não demonstrou a menor hesitação em antepor a liberdade do indivíduo à igualdade social. “Considerada a democracia não como conjunto de instituições das quais a mais característica é a participação do povo no poder político, mas como sistema que exalta o valor da igualdade não só política como social (igualdade das condições em prejuízo da liberdade), Tocqueville se revela sempre um escritor liberal e não-democrático.”⁸² O essencial, para Tocqueville, era buscar as raízes da democracia na sociedade civil e não no Estado e, desta maneira, era a condição social que influenciava a vida política.

A prioridade da liberdade em detrimento da igualdade, na concepção de Tocqueville, faz com que, para ele, embora a liberdade fosse um direito dos indivíduos institucionalizada através de leis, isto não garantisse a sua existência na sociedade. Esta garantia só seria possível pela ação política dos cidadãos e sua participação nos negócios

⁸¹ Celina N. Galvão Quirino, op.cit., p. 65.

⁸² Norberto Bobbio, op. cit., p. 57

públicos. Esta participação dos indivíduos deveria ocorrer num ambiente de liberdade política e este era o remédio para se combater os males que a igualdade poderia produzir na sociedade.⁸³

Na mesma linha de argumentação de Tocqueville, temos John Stuart Mill (1806-1873), seu contemporâneo e amigo. Teórico expressivo do liberalismo do século XIX, sua obra recebeu diferentes leituras e interpretações. Alguns classificam Mill enquanto conservador e outros o aproximam do pensamento liberal democrático e até mesmo das idéias socialistas. Neste trabalho, apesar de concordarmos com os avanços importantes realizados por Mill em relação à defesa da liberdade de pensamento, à defesa do governo representativo e da diversidade social, focalizaremos os aspectos conservadores de sua concepção que acreditamos serem inerentes ao próprio liberalismo. Neste sentido, o cerne liberal que prioriza a liberdade dos indivíduos proprietários é esclarecedor na obra de Mill. Um dos seus principais livros, *Sobre a Liberdade*, trata deste assunto, ou especificamente, dos limites que a sociedade legitimamente pode exercer sobre a liberdade dos indivíduos, tanto em relação às imposições legais quanto em relação à imposição da opinião pública. Como percebeu Bobbio:

“Seguindo a trilha da tradição do pensamento liberal, a liberdade pela qual se interessa Mill é a liberdade negativa, ou seja, a liberdade entendida como situação na qual se encontra um sujeito (que tanto pode ser um indivíduo quanto um grupo que age como um único) que não está impedido por uma força externa de fazer aquilo que deseja. Trata-se para Mill, então, de formular um princípio à base do qual sejam estabelecidos, por um lado, os limites nos quais é lícito ao poder público restringir a liberdade dos indivíduos; por outro lado, e correspondentemente, o âmbito no qual os indivíduos ou os grupos possam agir sem encontrar obstáculos no poder do Estado; trata-se, então, em outras palavras, de delimitar a esfera privada com respeito à pública de modo que o indivíduo possa gozar de uma liberdade protegida contra a invasão por parte do poder do Estado, liberdade esta que deverá ser a mais ampla possível no necessário ajustamento do interesse individual ao interesse coletivo”.⁸⁴

Desta maneira, Mill não foge à tradição liberal que relaciona a liberdade dos indivíduos à limitação do poder do Estado e da sua interferência na esfera privada. O indivíduo não deveria ter barreiras em relação àquilo que dizia respeito a si próprio, desde que este não prejudicasse outros indivíduos na sociedade. Para o autor, uma interferência do Estado só era justificada quando se pusesse em risco a proteção da sociedade, ou seja, quando um cidadão causasse danos a outros. Os bens que os indivíduos possuíam, tanto

⁸³ Alexis de Tocqueville, op. cit., p. 229.

⁸⁴ Norberto Bobbio, op. cit., p. 65.

materiais quanto morais, não justificavam qualquer tipo de intervenção. Neste sentido, Mill confirma e defende o que outros liberais já haviam proposto: o Estado não deveria interferir nas posses dos indivíduos, mas sim protegê-las. No entanto, nessa altura, uma nova questão se colocava aos liberais do século XIX, principalmente a Mill que vivenciava o apogeu da Revolução Industrial na Inglaterra: “Ao tempo de Stuart Mill, a questão candente que desafiava a imaginação das elites políticas inglesas era a incorporação ‘pacífica’ da massa de trabalhadores depauperados pela industrialização, que batiam às portas do sistema político.”⁸⁵ A presença das massas deveria ser enfrentada pelos liberais. O desafio era como incorporá-las à sua concepção, sem que a sua opinião pudesse influenciar de alguma maneira o poder do Estado:

“O conceito de que o povo não precisa limitar seu poder sobre si mesmo podia parecer axiomático quando o governo popular não passava de um sonho, ou de algo que se lia ter existido em algum período remoto do passado.” Agora, “o ‘povo’ que exerce o poder não é sempre o mesmo povo sobre quem o poder é exercido, o falado *self-government* não é o governo de cada qual por si mesmo, mas o de cada qual por todo o resto. Ademais, a vontade do povo significa praticamente a vontade da mais numerosa e ativa parte do povo – a maioria, ou aqueles que logram êxito em se fazerem aceitar como a maioria. O povo, conseqüentemente, pode desejar oprimir uma parte de si mesmo, e precauções são tão necessárias contra isso quanto contra qualquer outro abuso de poder.”⁸⁶

Stuart Mill pensava que se deveria impor limites à interferência da opinião coletiva na independência individual para evitar o despotismo político. Conforme Moraes:

“Agora, seria necessário conter as tendências niveladoras e eventualmente despóticas da própria maioria popular, o que se conseguiria limitando o governo. Com isso, evitar-se-ia um governo anti-liberal, mas era necessário igualmente construir instituições que evitassem, também, uma sociedade anti-liberal. Esse contexto institucional mais amplo, relativo ao conjunto da sociedade, mereceria a atenção de Mill. Uma opinião pública niveladora, intolerante, opressiva mesmo, colocava em risco a individualidade cultuada pelos antigos liberais.”⁸⁷

Nas palavras de Mill:

⁸⁵ Elizabeth Balbachevsky. “Stuart Mill: liberdade e representação.” In: Francisco Weffort (org.), *Os Clássicos da Política (Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx) – 2º volume*. São Paulo: Ática, 1989, p. 193.

⁸⁶ John Stuart Mill. *Sobre a Liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991, pp. 47-48.

⁸⁷ Reginaldo C. Corrêa de Moraes, op. cit., p. 28

“Importa ainda o amparo contra a tirania da opinião e do sentimento dominantes: contra a tendência da sociedade para impor, por outros meios além das penalidades civis, as próprias idéias e práticas como regras de conduta, àqueles que delas divergem, para refrear e, se possível, prevenir a formação de qualquer individualidade em desarmonia com os seus rumos, e compelir todos os caracteres a se plasmarem sobre o modelo dela própria. Há um limite à legítima interferência da opinião coletiva com a independência individual. E achar esse limite, e mantê-lo contra as usurpações, é indispensável tanto a uma boa condição dos negócios humanos como a proteção contra o despotismo político.”⁸⁸

A defesa da participação dos cidadãos no sistema eleitoral, assim como a defesa do voto proporcional para eleger representantes das minorias, e também a presença de espaços que permitissem a liberdade de expressão e de associação eram os remédios que Mill propunha ao “problema da tirania da maioria”.

No entanto, segundo Bobbio, o princípio da liberdade era destinado apenas para indivíduos na plenitude de suas faculdades. “Não vale para os menores de idade, ainda sujeitos à proteção paterna, e não vale para as sociedades atrasadas, que podem ser em bloco consideradas como formadas por menores de idade”. Por isso, “o despotismo é uma forma legítima de governo quando se está na presença de bárbaros, desde que o fim seja o progresso deles e os meios sejam adequados para a sua efetiva obtenção”.⁸⁹ Conforme Mill, em estados sociais atrasados, “um governante animado do espírito de aperfeiçoamento é justificado de usar quaisquer expedientes para atingir um fim talvez de outra maneira inatingível. O despotismo é um modo legítimo de governo quando se lida com bárbaros, uma vez que se vise o aperfeiçoamento destes, e os meios se justifiquem pela sua eficiência atual na obtenção desse resultado”.⁹⁰ Esta é uma questão bastante peculiar do liberalismo, ou seja, os benefícios propostos na sua concepção são apresentados, inicialmente, como destinados à toda população, mas, no decorrer do desenvolvimento dos propósitos dos autores liberais, percebemos como o tempo todo estão conversando entre proprietários. Os indivíduos considerados atrasados “intelectualmente” não eram dignos de liberdade, pois esta era destinada aos indivíduos de posses. Para os outros, deveria existir uma “elite esclarecida” que os guiasse e, desta maneira, a opinião das massas “não esclarecidas” seria contida e não prejudicaria a estrutura social desejada pelos liberais. Neste sentido, Mill está de acordo com o pensamento liberal de sua época presente nas palavras de Benjamin

⁸⁸ John Stuart Mill, op. cit., pp. 48-49.

⁸⁹ Norberto Bobbio, op. cit., p. 67.

⁹⁰ John Stuart Mill, op. cit., p. 54.

Constant (1767-1830) em seu livro *Princípios políticos aplicados ao governo representativo*:

“Os direitos dos cidadãos são a liberdade individual, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, o usufruto da propriedade, a garantia contra toda arbitrariedade. (...) Em nossas sociedades atuais, o nascimento no país e a maturidade da idade não são suficientes para conferir a todos os homens as qualidades próprias ao exercício da cidadania. Aqueles que a pobreza retém numa eterna dependência e que condena a trabalhos cotidianos não são pessoas esclarecidas, conhecem os negócios públicos tanto quanto uma criança. Não sabem pensar. E têm tanto interesse na prosperidade nacional quanto os estrangeiros, pois não conhecem os elementos fundamentais da economia nacional e só indiretamente participam de suas vantagens. Não quero ser injusto com as classes laboriosas. Não são menos patriotas do que as outras. (...) Mas, o patriotismo, que dá coragem para morrer pelo seu país, é uma coisa, e outra coisa bem diferente é ser capaz de conhecer os seus próprios interesses. Assim, a condição para ser um cidadão politicamente reconhecido é o lazer, indispensável para a aquisição das Luzes e a retidão do julgamento. Somente a propriedade assegura o lazer e, portanto, somente a propriedade torna os homens capazes de direitos políticos”.⁹¹

Queremos chamar atenção aqui para o fato de que Mill, como um autêntico liberal, associa a liberdade com a acumulação e a manutenção da propriedade. “A única liberdade que merece o nome é a de procurar o próprio bem pelo método próprio, enquanto não tentamos desapossar os outros do que é seu, ou impedir seus esforços para obtê-lo”.⁹² O respeito à propriedade assim como a liberdade para acumular deveriam ser garantidos. Desta maneira, Mill defendia a liberdade econômica e a propriedade enquanto um reconhecimento do direito de cada pessoa ao que ela própria produziu. Ele não discutia se o acesso à produção era dado de forma igual para todos, ou seja, os “mais capacitados” tinham direito às suas conquistas, à sua propriedade e os “não capacitados” deveriam aceitar o seu destino e reivindicar apenas dentro de certos limites. Esta contradição interna do sistema capitalista e esta liberdade falseada foram evidenciadas por Karl Marx. Os liberais, ao contrário, procuraram legitimá-la.

Mill mostrou outro traço conservador em um assunto que é festejado por alguns autores⁹³ como o grande avanço de sua concepção, ou seja, o sufrágio universal. Como lembra Bobbio, apesar de pregar o voto feminino, “o sufrágio universal é um ideal limite, pois Mill exclui do direito de voto os analfabetos e os que vivem de esmolas nas paróquias”. Além disso, a participação da população no sistema eleitoral estaria

⁹¹ Citado em Marilena Chauí. *Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, pp. 41-42.

⁹² John Stuart Mill, op. cit., p. 56.

⁹³ Ver Elizabeth Balbachevsky, op. cit.

determinada também pelas posses dos indivíduos: nas eleições deveriam participar “tanto as classes abastadas (que sempre constituem uma minoria da população que tende naturalmente a prover aos próprios interesses exclusivos) quanto as classes populares, desde que paguem um imposto por menor que seja.”⁹⁴ Mill encarava como totalmente inadmissível a participação do sufrágio de uma pessoa que não soubesse ler, escrever ou executar as operações comuns de aritmética. E mais:

“...considero óbvio o fato de que o recebimento de uma ajuda financeira por parte do governo representa uma exclusão peremptória do direito de votar. A pessoa que não consegue viver de seu próprio trabalho não tem o direito de se servir do dinheiro dos outros. Ao tornar-se dependente dos outros membros da comunidade para a sua própria subsistência, a pessoa abdica de sua igualdade com relação aos demais”.⁹⁵

A representação no governo, conforme Mill, deveria ser destinada a uma “elite esclarecida”, pois a única maneira de suprir ou corrigir os instintos da maioria democrática seria através de uma minoria instruída:

...“é absolutamente necessário, dentro da concepção entendida e elevada do bom governo, que o sufrágio seja o mais largamente distribuído. Contudo, neste estado de coisas, a grande maioria dos eleitores, em quase todos os países e muito especialmente neste aqui, seria constituída de trabalhadores manuais; e o duplo perigo de um baixo nível de inteligência política e de uma legislação de classe continuaria a existir em um grau considerável. (...)...muito embora todos devam ser ouvidos – *que todos devam ter vozes iguais é uma proposta diametralmente diferente.* (...) Se, com virtudes iguais um é superior ao outro em sabedoria e inteligência – ou se, com inteligência igual, um é superior ao outro em virtude – a opinião, o julgamento do ser superior moral ou intelectualmente valem mais do que os do inferior...”⁹⁶

Apesar de defender uma participação de todos em relação ao direito de opinar sobre questões que envolvem seus interesses, Mill prioriza a opinião dos “mais instruídos” como a mais habilitada para dar a palavra final sobre diferentes pontos de vista. Assim, a palavra de um trabalhador não teria o mesmo peso da palavra do patrão. Como critério para estabelecer a superioridade de uma determinada opinião, o autor usa a educação e, na falta desta, a posição das pessoas em relação à propriedade dos meios de produção:

“A única coisa que justifica o fato de a opinião de uma pessoa valer mais do que as outras é a superioridade mental individual; e o que se exige são os meios apropriados para conferir esta

⁹⁴ Norberto Bobbio, op. cit., pp. 69-70.

⁹⁵ John Stuart Mill. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 91.

⁹⁶ Idem. p. 92. (grifos meus).

superioridade. Se existisse algo como uma educação realmente nacional, ou um sistema de aferição geral digno de confiança, a educação poderia ser tomada como critério direto. Na falta desses meios, a natureza das ocupações das pessoas é uma espécie de aferição. Um empregador é geralmente mais inteligente que um trabalhador, uma vez que deve trabalhar com a cabeça, e não apenas com as mãos...⁹⁷

Desse modo, a visão liberal cerca-se de vários subterfúgios para garantir o interesse dos proprietários nas decisões governamentais. A voz dos despossuídos é aclamada dentro dos limites da ordem burguesa. A representação dos trabalhadores nunca pode ser superior a de seus patrões e a cooptação é necessária para o bom funcionamento da sociedade.

O problema das análises de Tocqueville e Mill não é que defendam os direitos das minorias e o respeito pelas suas opiniões, já que elas não podem ser massacradas pelos ditames da maioria. O problema é que a análise destes autores acaba priorizando uma única questão: a propriedade. O medo deles é que a “tirania da maioria” mexa com a estrutura econômica e política de poder. Desta maneira, a opinião individual deveria ser preservada, e mais do que isso, os bens particulares deveriam ser preservados, o que proporcionaria, segundo eles, o bem-estar de todos na sociedade. Além disso, a garantia dos direitos individuais e, portanto, o foco no indivíduo representa o principal fundamento para que a democracia se perpetue. A opinião dos cidadãos “esclarecidos” não deveria ser sufocada pela imensa maioria “irracional”. Só assim, a sociedade funcionaria bem e a democracia obteria sucesso.

O liberalismo do *Estadão*

Ao destacarmos a análise dos liberais do século XIX, queremos acrescentar a influência das suas novas inquietações na ideologia do jornal *O Estado de S. Paulo*. Neste sentido, uma das necessidades de invocação do Estado forte foi barrar a “opinião nociva das massas” nas decisões governamentais. A presença de indivíduos “pensantes” no governo e, entre eles a imprensa “responsável”, ajudaria no bom desenvolvimento do Brasil. A prioridade era a manutenção da ordem burguesa e o controle das tensões sociais em detrimento das garantias constitucionais.

⁹⁷ Idem. p. 93.

A grande imprensa brasileira, em geral, agindo em nome de seus interesses, apoiou a ditadura, esquecendo-se de que um dos princípios fundamentais do liberalismo é a liberdade do indivíduo frente ao Estado. No entanto, os próprios autores liberais defendem a destituição de governos quando estes não protegem a propriedade. Baseado neste temor, *OESP* acreditava na necessidade de um período de exceção para se preservar o poder de setores da elite. Mais do que a destituição do governo, a imprensa apoiou a ditadura para garantir a sua influência nas instituições políticas. Queriam a continuação do Estado burguês, mas não populista. As conseqüências disso, contudo, não foram as desejadas.

Vemos, então, a complexa relação entre os meios de comunicação e o Estado. Isto porque, no Brasil, em geral, o jornal não pertence ao Estado, ou seja, é uma atividade privada (os detentores do poder de Estado não necessariamente são proprietários de órgãos de imprensa). De acordo com Marcondes Filho, “sua proximidade vem da origem de classe, da ideologia de uma forma geral e do trânsito em esferas comuns”. Assim, o Estado é o órgão institucionalizador da ideologia e da política de classes como sendo da sociedade inteira. “O Estado é, acima de tudo, o locus de conservação da realidade, de realização efetiva e normativa dos imperativos de classe, o lugar em que, segundo Marx, os indivíduos da classe dominante fazem valer suas instituições comuns. Por meio do Estado a dominação da classe burguesa dá um caráter global, coletivo (de interesse da sociedade toda) aos seus interesses particulares”.⁹⁸ Este mesmo princípio é utilizado pelos jornais, ou seja, os seus valores são transmitidos à sociedade como comuns a todos e em benefício de todos. Mas, na realidade, eles representam grupos da classe dominante e defendem interesses particulares. Desta maneira, é na utilização da notícia “que se manifestam os processos menos democráticos de formação de opinião, porque os jornais são epifenômenos das grandes correntes de opinião, conduzidos pelas classes em conflito, classes essas que carregam, cada qual, grupos em constante disputa pelo poder.”⁹⁹ Portanto, os jornais fazem parte deste jogo de forças da sociedade e ajudam a reforçar a manutenção da ordem capitalista. É neste contexto que os princípios liberais foram defendidos pelo *OESP*, ou seja, num jogo de oposição e adesão ao Estado tendo em vista os interesses da

⁹⁸ Ver Ciro Marcondes Filho. *O Capital da Notícia – jornalismo como produção social de segunda natureza*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989, pp. 77-79.

⁹⁹ Idem. p. 13.

fração dos proprietários que o jornal defendia. Ou, além disso, tendo em vista a resistência ao avanço do “perigo comunista”.

A partir disso, verificamos que o liberalismo de *OESP* mostrou seu caráter conservador no sentido de defender os seus interesses de classe, independentemente da defesa conjunta de princípios democráticos. No Brasil, assim como na Europa, o liberalismo serviu à classe economicamente dominante como uma concepção que orientava a defesa de seus interesses. Ou seja, a igualdade e a liberdade não significavam a distribuição de poder para todos os cidadãos, mas apenas para as elites proprietárias e, a partir disso, exigiam a garantia e segurança dos direitos individuais e políticos. Aqui, desde o sistema colonial até a proclamação da República, os liberais brasileiros não mobilizaram toda a população contra uma ordem instituída que prejudicava seus interesses, pois tínhamos uma sociedade escravocrata. Assim, o combate ao poder que prejudicava o pleno desenvolvimento das relações capitalistas deu-se a partir dos grandes proprietários. Após a República, nos momentos de crise social e manifestações populares, os liberais, de maneira geral, apoiaram o Estado interventor como a solução para garantir a ordem burguesa.

No Brasil, a consolidação do liberalismo teve o propósito de fundamentar, primeiramente, o poder dos proprietários de terra ligados à exportação livrando-os do poder da Metrópole. E, depois disso, as idéias liberais continuaram a orientar a classe dominante contra a “ameaça” popular. É por isso, portanto, que a chegada das idéias liberais no Brasil serve de exemplo de como o caráter intrínseco do liberalismo é ser, ao mesmo tempo, conservador. Os seus pressupostos políticos são esquecidos em nome da permanência do poder econômico.

Como se verá, este caráter conservador do liberalismo aparece na análise do *Jornal da Tarde* durante a ditadura militar brasileira. A atitude política da família Mesquita permaneceu a mesma tanto em *OESP* quanto no *JT*, pois os editoriais, em ambos os jornais, eram escritos por um membro da família ou por um jornalista em sintonia com o seu pensamento.

O apoio dos proprietários de *O Estado* ao golpe de 64 continuou por meio do *Jornal da Tarde*. No estudo do jornal constatamos que, na realidade, a consciência dos liberais não se apresentou tão dilacerada assim, visto que não só a política econômica do governo mereceu aplausos dos proprietários do *JT*, mas também muitas de suas medidas políticas.

Mesmo no pós-AI-5, o periódico mostrou-se bastante flexível e favorável às decisões do governo. O grande álibi do *JT*, ao apresentar hoje em dia um discurso de resistência à ditadura, foi ter recebido censura prévia. Mas este discurso não esclarece que foram feitas concessões ao jornal para informar aos seus leitores sobre a presença da censura. Na verdade, esta só ocorreu devido a um conflito entre grupos da elite civil e militar, sendo a suspensão da censura negociada de forma amigável entre os proprietários do *JT* e o governo.

A família Mesquita apresentava os princípios do liberalismo enquanto os ideais para a sociedade brasileira. Enfrentando situações concretas de conflitos, soube usar a defesa de uma ideologia para “disciplinar” os protestos sociais. Assim, para garantir o bem-estar dos indivíduos proprietários, não hesitou em apoiar um dos períodos mais sombrios de nossa história.

CAPÍTULO II: *Jornal da Tarde* – “bonito, mas bem comportado”

Neste capítulo procuraremos situar o *Jornal da Tarde* no contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil.¹⁰⁰ A modernização da imprensa ocorreu em diferentes jornais e o *JT* inclui-se entre seus principais exemplos.¹⁰¹ As inovações gráficas promovidas no periódico tinham o intuito de apresentá-lo enquanto um produto agradável e de fácil leitura. O objetivo era conseguir o aumento das vendas nas bancas. Segundo Alzira Alves de Abreu:

“A modernização dos meios de comunicação foi, para os militares, parte de uma estratégia política ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país compunha um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais no campo político. Para a concretização desse projeto, os militares estimularam a formação de grandes redes, o que exigiu grandes investimentos. Foi nesse período que surgiram os oligopólios da informação, formados com recursos obtidos junto ao governo. Não se deve esquecer que, nesses anos de regime militar, a imprensa, o rádio e a televisão já dependiam fundamentalmente da publicidade para sobreviver e que os maiores anunciantes eram as empresas estatais e instituições governamentais”.¹⁰²

No entanto, o jornal não é uma simples mercadoria, pois carrega consigo uma ideologia. Assim, o nosso objetivo aqui é analisar estas duas faces deste produto cultural. A partir disso, mostrar como as inovações tecnológicas não foram desvinculadas do projeto político do *Jornal da Tarde*. A utilização de uma linguagem mais simples, mais “leve”, para abranger um maior número de leitores, não significou a desistência do jornal em tentar formar a opinião de seu público de acordo com os princípios liberais. Desde a sua fundação, o *JT* apresentou-se enquanto um produto novo, mas que continuava seguindo fielmente a postura política de seu irmão mais velho, *O Estado de S. Paulo*.

¹⁰⁰ Para a análise do processo de consolidação da indústria cultural no Brasil, ver Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987 e Gisela Taschner. *Folhas ao Vento - análise de um conglomerado no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹⁰¹ “Só com a revista *Veja* e o *Jornal da Tarde* foi que o jornalista passou a viver de um emprego só. Isso é coisa de 1967, 68. Aí surgiu o jornalista profissional, mesmo. Também começaram a acontecer muitos avanços gráficos, que mostravam o enorme talento da imprensa brasileira para reformulações visuais.” Entrevista de Augusto Nunes a Alzira Alves de Abreu. In: Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha (orgs.). *Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 322.

¹⁰² Alzira Alves de Abreu. “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática.” In: Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Mônica Almeida Kornis. *Mídia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 23.

O *Jornal da Tarde* surgiu em 4 de janeiro de 1966, tendo como seu diretor de redação o jornalista Mino Carta. Esta data é importante para a empresa S. A. O Estado de S. Paulo, responsável pela publicação do *JT*, porque é a mesma de surgimento do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1875, ainda sob o nome de *A Província de S. Paulo*.

Em 1966, Julio de Mesquita Filho era o diretor de *O Estado de S. Paulo*. Ele possuía três filhos: o primogênito, Julio de Mesquita Neto, o do meio, Ruy Mesquita e o caçula, Luís Carlos Mesquita. Conforme vários jornalistas, Julio de Mesquita Filho resolveu criar o *Jornal da Tarde* para o filho do meio visto que o mais novo dirigia a Rádio Eldorado e a direção de *O Estado de S. Paulo* ficaria com o primogênito após a morte do pai (que ocorreria em 1969)¹⁰³. Mino Carta afirmou que a criação de um jornal vespertino era um projeto antigo da família Mesquita e ele foi convidado para levar a frente este projeto. No entanto, Julio de Mesquita Neto desejava que a criação do jornal fosse precedida de um ensaio realizado através de uma edição de esportes semanal no *Estadão*. Mino Carta aceitou o convite e organizou um pequeno grupo, embrião da futura redação do *Jornal da Tarde*, composto por jornalistas como Sérgio Pompeu, Francisco Gomes Pinto, José Carlos Maranhão e Hamilton de Almeida. A edição de esportes de *OESP* foi lançada em setembro de 1964:

“A gente trabalhava durante a semana preparando essa edição e aos domingos vinha um grupo de jornalistas, entre os quais Rolf Kuntz, Emílio Matsumoto, Carlos Brickmann, enfim, uma série de jornalistas vinha fortalecer a equipe para fazer a cobertura do domingo. A edição foi muito bem, teve muito sucesso, era uma edição sob certos pontos de vista, pioneira, porque era paginada de uma maneira diferente do *Estadão*, já assim pressentindo o que iria ser o *Jornal da Tarde* graficamente...”¹⁰⁴

Em agosto de 1965, Julio de Mesquita Neto chamou de novo Mino Carta para finalmente concretizar o projeto do vespertino. A edição de esportes do *Estadão* passou a ser dirigida por Luís Carlos Mesquita e o *Jornal da Tarde* ficou sob a direção de Ruy Mesquita. Nas palavras de Mino Carta:

“Aí eu comecei a compor a equipe e chamei para secretariar o jornal o Murilo Felisberto que nesse tempo estava com um pé na *Realidade*, a revista que a Abril pretendia lançar no

¹⁰³ Os jornalistas são: Moisés Rabinovici em entrevista na sede do *Jornal da Tarde* em 18/06/2002, Benedito Ferri de Barros em entrevista por e-mail em 23/03/2002 e Carlos Brickmann também em entrevista por e-mail em 16/04/2002. Brickmann ainda afirmou que um outro objetivo da criação do jornal foi “conquistar leitores jovens, o que foi feito com grande êxito”.

¹⁰⁴ Entrevista de Mino Carta à autora em 26/11/1999.

decorrer de 66. (...) E o Murilo que estava mais ou menos encaminhado para a *Realidade* acabou optando pelo *Jornal da Tarde*. A presença do Murilo ali foi importante na contratação de uma série de jornalistas mineiros, que era um pessoal que tinha trabalhado com ele na imprensa mineira, um grupo deles tinha trabalhado na revista *Alterosa* e, enfim, eram todos amigos do Murilo, que é mineiro e que ou tinha trabalhado com eles ou lhes conhecia a qualidade. Então, vieram nessa leva, Ivan Ângelo, Fernando Mitre, Carmo Chagas e muitos outros, um número relevante...”¹⁰⁵

Como podemos notar, Mino Carta destacou dois pontos importantes na criação do *Jornal da Tarde*: um intuito de diferenciar-se graficamente de *O Estado de S. Paulo* e o recrutamento de uma equipe de jornalistas já com experiência na imprensa alternativa e com intenções de inovar o jornalismo da época.

Uma outra razão para o surgimento do *JT* foi apontada pela historiadora Maria Aparecida de Aquino: o periódico foi “criado em 1966 com o propósito de fazer um jornalismo mais leve e irreverente do que o apresentado por *OESP*, propósito, aliás, que havia sido de *O Estadinho*, fundado, como uma edição noturna, em 1915, que teve porém, curta duração.”¹⁰⁶ Jorge Ribeiro também deu a sua versão: “o *JT* surgiu como reação à concorrência. O grupo Folha da Manhã controlava vários títulos, atingindo diversos segmentos do mercado. O *JT* veio preencher várias lacunas: como vespertino, cobria um período noticioso maior do que os matutinos; voltado para o leitor mais jovem, atingia um público diferente do *Estado*.”¹⁰⁷ Assim, a partir de um texto com uma linguagem mais coloquial, o *Jornal da Tarde* pretendia obter novos leitores, principalmente jovens que se recusavam a ler o *Estadão* por sua marca conservadora e golpista. Após seu lançamento:

“O *JT* passou a ser lido pelos estudantes porque falava sua língua, tratava os temas que interessavam a eles e que normalmente não eram cuidados pelo restante da imprensa. O *JT* tratava de comportamento, de rock, de esporte, de cidade, tudo com muito bom gosto, tudo com muito esmero no texto, na diagramação e na escolha de fotos, e sempre de maneira a surpreender o leitor com alguma novidade”.¹⁰⁸

O periódico fazia parte do projeto de modernização da empresa S. A. O Estado de S. Paulo, concretizado na criação de um órgão que atendesse às exigências do mercado. Além disso, o *JT* possuía o propósito de atrair os jovens leitores para o seu projeto social. A

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Maria Aparecida de Aquino, op. cit., p. 14 (nota de rodapé).

¹⁰⁷ Jorge C. Ribeiro. *Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense e Olho D'água, 1994, p. 47.

¹⁰⁸ Entrevista de Carlos Brickmann à autora por e-mail em 16/04/2002.

preocupação com o público jovem tinha um propósito, ou seja, não só de conquista de novos leitores, mas também de “educação” com o intuito de formação de uma postura liberal frente à sociedade. Isto porque, neste período, muitos estudantes assumiram uma posição crítica em relação ao regime ditatorial e se engajaram em movimentos de esquerda. Desta maneira, esta vinculação entre ideologia e indústria cultural esteve presente na história do *Jornal da Tarde* desde o seu surgimento. E isto pode ser verificado no editorial da sua primeira edição:

“Sim, o *Jornal da Tarde* é um produto do *O Estado de S. Paulo*. Nasce, pois, com uma tradição e nasce, principalmente, com uma enorme responsabilidade. (...) Mas entra na luta com seus próprios meios, com seu estilo próprio, o estilo vibrante, irreverente de um vespertino moderno que visa atingir um público diferente daquele que, normalmente, lê apenas os matutinos, cujo estilo deve ser, forçosamente, mais pesado e mais prolixo. O *Jornal da Tarde* vai para a mesma luta, em defesa da liberdade que é o fim do Homem na sua vida terrena, na procura da verdade que é o substrato das sociedades livres, como é a sociedade brasileira, graças, antes de tudo, àqueles que em posições de tamanha responsabilidade, como é a de um editor de jornais, souberam enfrentar o combate pelo seu aprimoramento com a coragem e o desprendimento sempre demonstrado pelos diretores de *O Estado de S. Paulo* ao longo de sua vitoriosa existência. O *Jornal da Tarde*, do ponto de vista ético, seguirá fielmente as normas implantadas pelo *O Estado de S. Paulo*. Nós sabemos que a garantia da liberdade é o senso de responsabilidade e que a essência da responsabilidade é a consciência das imposições da ética”.¹⁰⁹

Notamos primeiramente o destaque em relação à diferença de linguagem entre os jornais: o *OESP*, enquanto matutino, possuía um texto mais formal, mais prolixo, destinado a uma camada mais alta e intelectualizada da população; já o *JT* preocupava-se com uma linguagem mais leve, pois era destinado a um público mais jovem e de classe média.¹¹⁰ No entanto, se as diferenças de estilo já estão marcadas desde o início, os princípios ideológicos permanecem os mesmos. Enquanto defensores do liberalismo, seus proprietários clamam pela liberdade, mas, como forma de garanti-la, apoiaram o golpe de 64, como é sutilmente sugerido no editorial, em nome da ameaça ao “aprimoramento” da sociedade brasileira.

Como se sabe, durante a ditadura militar ocorreu a consolidação da indústria cultural no país. A imprensa modificou-se a partir de inovações gráficas e de linguagem,

¹⁰⁹ *Jornal da Tarde*, 04/01/1966, p. 4.

¹¹⁰ “A idéia era conquistar os leitores jovens e, à medida que fossem crescendo, passá-los para o *Estado*. É claro que isso não aconteceu: o leitor habituado a um jornal não passa com facilidade para outro. Mas o *JT* foi um sucesso durante um bom período de tempo”. Entrevista de Carlos Brickmann por e-mail em 16/04/2002.

sem perder o seu papel de propagadora de idéias. Houve uma série de alterações nos jornais, “não só na construção, na linguagem, na apresentação gráfica, na transmissão, enfim, da notícia, como na organização das redações e na própria gestão das empresas.”¹¹¹ Além disso, uma geração de jornalistas mais novos substituiu os mais velhos nos postos mais elevados nas redações e esta nova geração “fez a mudança tecnológica, ou seja, a passagem da linotipia para a impressão a frio e, a seguir, promoveu a informatização das redações. Foi ela também a responsável pela introdução do *marketing* e pela valorização da área comercial dos meios de comunicação”.¹¹² É neste período, também, que a imprensa sofre um processo de oligopolização:

“Este processo desemboca lentamente na imprensa da indústria cultural. Permeando-o, está a extensão da educação formal a quase todos os membros da sociedade, a importância crescente da publicidade para o jornal e para a reprodução ampliada do capital, o surgimento de outros *media*, a reformulação da concepção da mensagem dos jornais e – o que é fundamental – a transformação dos jornais em empresas e a concentração e centralização do capital neste setor”.¹¹³

Neste cenário de consolidação da indústria cultural, a ideologia estava associada às inovações tecnológicas para orientar o comportamento dos indivíduos. A ideologia tem o propósito de unir os indivíduos dentro de uma estrutura social de poder. Numa abordagem marxista, a ideologia está relacionada à falsa consciência, pois a população é submetida à ideologia dominante e, a partir disso, estabelece-se uma legitimidade social em que a estrutura de poder visa o benefício daqueles que detêm os meios de produção; e também à alienação, ou seja, a sociedade burguesa é marcada por uma exploração da classe trabalhadora “escondida” atrás da mais-valia. Nesta perspectiva, “a ideologia é o travestimento da realidade, é da distância entre o real e o ilusório que ela retira o preço de sua inverdade”¹¹⁴ e a classe trabalhadora seria a única capaz de enxergar este quadro de dominação e realizar uma revolução rumo ao socialismo e ao fim da exploração.

Esta formulação une-se ao conceito de indústria cultural – que, primeiramente, foi formulado por Adorno e Horkheimer, em 1947 – em contraposição ao conceito de “cultura de massa”, como se esta fosse uma expressão da cultura surgindo espontaneamente das

¹¹¹ Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha (orgs.), op. cit., p. 7.

¹¹² Idem. p. 12.

¹¹³ Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987, p. 28.

¹¹⁴ Renato Ortiz. “A Escola de Frankfurt e a questão da cultura”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº1, vol. 1, junho de 1986, p. 47.

próprias massas.¹¹⁵ Para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural levou à padronização e produção em série dos bens culturais.¹¹⁶ É a partir do consumo destes bens que a indústria cultural integra os indivíduos e promove uma nova forma de dominação na sociedade burguesa. Isto ocorre porque os produtos culturais são os responsáveis por transmitir a ideologia da ordem capitalista.

Neste período, Adorno e Horkheimer viviam refugiados nos Estados Unidos devido à consolidação do nazismo alemão. A marca da sua literatura, que juntamente com outros autores ficou conhecida como Escola de Frankfurt, é o pessimismo em relação à sociedade capitalista avançada. Neste sentido, para eles, o Iluminismo trouxe uma nova forma de conhecimento, mas também estava relacionado à manipulação dos indivíduos, pois:

“...pressupõe uma técnica e uma previsibilidade que possa controlar de antemão o comportamento social. (...) A possibilidade de controle se vincula à capacidade que o sistema possui de eliminar as diferenças, reduzindo-as ao mesmo denominador comum, o que garantiria a previsibilidade das manifestações sociais. A crítica da racionalidade desvenda desta forma uma crítica do processo de uniformização. (...) O tema da padronização, que é fundamental na definição da indústria cultural, se encontra ancorado na própria visão que os frankfurtianos têm da história. A racionalidade do pensamento burguês impõe uma forma de apreensão do social que o orienta para um novo tipo de dominação”.¹¹⁷

Assim, o conceito de indústria cultural “tem o mérito de desvendar as relações de poder onde normalmente se apresenta a cultura como expressão da democracia e da liberdade”¹¹⁸. Já para os liberais, todos os indivíduos passam a ter acesso à cultura devido à democratização da sociedade, o que é severamente criticado pelos primeiros teóricos da Escola de Frankfurt.

¹¹⁵ Em relação ao termo cultura de massa, “a noção pressupunha que as massas possuiriam uma cultura própria que simplesmente estaria sendo veiculada pelos meios de comunicação: as empresas culturais seriam instâncias neutras que refletiriam democraticamente o gosto popular existente. A idéia de indústria cultural refuta esta pretensa neutralidade dos meios de comunicação e vem reforçar a dimensão que a cultura é algo fabricado. Ela agrega os elementos heterogêneos dispersos na sociedade mas vai integrá-los a partir do alto, dando ao produto final uma nova qualidade. Onde a sociologia americana via o consumidor como sujeito do processo, a Escola o vê como o objeto das grandes empresas. Os indivíduos seriam manipulados para se conformar ao papel de consumidores no mercado de bens culturais. (...) Os meios vêm portanto marcados por interesses que nada tem a ver com liberdade. A crítica à pesquisa administrativa decorre desta perspectiva que desnuda as relações de poder onde o liberalismo enxergava o substrato da democratização: uma cultura para todos, isto é, de massa”. Renato Ortiz, op. cit., p. 55.

¹¹⁶ Theodor Adorno e Max Horkheimer. *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 114.

¹¹⁷ Renato Ortiz, op. cit., pp. 44-45.

¹¹⁸ Idem. p. 62.

A indústria cultural, de acordo com Arantes, “traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo sistema”. Aliada à ideologia capitalista, e sua cúmplice, ela “contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como dos homens com a natureza. Criando ‘necessidades’ ao consumidor (que deve contentar-se com o que lhe é oferecido), a indústria cultural organiza-se para que ele compreenda sua condição de mero consumidor, ou seja, ele é apenas tão somente um objeto daquela indústria. Desse modo, instaura-se a dominação natural e ideológica.”¹¹⁹ Algumas leituras de Adorno e Horkheimer, como a da citação acima, apontam o poder da indústria cultural em formar consciências, em “criar necessidades”. No entanto, os indivíduos tinham mecanismos de resistências frente a isto. E o próprio Adorno admitiu que a população não seria totalmente manipulada pelos produtos da indústria cultural, entre eles, os meios de comunicação. Conforme Francisco Rüdiger, “partindo da idéia de que no enfoque adorniano as comunicações não são um processo unidimensional através do qual se manipula os receptores, sugere-se antes que, segundo ele, o indivíduo moderno conduz-se com ambigüidades diante das estratégias com as quais as empresas culturais procuram cativá-lo...”¹²⁰ Adorno afirma que os indivíduos podem resistir, de acordo com seus interesses, e dentro de certos limites, ao aprisionamento da indústria cultural¹²¹ e que as formações ideológicas que circulam através das mercadorias não são necessariamente as mesmas dos seus consumidores. Nas palavras de Rüdiger:

“As comunicações de massa reforçam as exigências que a sociedade coloca a cada indivíduo para poder funcionar e para que este funcione conforme ela necessita. No entanto, para que seja assim precisam coadunar-se com suas inclinações. Raramente transmitem algo que seus clientes não tenham aprendido antes em sua vida cotidiana. Embora possamos discutir até que ponto são artificiais, as mercadorias culturais são produtos da práxis humana que estão baseadas, antes, na exploração do que na negação das aspirações e desejos do indivíduo.”¹²²

¹¹⁹ Paulo Eduardo Arantes (org.). “Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983, pp. xiii-xiv.

¹²⁰ Francisco Rüdiger. “Indústria cultural e ideologia moderna: pressupostos da discussão sobre o receptor ativo na Escola de Frankfurt”. In: *Reunião Anual INTERCOM (mimeo)*, 1997, p. 2.

¹²¹ Segundo Adorno, “ ‘as pessoas consomem e aceitam o que a indústria cultural propõe, mas como uma espécie de reserva... os interesses reais do indivíduo conservam o poder suficiente para resistir dentro de certos limites a seu total cativo’ ”. Citado em Renato Ortiz, op. cit., p. 61.

¹²² Francisco Rüdiger, op. cit., p. 12. Conforme Robert Darnton, “talvez seja equivocado falar em ‘o público’ como se fosse uma entidade dotada de sentido, assim como não cabe, segundo os estudos de divulgação, pensar numa audiência de ‘massa’ composta por indivíduos atomizados e indiferenciados. A direção do *The Times* admite que seus leitores constituem grupos heterogêneos: donas de casa, advogados, professores, judeus, suburbanos e assim por diante. Ela calcula que determinados grupos lerão determinadas partes do

Com isso, Adorno enriqueceu sua análise sobre o processo de mercantilização da cultura sem perder o argumento central de que, com o mundo industrial moderno, a sociedade passou a ser regida pelo consumo e, portanto, os indivíduos passaram a servir aos interesses daqueles que detinham o capital e difundiam a ideologia capitalista.

A dimensão integradora da indústria cultural, proposta por Adorno, pode ser observada durante o regime militar brasileiro, quando, através de suas agências de propaganda, principalmente na presidência de Médici, o governo tentava passar uma imagem ideal da sociedade brasileira e tentava unir a população em torno dos objetivos sociais, políticos e econômicos do regime. Após o golpe, o Estado passou para o centro e controle da produção cultural no país por meio da “Política Nacional de Cultura”. Os militares queriam “construir uma imagem harmônica, pacífica, estável, cordial do desenvolvimento do capitalismo no país.”¹²³ E os meios de comunicação da grande imprensa também faziam parte deste esquema. Eles eram responsáveis por transmitir a “visão oficial” dos fatos. Nesta época de intensa repressão e perseguições, muitas mortes de presos políticos sob tortura foram divulgadas como consequência de suicídios, atropelamentos e outras invenções. O crescimento econômico e o controle da inflação também foram divulgados de forma ampla pela imprensa como sendo um grande mérito dos governos militares. “No bojo das mudanças políticas, econômicas e editoriais ocorridas no período militar, tornou-se dominante um modelo de jornalismo de economia identificado com os ideais econômicos do regime, quer por omissão, quer pela reprodução das versões oficiais tanto dos governos quanto das empresas estatais e privadas, fartamente alimentadas por assessores de imprensa”.¹²⁴ A posição política destes órgãos estava intimamente relacionada aos interesses econômicos das empresas jornalísticas responsáveis por sua sobrevivência no mercado. Assim:

“A imprensa, tal como a produz a classe dominante, já constitui um discurso específico. Pode-se dizer que o discurso jornalístico assenta-se em técnicas de composição, montagem, texto e ilustração que asseguram um estatuto de verdade - objetiva e imparcial - ao fato relatado.

jornal, e não que um hipotético leitor geral vá ler tudo. Assim, ela estimula a especialização entre os jornalistas. (...) A tendência de especialização nos jornais incentiva os repórteres a escrever para públicos específicos”. In: *O Beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 81.

¹²³ Octavio Ianni. “O Estado e a Organização da Cultura.” In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1:216-241, julho de 1978, p. 233.

¹²⁴ Revista *Imprensa*, ano XI, nº127, abril de 1998, p. 22.

Esse estatuto entretanto se define por um escamotear do ‘como se relata’, em favor da ilusão de uma exposição transparente do fato. Ou seja: mover a ilusão de uma acessibilidade imediata ao real. Se a função econômica do jornal é trazer ao público os fatos a que esse público não tem acesso, sua função política é configurá-los segundo determinações ideológicas e de mercado. Esse mecanismo nos lembra o do mito que não pretende ocultar, mas provocar uma distorção, evocar uma significação. Uma fala que despolitiza e naturaliza.”¹²⁵

Em relação aos meios de comunicação, é importante ressaltar que eles transmitem as visões de mundo da sociedade em que estão economicamente inseridos:

“A indústria cultural se integra à reprodução capitalista não só como um novo campo de investimentos, nem só como auxiliar da rotação de outros capitais (por meio da publicidade que a financia), mas também ajudando a tecer o véu, com as mensagens que veicula (e as que omite), mediante seu sistema onipresente.”¹²⁶

Além disso,

“...ao apresentar a defesa do capitalismo, a partir da ótica do ‘interesse público e da imparcialidade’ com relação a partidos e segmentos de classes, é uma orientação coerente, em princípio, com um produto da indústria cultural, pois, ao mesmo tempo que se torna a publicidade do sistema, faz isso em termos que abrem a possibilidade de que o jornal se torne uma imprensa de massa – no sentido de se dirigir a um grande número de leitores, de composição heterogênea e policlassista, ou seja, expanda o seu mercado potencial.”¹²⁷

O conteúdo das mensagens dos jornais da grande imprensa é fundamentalmente classista. Neste sentido, Michael Parenti faz uma crítica às instituições na sociedade capitalista, entre elas, a imprensa. Segundo ele, no capitalismo, que é uma cultura dominada por negócios e transações comerciais, não existe pluralismo. As instituições, orientadas para acumular capital, são organizadas de uma maneira não democrática e não se situam fora da arena política, não são “autônomas”, como acreditam alguns autores. Na verdade, as instituições culturais tomam os interesses da classe que está no poder como se estes fossem interesses gerais da população. E isto dá legitimidade ao governo. Parenti cita um exemplo ao afirmar que a mídia nunca relaciona pobreza, instabilidade e desordem às injustiças e irracionalidades do sistema capitalista. Além disso, os pontos de vista da elite

¹²⁵ Heloísa Buarque de Holanda e Marcos Gonçalves. “Política e literatura: a ficção da realidade brasileira”. In: *Anos 70 – Literatura*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora Ltda, 1979-80, p. 55.

¹²⁶ Gisela Taschner. *Folhas ao Vento - análise de um conglomerado no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 19.

¹²⁷ Idem. p. 73.

não têm problemas em ganhar simpatia e exposição na mídia.¹²⁸ Por isso, o liberalismo, enquanto ideologia propagadora dos interesses burgueses, se adequa perfeitamente aos ideais dos proprietários do *Jornal da Tarde*. A mensagem deste jornal não era neutra:

“A notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica.”¹²⁹

Estas questões são essenciais para o entendimento da postura do *JT* frente ao regime militar: um jornal que participava das inovações gráficas e estéticas dos órgãos de imprensa brasileiros com o intuito de se apresentar enquanto um produto agradável aos seus leitores e, ao mesmo tempo, refletia a visão de mundo dos grupos no poder. Como notou Marcuse:

“...independência de pensamento, autonomia e direito à oposição política estão perdendo sua função crítica básica numa sociedade que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos através da forma pela qual é organizada. Tal sociedade pode, justificadamente, exigir a aceitação dos seus princípios e instituições e reduzir a oposição à discussão e promoção de diretrizes alternativas *dentro do status quo*”.¹³⁰

O *Jornal da Tarde*, principalmente em seus editoriais e matérias assinadas, transmitia a visão de seus proprietários frente aos acontecimentos sociais e a maneira de como a população deveria se comportar para favorecer o desenvolvimento do país. Esta visão era guiada por princípios liberais não necessariamente defendidos num regime democrático. O jornal seguia as idéias de *O Estado de S. Paulo*, mas com diferentes características estéticas, como observaremos a seguir.

A importância da imagem em detrimento do conteúdo foi comentada por Fernando Gabeira:

... “no jornal (*Jornal do Brasil*), o que se colocava para nós, jornalistas, era perder a perspectiva de contestação, de provocação e, num certo sentido, se enquadrar dentro de uma perspectiva muito bem comportada, no que dizia respeito ao conteúdo, e com algumas

¹²⁸ Michael Parenti. *Inventing Reality – The Politics of the Mass Media*. New York: St. Martin’s Press, 1986. pp. 1-4.

¹²⁹ Ciro Marcondes Filho. *O Capital da Notícia – jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989, p. 13.

¹³⁰ Herbert Marcuse. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 23-24.

possibilidades formais, em termos de melhorar a paginação e assim por diante. Nesse momento da imprensa brasileira, a única coisa interessante que aconteceu foi no *Jornal da Tarde* de São Paulo que, nesse sentido, representava um avanço muito grande em relação ao que nós fazíamos e mesmo em relação ao que se fazia no mundo. Naquele momento, nós já tínhamos feito um trabalho no *Jornal do Brasil* que havia alterado completamente a maneira de se paginar e apresentar jornais, no período. Mas isso foi no fim dos anos 1950, princípio dos 1960. O que pintou de interessante, depois da ditadura, foi a experiência do *Jornal da Tarde*, que era puramente formal, ou seja, um jornal bonito mas que não propunha nenhuma questão importante. Bonito, mas bem comportado, entende?”¹³¹

O depoimento de Gabeira exemplifica bem o que o *JT* representou, em termos de inovação na imprensa brasileira e enquanto uma mercadoria ideológica. O jornal causou um impacto favorável nos leitores e provocava um prazer pela leitura justamente por suas inovações gráficas acompanhadas por reportagens bem elaboradas. Em linguagem “mais leve”, suas matérias eram bem escritas. Nesta época, os jornalistas não se preocupavam em moldar a sua pauta à pauta televisiva, pois a televisão ainda estava crescendo justamente com o apoio dos militares que queriam integrar o país por meio da informação.¹³² Os jornalistas escreviam bons textos e o jornal ainda não havia se transformado em um “jornal de notas”, a exemplo de hoje em que se privilegiam notícias curtas, com a desculpa da “falta de tempo” do leitor e da influência da televisão. Durante a ditadura, o sucesso do *JT* pode ser explicado pelo fato de suas inovações causarem um prazer pela leitura. A segmentação do jornal em diferentes partes com destaque à cultural atraiu um público jovem interessado em acompanhar o que estava acontecendo de novo nesta área. Seções como “Divirta-se”, “Modo de vida” e “Caderno de programas e leituras” faziam sucesso. Isto pode ser observado no depoimento de Mino Carta:

¹³¹ Depoimento de Fernando Gabeira em Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder. “Quatro posições: Fernando Gabeira, Caetano Veloso, Ferreira Gullar e Glauber Rocha – Patrulhas ideológicas”. In: Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda e Zuenir Ventura (orgs). *Cultura em Trânsito – da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, pp. 128-129.

¹³² O governo buscava o apoio dos diferentes segmentos sociais para o seu projeto de crescimento econômico e organização social. Conforme Renato Ortiz, “o raciocínio da Ideologia de Segurança Nacional coloca o Estado como uma instância que integra, a partir do centro, a diversidade social, uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas. (...) Procura-se garantir a integridade da nação na base de um discurso repressivo que elimine as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos comuns e desejados por todos. Reconhece-se, portanto, que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser maléfica quando nas mãos de dissidentes, mas benéfico quando circunscrito ao poder autoritário.” Desta maneira, é importante a utilização dos meios de comunicação, por meio da “sua capacidade de difundir idéias, de se comunicar diretamente com as massas, e, sobretudo, a possibilidade que têm em criar estado emocionais coletivos.” In: *A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 115.

“Foi realmente possível que a gente fizesse um jornal bem diferente do *Estado*. Era um jornal que queria ser bonito, esse era um aspecto importante da questão. Segundo, era um jornal que queria ter qualidade literária no texto, era um jornal que queria praticar um jornalismo investigativo, com grandes reportagens de fundo, bem trabalhadas, longas e bem elaboradas. Era um jornal que ao mesmo tempo pretendia prestar um serviço importante em termos de lazer, de fim-de-semana, de diversão, de toda área de artes com muita crítica e muita informação útil para que o leitor pudesse fazer as suas opções de lazer e diversão todos os dias e, especialmente, no fim de semana. Era um jornal muito bem concebido e que manteve essas características por muito tempo”.¹³³

Apesar de o jornalista afirmar a preocupação com a qualidade literária do texto no *Jornal da Tarde*, este momento de surgimento do periódico coincide com a consolidação da indústria cultural no Brasil. E o *JT* fez parte desta transição. Se, por um lado, ainda havia a preocupação com a realização de bons textos presentes nas reportagens, por outro, notamos também o nascimento de uma característica que será marcante na imprensa em geral, ou seja, a priorização de um fato que causava emoção e impacto para chamar a atenção do leitor. Nas palavras de Ruy Mesquita: “O jornal chegou a uma coisa que eu nunca imaginei que um jornal pudesse chegar: chegou a usar a imagem dispensando a palavra na primeira página e com sucesso absoluto”.¹³⁴ O *JT* causava impacto pela força de suas primeiras páginas, às vezes, sem textos e com fotografias marcantes:

“A diferença entre o *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* é que o *Jornal da Tarde* rompeu com o *lead*, no *Jornal da Tarde* o que existia era o *abre*, e o *abre* era melhor, era mais eficiente quando pegava o leitor pela emoção e não pelo raciocínio. Então você sempre começava com uma imagem dramática ou uma coisa chocante e o texto tinha a ver com a foto, tinha a ver com o título. Isto tudo levou o *Jornal da Tarde* a afastar-se do jornalismo comum da época”.¹³⁵

¹³³ Entrevista de Mino Carta à autora em 26/11/1999.

¹³⁴ Ivan Ângelo. “O jornal da era de Aquário”. In: www.jt.estadao.com.br/frame/indexqu.htm.

¹³⁵ Entrevista de Moisés Rabinovici à autora em 18/06/2002. O jornalista fez parte da leva de mineiros (apesar de ser carioca) trazidos por Murilo Felisberto para compor a redação do *Jornal da Tarde*. Nesta época, Rabino (como é conhecido pelos jornalistas) trabalhava no jornal *Última Hora* mineiro que pertencia à José Wainer, irmão de Samuel Wainer.

TÁXIS: PEDIDO AUMENTO DE 30%. Página 12



jornal da tarde

Cr\$ 1,00

Terça-feira, 2 de abril de 1974. Número 2.537. Ano 9.



É O FIM DO SOCIALISMO DE NASSER? PÁGINA 13

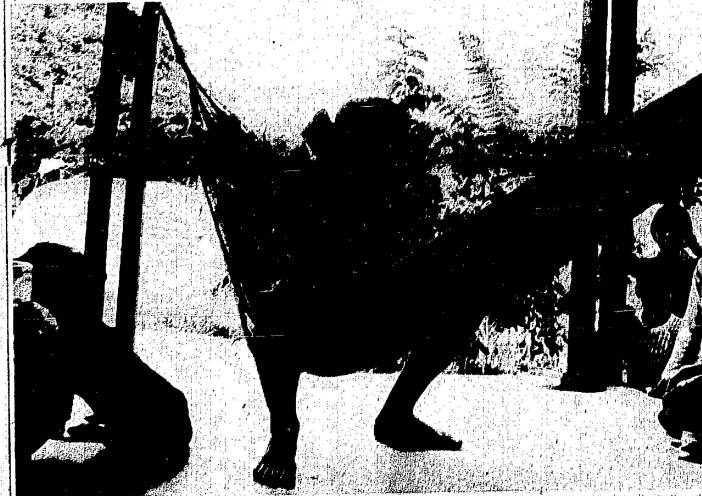


SELECAO: COMO PODE FICAR O NOVO TIME DE ZAGALO.

Páginas 24 e 25

FOTO

Williamson e Félix jogam futebol. Mas Zagalo quer mais disso em que times.



ERA UMA ALDEIA SÓ DE PESCADORES, ATÉ QUE...

Páginas 16 e 17

FOTO

Do desarmamento de armas, munições, explosivos.

FAÇA UMA FESTA DE SUCO CAJÁ DA MANHÃ

O café da manhã já se tornou uma refeição completa em suas terras. Experimente preparar suas próprias refeições para sua refeição matinal! Então, já é tempo de introduzir algumas "lições" para o café da manhã.

PAZZINHO
Introdução: quatro colheres de fermento. Fritamos em 1/4 de xícara de açúcar e ressove. Misture uma xícara de leite fervido e uma xícara com mais açúcar de bordura vegetal, 1/2 de xícara de açúcar e uma pitada de sal. Deixe amornar e bata cinco vezes de cada lado. Coloque em uma forma de 10 centímetros de diâmetro e leve ao forno por 15 minutos. Corte em pedaços e sirva com leite e açúcar.

quando cessar de sair, todos os segundos com leite e um adobo de batatas. Este fogão simples não faz mais do que parecer ser, um verdadeiro festo.

TORTA DE LARANJA
Use xícara de 250cc como medida. Um terço de xícara de açúcar, que você bate com cinco xícaras até conseguir um creme. Junte 1/2 de xícara de castanhas de café torradas e moídas, uma pitada de casca de laranja ralada e mais a parte de uma xícara de açúcar. Misture e junte aos poucos, sempre mexendo, mais xícara de casca de laranja ralada e mais a parte de uma xícara de açúcar. Misture e junte aos poucos, sempre mexendo, mais xícara de casca de laranja ralada e mais a parte de uma xícara de açúcar. Misture e junte aos poucos, sempre mexendo, mais xícara de casca de laranja ralada e mais a parte de uma xícara de açúcar.

uma xícara de leite, duas colheres de açúcar, duas gemas, uma pitada de sal e uma colher de manteiga. Tire do fogo. Junte uma colher de manteiga e uma pitada de casca de laranja ralada. Bata um minuto e resquele a tudo. Cubra com açúcar de confeiteiro, misturado com suco de laranja ou laranja.

TORTINHAS DE CARNE
Antes de fazer as tortinhas, prepare o recheio. Misture meio quilo de carne moída com uma xícara de arroz (preferido), 1/4 de xícara de farinha, uma colher

de óleo vegetal, sal e pimenta a gosto e um ovo. Bata até a massa ficar lisa, adicionando aos poucos meio quilo de farinha de trigo.

FRANGO COM LARANJA
Corte um frango de um quilo e meio pelas juntas, tempere com sal, pimenta, uma cebola cortada e três dentes de alho, amassado. Unte uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango. Coloque o frango em uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango. Coloque o frango em uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango.

de farinha, uma colher de óleo vegetal, sal e pimenta a gosto e um ovo. Bata até a massa ficar lisa, adicionando aos poucos meio quilo de farinha de trigo.

FRANGO COM LARANJA
Corte um frango de um quilo e meio pelas juntas, tempere com sal, pimenta, uma cebola cortada e três dentes de alho, amassado. Unte uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango. Coloque o frango em uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango.

CARNE DE FESTA
Tudo misturado com o carvão. É bom que seja sempre cozido à brasa de carvão. É bom que seja sempre cozido à brasa de carvão.

FRANGO COM LARANJA
Corte um frango de um quilo e meio pelas juntas, tempere com sal, pimenta, uma cebola cortada e três dentes de alho, amassado. Unte uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango. Coloque o frango em uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango.

DELICIA GELADA
Antes de fazer a gelatina, prepare o recheio. Misture meio quilo de carne moída com uma xícara de arroz (preferido), 1/4 de xícara de farinha, uma colher

FRANGO COM LARANJA
Corte um frango de um quilo e meio pelas juntas, tempere com sal, pimenta, uma cebola cortada e três dentes de alho, amassado. Unte uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango. Coloque o frango em uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango.

granulados fechados. É bom que seja sempre cozido à brasa de carvão. É bom que seja sempre cozido à brasa de carvão.

FRANGO COM LARANJA
Corte um frango de um quilo e meio pelas juntas, tempere com sal, pimenta, uma cebola cortada e três dentes de alho, amassado. Unte uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango. Coloque o frango em uma assadeira com óleo vegetal e coloque o frango.

De acordo com Adorno e Horkheimer, o “poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida”. Assim, é fundamental que o produto cause prazer no leitor. No entanto, “o prazer acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais. O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio... Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada.”¹³⁶ Neste sentido, o *JT* queria seduzir o leitor, muito mais do que fazê-lo pensar: “Pelé casa no carnaval. Essa era a manchete do número 1 do *JT*. Um furo. Isso foi no dia 4 de janeiro de 1966. A partir daí, muitos outros furos nos garantiram uma posição importante no jornalismo moderno. E muitos prêmios também”.¹³⁷ A notícia era uma mercadoria:

“O jornal era preocupado em vender (...), em expor uma matéria como se tivesse vendendo um produto, então, o editor não lia só o texto, mas via a sua potencialidade de se tornar um bom título, de gerar uma boa foto e de tudo isso tornar-se uma boa página. Os editores do *Jornal da Tarde* desenhavam as páginas, os editores do *Estadão* diagramavam com os diagramadores. O *Jornal da Tarde* criou um novo tipo de editor, criou um novo tipo de repórter, o repórter interessado na vizinhança do conhecimento, não só no conhecimento. O repórter com permissão de ir mais além, de se aprofundar, de não ter limites de texto. Hoje nós temos, antigamente não. E, nessa linha do *Jornal da Tarde* foram nascendo *Realidade*, *Veja*, não digo que tenham sido conseqüências do *Jornal da Tarde*, mas gente do mesmo grupo que fez um estava nos outros, era uma boa influência, eram outros tempos também. Eu acho que este novo jornalismo nasceu numa época em que os editores também estavam querendo alguma coisa nova e o *Jornal da Tarde* calhou de surgir neste momento”.¹³⁸

A questão da transformação da imprensa, neste período, foi comentada por seis jornalistas em depoimentos ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Para um deles, Augusto Nunes, dois artistas plásticos fizeram grandes inovações na imprensa: Almicar de Castro, no *Jornal do Brasil* e Mino Carta, no *Jornal da Tarde*. Nunes declarou: “Eu via o Mino Carta paginar a *Veja*: ele diagramava cada página com os cacoetes de um pintor; cada página era uma tela, que ele desenhava como se estivesse esboçando um quadro. Por causa de pessoas assim, o Brasil

¹³⁶ Theodor Adorno e Max Horkheimer, op. cit., p. 128.

¹³⁷ *Jornal da Tarde*, 04/01/1969, p. 2.

¹³⁸ Entrevista de Moisés Rabinovici à autora em 26/11/1999. Fernando Portela corroborou esta idéia afirmando que, embora o *JT* tivesse a mesma posição editorial de *OESP*, ele era revolucionário na forma e no conteúdo jornalístico. Segundo ele, o *JT* mudou a maneira de apresentar os fatos para o público. Entrevista à autora por telefone em 30/07/2002.

produziu algumas audácias técnicas que não têm similar.”¹³⁹ É importante destacarmos que, em geral, os jornalistas, ao referirem-se a este período, utilizam a expressão “os bons tempos do jornalismo”. No entanto, havia a presença da censura nas redações dos jornais. Mas isto não contradiz a fala dos jornalistas, pois o governo militar cerceava a imprensa por meio da censura, mas também incentivava a modernização dos meios de comunicação, importantes como instrumentos de propaganda. Os proprietários dos jornais conseguiam empréstimos para a importação de equipamentos e compra de máquinas modernas, com o auxílio do governo. As mudanças gráficas seguiram principalmente o modelo da imprensa americana e os jornalistas receberam estímulos dos donos dos jornais para realizá-las.

No entanto, o jornal não é uma mercadoria qualquer, ele traz informações e transmite visões da realidade e propostas para a sociedade em suas reportagens. Se há a preocupação estética em relação às matérias do jornal, também devemos levar em conta o seu conteúdo: “nós tínhamos um grande respeito pelo leitor, todo enfoque era dialetalmente oposto àquele da imprensa que hoje está sendo praticada no Brasil, quer dizer, o leitor era um alvo a ser trabalhado com muito carinho e muito respeito e supunha-se que o leitor não era burro, muito pelo contrário, e que ele estava apenas à espera de alguém que o ajudasse não somente a entender melhor os fatos, mas também a usar melhor a própria língua, por exemplo, quer dizer, era o oposto do que se afirma hoje nas redações”.¹⁴⁰

Nas falas dos jornalistas Moisés Rabinovici e Mino Carta citadas anteriormente, percebemos a preocupação com os leitores em dois sentidos complementares: primeiro enquanto consumidor de um produto e, por isso, a necessidade de impressioná-lo, de chamar a sua atenção para a compra deste produto, de despertar o seu interesse em algo inusitado; e segundo enquanto consumidor de idéias e, por isso, a necessidade de “trabalhar” e moldar a sua opinião, de ajudá-lo a entender o que estava acontecendo de acordo com o ponto de vista do jornal. Nestas duas instâncias, os leitores têm importância para os órgãos da grande imprensa, pois eles são peças fundamentais (visto que pertencem principalmente à classe média e alta) para a manutenção da estrutura social.

¹³⁹ Entrevista de Augusto Nunes a Alzira Alves de Abreu. In: Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha (orgs.), op. cit., p. 323.

¹⁴⁰ Entrevista de Mino Carta à autora em 26/11/1999.

Os leitores, desta maneira, eram primordiais tanto para o *Jornal da Tarde* quanto para *O Estado de S. Paulo*, também porque passar a sua visão de mundo tinha o objetivo de conquistar cada vez mais apoio à suas idéias. Assim, o *JT* tinha uma preocupação em diferenciar-se graficamente em relação a *OESP*, mas, na questão ideológica, seus princípios eram os mesmos. E isto fica claro no depoimento de Mino Carta, que ficou no jornal até 1968, quando saiu para fundar a revista *Veja*. A longa citação se justifica pela importância da caracterização feita pelo criador do *JT*:

“Porque eu tive uma autonomia total, eles (os Mesquitas) realmente confiavam em mim e acho que eles estavam certos porque eu sou uma pessoa leal, ainda que possa ter idéias pessoais diferentes, políticas diferentes das dos Mesquitas, mas eu sou uma pessoa leal, se eu aceito fazer certa coisa eu faço, agora, eu tive uma autonomia enorme do ponto de vista formal, então, nisso, por exemplo, procurar um texto com uma qualidade literária que o *Estado* não tinha ou então fazer o jornal mais bonito possível, abrindo fotos, enfim, criando um estilo gráfico oposto ao do *Estado* em última análise. Agora, autonomia política zero, quer dizer, eles eram o que eram tanto no *Estado* quanto no *Jornal da Tarde*. Se eu lhe disser que o *Jornal da Tarde* era diferente eu estaria dizendo uma mentira. Por exemplo, o *Estado* tinha defendido o golpe de 64 e tinha, no entanto, criado uns problemas, havia uma efervescência interna dentro dos grupos que controlavam o poder na época, então, por exemplo, *O Estado de S. Paulo* tinha uma diferença grande em relação ao primeiro ditador, ao Castello Branco, o qual era nordestino, o qual tinha privilegiado certos setores em detrimento de outros, enfim, eles estavam envolvidos numa briga interna do poder e, por exemplo, eu lembro que o Ruy Mesquita chegava toda manhã, às nove, nove e meia, ele chegava e queria saber qual era a manchete do dia e cuidava dos editoriais do jornal, do editorial do jornal defendendo as mesmas posições do *Estado* e da manchete do dia se a manchete era política dando um toque. (...) Então era isso, era o mesmo jornal politicamente, ideologicamente era o mesmo jornal. Eventualmente, isso podia ser em parte driblado na hora de uma crítica, crítica de cinema, podia-se falar muito bem de filmes de autores de esquerda, por exemplo, livros também, aí você podia de alguma forma driblar essa ideologia muito fechada em torno de idéias liberais, liberais no sentido clássico, mas na hora de falar de política ou de economia...”¹⁴¹

Segundo Fernando Portela, o *Jornal da Tarde* atingia um público jovem mais ligado à arte e ao espetáculo em geral. Além disso, a direção do jornal não exigia a “posição da casa” para se redigir uma matéria. O repórter tinha liberdade para fazer isto. Os espaços abertos para a crítica da ditadura dentro do *JT* davam-se principalmente na parte cultural dedicada às artes, espetáculo, teatro, música, etc.¹⁴² Com isso, o jornal aproveitou-se de um espaço no mercado que era atraente. Neste aspecto, podemos fazer um paralelo com a análise de Roberto Moreira sobre a revista *Realidade*, identificada como subversiva por veicular temas polêmicos da época:

¹⁴¹ Entrevista de Mino Carta à autora em 26/11/1999.

¹⁴² Entrevista de Fernando Portela à autora por telefone em 30/07/2002.

“Daí a imagem progressista da revista, sob uma ditadura que não denuncia. Isto é, os temas polêmicos, os assuntos tabu na área da revolução de comportamento, que faziam parte do momento mundial, engendram a imagem de esquerda da revista. Talvez porque, aqui no Brasil, tais temas de rebeldia se confundiam com a resistência à ditadura, da qual não se podia falar.”¹⁴³

Da mesma maneira, o *JT* possuía uma imagem mais progressista e mais crítica ao regime do que *OESP*. O jornal atraiu um público jovem e defendeu implicitamente o movimento estudantil até que este enveredou para a luta armada e deixou de ter o seu apoio. Além disso, as seções do periódico dedicadas principalmente ao esporte e ao cotidiano da cidade de São Paulo conquistaram muitos leitores por meio de reportagens bem trabalhadas. No entanto, como a *Realidade*, o jornal não denunciava a ditadura.

Além disso, um jornal abriga jornalistas com várias convicções ideológicas e posições pessoais que se tornam mais acirradas principalmente em períodos ditatoriais, onde a polarização a favor ou contra é mais evidente. A partir disso, no corpo do *JT*, podiam ocorrer brechas que permitiam algum tipo de crítica ao governo, sem que, obviamente, os repórteres publicassem matérias favoráveis ou enaltecendo concepções ideológicas contrárias à de seus patrões. Podemos observar esta questão no depoimento de Ferreira Gullar dado em agosto de 1979: “Eu trabalho n’*O Estado de S. Paulo* desde 1961. Quando fui exilado, eu era redator d’*O Estado de S. Paulo*, de modo que o meu trabalho profissional é uma coisa e o meu pensamento nem sempre coincide com o meu trabalho profissional. Do contrário, não dava para trabalhar e eu ia ter que ser profissional do Partido Comunista...”¹⁴⁴ Isto acontece porque:

“As empresas de notícias admitem e até estimulam que, dentro de certos limites, alguns profissionais manifestem sua rebeldia e criatividade, no nível político e literário. Publicações identificadas com as classes dominantes sistematicamente admitem, como diretores ou editorialistas, jornalistas com militância de esquerda... Essa convivência não é pacífica, mas é suportada, pois as empresas sabem que rebeldes possuem uma sensibilidade aguçada para apontar as manifestações do caos na ordem estabelecida e, assim, são capazes de criar o elemento-surpresa que dá destaque às publicações.”¹⁴⁵

Mas, como Mino Carta destacou, em termos políticos e econômicos sua autonomia era zero. Os editoriais continuavam sob o comando da família Mesquita e os jornalistas não

¹⁴³ Roberto S. C. Moreira. “A revista *Realidade* e o processo cultural brasileiro dos anos 60”. In: Maurice Mouillaud e Sérgio D. Porto (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

¹⁴⁴ Depoimento de Ferreira Gullar em Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder, op.cit., p. 176.

¹⁴⁵ Jorge C. Ribeiro, op. cit., pp. 187-188.

interferiam no pensamento político dos proprietários do jornal. Assim, o apoio ao governo militar foi um compromisso firmado no início por ambos os jornais da empresa S. A. O Estado de S. Paulo, fato conhecido pela redação do *JT*.

O *Jornal da Tarde* representou uma novidade no cenário da imprensa brasileira. Os jornalistas que participaram das transformações, tanto gráficas quanto estéticas, inovaram a maneira de se transmitir a notícia. Neste sentido, o periódico era moderno, sem perder, no entanto, a tradicional defesa dos princípios liberais sustentada por seus proprietários.

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Rua Major Quadros, 14 - Tel. 290-1111



JULIO MESQUITA (1891 - 1927) JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1969)

Diretor responsável: RUY MESQUITA
Diretores: MARCELO RITTER, LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA, JOAO DE MESQUITA NETO, JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA, RUY MESQUITA, JOAQUIM DUDALAS, JOSE M. HONORIO DE MONTES

SÃO PAULO PERGUNTA

O mal de se vender bebidas aos menores

Sr: Sou uma das inúmeras pessoas que se dirigem ao sr. por não encontrar um lugar onde possa fazer ouir na denúncia de um mal que se alastra, sem que nenhuma medida se tome no sentido de corrigi-lo.

Sua apenas mãe de família, condição que me tem dado infinitas alegrias mas também um trabalho constante, no qual não nego sacrifícios. E contudo não vejo por que aceitar sacrifícios inúteis, como os que se fazem quando o nosso esforço é minado pela irresponsabilidade, pela desonestidade, pela ganância e, mesmo, pela índole criminosa de muitos — sobretudo quando estes muitos se aproveitam da indiferença e do descaço das autoridades competentes. Nesse caso, o sacrifício equivale a uma pregação no deserto!

Refiro-me ao fato de venderem bares bebidas alcoólicas a menores. Não vou reportar senão aquilo que tenho presenciado, visto com meus olhos. Betidas à base de pinga ou doses de conhaque são servidas a menores, até pela manhã, em bares próximos a colégios como o "Eduardo Prado" e o "MacKenzie", em bares das praças de Santos e São Vicente, em bares de clubes como o "Paulistano" e o "Pinheiros". A inconsciência dos comerciantes que assim procedem compromete inclusive em clubes cujos estatutos se comprometem a não vender bebidas alcoólicas a menores, invocando o velho lema "mens sana in corpore sano". Não sei ao mesmo tempo se se facilita a formação, nos jovens, de um vício que degrada e destrói o ser humano. — Durante muitos anos ouvi este comentário sobre a lei: "A lei, ora a lei..."

Creio que estamos agora em época de acabar com este comércio, e não posso imaginar que não haja nesta cidade nenhuma autoridade íntegra e diligente que, alertada por meu apelo, não se capacite — com a humildade peculiar aos homens honestos — de que a lei existe para ser cumprida, e que a faça cumprir-se.

É preciso que sejam fiscalizados os bares, sobretudo os que se localizam nas vizinhanças das escolas e dos colégios; é preciso que os comerciantes sejam punidos com multas elevadas, cobradas com rigor; e que, nos casos de reincidência, seus estabelecimentos sejam fechados. Sei que a lei determina estas providências.

Como mãe de família, como patriota, como cidadã consciente e confiante nos destinos da juventude estudantil, peço aqui meu grito de alerta. Lançando-o, fico em devido respeito. Agradeço-lhe também, sr. redator, por dar-me atenção e tornar público meu protesto, meu apelo. — N.G.M., Capital

A Transamazônica, uma decisão política

É, por fim, veio a confissão do governo: a construção da Transamazônica é fruto de uma decisão política. Dispensa, portanto, estudos de viabilidade econômica baseados em "regras clássicas". Aqui tudo se diferencia, há uma nova lei, pois o importante é construir a Amazônia, integrá-la à economia nacional. Assunto encerrado. Quem nos diz tudo isso são o sr. ministro dos Transportes, coronel Mario David Andrezza, e o diretor do DNRE, engenheiro Elien Resende, primeiro idealizador da estrada, que cortará o território amazônico numa extensão de 5 mil quilômetros, unindo, ninguém sabe ainda bem, por que, ao Atlântico às cordilheiras dos Andes, no Peru. Nunca é demais insistir em que jamais podemos comunicar com "istos consumados", pois sempre defendemos inabalavelmente a tese de que todos os problemas que envolvem o interesse amplamente de caráter econômico, estudados, analisados. Portanto, não é possível aceitar a construção da Transamazônica, com a atual trajetória, como um fato consumado. E, não é possível, também, concordar com a pressa inexplicável com que o governo se atira a uma obra tão importante quanto onerosa e difícil. Porque tanto correr? Por que tanta precipitação, entregando-se, mesmo às firmas capitalistas que vão executar a obra, a delicada tarefa de elaborar também o projeto executivo? Afinal, quanto custará a estrada e o que se pretende com sua construção? Se o objetivo é integrar a Amazônia, certamente não seria este traçado mais recomendável, pois já apenas unitas cidades pobres da Amazônia à uma região igualmente pobre, o Nordeste. Se o objetivo é integrar a Amazônia à economia nacional, o certo seria, então, aprovei-

tar integralmente as facilidades oferecidas pela Belém-Brasília e a Curitiba-Porto Velho, hoje totalmente desperdiçadas por falta de recursos e de planejamento. Se o governo pensa em termos de segurança nacional, escolheu o caminho menos indicado, construindo uma estrada longe das fronteiras e desligada do centro político do País, que está no Centro-Sul. Decididamente não nos entendemos, portanto em que se baseia a "decisão política".

Admitimos, perfeitamente, que é um imperativo integrar estas vastas áreas abandonadas da Amazônia à economia nacional, mesmo arando com o péso de um investimento extremamente oneroso e ainda incalculável. É um sacrifício que deve submeter-se a nossa economia já sobrecarregada pelo péso de uma região subdesenvolvida densamente povoada e pela pressão de uma população que cresce em torno de 3% ao ano. Mas exatamente por tratar-se de um investimento deficitário, que o governo julga necessário, é que se torna imprescindível uma cuidadosa análise econômica a fim de torná-lo o menos oneroso possível. Não é investir em projetos altamente lucrativos: exigem pouco mais do que recursos. Difícil, porém, em projetos deficitários: requerem estudos cuidadosos. Assim, não chegamos a compreender como vem o governo afirmar que a construção da Transamazônica prescinde de estudos de viabilidade econômica, mesmo porque já existem as experiências de estradas construídas na região, permitindo uma análise pelo menos preliminar, e que não foi feita.

A pressa na construção de uma estrada desse porte, sem mesmo estar concluído o projeto executivo, é totalmente injustificada. Não fosse o respeito que este governo ainda inspira, poderíamos mesmo dizer que somente a demagogia dos tempos jacobinistas a poderia explicar. Demagogia que será paga pelos pobres recursos do Tesouro Federal. Pelo povo, enfim.

A interdição da Anchieta e os perigos que sugere

A queda de uma barreira, na altura do quilômetro 44 da Via Anchieta, que determinou a interdição parcial da estrada, constitui advertência das mais sérias, que não reclamam apenas explicações do governo e da DERSA, mas sobretudo providências que reduzam ao mínimo os riscos de repetição do ocorrido.

Quando se fala em Via Anchieta, quase sempre os interlocutores têm em vista o trânsito de automóveis, ou quando muito, os veículos de transporte coletivo. É a ideia do turismo, dos fins-de-semana na praia, do descanso dos que precisam de higiene mental.

A Via Anchieta, entretanto, é principalmente uma estrada que põe em contato o planalto e o pério de Santos. A capital bandeiranteira é a boca de um grande funil. Cidade de barreira, tornou-se o entreposto que serve a grandes e importantes áreas do Brasil Central. Daqui se irradiam as ferrovias e estradas de rodagem que servem o sul de Minas, o Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso e parte do Paraná, e isso além da totalidade dos centros de produção e consumo de nosso Estado.

Ora, entre São Paulo e Santos, o papel da Anchieta é fundamental, sendo meramente acessório o das estradas de ferro. Por causa de um defeito que precisa ser corrigido, mas que constitui uma realidade, as cargas, mesmo as mais pesadas, sobem e descem via-juado em caminhões. Em consequência, a interdição do tráfego significa um princípio de asfixia, que poderá ser fatal se se prolongar demasiadamente, ou se se repetir com excessiva frequência.

O governo paulista não desconhece o fato, nem ignora o perigo. Há cerca de três anos, quando ocorreu a tragédia de Caragatubata, com uma tromba d'água na cidade, somada a sucessivos deslizamentos na Serra do Mar, disse o secretário de Transportes, a um dos repórteres deste jornal, que permanecia apavorado com o risco que estava ameaçando a Via Anchieta.

Agora, a Anchieta acaba de sofrer a sua primeira interdição, em ambas as pistas, por causa do que pode ser considerado duas ou três "chuvinhas" de fim de inverno. Quêda de uma barreira no quilômetro 44 e a demorada interdição do tráfego, para execução dos serviços de reparação. O governo parece ter "dormido no ponto". E temos o direito de perguntar, com a preocupação dos que se sentem indefesos e nada podem fazer, se isso acontece agora, o que não sucederá quando chegarem as precipitações de verão, com seus temporais súbitos e pesados e as longas chuvas características da estação?

O liberalismo de Mill-I

Roque Spencer Maciel de Barros

"O despoisimo é uma forma legítima de governo quando se trata de povos bárbaros e sempre que tenha por objetivo o progresso e que os meios se justifiquem pela realização efetiva desse fim. A liberdade, como princípio, não pode aplicar-se a um estado de coisas anterior ao momento em que a espécie humana se torne capaz de progredir pela via da livre e pacífica discussão". O texto é do 1.º Capítulo do *On Liberty* e, no pórtico mesmo de um requisito favor da liberdade, põe as condições limitadoras para a existência de instituições liberais. Fora de tais condições, a liberdade não poderia ser útil ao homem; frequentemente lhe seria prejudicial. Em outras palavras, o gozo positivo da liberdade, para os indivíduos como para os povos, depende do preenchimento de certas condições, da conquista da "maioridade". Assim como a criança, para seu próprio bem, deve ser conduzida pelo pai, que se prepara para o gozo futuro da liberdade, assim o povo "infantil" deve ser conduzido por um despota, tio paternal quanto possível, como nos explica o 2.º capítulo das Considerações sobre o governo representativo. O liberalismo não é, pois, um sistema absoluto, no entender de Mill, a ser adotado com féito por qualquer povo, em qualquer condição. As instituições liberais são, nesse sentido, o privilégio dos povos maduros e civilizados. Estes as ergueram; depende deles conservá-las. Mas, por que são boas as instituições liberais, por que merecem ser conservadas e defendidas contra os assaltos das formas modernas de despotismo? Responder-nos Mill, como não poderia deixar de fazê-lo, à vista de sua utilidade é a solução suprema de toda questão moral. Mas o que é a utilidade mesma? E o que forma "os interesses permanentes do homem como ser progressivo"? É o núcleo desses "interesses permanentes" do homem é a felicidade. Cada um deseja a sua própria felicidade e, como esta é um bem indiscutível para cada pessoa, será óbvio que "a felicidade geral é um bem para o conjunto de todas as pessoas", como se explica no ensaio sobre o Utilitarismo. Fraca defesa dos fundamentos do liberalismo, sem dúvida: o próprio Mill, já o vimos ao citar uma passagem da *Autobiografia*, sabe bem que a felicidade em si mesma não pode ser tomada diretamente como meta das ações. E o que é mais como sustenta o "valor universal" de uma ética — da qual depende a justificativa das instituições liberais — apelado para um "imperativo de capacidade", qual a aspiração de ser feliz, determinado pela subjetividade? A utilidade é um princípio capaz de justificar todo e qualquer sistema de vida — o que equivale a dizer que, efetivamente, não justifica nenhum sistema de vida. O utilitarismo, então, não é mais do que um sistema de desequilíbrio patente do *On Liberty*: a grandeza dos propósitos e a generosidade das ideias defendidas não correspondem à trivialidade dos fundamentos. Mas, feitas estas ressalvas e explicações, é tempo de examinar os ideais liberais de Stuart Mill, disseminados por toda a América e — principalmente — expostos no famoso e imprecise ensaio de 1859, *Sobre a Liberdade*.

Stuart Mill o senso de previsão histórica de "Seu Mill o fato de, ao escrever *On Liberty*, ter pensado mais no futuro do que no presente imediato". Com essas palavras, Wilhelm Ebenstein inicia um artigo sobre liberdade política e econômica em John Stuart Mill. De fato, e o próprio Mill o sabia, as liberdades, na Inglaterra vitoriana, não pareciam, de forma alguma, ameaçadas diretamente. Mas, afinal, de Mill, um pensador que ele admirava, Tocqueville, já sentira também, com acuidade admirável, a ameaça eventual. Nesse sentido, Mill é um continuador de Tocqueville, o *On Liberty*, com todos as dificuldades de espírito e de formação entre seus autores, um complemento indispensável de A Democracia na América. A impressão causada a Mill pela leitura dessa obra de Tocqueville foi duradoura e profunda. Constatamos ele, na *Autobiografia*, que a obra influíu decisivamente na reformulação de seus ideais políticos: "Em não notável obra, as excelências da democracia estavam assinaladas da forma mais concludente, por serem mais especificadas do que o tinham sido pelos meus entusiastas entre os democratas; por sua vez, os perigos específicos que a democracia gera, considerada como governo da maioria numérica, eram revelados à plena luz e submetidos a magistral análise, não como razões para resistir ao que o autor considerava resultando inevitável do progresso humano, mas como sinais dos pontos fracos do governo popular, das armas com que precisa ser defendido e das correções que nele se devem fazer para que se neutralizem e diminuem suas tendências prejudiciais, no mesmo tempo que se fomentam as benéficas". Como Tocqueville, ou mais até do que ele, Mill dá por assentadas as conquistas democráticas e não abre mão delas; mas como ele, igualmente, percebe os novos problemas criados pelo igualitarismo democrático, que pode esmagar a individualidade sob o péso da tirania da maioria, substituindo a originalidade criadora da rotina e pelo conformismo e favorecendo "o único despotismo realmente perigoso no mundo moderato: o do governo absoluto do círculo do Poder Executivo sobre uma congregação de indivíduos separados, todos iguais, porém todos escravos". E, embora vendo esse perigo como algo remoto, pelo menos na "margem britânica do Canal", nem

por isso deixa de assinalá-lo e de mostrar a tendência que o transformará em realidade, se não for logo enfrentada e vencida. Daí a afirmação feita no último capítulo dos *Princípios de Economia Política*, já na edição de 1848, onze anos antes da publicação do ensaio sobre a liberdade, que tratará especificamente da questão: "nunca foi maior do que agora a necessidade de rodar a independência individual de pensamento, palavra e conduta das mais poderosas defesas; com o objetivo de manter a originalidade de espírito e a individualidade do caráter, que são as únicas fontes de todo progresso real e de quase todas as qualidades que fazem que a espécie humana seja muito superior a qualquer rebanho de animais". Com uma convicção que a mera adoção do utilitarismo está longe de explicar psicologicamente de forma convincente, Mill retoma, em sua plenitude, o ideal Lumbardiano da plena floração individual, do desabrochar completo dos seres singulares na sua riqueza e variedade: é significativa, nesse sentido, a epígrafe do *On Liberty*, tomada ao ensaio sobre os limites da ação do Estado.

Para Mill, a sociedade não tem o direito de subjugar as individualidades, reduzindo-as a um molde comum: se o fizesse estaria esvaecendo as fontes do progresso, as possibilidades de melhoria, que se derivam da criatividade individual. "A natureza humana não é uma máquina que se possa construir de acordo com um modelo, para fazer exatamente uma obra determinada; é uma árvore que quer crescer e desenvolver-se em todas as direções, segundo a tendência das forças interiores que constituem um ser vivo". (*Sobre a Liberdade*, cap. III). Nenhum modelo de progresso e realizar os seus fins mais altos se não o impulso individualidades originais; tudo o que é nobre "vem e deve vir dos indivíduos; quase sempre de algum indivíduo isolado". Sem aderir propriamente ao culto romântico do herói, à Carlyle, de quem discorda admirando, Mill insiste no papel que poderíamos chamar o "herói liberal", aquele que pretende não a força e o poder, mas sim a "liberdade de escolher o caminho". A individualidade poderosa, o gênio, é o homem que rompe com o estabelecido e revela para a sociedades horizontes insondáveis. "Tais homens são e serão sempre uma minoria, "porém, a fim de possuí-los, é preciso recorrer a terra em que crescem. O gênio não pode respirar livremente senão em uma atmosfera de liberdade".

Mill é, nesse sentido, um individualista. Não, obviamente, um defensor do egoísmo, mas um pensador que crê na prioridade do indivíduo na obra de construção da história. E que, portanto, não pode admitir de forma alguma que, em nome da maioria, de seus interesses ou de sua indústria, se sacrificem o próprio "olho da vida". Ora, o igualitarismo democrático, favorecedor da massificação, ameaça seriamente (ou ameaçará) de fato — e esse dia, sabemos-lo hoje, há muito que chegou — os valores essenciais da individualidade. Estes, já o sabemos, não florescem sem liberdade e sem variedade de situações. Contra aquela, militam a rotina, o apêgo ao já feito, a mediocridade convertida em poder dominador. Contra esta trabalha a uniformização do mundo, que Mill vê manifestar-se claramente na própria Inglaterra vitoriana, na qual os homens "vão as mesmas coisas, ouvem as mesmas coisas, têm os mesmos lugares, põem suas esperanças e temores nos mesmos objetos, têm os mesmos direitos, as mesmas liberdades e os mesmos meios de reivindicá-las. Por grandes que sejam as diferenças de posição que ainda existem, não são nada ao lado das que desapareceram. E a assimilação progride todos os dias. Todas as mudanças políticas do século a favorecer, já que todas tendem a elevar as classes baixas e a baixar as classes elevadas. Toda extensão da educação a favorecer, porque a educação sujeita os homens a influências comuns e dá acesso a todos à massa geral de fatos e sentimentos universais. Todo progresso nos meios de comunicação a favorecer, pondo em contato imediato os habitantes de cidades afastadas e mantendo uma série rápida de mudanças de residência de um local para outro. Todo crescimento do comércio e das manufaturas aumenta essa assimilação, estendendo a fortuna e colocando os objetos mais desejáveis ao alcance da generalidade das pessoas — donde resulta que o despois de elevar-se não pertence já a uma classe, mas a todos. Porém uma influência mais poderosa contra as mudanças que todas estas pode determinar uma esmolação maior entre os homens: esta influência é o estabelecimento completo, neste e em outros países, do ascendente da opinião pública no Estado. À medida que as diversas eminências sociais, que permitiam às pessoas, nelle amparadas, desprezar a opinião da multidão, nivelam-se gradativamente à medida que a ideia de resistir à vontade do público, quando se sabe positivamente que tem uma vontade, desaparece cada vez mais do espírito dos políticos, práticos, deixa de haver base social para o inconformismo — não há na sociedade poder efetivo que, opondo-se ao ascendente do número, tenha ilito, resiste em colocar sob sua proteção opiniões e tendências contrárias às do público". (*Sobre a Liberdade*, capítulo III).

Contra a tendência massificadora é preciso, antes de tudo, reafirmar vigorosamente os ideais do liberalismo, conciliar com ele a democracia, estabelecer os limites precisos dos direitos que tem a sociedade de intervir na esfera da individualidade, da liberdade pessoal. Com esse exame, aqui empreendido, situamos o ensaio *Sobre a Liberdade* em face dos problemas que preocupavam a Stuart Mill. Veremos em nosso próximo artigo, rapidamente, a solução que lhes dá.

jornal da tarde

Dirigido por: JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA

Redação: Rua da Bahia, 21 - Tel. 354.213

Fundado em 1975

JULIO MESQUITA (1891 - 1972) JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1969)

SÃO PAULO PERGUNTA

O DETRAN está atendendo o leitor

Se: "Na edição de 18 de agosto passado deste jornal, na seção 'São Paulo Pergunta', o Sr. Valdir Roberto dos Santos, da Capital, que faz em nome dos estudantes do Instituto Mackenzie, que se julgam prejudicados com as medidas adotadas pelo DETRAN na fiscalização dos cursos estabelecidos nas instituições. Sobre o assunto, temos a esclarecer que a fiscalização do DETRAN tem por finalidade a fiscalização dos Mackenzie visando regulamentar e disciplinar o estacionamento de veículos, que se apresenta desordenado nas ruas apontadas pelo Sr. Valdir Roberto dos Santos. — Manoel Raphael Aranha Peix, delegado chefe do Serviço de Registro Públicos do Gabinete do Secretário da Segurança, Capital.

Os perigos que ameaçam a democracia italiana

A dissolução do Parlamento italiano não constitui uma novidade, e a mesma coisa ocorreu na realidade, a legislatura dissolvida já perdura as condições de existência há muito tempo e sobreviverá, apesar de tudo, apenas por dois motivos. Por um lado, os partidos políticos temem de enfrentar a prova das urnas, em virtude do crescente fortalecimento dos neofascistas; por outro, o país estava preparando as eleições presidenciais, e além de a atenção das lideranças políticas estar totalmente tomada pelas manobras eleitorais e eleitorais, os últimos seis meses que antecederem o pleito constituem o chamado semestre branco, durante o qual o Parlamento não pode ser dissolvido.

As eleições presidenciais realizaram-se em dezembro, o que significa que foi eliminado um dos dois grandes obstáculos à convocação de eleições antecipadas: a "grande mancha" ou o desentendimento. Entretanto, fortaleceu-se consideravelmente o segundo obstáculo, ou seja, contribuiu para dar ainda maior força aos neofascistas. Isso porque, não obstante a situação difícil em que se encontrava e se encontra o país, jogado em um clima de inquietação social sem precedentes e muito amargado, devido à irresponsabilidade de certos grupos como os sindicais, seu próprio "milagre econômico", as forças políticas agiram pensando unicamente em seus interesses particulares.

Como se recorda, as votações para a escolha do sucessor do presidente Saragat sucederam-se sem qualquer esperança de que algum candidato obtivesse o número de votos necessários e provavelmente ter-se-iam prolongado por mais tempo do que se prolongaram os "grandes eleitores" não tivessem deixando levar pelo desejo de passar o Natal com suas famílias. Foi outro fator que o candidato vitorioso foi Giovanni Leone, um democrata-cristão conhecido por suas posições de centro, isto se deveu, em grande medida, a uma proposta intervenção do então presidente Saragat, tendente a torpedear um possível acordo do PDC com o Partido Comunista.

Acusando o candidato oficial do PDC, Amintore Fanfani, de estar recebendo, nas votações, o apoio das forças de centro-direita, Saragat forçou o PDC a defender suas posições e sua própria independência, levando-o a ter coragem de aceitar publicamente os votos dos liberais. Já chamamos a atenção, em outra ocasião, para o fato extremamente curioso e à primeira vista inexplicável de Saragat denunciar a aliança do PDC com a direita e depois seu partido dar seus votos a Leone aceitando a companhia "dileta" não apenas dos liberais mas dos próprios neo-fascistas. E não convém esquecer que não se tratou de uma votação inesperada na qual o PFI e o MSI tenham tomado posição ao lado do PDC. Pelo contrário, em um escrutínio anterior ao que elegeu o novo presidente, os comunistas colocaram-se diante da bancada parlamentar social-democrática, aplaudindo-a ironicamente por aceitar a companhia dos "missili". Apesar disso, o PSDI continuou votando no candidato democrata-cristão e elegeu o novo presidente em um escrutínio no qual, em virtude da falta dos chamados "franco atiradores", o apoio neo-fascista tornou-se determinante.

Bastaria esse simples fato para fortalecer ainda mais os neo-fascistas, que, nas eleições de 13 de junho do ano passado, surpreenderam o país e o mundo aumentando consideravelmente o número de seus votos. Como se tratava de uma eleição administrativa, esse progresso não teve consequências concretas no que diz respeito a uma melhor colocação do MSI no jogo político-parlamentar. De qualquer maneira, o fato teve profundas repercussões, levando inclusive o PDC a rever as posições que vinha tomando e a fortalecer seu anti-comunismo.

Agora, o mesmo Saragat, certamente preocupado com a situação eleitoral dos dois totalitários — o comunista e o fascista — que a Democracia Cristã estruturou sua política de "abertura à esquerda", e o primeiro a sugerir o restabelecimento das coligações tradicionais. Mas se o "milagre econômico italiano de 1960, com a inclusão do Partido Liberal no futuro governo, para evitar a paralisação das instituições democráticas".

Provavelmente Saragat sente como nós sentimos, que a situação atual apresenta enormes possibilidades com a de 1922. A tudo se deve acen-

tar que os vícios políticos estão de tal maneira radicados na vida italiana, que, apesar de todos os seus bons propósitos, os partidos continuaram a mesma vida de antes de 13 de junho. Nem mesmo o medo do fascismo foi capaz de faz-los mudar. Depois do deprimente espetáculo das eleições presidenciais, o país novamente mergulhou em um clima de agitação e insegurança, com o inevitável aumento da inquietação popular. Os neofascistas receberam, assim, novos argumentos para dizer ao eleitorado o único caminho para a salvação do país é votar no MSI.

Tudo isso dá uma importância excepcional às eleições que se realizaram em maio próximo. Sua importância supera, sob certos aspectos, a das eleições de 1948. Como se trata, desta vez, de eleições políticas e não administrativas, seus resultados poderão imprimir rumos inteiramente novos à vida do país, dependendo naturalmente, da proporção dos votos que o MSI vier a conseguir. De qualquer maneira, os "missili" aproximam-se do pleito beneficiados não só pelo clima de inquietação reinante no país, mas também pelos efeitos psicológicos das eleições de 13 de junho e de sua participação na escolha do novo presidente.

Quanto aos outros partidos, tem motivos suficientes para esperar com preocupação, as eleições, sobretudo quando o fato de elas serem antecipadas, constitui um sólido sintoma de sua incapacidade no governo do país. No que diz respeito aos observadores internacionais, aguardar com inconfiada curiosidade os resultados das urnas, que apresentará uma espécie de radiografia da situação e, comparados com os das eleições anteriores, mostrarão como o eleitorado reagiu à institucionalização da irresponsabilidade.

Talvez não seja fora de propósito recordar que este ano transcorre o 50º aniversário da famosa Marcha sobre Roma. Se o espetáculo viesse a se repetir e o MSI surgisse das eleições como partido majoritário, não se poderia deixar de ver nisso um resultado muito interessante do que a tração dos partidos chamados democratas — que nos últimos anos deixaram-se reduzir a condição de cadáveres das esquerdas. Tais partidos não têm perdido ocasião de proclamarem seu anticomunismo e fazer reverências à chamada Resistência, mas esquecem que seus eleitores têm suficiente bom-senso para compreenderem que não se pode combater um totalitarismo fazendo o jogo de outro.

Quem vai dirigir a TV Cultura

Comentamos há dias o caso de uma luta que se estocava no Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, responsável pela implantação da experiência da implantação da TV educativa, em concorrência e em confronto com a televisão comercial. A crise surgida com o registro de uma carta "governamental", constituída de nomes ilustres, mas em sua maioria estreitamente vinculados ao Palácio dos Bandeirantes, os quais eram apreciados sob o alegato de que, se eleitos, tinham assegurado ao Sr. Lauro Natel a necessária "minoridade" no composição do órgão superior da TV-Cultura.

Na oportunidade, tivemos os comentários que nos pareceram óbvios: desde o primeiro dia de sua existência a Fundação Padre Anchieta fora debruçada para a realização de projetos culturais. Essa orientação não poderia ser alterada, pela razão de que uma linha muito nítida existe que se opõe "relutantemente" às atividades "político-partidárias". Assim, uma composição se fazia indispensável, entre os elementos ligados aos dois grupos, para preservação dos destinos da própria televisão educativa em nosso País.

Nosso apelo não foi ouvido, a chapinha "oficial" saiu triunfante, a diretoria anchieta colocou os respectivos cargos à disposição do Conselho Curador e agora o governo tem não apenas maioria, mas a própria TV-2 nas mãos, para fazer dela o instrumento do que lhe aprouver.

Agora, nos circuitos mais ligados ao rádio e à televisão, há um verdadeiro alvoroço. Mais do que isso, há um corre-corre, dado o fundo de notícias que apontam como certa a escolha de Italo ou de Adriano para a presidência da Fundação Padre Anchieta. São dois pelo menos, os mais insistentemente citados, ambos integrantes da fama de milos que o rádio e a televisão erraram — ignorantes, mas "vivos" — profissionais que começaram irradiando jogos de futebol e continuaram conquistando a popularidade fácil dos auditórios e dos programas de denúncias e ostentações.

Se são dois, é possível que as informações não sejam tão inéculas como se proclama. Entretanto, pelo sim ou pelo não, seria interessante que o governo copiasse também de outros nomes, igualmente conhecidos, de indivíduos que conquistaram íntima projeção com a difusão de que nunca foram comentaristas: os srs. Abelardo Barbosa e Senhor Abravanel Engundram — uns e outros entre os tipos de expositores desse tipo de "cultura" que o governo entende seja de alto nível, após consequentemente a ser administrado aos assistentes da TV-2.

Resultaremos, porém, para não sermos injustos, ainda que tenhamos motivos para acreditar nas versões em andamento (porque são avalizadas por pessoas dignas de fé) que alimentamos a mesma esperança de que tudo não passe de boato. E que o governador, não somente se abstenha de fazer política de TV-educativa, exigindo obediência à linha de orientação que lhe foi imposta, mas como uso de sua maioria para colocar na direção executiva da Fundação homens realmente afeitos à cultura, não indivíduos dedicados às glórias, das quais eles próprios são típicos expositores.

A Tese Liberal

Gilberto de Mello Kujawski

Os adversários do liberalismo distribuem-se em três classes. A primeira constitui-se das pessoas que se negam, tranquilamente, a reconhecer qualquer importância à política na vida social. Por exemplo, os tecnocratas. A segunda classe é formada por indivíduos em posição diametralmente oposta à primeira, aqueles para os quais a política é essencial, mas não indispensável à vida social. Segundo: a política é indispensável à vida social. Terceira: a política não é tudo. Terceira: o liberalismo do presente e do futuro supera com a maior galhardia suas ocasionais limitações do passado.

A obra vem dedicada à memória do fundador da imprensa liberal, Julio de Mesquita Filho, e traz prefácio de Ruy Mesquita. Em muito boa hora, dizemos, pois o Professor Ruy Mesquita, que acaba por ser o fio de sua exposição de modo a conduzir o leitor, precisamente, a três conclusões inevitáveis. Primeira: a política é indispensável à vida social. Segunda: a política não é tudo. Terceira: o liberalismo do presente e do futuro supera com a maior galhardia suas ocasionais limitações do passado.

O cunho filosófico do livro, justificando o título, revela-se na habilidade do autor ao abordar a história liberalismo sempre através do peculiar movimento de ideias de cada época. 1) Liberalismo Clássico; 2) Liberalismo Romântico; 3) Liberalismo Científico; e 4) Liberalismo Moderno. O liberalismo clássico, explica o autor, nasce só a forma de liberalismo religioso, "consequência lógica da reivindicação protestante da liberdade de consciência" nos séculos XV e XVI. Seguem-se, dentro da fase clássica, o liberalismo político de Locke e Montesquieu, o liberalismo econômico de Adam Smith e o liberalismo ético de Rousseau e Kant. Muito feliz a colocação do Romantismo como tensão entre o singular e o todo, entre a liberdade e a totalidade, em "dialética desapercebida" que acaba por sobreviver fatalmente toda e qualquer singularidade naquela noite onde todos os gatos são pardos. O liberalismo romântico só será possível nos autores que se ocupam a sedução do totalismo em Benjamin Constant, um Alexis de Tocqueville, um Wilhelm von Humboldt, os dois primeiros demorados e magistralmente depurados em autores como von Hayek, Popper, Walter Lippmann, Bertrand de Jouvenel e o grande Keynes.

A tese decisiva do livro é a de que tanto o liberalismo com sua negação, o totalitarismo, só podem ser compreendidos a partir de suas bases culturais, de seus pressupostos metafísicos. Liberalismo e totalitarismo não se reduzem a distinções sistemáticas; são alternativas visões do mundo, contrapostas filosofias de vida. O totalitarismo político, diz o autor, em consonância com Hayek, tem por base lógica o totalismo filosófico. Base a interpretação da realidade que não admite a autonomia do singular dentro do todo. As

realidades individuais têm que se absorver numa unidade maior onde se dissolvem, o Universo, a Raça, o Estado, a Sociedade etc. Já o liberalismo político, diríamos (interpretando o pensamento do Professor Foucault) tem por base lógica o pluralismo filosófico, para o qual o mundo está composto de unidades independentes e irreduzíveis. Nesta perspectiva não faz sentido a religião do grande Todo.

Perseguindo nas reflexões enjaneadas pela visão clara do que é a ideia liberal, talvez seja possível desfazer alguns dos equívocos mais frequentes no tocante à imagem do liberalismo político. As duas restrições mais frequentes ouvidas contra a posição liberal, tão frequentes que se tornaram lugares-comuns, são as seguintes: 1) o liberalismo, individualista por natureza, com o interesse do indivíduo ao interesse social; 2) o liberalismo, exigindo a autolimitação do Poder, compactua com as injustiças sociais, fazendo o jogo do forte contra o fraco.

Responderemos acompanhando o pensamento de um dos maiores luminares da filosofia contemporânea, liberal como seu mestre Ortega. Diz Julián Marías no livro *Meditações sobre la sociedad española* (Alianza Editorial, Madrid, 1960): não há que confundir liberalismo com individualismo puro e simples. E certo que o liberalismo centraliza-se no interesse do indivíduo, mas também é certo que a substância da vida individual é por si mesma social. Eis aí: a vida humana, embora individual, está feita de substância social (língua, costumes, usos, tradições etc.). A sociedade está no interior do indivíduo, e é seu próprio tecido. O que há de condenável no liberalismo individualista não é o liberalismo, e o "individualismo" na medida em que pretende contrapor o interesse do indivíduo ao interesse social. Faz falta — diz Marías — a organização de um liberalismo da sociedade (Alianza Editorial, Madrid, 1960): não se trata do Estado não se frente ao indivíduo, como perante a sociedade como tal e aos seus grupos.

Portanto, não se fale mais em "liberalismo individualista". O liberalismo é por essência social, pois a maioria constituinte do indivíduo faz parte de si. Não referente à segunda restrição mais ouvida, ou seja, o princípio da não intervenção na esfera privada, assim se manifestou o pensador espanhol: "Quando o liberalismo fala, por exemplo, de 'limitação do Poder', é sim que quer dizer que o Poder deve ser 'pouco', e sim que limita, ou seja, restringe, a 'potência' (poder) que os poderes despotistas. O Poder deve ter forma e figura. Ao liberalismo interessa, sobretudo, saber quem manda, por que se manda, para que se manda e como se manda. Uma pergunta delicada, que em certas circunstâncias pode parecer curiosidade excessiva, e precisamente esta: quem manda, quem decide em última instância nos assuntos supremos do poder?"

O livro do Professor Maciel de Barros, sistemático, reflexivo, ponderado e um oportuno convite para a revisão à fundo de certos preconceitos anti-liberais nutridos pela paixão ideológica de alguns, pelo oportunismo de outros e pela ignorância dos demais.

SÃO PAULO PERGUNTA

Este leitor quer ajudar os síndicos que tenham problemas com a SAEC

Sr.: "Gracias ao apoio do Jornal da Tarde e de O Estado de São Paulo, por parte do Sr. Paulo Roberto de Aguiar, em nome das centenas tiradas em nome dos cidadãos, vai sendo possível a criação de uma SAEC em São Paulo. Nenhum quer um hidro-metro para cada consumidor, sem muito menos consumir água de graça. O que se pretende é apenas que a SAEC cubra a lei. Obviamente a legislação como ela está formulada, não haverá problema. A lei federal estabelece que cada "unidade autônoma" devera ter sua própria conta. Como o melhor de costume é um só, o "apartamento" deve ser repartido entre os condôminos, na proporção das frações ideais de cada um. Esse serviço, manda a lei que ele seja feito pela SAEC.

de direito. A grande maioria, entretanto, honra seus compromissos perante a sociedade, mas não perante a SAEC. O que é muito ruim, pois a SAEC não tem como cobrar a água, sem a ajuda dos síndicos. O Sr. de Aguiar, em nome das centenas tiradas em nome dos cidadãos, vai sendo possível a criação de uma SAEC em São Paulo. Nenhum quer um hidro-metro para cada consumidor, sem muito menos consumir água de graça. O que se pretende é apenas que a SAEC cubra a lei. Obviamente a legislação como ela está formulada, não haverá problema. A lei federal estabelece que cada "unidade autônoma" devera ter sua própria conta. Como o melhor de costume é um só, o "apartamento" deve ser repartido entre os condôminos, na proporção das frações ideais de cada um. Esse serviço, manda a lei que ele seja feito pela SAEC.

MAIS DIAS MANIFESTAÇÕES PELA MORTE DE A. BARRETO

Sr.: "Queria aceitar e transmitir a toda a direção e comitê de luta de São Paulo, a respeito do seu programa de divulgação de manifestações de luta pelo trágico desaparecimento do Sr. Amadeu de Barros, cuja vida foi sempre dedicada à defesa da liberdade e da democracia. — José Edgar Pereira, diretor de propaganda do Partido Comunista de São Paulo, Capital.

UMA QUIXIA CONTRA "ESTRANHO DOCUMENTO EXIGIDO PELA 'OSWALDO ARANHA'"

Sr.: "Tenho uma filha que está no 'Oswaldo Aranha', e gostaria de saber se o boicote, no tempo do ensino vocacional, e que após a conclusão do curso, não é um grande erro para os outros. — Pedro Alexandre, mãe de uma estudante do curso de ensino vocacional, no tempo do ensino vocacional, e que após a conclusão do curso, não é um grande erro para os outros.

PORQUE NÃO PUBLICAMOS ESTA CARTA

Sr.: "Estou grato por encontrar este espaço para publicar esta carta. — Renato Bordini, Capital.

PORQUE NÃO PUBLICAMOS ESTA CARTA

Sr.: "Tenho uma filha que está no 'Oswaldo Aranha', e gostaria de saber se o boicote, no tempo do ensino vocacional, e que após a conclusão do curso, não é um grande erro para os outros. — Pedro Alexandre, mãe de uma estudante do curso de ensino vocacional, no tempo do ensino vocacional, e que após a conclusão do curso, não é um grande erro para os outros.

Anotações Finais

A família Mesquita teve divergências políticas com o regime que ajudou a instaurar, mas não questionava a sua política econômica. Isto porque, os meios de comunicação, situados neste contexto de consolidação de indústria cultural no Brasil, beneficiaram-se com o desenvolvimento do país, pois, além de terem sido favorecidos em relação à aquisição de equipamentos para a sua modernização, também adquiriram novos leitores, principalmente da classe média, privilegiada com o crescimento da economia brasileira durante o “Milagre Econômico”. O crescimento do *JT*, neste período, pode ser observado através dos números que representam a evolução de sua circulação de 1968 a 1975 (os primeiros números representam a tiragem às segundas-feiras):

1968: 40.707, 48.575

1969: 46.865, 72.289

1970: 51.805, 85.813

1971: 49.208, 78.084

1972: 51.582, 75.491

1973: 56.850, 84.456

1974: 74.000, 109.000

1975: 76.000, 110.000¹⁴⁶

Mudanças e inovações no jornalismo de um novo produto da empresa S. A. O Estado de S. Paulo propiciaram um aumento nas vendas como pode ser visualizado pelos números mostrados acima. Além disso, a empresa possuía a Agência Estado, que vendia as matérias de *OESP* e *JT* para outros jornais em todo o país.¹⁴⁷ No seu quarto aniversário, o *JT* publicou:

“Aos quatro anos, ele já não é só um jornal moderno, com uma nova concepção na paginação, na linguagem e no tratamento das notícias. É, também, um jornal influente e participante, com opiniões próprias. Tudo o que ele trouxe de novo foi aceito e até imitado. A prova disso é que começou com edições de dezoito páginas e hoje, freqüentemente, sai com setenta páginas. Que começou saindo com quinze mil exemplares e hoje chega a vender mais de

¹⁴⁶ Dados retirados de “Nossos jornais e suas empresas”. In: *Revista Visão*, 9 de agosto de 1976.

¹⁴⁷ *Jornal da Tarde*, 04/01/1975, p. 4.

oitenta mil. Que saiu sozinho com seu novo estilo e hoje é imitado por um grande número de jornais e revistas de todo país”.¹⁴⁸

Durante todo o período militar, o *JT* fez referências ao seu crescimento e à sua aprovação por parte dos leitores:

“A morte dos diretores Julio de Mesquita Filho, Francisco Mesquita e Luiz Carlos Mesquita é até hoje sentida no *Jornal da Tarde*, mas sua orientação continua viva e atuante. É observando-a que o *Jornal da Tarde* vem, ano a ano, crescendo no respeito de seus leitores, o que explica sua crescente circulação, e no dos profissionais da imprensa, o que é demonstrado pelos inúmeros prêmios jornalísticos conquistados.

A Rádio Eldorado que – exatamente a um ano – inaugurou o *Studio Eldorado*, o mais avançado laboratório de som em operação no País, prepara-se para iniciar, talvez ainda em fevereiro, transmissões estereofônicas em frequência modulada”.¹⁴⁹

Aliado ao projeto modernizador, temos a ideologia difundida pelos produtos da indústria cultural representada, em nosso objeto de estudo, pela concepção liberal.

A inserção do *Jornal da Tarde* neste contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil era totalmente adequada ao seu papel de órgão propagador de uma ideologia que reivindicava a centralização das decisões políticas nas mãos de uma elite detentora também do poder econômico. As liberdades democráticas eram aceitas num ambiente de oposição “controlada”, ou seja, os benefícios estendidos às “massas” não deveriam modificar a estrutura de poder. Por isso, enquanto representante exemplar de um produto da indústria cultural, o *Jornal da Tarde* era um defensor da ordem capitalista. O jornal priorizava a defesa deste sistema em relação à defesa das liberdades individuais. Desta maneira, autoproclamar-se liberal não significa a associação imediata à defesa da garantia dos direitos dos cidadãos, mas sim significa que a propriedade deve ser preservada acima de qualquer outro princípio. A família Mesquita defendia a democracia e as liberdades individuais somente quando as situações concretas não se mostravam adversas aos seus interesses. Numa situação adversa, apoiou a ditadura em nome da preservação da ordem. Através do acompanhamento dos editoriais e matérias assinadas do *JT*, poderemos perceber, nos próximos capítulos, qual foi a postura do jornal frente aos acontecimentos políticos daquela época tão conturbada.

¹⁴⁸ *Jornal da Tarde*, 05/01/1970, p. 2.

¹⁴⁹ *Jornal da Tarde*, 04/01/1973, p. 4.

CAPÍTULO III: 1966-1968: O apoio da imprensa liberal à ditadura e ao controle da oposição

No início do período ditatorial brasileiro duas questões seriam importantes para os defensores do liberalismo: a manutenção da propriedade privada e o controle da oposição. Nesse quadro, nosso objetivo foi analisar o modelo político defendido nos editoriais do *Jornal da Tarde*. No esquema lockeano, os proprietários são os únicos indivíduos racionais, dotados da capacidade de governo e de acumulação de capital. Eles são também os únicos “esclarecidos” e capazes de divulgar os benefícios da ordem burguesa aos não-proprietários. Para que isso ocorra, é necessário o controle do conflito. A disciplina é importante e a oposição não deve superar os limites da “crítica construtiva”. Neste sentido, as aspirações populares deveriam ser canalizadas, ao mesmo tempo em que se colocava “a massa a serviço das aspirações dos que estão no Poder.”¹⁵⁰

Uma das maneiras de se manter a ordem numa sociedade desigual é através do uso da violência. Por isso, os proprietários do *JT* viam a necessidade de um governo forte e ditatorial. A partir disso, Alzira Alves de Abreu comenta:

“...diante do ‘perigo comunista’, (os proprietários dos jornais liberais) aceitaram o reforço do poder estatal como meio de evitar a perda de controle do Estado para os grupos de esquerda. Abdicaram de suas idéias e crenças na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como a única alternativa para impedir a ‘subversão’ ou a ascensão dos grupos de esquerda ao poder.”¹⁵¹

A família Mesquita e o golpe

Os proprietários de *O Estado de S. Paulo* apoiaram o golpe de 64 sob a justificativa de que este iria garantir a democracia no país. O *Jornal da Tarde* assumiu este propósito já na sua primeira edição:

“Compreendendo a extrema delicadeza do momento que a Nação atravessa e surgindo quando longe está ainda o 31 de março de atingir os seus fins, o *Jornal da Tarde* colocar-se-á

¹⁵⁰ Oliveiros S. Ferreira. *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964, p. 35. Neste livro foram publicados os artigos escritos pelo autor em *OESP* entre 1962 e 1963.

¹⁵¹ Alzira Alves de Abreu. “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática.” In: Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Mônica Almeida Kornis. *Mídia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 24.

decididamente a serviço daquela nobre causa, juntando a sua voz à de todos aqueles que por ela se bateram. Os objetivos do grande movimento serão os seus objetivos, e na defesa deles verá a sua razão de ser. Nesse empenho, acompanhará, embora com autonomia e perfeita independência, *O Estado de S. Paulo*. Cremos, de resto, que assim procedendo não fazemos senão atender a uma aspiração unânime da terra bandeirante.”¹⁵²

Mais particularmente, *O Estado* defendia a ação política saneadora da baixa oficialidade militar – os “autênticos revolucionários”, puros, não envolvidos com a vida política anterior ao golpe. No pré-64, houve vários movimentos de insubordinação de soldados, sargentos e marinheiros, o que levou Ruy Mesquita a interpretar a ocorrência do golpe como “conseqüência direta da quebra da disciplina e da hierarquia militar” em detrimento da “ameaça comunista”.¹⁵³ A unidade interna das Forças Armadas, de acordo com Ridenti, estaria ameaçada, “enquanto instituição, pela insubordinação crescente dos militares de baixa patente no início da década de 60, o que teria levado a oficialidade a intervir politicamente, de modo coeso e decidido”.¹⁵⁴ Ruy Mesquita defendeu que o erro básico do presidente João Goulart foi promover uma subversão da ordem hierárquica dentro das forças militares.¹⁵⁵ De acordo com seu relato:

“Militares do segundo escalão nos procuraram, aqui em São Paulo. Dois anos antes do desfecho. (...) Eles traziam informações do serviço secreto do Exército e me convidaram para uma conversa lá no prédio do *Estadão*. (...) Nesse período só participaram da conspiração militares de segundo escalão. (...) O esquema janguista cometeu, na minha opinião, o erro que levou à sua derrota definitiva. Começou a promover a subversão dentro das Forças Armadas.

A partir desse primeiro encontro meu e de mais alguns amigos íntimos, nós começamos a ter reuniões com os militares. Com a oficialidade pequena. Era de capitão até coronel. Nenhum general apareceu em nossas reuniões. O Jango tinha montado o que, até aquele tempo, parecia ser decisivo para os golpes militares brasileiros; um esquema para controlar os dispositivos militares. O que eles consideravam os postos decisivos: controle do I Exército, que é o único com poder de fogo grande nas Forças Armadas brasileiras; o controle do corpo de fuzileiros navais e o controle do III Exército, e, na chefia do dispositivo militar, o general Assis Brasil, que era um militar confessadamente comunista. E começou a subversão no meio das Forças Armadas, na forma de movimentos como o dos sargentos de Brasília e de atos de indisciplina.

Aí, nessa fase, semanalmente o nosso grupo de civis se reunia com quarenta, cinquenta oficiais e discutia o que fazer para resistir ao golpe que achávamos inevitável. E eles descreviam a situação... Eram comandantes de tropa que não tinham a menor confiança nos seus subalternos”.¹⁵⁶

¹⁵² *Jornal da Tarde*, 04/01/1966, p. 4.

¹⁵³ Entrevista de Ruy Mesquita a Maria Victória Benevides e José Álvaro Moisés. “O ‘*Estadão*’ e o golpe de 64.” In: *Revista Lua Nova*. São Paulo: Brasiliense, vol. 1, nº 2, julho-setembro de 1984, p. 27.

¹⁵⁴ Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993, p. 261.

¹⁵⁵ Entrevista de Ruy Mesquita ao site “Master em Jornalismo para Editores”, www.masteremjornalismo.org.br/entrevista.htm.

¹⁵⁶ Entrevista de Ruy Mesquita a Maria Victória Benevides e José Álvaro Moisés, op. cit., pp. 27-28. Ver depoimento semelhante do próprio Ruy Mesquita em www.masteremjornalismo.org.br/entrevista.htm.

Alguns sociólogos preferem lembrar processos mais gerais:

“Na sociedade brasileira, no princípio da década de 1960, líderes populistas nacionalistas, como Goulart e Brizola, movimentos sindicais, as Ligas Camponesas, o próprio PCB e outras entidades eram, de alguma forma, representantes das massas trabalhadoras. O golpe foi dado quando tal representação ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe”.¹⁵⁷

Esta situação levou Ruy Mesquita, mais ou menos uns dois anos antes do golpe, a afirmar em um debate com estudantes na Pontifícia Universidade Católica (PUC): “Vocês estão fazendo uma análise totalmente falseada da realidade sociológica brasileira. (...) O sistema econômico brasileiro é dominado por gente que chegou no Brasil ontem, por filhos de imigrantes, por pequenos proprietários, por gente que vai lutar para defender o que é deles. Já está se mobilizando. Está conspirando com os militares, está comprando armas.”¹⁵⁸ A manutenção da propriedade, na verdade, tornou-se o fator principal de luta contra a mobilização social que ameaçava a estrutura de poder político e econômico na sociedade. Por isso, a ditadura nasceu de necessidades convergentes de diferentes grupos da burguesia:

...“as classes burguesas ‘nacionais’ buscaram na ditadura um excedente de poder para se autoprotegerem e autoprivilegiarem, diante da pressão das classes subalternas, principalmente de seus setores proletários, e para se resguardarem nas relações defensivas com o ‘aliado principal’. As classes burguesas ‘internacionais’ buscaram na ditadura a persistência invariável de certas fronteiras históricas, conquistadas por suas nações através da ‘partilha do mundo’ e da expansão externa do capitalismo monopolista”.¹⁵⁹

Neste cenário, segundo Elio Gaspari, “foram inúmeras as propostas de demolição das franquias constitucionais.” Mesquita Filho ofereceu uma delas, “redigida com a colaboração do advogado Vicente Ráo, catedrático de Direito civil na Universidade de São Paulo e ministro da Justiça no Estado Novo, foi a primeira a chamar-se Ato Institucional. Sugeriu a dissolução do Senado, Câmara e Assembléias Legislativas, anulava o mandato dos governadores e prefeitos, suspendia o *habeas corpus* e pressupunha que seria o

¹⁵⁷ Marcelo Ridenti, op.cit., p. 244.

¹⁵⁸ Maria Victória Benevides e José Álvaro Moisés, op.cit., p. 30.

¹⁵⁹ Florestan Fernandes. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 101.

primeiro de uma série”.¹⁶⁰ Ele defendeu um período de exceção para que se expurgassem os “elementos indesejáveis” do Congresso e também para que se controlassem as tensões sociais. Ruy Mesquita contou que, “num determinado momento da conspiração”, seu pai foi chamado pelos ex-ministros militares de Jânio Quadros para elaborar um projeto do que deveria ser feito caso os militares chegassem ao poder:

“Eles, evidentemente, teriam, por um determinado período, de estabelecer um regime de exceção. E havia várias sugestões que papai contestou... Havia um projeto de que os militares tinham que ficar no governo pelo menos cinco anos. Ele concordava que, na primeira fase, os militares tinham que assumir o poder. Não era possível derrubar o governo do Jango e convocar uma nova eleição. Havia que se fazer um expurgo, não físico, mas político, como foi feito. (...) Eles puseram para fora todos os militares que tinham adotado posições de esquerda radical. (...) Mas meu pai, quando foi solicitado pelos militares a apresentar uma sugestão, achava um absurdo... o prazo de cinco anos que estava sendo proposto. Achava que se devia fazer uma coisa muito mais rápida, no máximo três anos. E, depois, que se deveria pôr, imediatamente, em vigor (com algumas modificações para permitir o expurgo) a Constituição de 1946 para que o país ficasse tranqüilo quanto às intenções do movimento. Para promover, imediatamente depois, a redemocratização do país e tudo bem”.¹⁶¹

Com a morte de Julio de Mesquita Filho em julho de 1969, o *JT* publicou:

“O dr. Julio conspirou abertamente contra o janguismo. (...) O *Estado* era a sede da conspiração em São Paulo: em seu prédio se reuniam os chefes militares, e nele foi planejada a Marcha da Família. (...) Se derrubassem Jango, os militares deveriam formar uma Junta que governasse o país pelo período de tempo necessário à sua purificação política. O prazo de cinco anos, proposto pelos militares, foi considerado ‘exorbitante’ pelo dr. Julio, que também defendeu a manutenção da Constituição de 46, com as emendas necessárias”.¹⁶²

Após o golpe de 64, tem-se um período em que a família Mesquita ainda julgava-se influente nas questões políticas do país. Havia também uma relativa liberdade de imprensa e, por isso, tinha-se uma abertura maior em relação a críticas ao governo. Antes mesmo do surgimento do *JT*, Julio de Mesquita Filho, em *OESP*, “considerava excessivamente ‘legalistas’ as preocupações do presidente (Castello Branco), o que poderia levar o movimento revolucionário ao fracasso. Assim, o jornal apoiou o Ato Institucional nº 2, de

¹⁶⁰ Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 122. Elio Gaspari retirou esta informação do livro de José Stacchini, *Março de 64 – Mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

¹⁶¹ Entrevista de Ruy Mesquita a Maria Victória Benevides e José Álvaro Moisés, op. cit., p. 29. Fernando Portela, jornalista do *Jornal da Tarde* desde os seus primórdios, ao comentar a crença da família Mesquita no caráter passageiro do golpe, afirmou que os seus integrantes foram ingênuos ao acreditarem nesta possibilidade. Ele, neste período com 20 anos de idade, disse que sabia que o regime de exceção iria durar muito tempo. Entrevista à autora por telefone em 30/07/2002.

¹⁶² *Jornal da Tarde*, 14/07/1969, p. 7.

27 de outubro de 1965, que atribuiu poderes ao presidente da República para cassar mandatos e suspender direitos políticos, instituiu eleições indiretas para a presidência da República, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal, ampliou as atribuições da Justiça Militar e extinguiu os partidos políticos.”¹⁶³

As críticas a Castello Branco continuaram constantes também no *Jornal da Tarde*, já nos dois últimos anos de sua presidência. Os proprietários do jornal julgavam o presidente da República um integrante do cenário populista anterior ao golpe. Isto pode ser ilustrado em um editorial do final de seu governo, que comentava e apoiava a candidatura do general Costa e Silva:

“Mais do que um protesto, ela (a candidatura Costa e Silva) é um revide dos verdadeiros revolucionários contra a política do governo que eles colocaram no poder e que acabou por frustrar todos os seus anseios. (...) A ação política do marechal Castello Branco na presidência da República serviu para demonstrar, ainda mais nitidamente, aos jovens oficiais a diferença de mentalidade entre eles e seus superiores hierárquicos. O general Costa e Silva compreendeu esta situação e foi por compreendê-la que, dispondo-se a interpretar o pensamento da jovem oficialidade revolucionária junto ao governo que a revolução colocou no poder, conseguiu sobreviver às maquinações políticas dos anti-revolucionários enquistados nesse governo e, finalmente, impor-se como candidato a candidato. Para os jovens oficiais revolucionários, quer dizer, para a quase totalidade da oficialidade das Forças Armadas, o ideal seria um candidato saído do próprio grupo, não contaminado pelo convívio com os homens da situação que eles próprios derrubaram. Não julgaram, porém, esses moços idealistas e desprendidos, oportuno forçar situações que pudessem tumultuar ainda mais a vida do País. Mediram muito bem as possíveis conseqüências de uma subversão da hierarquia nas Forças Armadas e contentaram-se com a fórmula de compromisso: cerrar fileiras atrás de alguém que interprete o seu pensamento. E esse é o significado da candidatura Costa e Silva”.¹⁶⁴

Neste momento, os editoriais do *JT* pareciam ser mais duros do que os próprios militares. Vejamos um exemplo:

“Se o marechal Castello Branco fosse um jovem revolucionário e não um velho e empedernido conservador, no dia em que assumiu o poder na crista de uma revolução que só não foi mais violenta porque não encontrou quem resistisse às suas pretensões, teria baixado imediatamente um decreto dizendo mais ou menos isto:

¹⁶³ Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2ª ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

¹⁶⁴ *Jornal da Tarde*, 10/01/1966, p. 4. Mais tarde, Ruy Mesquita falou sobre o golpe e avaliou as críticas a Castello: “Quem acabou dominando a revolução, como acontece em todas as revoluções, ao longo da história, não foram os revolucionários autênticos. Que não eram homens capazes de praticar torturas, nem nada disso. Houve vários fatores acidentais que tumultuaram todo o processo da revolução. Eu acho até, que meu pai foi injusto com o Castello Branco, que foi uma vítima”. Maria Victória Benevides e José Álvaro Moisés, op. cit., p. 30.

Justificação – acabamos de remover o efeito – o governo comuno-nacionalista de Jango Goulart – e vamos agora aplicar todas as medidas legais ou ilegais, para remover a causa – o “sistema”, a mentalidade vigorante neste país desde que o ditador Getúlio Vargas instituiu... a agitação social e, principalmente, a corrupção.

Artigo Único – está suspensa, pelo tempo que a Revolução julgar necessário, a prática do regime democrático. Revogam-se as disposições em contrário”.¹⁶⁵

A prática política do presidente era considerada muito branda. O jornal achava que a jovem oficialidade é que deveria ter tomado o poder, pois não estava “contaminada” pelo regime anterior, como estava, por exemplo, o presidente Castello Branco. “Os ideais revolucionários permanecem vivos na consciência dos que salvaram o Brasil do totalitarismo comuno-nacionalista. Mas não foram traduzidos na prática de uma política revolucionária”.¹⁶⁶

Esta prática política foi criticada pelo *JT* em diversas situações, sempre considerando a atitude do governo frágil. Propunha-se um regime de exceção sem máscaras. Cassações de mandato “bem feitas”, eleições indiretas e supressão das garantias constitucionais eram freqüentemente defendidas em seus editoriais:

“Em nome da democracia, o governo instituído pela Revolução recusou-se a seguir um caminho revolucionário. (...) Em nome da democracia realizaram-se eleições diretas e permitiu-se que anti-revolucionários do naipe de um Negrão de Lima e de um Israel Pinheiro tomassem posse dos governos de dois estados da importância da Guanabara e de Minas. Em nome, ainda, da democracia, decidiu-se, diante desse desastre eleitoral, instituir o sistema de eleições indiretas para os Estados em que os mandatos dos atuais governadores expiram este ano.

Desde o primeiro momento os revolucionários autênticos se revoltaram contra essa preocupação absurda de salvar as aparências democráticas. A Revolução foi feita para destruir, pela base, um sistema que ameaçava a própria possibilidade de, um dia, vir a instaurar-se, neste país, um regime autenticamente democrático. Os revolucionários nunca duvidaram de que seria impossível criar as condições para a instauração de um tal regime, sem um período de governo discricionário que fizesse o que era necessário para erradicar, definitivamente, todos os vícios do regime anterior que levaram o Brasil à iminência de se transformar em mais uma república popular democrática.”¹⁶⁷

No entanto, as críticas ao presidente restringiam-se ao campo político. Em relação à economia, tudo caminhava na mais perfeita ordem:

“Desde que assumiu a direção dos negócios e dos destinos do país, o sr. Castello Branco vem adotando um critério bifronte, cuja separação aumenta cada vez mais. De um lado, realiza um esplêndido trabalho no campo econômico e financeiro... De outro, porém, marcha de olhos fechados na direção de um atoleiro. É a política sem horizontes de um grupo excessivamente

¹⁶⁵ *Jornal da Tarde*, 07/02/1966, p. 4.

¹⁶⁶ *Jornal da Tarde*, 31/03/1966, p. 4.

¹⁶⁷ *Jornal da Tarde*, 20/07/1966, p. 4.

bitolado, que não se revela capaz de comunicação com a opinião pública, e que, a continuar assim, provocará uma reação de conseqüências facilmente previsíveis. Ou terá o governo de recuar, ou teremos entre nós implantada uma ditadura.”¹⁶⁸

Para que a ditadura seguisse o caminho correto, conforme o *Jornal da Tarde*, o governo:

“...teria de agir drasticamente, começando por fechar todas as Câmaras e Assembléias Legislativas do país, povoadas todas elas por uma maioria esmagadora de indivíduos conspurcados demais pelas práticas viciosas e imorais que caracterizavam o regime de antes de 31 de março, para serem recuperadas para uma verdadeira democracia. Fechadas essas Câmaras e Assembléias, destituído pela base o regime anterior, caberia ao governo revolucionário criar novas instituições, compatíveis com nossa realidade política, social, cultural e ecológica, para sobre elas erigir o edifício da nossa democracia.”¹⁶⁹

Assim, em relação ao poder Legislativo, tão importante no esquema da concepção liberal de governo, desejava-se que fosse suprimido em nome de uma “operação limpeza” que acabaria com todos aqueles políticos identificados com a política nacional-populista presente no governo Goulart.

Além dos políticos, as reivindicações das classes populares eram consideradas subversivas. Os seus anseios poderiam abalar a estrutura de poder vigente e, por isso, deveriam ser contidos. Como vimos, Julio de Mesquita Filho elaborou um roteiro que deveria ser seguido pelos “revolucionários” e este foi comentado pelo professor Roque Spencer Maciel de Barros em matéria assinada no *Jornal da Tarde*:

“O movimento de março de 1964 foi feito contra a corrupção e a subversão, como tantas vezes se disse, visando, antes de tudo, a impedir que as nossas liberdades fossem alienadas, sob que pretexto fosse... Seria perfeitamente aceitável, uma vez triunfante a Revolução, que as garantias constitucionais fossem todas suspensas pelo prazo necessário, a fim de que o movimento desse conseqüência aos motivos que o inspiravam. No *Roteiro da Revolução*, preparado pelo dr. Julio de Mesquita Filho, era isso precisamente o que se recomendava: realizar uma obra de profundidade, discricionariamente, e preparar o País, tão rapidamente quanto possível, para a volta ao funcionamento normal das instituições, de acordo com a mecânica da Constituição de 1946. Em síntese, o que se esperava era um trabalho para fortalecer as instituições democráticas que, livres da corrupção e da subversão, poderiam desempenhar o seu papel de sustentáculos das nossas liberdades civis e políticas”.¹⁷⁰

¹⁶⁸ *Jornal da Tarde*, 07/07/1966, p. 4.

¹⁶⁹ *Jornal da Tarde*, 27/07/1966, p. 4.

¹⁷⁰ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 24/08/1966, p. 4.

O final do governo Castello foi marcado por acontecimentos como a elaboração de uma nova Constituição, a instituição de uma Lei de Imprensa e de uma nova Lei de Segurança Nacional, o que desagradou aos representantes da imprensa liberal. O regime mostrava a que veio e os civis começavam a ser menosprezados em relação à tomada de decisões do governo. A ditadura sem disfarces aparecia e os proprietários do *JT*, antes seus defensores, passaram a questionar a sua implementação, pois os militares concentravam cada vez mais o poder.¹⁷¹ Os liberais, durante o governo Goulart, lutavam contra aquilo que consideravam o processo de agigantamento do Estado que se desviava dos preceitos da Constituição de 1946. Após o golpe, este agigantamento do poder ocorreu a partir dos militares já visualizado na elaboração da Constituição de 1967 pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva: “O que se vai promulgar no Brasil, ou o que se vai outorgar no Brasil, não é uma Constituição; é um ‘édito real’. Não é o povo que vai dizer ao Estado quais são as limitações de seus poderes. É o Estado que vai dizer ao povo quais são as limitações de seus direitos e, ao que parece, são excessivas”.¹⁷² Os civis perderam o controle da situação e tiveram que se contentar com os bastidores da política, pois os militares assumiram as rédeas do país. Como percebeu o jornal:

“O fortalecimento excessivo dos poderes do presidente da República, que os revolucionários aceitaram como uma imposição das circunstâncias, em caráter excepcional e por um prazo limitado, o cerceamento da independência do Legislativo, que os revolucionários aceitaram como uma alternativa ao fechamento puro e simples do Congresso que eles preconizaram por considerá-lo uma peça do governo deposto, transformado em preceitos constitucionais, juntamente com todos os outros artigos do projeto do sr. Medeiros da Silva que constituem uma ameaça seríssima às liberdades individuais... jamais poderiam ser aceitos por quem fez uma revolução para atalhar uma conspiração antidemocrática de um governo que, para instalar aqui um regime totalitário, se escudava nas leis vigentes no país”.¹⁷³

Além disso, os proprietários dos meios de comunicação foram diretamente atingidos pela Lei de Imprensa que prometia punir os órgãos de informação que praticassem “alguns dos crimes definidos em lei contra a segurança nacional”:

¹⁷¹ “Aí estão, aprovadas ou em caminho de sê-lo, uma nova Constituição centralizadora e muito pouco liberal, uma nova Lei de Imprensa cheia de armadilhas, uma misteriosa Lei de Segurança Nacional baseada na “filosofia” do “planejamento estratégico”, que vai acabar nos assegurando contra o delito de pensar. (...) Mas as “leis” do marechal Castello Branco, destruindo o “império da lei”, entregam-nos de mãos atadas a seu sucessor... (a Revolução) democrática e liberal na sua origem e inspiração, transformou-se, nas mãos dos que ocupam o poder, em coveira dos nossos ideais republicanos e de nossas liberdades”. Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 06/02/1967, p. 4.

¹⁷² *Jornal da Tarde*, 08/11/1966, p. 4.

¹⁷³ *Jornal da Tarde*, 09/12/1966, p. 4.

“A revolução foi feita para que o regime democrático fosse preservado. E ela não teria sido possível não fosse a coragem com que a imprensa democrática do Brasil enfrentou a conspiração comuno-nacionalista. (...) Agora essa imprensa vai ter a sua paga. Em nome da defesa da democracia contra aqueles mesmos inimigos que ela ajudou a derrotar, estão tentando catá-la, estão tentando amordaçá-la para que os que invocam a democracia do alto do Poder que a revolução lhes deu, possam destruí-la impunemente”.¹⁷⁴

Um dos motivos pelo qual a família Mesquita condenou o cerco à imprensa foi porque, num processo de consolidação da indústria cultural, deve existir liberdade de produção tanto de idéias quanto de produtos culturais, ou seja, “estruturando-se como indústria, a cultura requer grandes investimentos, distribuição eficaz e mercado garantido. Como qualquer processo industrial incipiente, a indústria cultural exige liberdade de produção e incentivos na comercialização”.¹⁷⁵ Assim, além do conteúdo censurado, a prática da censura prejudicava o crescimento do jornal enquanto um produto destinado a gerar lucro.

No final da presidência de Castello Branco, o regime, que anteriormente vinha fechando-se aos poucos, deu indícios de que caminhava para a supressão total dos direitos constitucionais. Esta situação recebeu severas críticas do *Jornal da Tarde*, mas isto não queria dizer que o jornal clamava pelo fim da ditadura. Pelo contrário, ela foi exigida “sem disfarces”, tanto que apoiou a candidatura à presidência do marechal Artur da Costa e Silva, identificada, pelo *JT*, com os “autênticos revolucionários”. A candidatura Costa e Silva representava um protesto. “É um revide dos verdadeiros revolucionários que continuam exigindo que a revolução seja feita”.¹⁷⁶ No entanto, o governo Costa e Silva foi marcado por muitos protestos contra a ditadura. O quadro de fechamento do regime culminou com a decretação do Ato Institucional número 5 em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 fechou os poucos canais ainda restantes de “aparência democrática”, colocou o Congresso em recesso e instituiu a censura à imprensa. Mesmo com o cerco aos órgãos de informação, o *JT* continuou apoiando o controle dos movimentos de oposição no pós-AI-5, como veremos posteriormente. Este tema, juntamente com a preservação da propriedade, marcava presença constante em seus editoriais.

¹⁷⁴ *Jornal da Tarde*, 26/12/1966, p. 4.

¹⁷⁵ Zuenir Ventura. “O Vazio Cultural”. In: Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda & Zuenir Ventura. *Cultura em Trânsito – da Repressão à Abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 49. Este artigo foi publicado inicialmente na revista *Visão* em julho de 1971.

¹⁷⁶ *Jornal da Tarde*, 10/01/1966, p. 4.

O modelo de sociedade ideal

Os proprietários do *JT* tinham uma visão bastante nítida em relação ao modelo de sociedade ideal, baseado nos princípios liberais. Na visão de Julio de Mesquita Filho, este modelo deveria :

“...proporcionar às massas os meios de se elevarem até as camadas superiores. A linha de evolução social se aproximaria muito do fenômeno norte-americano, afastando-se, portanto,... das soluções européias do problema social. Em substância: as relações entre grandes e pequenos decorriam em tal ambiente de cordialidade e tão isentas de qualquer idéias de antagonismo, que de modo nenhum se prestavam a que se concluísse pela existência de lutas de classes mesmo em estado embrionário”.¹⁷⁷

A ausência de antagonismos entre empregados e patrões representa a sociedade ideal para os adeptos do liberalismo. Este é um terreno em que o Estado não deveria interferir e, por isso, as negociações deveriam ser restritas apenas ao âmbito das fábricas. Só assim, a propriedade dos meios de produção estaria garantida. Para os defensores do liberalismo, esta questão é mais importante do que a manutenção das liberdades formais como, por exemplo, frequência do pleito eleitoral, liberdade de expressão e pensamento, liberdade de organização, etc. Conforme Oliveiros S. Ferreira, “foi apenas no 13 de março que as classes empresariais viram que a assessoria de Goulart estava disposta a fazer o que prometera. (...) É que Goulart tocara fundo na propriedade, e além desse passo alucinado contra seus amigos da véspera, investira ironicamente contra a consciência verbal da Nação, fazendo pouco do Terço.”¹⁷⁸

Além disso, para os liberais, é importante que haja a “organização” da oposição, ou seja, os protestos sociais deveriam ser controlados para se conter as camadas populares. Só assim o país caminharia para uma “verdadeira democracia liberal”, afastando-se da “democracia totalitária”:

“A democracia não é, por si só, uma garantia de que as relações entre os homens se estabeleçam de maneira satisfatória, pelo menos do ponto de vista da preservação das liberdades civis e políticas. E é por essa razão que, no caso, o adjetivo liberal envolve uma questão

¹⁷⁷ *Jornal da Tarde*, 14/07/1969, p. 4.

¹⁷⁸ Oliveiros S. Ferreira. *O Fim do Poder Civil*. São Paulo: Ed. Convívio, 1966, pp. 49-50. Neste livro encontram-se os artigos publicados por Oliveiros em *OESP* nos dois primeiros anos após o golpe. Mesmo ainda apoiando a “Revolução”, o autor mostra-se decepcionado com a concentração do poder no Estado e com a influência dos tecnocratas no governo militar.

realmente substantiva. Nenhum totalitário tem muito escrúpulo em dizer-se defensor da ‘democracia’: esta lhe aparece como a soberania do povo e, como, para ele, a vontade ditatorial dos ocupantes do poder exprime a vontade popular,... democrática lhe parecerá a organização em que a liberdade tenha deixado de existir, desde que o ‘povo’ a apóie. (...) A questão realmente substantiva não está no substantivo ‘democracia’, mas no adjetivo ‘liberal’ ”.¹⁷⁹

Um período de exceção serviria para “limpar” o país de “influências totalitárias” e, após esta “operação limpeza”, a sociedade brasileira seguiria seu rumo em direção à democracia liberal. A ameaça de uma desestruturação da ordem deveria ser eliminada. Por isso, a supressão das liberdades civis durante um certo tempo era um dos caminhos para se conter as manifestações sociais que estavam ocorrendo antes do golpe. Afinal, no liberalismo, “a democracia política por ele gerada foi estabelecida na suposição implícita de que deixaria inata a propriedade privada dos meios de produção”.¹⁸⁰ Ainda falando sobre o governo Goulart, Oliveiros Ferreira identificou a ameaça à propriedade no “sindicalismo estatal, pela intervenção irracional e orgânica do Estado no processo de produção e distribuição das riquezas, e por planejamentos feitos pra dizer que há plano, quando a eles falta o essencial que é o escopo, a doutrina, a compreensão do processo político.”¹⁸¹

No entanto, o que foi programado não se cumpriu e os militares assumiram cada vez mais o controle político do país. Ao priorizarem a manutenção da propriedade, os liberais tiveram que se contentar com os bastidores políticos durante a ditadura e a assistirem a eliminação das garantias individuais pelo regime.

Já examinamos a questão da preservação da propriedade na concepção dos autores liberais. Quando defendeu a propriedade e a sua acumulação enquanto um direito natural do indivíduo, Locke mostrou este direito como inerente aos cidadãos, assim como o direito à vida e, desta maneira, incentivava e aprovava a apropriação dos burgueses, sem levar em conta que esta acumulação não estava disponível a todos os indivíduos. Por isso, a igualdade, para os liberais, não é essencial, ela é sempre a “igualdade possível” em um mundo naturalmente desigual:

...“liberdade e igualdade são duas idéias reguladoras, dois princípios orientadores da crítica das situações existentes e das propostas sempre graduais de reforma social. E, o que é essencial, para o liberalismo democrático... os dois ideais hão de ser sempre considerados conjuntamente

¹⁷⁹ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 08/02/1967, p. 4.

¹⁸⁰ Harold Laski. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973, p.175.

¹⁸¹ Oliveiros S. Ferreira. *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*, op. cit., p. 89.

na busca de um equilíbrio dinâmico, obviamente precário e imperfeito, entre o máximo de liberdade concreta e o máximo de igualdade possível”.¹⁸²

Esta questão, a desigualdade natural dos indivíduos, é o ponto crucial da teoria lockeana sobre a apropriação capitalista e também foi analisada por Alexis de Tocqueville, quase dois séculos depois. Para o autor, a liberdade levaria cada vez mais ao aumento das riquezas dos homens: “Seria remédio mais simples e menos perigoso não conceder privilégios a ninguém, dando a todos igual cultivo e independência e deixando cada um determinar a sua própria posição. A desigualdade natural logo abrirá caminho por si própria, e a riqueza passará, espontaneamente, para as mãos dos mais capazes.”¹⁸³ Tocqueville não fugiu à tradição liberal de naturalizar a desigualdade social e associá-la à capacidade “industriosa”, ou de “esperteza em relação aos negócios” de cada um, não analisando esta desigualdade como inerente às relações capitalistas de produção e também como forma de exploração de trabalho dos proprietários dos meios de produção em relação aos não proprietários que no ato da negociação só têm a oferecer a sua força de trabalho. A desvantagem nesta relação não foi vista pelos liberais como uma coisa ruim, pois se reservou aos “mais capacitados” a prioridade na negociação. Com isso, o lucro da produção deveria ser destinado a eles.

Nos editoriais e matérias assinadas do *Jornal da Tarde*, mostrava-se a concepção liberal sempre em contraposição à teoria marxista, classificada como “totalitária”: “O liberal prefere a propriedade privada dos meios de produção à propriedade pública para evitar uma concentração de poder que desarma inteiramente o cidadão, ou seja, se advoga a sua manutenção nos limites da lei, é para fazer dela um obstáculo contra as investidas do poder político, cada vez mais extenso e fortalecido nas sociedades modernas”.¹⁸⁴ É por isso que a democracia burguesa é, na verdade, uma mistificação: “Em nome da liberdade, ela cassa a liberdade dos trabalhadores; em nome da igualdade dos cidadãos, impõe a supremacia social da burguesia; em nome da representação, consagra o monopólio do poder pelas elites dirigentes das classes dominantes”.¹⁸⁵

¹⁸² Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 10/02/1967, p. 4.

¹⁸³ Alexis de Tocqueville. *A Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-USP, 1969, p. 187.

¹⁸⁴ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 05/07/1966, p. 4.

¹⁸⁵ Florestan Fernandes, op. cit., p. 9.

A manutenção da ordem burguesa implicava no controle da oposição, principalmente de estudantes e operários; no controle das mudanças sociais, que deveriam ser “graduais”; e no ensinamento do pensamento liberal por meio dos editoriais e matérias assinadas do jornal. Se preciso fosse, medidas enérgicas e até mesmo autoritárias deveriam ser tomadas pelo governo com o intuito de seguir os caminhos traçados para a sociedade brasileira.

Desta maneira, um tema recorrente nos editoriais do *Jornal da Tarde* diz respeito à “educação” dos indivíduos tendo como base os princípios liberais. O jornal assumiu uma “função pedagógica” com o objetivo de formar uma opinião favorável ao regime. Isto foi muito importante neste contexto histórico, anterior à decretação do AI-5 (13 de dezembro de 1968), porque neste período ainda havia uma relativa liberdade de imprensa e associação e os movimentos operário e estudantil começaram a se organizar depois da paralisia inicial frente ao golpe de 64. Além dos editoriais, havia muitas matérias assinadas, redigidas principalmente por Roque Spencer Maciel de Barros, Benedito Ferri de Barros, Geraldo Pinto Rodrigues e Arnaldo Pedrosa D’Horta. Elas situavam-se na mesma página e ao lado dos editoriais no *Jornal da Tarde* devido à importância dos assuntos e à concordância com a visão de mundo neles expressa. Muitas das matérias assinadas discutiam de forma didática as idéias de autores como John Locke, Adam Smith, Kant, Montesquieu, Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill, Rousseau, Keynes, Hayek etc. A partir dos editoriais e das matérias assinadas, pretendiam formar a opinião pública consumidora do jornal e “educá-la” conforme uma concepção de sociedade que eles consideravam viável para o Brasil, baseada principalmente no modelo do liberalismo americano. No contexto de Guerra Fria, os proprietários do *JT* apoiaram a ditadura como uma maneira de garantia contra a instauração de uma “República popular democrática” no Brasil:

“Nem D. Helder teria coragem de negar o fato de que o capitalismo – que hoje nada tem em comum com o capitalismo dos tempos de Marx – conseguiu realizar nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, no Japão e na Europa Ocidental, o ideal que ele diz desejara para nosso povo e que o socialismo, em qualquer país onde tenha sido aplicado, resultou infalivelmente em crises econômicas e em opressão do povo. (...) Além do mais, o capitalismo atual pode ser sempre ulteriormente aperfeiçoado através das legislações sociais, ao passo que nos países socialistas tal possibilidade não existe”.¹⁸⁶

¹⁸⁶ *Jornal da Tarde*, 15/12/1967, p. 4.

Este apoio continuou após a decretação do AI-5, mesmo depois de a sede de *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* ter sido invadida pelos militares no dia 13 de dezembro e os jornais impedidos de circularem.¹⁸⁷

Em 1966, no entanto, a preocupação do editorialista¹⁸⁸ era eliminar os resquícios da política praticada pelo presidente deposto com o golpe, João Goulart. Quando, na presidência de Castello Branco, as federações e sindicatos de São Paulo enviaram um memorial ao Ministério do Trabalho criticando a política econômica do governo, o *Jornal da Tarde* afirmou:

“Na sua forma, o memorial reflete uma situação que é fruto da omissão do governo: a cúpula sindical ainda sofre a influência daqueles grupos que sempre foram o instrumento da agitação comuno-nacionalista. No fundo, o documento demonstra aquilo que sempre afirmamos: o governo instituído pela Revolução falhou completamente na tarefa de explicar numa linguagem simples e acessível os motivos e os objetivos da sua salutar política econômico-financeira”.¹⁸⁹

Aparece aqui o apoio à política econômica do governo e a necessidade de explicá-la, em “linguagem simples” aos trabalhadores. Isto porque, os trabalhadores, para os liberais, são essenciais para a sociedade capitalista, mas, no entanto, devem ser controlados pelo Estado. A sua incorporação à ordem burguesa é fundamental para o “progresso” da nação.

O periódico buscava ampliar as bases de apoio ao golpe. A “menina dos olhos” dos editoriais e matérias assinadas era o movimento estudantil. Isto porque, além de os jovens (e a classe média em geral) serem o público-alvo do jornal, eles eram considerados as pessoas apropriadas a receberem os ensinamentos liberais e aplicá-los para o “bom” desenvolvimento da sociedade brasileira, deixando de lado a teoria marxista que tanto influenciava os estudantes neste período. Numa abordagem lockeana, a educação e o conhecimento são associados às pessoas que possuem bens.¹⁹⁰

¹⁸⁷ A invasão ocorreu devido à publicação do famoso editorial “Instituições em Frangalhos”, escrito por Julio de Mesquita Filho em *O Estado de S. Paulo*, criticando aquilo que o jornalista considerava os “erros praticados” pelo presidente Costa e Silva.

¹⁸⁸ Vários jornalistas disseram que os editoriais no *Jornal da Tarde*, neste período, eram escritos por Ruy Mesquita. Mino Carta, Moisés Rabinovici e Carlos Brickmann, confirmaram à autora, em entrevista, esta afirmação. Esta informação também pode ser constatada no depoimento do próprio Ruy Mesquita em www.masteremjornalismo.org.br/entrevista.htm.

¹⁸⁹ *Jornal da Tarde*, 08/02/1966, p. 4.

¹⁹⁰ A partir da leitura de Locke, Harold Laski afirma: “o mundo já está dividido, no que diz respeito à educação, nas duas classes fundamentais de ricos e pobres. Para os primeiros, a finalidade da instrução é dotá-los da capacidade de governar, quer nos negócios do Estado, quer na administração de seus negócios

Nos editoriais do *Jornal da Tarde*, o foco recaía na formação dos jovens, principalmente universitários, os quais seriam os futuros governantes e empresários do país:

“Os leitores não de ter notado que tratamos os assuntos relativos ao ensino, notadamente os que se referem ao ingresso de estudantes nos cursos superiores, não apenas com profunda meticulosidade, mas com verdadeiro carinho. Temos de assim proceder porque agora, mais do que nunca, é na elite de jovens que freqüentam nossas Universidades que temos de confiar”.¹⁹¹

Por isso, a educação dos estudantes deveria concentrar-se nos princípios liberais. Conforme editorial, havia uma influência do “totalitarismo comunista” nos jovens “a fim de levá-los a identificar no regime comunista uma forma de libertação política e social”. E esta influência era resultado do “malogro das elites políticas democráticas”, cujos dirigentes falavam uma “linguagem desatualizada” que não podia ser compreendida pela juventude. “Por isso, os jovens necessitam de uma ‘liderança autenticamente democrática’ que lhes aponte os rumos a serem seguidos”.¹⁹²

De acordo com Roque Spencer, que pertencia ao quadro de professores da Universidade de São Paulo (USP), “a parcela da juventude que, não só no Brasil, como em todo o mundo ocidental, preocupada com a sorte do homem e com as injustiças da organização da sociedade, se extravia pelos caminhos dos totalitarismos, certa de aí encontrar o remédio para os males que lamentam, despreza solenemente o pensamento liberal porque o ignora e o crê comprometido com uma velha e ‘superada’ concepção da vida, que já cumpriu o seu papel”.¹⁹³ Segundo Spencer, os seus artigos eram direcionados aos jovens, “com a intenção de ensinar alguma coisa, de divulgar o mais rico, profundo e complexo pensamento político, que é o da filosofia liberal, certos de que o que falta à juventude é a abertura de novos horizontes, é a compreensão do valor inegociável das liberdades chamadas ‘formais’ e dos perigos inerentes à ‘concentração de poder’ ”.¹⁹⁴ E mais: “Precisamos criar uma autêntica escola de pensamento político liberal, onde a

particulares; para os segundos, uma virtuosa e útil obediência é a finalidade da existência”. Harold Laski, op. cit., p. 66.

¹⁹¹ *Jornal da Tarde*, 07/02/1972, p. 4.

¹⁹² *Jornal da Tarde*, 16/03/1966, p. 4.

¹⁹³ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 05/07/1966, p. 4.

¹⁹⁴ Idem. 24/08/1966, p. 4.

juventude poderá encontrar o apoio para o seu amor à liberdade, o fundamento para a rejeição da mistificação totalitária”.¹⁹⁵

Os estudantes pertenciam, em grande parte, à classe média e alta, por isso, deveriam receber tratamento diferenciado por parte do governo: “Não é com a força da polícia que se comove um estudante e se o faz sentir as suas responsabilidades perante a sociedade. (...) O governo Costa e Silva como, antes, o do marechal Castello Branco, comete o erro imperdoável de pensar que é possível restabelecer a ordem e a disciplina no meio estudantil com os mesmos métodos através dos quais restabelecem a ordem nas corporações militares e nos meios sindicais”.¹⁹⁶

Neste momento da história brasileira, as “camadas intelectualizadas” forneceram a maioria das pessoas que faziam parte das organizações de esquerda e se opunham ao regime militar.¹⁹⁷ Estas “camadas intelectualizadas” eram compostas principalmente por estudantes que pretendiam, inicialmente, unir-se ao movimento operário no combate à ditadura, rumo à sociedade socialista. Neste cenário, o ano de 1968, marcado por muitas agitações sociais e protestos contra a ditadura, foi crucial para o movimento estudantil. No início, os estudantes ainda possuíam a simpatia do jornal, mas esta visão foi se modificando durante o ano:

“A missão liberal, na hora presente, é fundamentalmente educativa e não política, embora, é claro, ela tenha um alto sentido político, a prazo mais longo. (...) Por esta razão, a tarefa dos núcleos liberais modernos é, antes de tudo, pedagógica, cabendo-lhe educar a juventude, freqüentemente extraviada pelos caminhos das soluções totalitárias, e a população em geral, a fim de criar bases para o futuro Estado Liberal-Democrático do Brasil, que estará tanto menos distante, quanto mais eficiente for o trabalho daqueles núcleos liberais”.¹⁹⁸

No entanto, tom começaram a modificar-se quando muitos estudantes se engajaram na luta armada e passaram a defender idéias socialistas, ou seja, a luta tornou-se política. Não mais se tratava de reivindicações específicas do movimento estudantil:

¹⁹⁵ Idem. 26/09/1966, p. 4. Benedito Ferri de Barros, ao ser indagado se o *JT* tinha uma “função pedagógica”, afirmou: “acho que sim, como um fato. Ainda hoje, a título de educar, não se parou de formatar a cuca dos jovens em lugar de procurar formá-los para livremente pensar por conta própria. No meu caso em particular fiquei sabendo, muitos anos depois, que jovens em processo de lavagem mental esquerdizante que me liam se intrigavam e ficavam confusos com o insólito de minha autonomia”. Entrevista à autora por e-mail em 23/03/2002.

¹⁹⁶ *Jornal da Tarde*, 05/07/1967, p. 4.

¹⁹⁷ Marcelo Ridenti. *O fantasma da Revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹⁹⁸ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 05/03/1968.

“Quando a exaltação afrouxa a rigorosa autocensura com que certos líderes estudantis procuram encobrir seus verdadeiros objetivos, ficamos sabendo que o que eles realmente almejam, não é, como a maioria de seus colegas, a solução dos prementes problemas da educação no Brasil: desejam a *Revolução socialista*. Não interessa, para esses líderes estudantis, que o atual regime se aperfeiçoe, se democratize e se torne eficiente do ponto de vista administrativo.

Para eles é muito mais interessante que o regime se torne cada vez mais militarista, antidemocrático e ineficiente. Assim, será mais fácil promover sua *Revolução socialista* em nome do antimilitarismo e da liberdade...”¹⁹⁹

Meses depois, o discurso mudou, quando o jornal comentou o atentado à bomba contra o quartel do II Exército:

“Diante disso tudo, o que aconteceu até agora tem importância secundária. A reação que mais esse ato de irracionalidade pode desencadear poderá levar o país a uma situação da maior gravidade. Esperamos que, pelo menos neste momento, predomine, entre os estudantes, o senso de responsabilidade que tem faltado até agora”.²⁰⁰

E ainda:

“O governo proibira todas as passeatas. Oportuna ou não essa proibição, ela é perfeitamente legal. Além do mais, já deve estar na hora de os estudantes compreenderem que o resto do País tem mais o que fazer do que ficar parado esperando que eles acabem de passear. A repressão à passeata, portanto, seria perfeitamente natural. Essa repressão, no entanto, cabia ao governo estadual... Somente no caso dessa polícia demonstrar sua impotência para enfrentar a agitação é que se justificaria a intervenção das Forças Armadas”.²⁰¹

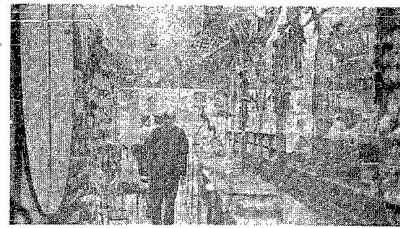
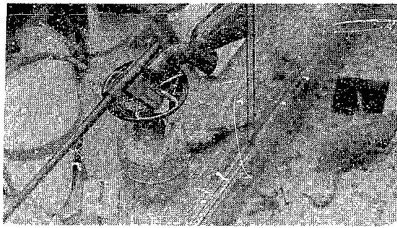
¹⁹⁹ *Jornal da Tarde*, 25/04/1968, p. 4. Observamos, neste editorial, uma visão comum na época que associava o aumento do militarismo e da repressão ao crescimento dos movimentos sociais de oposição. Esta visão foi desmistificada por João Roberto Martins Filho em sua análise da participação do movimento estudantil universitário no processo político brasileiro e por Carlos Fico em seu estudo sobre a criação e o funcionamento dos órgãos de informação e segurança do regime militar. Ver: João Roberto Martins Filho. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987 e Carlos Fico. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²⁰⁰ *Jornal da Tarde*, 26/06/1968, p. 4.

²⁰¹ *Jornal da Tarde*, 08/08/1968, p. 4.

ELES ASSALTAM EM NOME DE UMA REVOLUÇÃO

Às dez horas da noite, Waldemar Mateiss desce a porta de ferro da casa de armas Diana, na rua do Seminário, 170, perto da Praça do Correio. Um casal ainda está dentro da loja, esperando seus embrulhos, e Waldemar deixa um espaço de poucos centímetros entre a porta e o chão. Volta-se para ir ao balcão dos fundos, onde fica a caixa registradora, e a porta é levantada rapidamente às suas costas. Waldemar ouve uma voz: "É um assalto". Virase e vê uma metralhadora apontada para seu peito.



Ainda não se sabe quanto em armas e dinheiro os ladrões levaram, mas será fácil descobrir a série e número das armas. Um dos carros desse roubo pode ser o mesmo que foi roubado ao meio-dia e usado num assalto à tarde. Na loja, os ladrões jogaram panfletos falando em "revolução".

A metralhadora é uma INA 45, e quem segura a arma é um rapaz anônimo, magro, de cabelos pretos lisos e penteados para o lado, de torso escuro e gravata branca. O outro é mais alto e magro — um deles preto — todos armados de revólveres.

Na loja estavam o diretor Stanislau Bonifácio Paulucci, o gerente Waldemar e os funcionários Romário, André, Wilson Takaske e Maria Inês, além do casal que fazia suas compras.

Foi lá para o fundo que os sete assaltantes levaram os funcionários, ameaçando que fizessem vista de tudo da caixa de vidro para a parede. Stanislau Paulucci ficou com o homem da metralhadora.

Os sequestrados pediram levar tudo o que quiserem, com exceção de um sofá. O chefe se o senhor preferir a gente se trancou ali enquanto você e frei lá dentro.

Mas os funcionários ficaram mesmo atrás do balcão, sem entender de tudo o que eles faziam. Quando os dois saíram da loja por uma porta pequena. Ao lado da porta ficou o casal, muito assustado, e junto deles, Stanislau Bonifácio, um balconista casado, de 23 anos. Os outros de Bonifácio dizem que ele é um rapaz muito brilhante, até sempre rindo. Então, quando um dos assaltantes encostou um revólver no peito, ele riu também.

— Ora, você não vai sair em mim, não é? — disse.

— E a esposa e mãe do homem. Todos ali ouviram o tiro e olharam para Bonifácio: ele estava calado — a mãe se levantou na porta — e segurava o pequeno de assaltante, isolando Waldemar a arma. Wilson Takaske, um japonês baixinho, foi quem interpretou: "Vamos separar essa briga" — disse ele — e segurou Bonifácio, que ficou calado no chão falando muito baixinho. Os outros seis homens não se preocuparam com a ingenuidade e continuaram recolhendo armas, que colocavam numa sacola que tinham. O casal de balconistas ainda comentou com Stanislau:

— Está vendo? Nessa situação era só roubar. Se você ficasse quieto, isso não acontecia. Cuidado para eu não peçar mais.

Stanislau respondeu que ninguém faria mais nada e que ele não se ajudaria a pegar as armas. E foi com uma chave para a frente da loja, com os assaltantes, abriu os grandes armários de vidro — ele até ajudou os homens a colocarem as armas nas sacolas. Foi assim que se acabou — em menos de 10 a 20 segundos, segundo Stanislau — conseguiram levar muitas carabinas, pistolas, revólveres, máquinas fotográficas, gravadores e muitas outras coisas, que tiraram dos armários das paredes e o dinheiro que estava na caixa registradora.

De repente, a porta da loja foi levantada. E apareceram um rapaz, namorado de Maria Inês, a balconista. "Pode entrar também, vá lá para o fundo" — disse a o homem da metralhadora.

Na rua, em frente à loja, dois outros esperavam, cada um com um motorista: um Volvo café e um Aéro Willis verde ou azul escuro, os dois de 1967. Dentro da casa Diana, o homem da metralhadora voltou a falar:

— Vamos lá na barra. Levamos 20 minutos, telefonemos e mandamos lá na barra. Ollim — disse aos funcionários — vocês têm cinco minutos para ficar aqui dentro, se não vão embora.

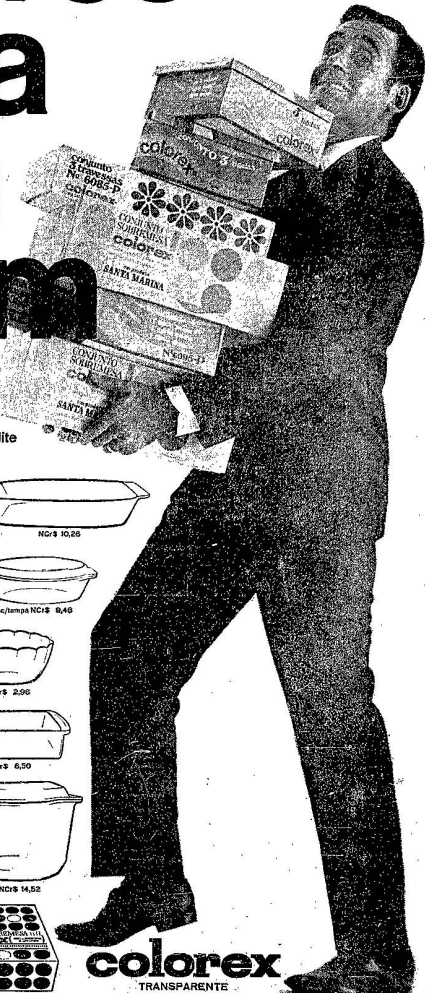
Um deles ainda pegou um facão e cortou o fio de telefone. Depois disso, deu-se um silêncio profundo e os assaltantes começaram a sair. Alguns embrulhados com o papel da loja onde se compram. Logo depois — por 12 de outubro, 1968. Deixaram também vários panfletos espalhados pela loja, dizendo o seguinte:

"Aos povos brasileiros: Dado mais um passo adiante na preparação da luta armada contra a ditadura militarista — apoiada no imperialismo norte-americano, a Vanguarda Política-Militar da Revolução Brasileira expressa armas para distribuir às comissões revolucionárias de resistência. Os seguintes, camponeses e demais trabalhadores do Brasil, já condenados pela opressão e pela humilhação que lhe são impostas pelas forças repressivas a serviço da burguesia, não mais se contentam com pequenas concessões feitas por concessões pelas potências e seus lacaios da política externa, e se armam para o combate decisivo. Vanguarda Política-Militar da Revolução".

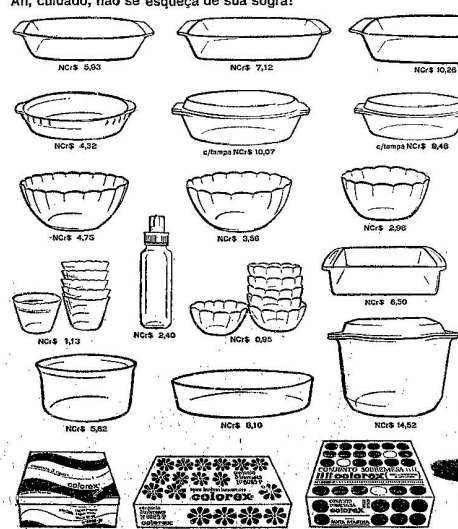
— Antes dos homens saírem, uma última palavra:

— Se vocês disserem à polícia que pediram nos reconhecer, voltaremos para trabalhar.

há muitas mulheres na vida de um homem



Na hora de dar presentes é que se percebe. Começa pela esposa, continua com a mãe, irmãs, tias, avós, cunhadas, primas. Ainda bem que existem as fôrmas Colorex transparente. São fáceis de encontrar e deixam qualquer mulher fascinada. Também, são tão práticas! De vidro refratário resistem a altas temperaturas e não lascam no uso diário. Este ano facilite os seus presentes: dê fôrmas Colorex transparente. Ah, cuidado, não se esqueça de sua sogra!



Letras Imobiliárias Continental.
Aquela segurança que você procura.

Rendim 3% de juros anuais mais Correção Monetária.

Garantidas pelo BNH

Continental S.A. DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Av. São Luiz, 50 - 347 andar (Edifício Itália)
 Tel.: 33.2622 - 34.4110 - 38.5609

ARARAQUARA:
 Rua São Bento, 1052 - Tel. 4485

CAMPINAS:
 Rua General Osório, 1224 - Tel. 2.9035

RIBEIRÃO PRETO:
 Rua Amador de Almeida, 632 - Tel. 3692

SANTO ANDRÉ:
 Rua São Roque, 307 - Tel. 3819

SOROCABA:
 Praça Cel. Faria Proença, 46 - Tel. 2.1499

TAUBATÉ:
 Rua São João, 387 - Tel. 3839

colorex
 TRANSPARENTE
 UM PRODUTO SANTA MARINA

Outros movimentos organizados a partir da sociedade civil, em oposição aos militares, também foram alvo de críticas do *Jornal da Tarde*. Quando, ainda em 1966, Carlos Lacerda tentou organizar uma “Frente Única” contra os militares, recebeu desaprovação do periódico. Lacerda era um antigo aliado e amigo da família Mesquita e participou também da conspiração golpista. Como os proprietários do *JT*, desejava que o governo do país fosse assumido pelos militares por um determinado tempo, para se “arrumar a casa”. Após este período, o poder deveria retornar ao controle dos civis. Lacerda pretendia candidatar-se à presidência da República em 1965.²⁰² Trabalhou como colunista do *JT* até 1966, pouco tempo antes de formar a “Frente Ampla”. Mesmo assim, foi criticado pelo jornal: “A tão falada ‘redemocratização’ do país só poderá ser feita através da implantação total e definitiva da Revolução. Qualquer outro caminho que, porventura, Costa e Silva escolha, só poderá levar à ditadura pura e simples ou à guerra civil. E é por estarmos seriamente convencidos disso que não chegamos a compreender como líderes tão lúcidos e tão inteligentes como Carlos Lacerda possam pensar honestamente em ‘redemocratização’ através de ‘frentes’, únicas ou amplas, que incluam Jangos e Juscelinos”.²⁰³ Diferentemente de seu amigo, os proprietários do *JT* continuaram a apoiar o regime e condenaram a oposição. Além da Frente Ampla, a Igreja também foi alvo do jornal. Este denominava a oposição fora do parlamento de anti-revolução e indicava a sua presença nos setores estudantis e eclesiásticos. A Igreja católica, no Brasil, era bastante forte e, apesar de vários membros de sua alta hierarquia terem apoiado o golpe, muitos prelados passaram a se opor ao regime após o Vaticano II.²⁰⁴ Muitos padres e bispos

²⁰² Carlos Lacerda lançou-se candidato à presidente da República no final de 1963. Quando os civis estavam se reunindo para ajudar na elaboração do golpe de 64, Julio de Mesquita Filho pediu para Lacerda não colocar sua candidatura acima da Revolução. John Dulles. *Carlos Lacerda, Brazilian crusader*. Austin: University of Texas Press, 1996, p. 165. Num encontro realizado na casa de Luiz Carlos Mesquita, Lacerda foi considerado pelos conspiradores militares (jovens oficiais) o líder civil da Revolução. John Dulles, op.cit., p.193.

²⁰³ *Jornal da Tarde*, 14/09/1966, p. 4. Oscar Passos, presidente do MDB, advertiu que a presença de Lacerda na Frente Ampla significava que esta seria um instrumento daqueles que passaram a criticar o governo não por causa do seu amor à democracia, mas por causa de frustrações pessoais. John Dulles, op. cit., p. 427. Oscar Passos referia-se ao fato da vontade política de Lacerda em tornar-se presidente do Brasil frustrar-se após a continuidade dos militares no poder, primeiro com a prorrogação do mandato do presidente Castello Branco até 1967 e depois com a “eleição” de Costa e Silva. A Frente Ampla foi extinta pelo regime em abril de 1968.

²⁰⁴ “A mudança na Igreja internacional legitimou as inovações no Brasil e estimulou outras. O Concílio Vaticano II (Vaticano II) reuniu em Roma, de 1962 a 1965, mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo. (...) O Vaticano II foi, sem dúvida, a mais ampla reforma da história da Igreja. (...) ...a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos, o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outras fés e filosofias”. Kenneth Serbin. *Diálogos nas*

começaram a denunciar o arbítrio do regime e a clamar pelos direitos humanos. Durante o período militar, Igreja e Estado mantiveram contatos, até mesmo secretos, para contornar suas relações que foram abaladas após o golpe.²⁰⁵ Nesta época, muitos padres, freis e até mesmos bispos divulgavam a teologia da libertação, teoria que anunciava não só uma pregação teórica por parte dos eclesiásticos, mas também uma ação prática frente às questões sociais. Por isso, muitos setores identificavam a teologia da libertação com o marxismo. Na opinião do jornal: “Se a Igreja quer liberalizar-se... já é tempo de informar-se melhor acerca da filosofia liberal e de reconhecer que só esta e nenhuma outra – tem as condições morais de plena sinceridade para opor-se decididamente a toda e qualquer espécie de totalitarismo”.²⁰⁶ No ano seguinte, o jornal afirmou: “(Os membros da Igreja) parecem mais interessados em problemas políticos do que nos assuntos de sua própria Igreja. (...) Ora, quando bispos e sacerdotes deixam de lado a teologia e o Evangelho para se transformarem em peritos em questões técnicas e políticas, privam a Igreja de suas próprias características e a transformam em uma organização idêntica a um comum partido político”.²⁰⁷

O *Jornal da Tarde* aceitava o exercício da oposição e da discussão somente dentro da ordem: “...(O Estado) pode permitir a cada escola uma larga margem de autonomia, um ambiente de discussão e de crítica em que *só não poderão ser toleradas as ideologias totais* cujo objetivo é precisamente destruir esse ambiente, trabalhando para a instauração de um Estado totalitário qualquer, com seus dogmas e suas verdades oficiais”.²⁰⁸ Esta visão era compartilhada pelos militares, pois estes julgavam que o ensino da teoria marxista poderia trazer sérios danos aos jovens levando-os ao mundo da subversão e da contestação ao regime, tendo em vista uma transformação social. Por isso, os jovens deveriam se manifestar apenas de “forma pacífica”: “Os estudantes teriam ampla liberdade para defender seus pontos de vista e ser-lhe-ias assegurado inclusive o direito de promover

Sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 99.

²⁰⁵ Para uma análise das relações entre Igreja e Estado no período militar e seu encontros nos bastidores da política como uma tentativa de chegarem a um acordo em relação aos rumos a serem seguidos pela sociedade brasileira, ver Kenneth Serbin, op. cit.

²⁰⁶ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 05/07/1967, p. 4.

²⁰⁷ *Jornal da Tarde*, 09/09/1968, p. 4.

²⁰⁸ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 22/08/1966, p. 4 (grifos meus).

manifestações públicas desde que as mesmas não se traduzam por violações da ordem social ou por atos que firam os legítimos direitos de quaisquer membros da coletividade”.²⁰⁹

Na mesma perspectiva de controle da participação, um tema correlato que envolve a concepção de vida na sociedade, para os liberais, diz respeito à mudança. Assim, a mudança é encarada de maneira lenta e controlada, sem desestabilizar a ordem burguesa:

“Sabemos bem que os totalitários só consideram revoluções, no sentido mais preciso da palavra, aqueles movimentos catastróficos, acompanhados da violência, que se destinam a revolver do alto a baixo todas as instituições, de uma só vez. (...) O que importa assinalar é que sonham com a “Revolução” porque não se conformam com a mudança, gradual, inteligente e constante. Porque não se conformam, em uma palavra, com a revolução liberal, que é um processo permanente, um esforço diário, uma tarefa constante”.²¹⁰

E ainda:

“Apenas enquanto os representantes do pensamento totalitário (qualquer que seja a sua orientação) lastimam a mudança e querem sempre, ainda que não o consigam, enfeixar a realidade numa fórmula, o liberal está pronto a reconhecer como um bem a diversidade e a mudança: não que ame a mudança pela mudança ou a variedade pela variedade; ama-as na medida em que revelam a riqueza da vida humana e que servem à humanidade; ama-as também porque vê nelas a marca da liberdade, a garantia de que o espírito não se dobrou às injunções do poder”.²¹¹

No papel de abafadores do conflito estaria uma “elite intelectual” cuja função seria o ensinamento dos postulados liberais para a população como um todo:

“A grande tarefa atual do liberalismo brasileiro, consciente e renovado, é de ordem pedagógica: trata-se de educar a juventude, de criar uma elite intelectual e técnica, de melhorar substancialmente o nível cultural da população, sob a égide das idéias liberais, a fim de criar as bases reais, que num período próximo nos faltaram, para a criação daquele Estado Liberal, daquela sociedade que permita a todos o acesso aos bens da civilização, sem qualquer sacrifício dos direitos e das garantias individuais”.²¹²

A análise das “elites intelectuais”, enquanto pessoas que esclarecem e promovem o que deve ser correto no comportamento dos indivíduos, encontra-se em Stuart Mill. O autor defendeu a imposição de limites contra a interferência da opinião pública na liberdade dos indivíduos. E um desses limites seria o apoio a indivíduos com capacidades acima da média que poderiam ajudar no progresso das nações, ou seja, Mill defendia a existência de uma

²⁰⁹ *Jornal da Tarde*, 26/06/1968, p. 4.

²¹⁰ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 28/04/1967, p. 4.

²¹¹ Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 06/07/1966, p. 4.

²¹² Roque Spencer Maciel de Barros. *Jornal da Tarde*, 23/02/1968, p. 4.

“elite esclarecida” em oposição à opinião dominante das massas.²¹³ Esta elite é que deveria guiar a opinião das massas, “não esclarecidas”, para que não prejudicassem a estrutura social desejada pelos liberais. Os proprietários do *JT* julgavam-se cidadãos esclarecidos e, por isso, a sua preocupação em transmitir o pensamento liberal aos jovens.

No entanto, o ano de 1968 foi marcado por grandes passeatas contra o regime e greves operárias. O *Jornal da Tarde* fez muitas críticas em relação à falta de controle político da situação pelo então presidente Costa e Silva. Já em relação à economia, tudo caminhava bem. Alguns exemplos:

“No plano financeiro, o que se conseguiu correspondeu às expectativas. A luta contra a inflação prosseguiu e produziu resultados excelentes e há indícios de que o País retoma, aos poucos, o seu antigo ritmo de desenvolvimento”.²¹⁴

No mês seguinte, a exaltação da política econômica e a crítica à política:

“Por maiores que sejam as restrições que se podem fazer à atuação do atual governo, no campo político, é forçoso reconhecer que no campo econômico sua ação esta sendo coroada com êxito. (...) Como observou o ministro Delfim Netto, nos dez meses do governo Costa e Silva a indústria saiu da pior depressão de toda a sua existência para o caminho da plena recuperação, fato que será aproveitado este ano, com a implementação de nova estratégia no campo econômico. (...) Tudo isso significa que as perspectivas, não só para o presente ano mas também para os próximos, são animadoras. E, se essa tendência se confirmar, poderemos alimentar esperanças de que melhore também a situação política. (...) Assim, no momento em que a solução dos problemas econômicos estiver encaminhada, haverá maiores possibilidades para uma liberalização política que substitua a situação atualmente existente, que, dando excepcionais poderes ao Executivo, está cada vez mais próxima de uma ditadura”.²¹⁵

O apoio à economia continuou a partir dos elogios ao ministro da Fazenda do governo Costa e Silva, Delfim Netto:

“É sempre reconfortante ouvir o ministro Delfim Netto falar. É que ele é uma exceção num governo que se caracteriza pela falta de rumo, pela falta de orientação e, principalmente, pela capacidade que tem de gerar desconfiança e de infundir a descrença. (...) A verdade é que se as coisas vão bem no setor das finanças e da economia isso se deve ao mérito pessoal do ministro Delfim Netto”.²¹⁶

²¹³ John Stuart Mill. *Sobre a liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 108.

²¹⁴ *Jornal da Tarde*, 11/01/1968, p. 4.

²¹⁵ *Jornal da Tarde*, 06/02/1968, p. 4.

²¹⁶ *Jornal da Tarde*, 12/06/1968, p. 4. “O ministro Delfim Netto, de acordo com os jornalistas entrevistados, elegia alguns jornais e jornalistas para dar matérias exclusivas. No Rio de Janeiro, elegeu o *Jornal do Brasil*; em São Paulo, *O Estado de S. Paulo*. Ele conversava pessoalmente com os editores de economia e exercia seu poder de ‘economista brilhante’ passando a imagem de que só conversava com jornalistas altamente

Mesmo endossando a política econômica, a situação política do ano de 1968 tornou-se preocupante para o jornal. Com o aumento das mobilizações sociais de oposição ao regime, o *Jornal da Tarde* passou a exigir posições mais firmes do governo. Em setembro deste ano, o periódico apoiou a adoção de medidas excepcionais previstas na Constituição para conter as “agitações” da sociedade como passeatas e greves. O jornal incitou a reação violenta do governo e criticou o presidente Costa e Silva por não ter adotado medidas de exceção.²¹⁷

No mês anterior à decretação do AI-5, o *JT* apoiou o combate à oposição por meio do uso dos recursos legais instituídos pelo próprio regime. Uma ditadura às claras era necessária para acabar com a “subversão”:

“As Forças Armadas, através do grupo da escola Superior de Guerra, foram as inspiradoras do novo regime. Agora são suas fiadoras e exigem que ele funcione em sua defesa.

Há todo um aparelhamento legal para reprimir eficientemente o que elas consideram como subversão. Só que, até agora, o temperamento liberal do Presidente impediu que esse aparelhamento fosse colocado em funcionamento. Não será necessário qualquer novo ato institucional, nem muito menos qualquer reforma constitucional para que, na forma da lei, nós passemos a viver sob uma rigorosa ditadura. Basta aplicar a lei de segurança e a lei de imprensa. Talvez o governo julgue necessário o Estado de Sítio apenas para acabar com o *habeas corpus*. Mas qualquer medida ditatorial que porventura queira aplicar terá completa cobertura legal.

Nisso estamos, portanto, em plena crise e cada vez mais nela, graças a um regime que não funciona e aos opositores menos lúcidos desse regime que se recusam a compreender que, no momento, enquanto as Forças Armadas estiverem na primeira linha da batalha política, não há alternativa para ele, além da ditadura sem subterfúgios”.²¹⁸

Queremos destacar, nesta matéria, a maneira pela qual foi criticado o “temperamento liberal do Presidente”. Numa situação adversa, de protestos contra o regime, a ditadura foi aclamada sem disfarces. As oposições deveriam ser reprimidas mesmo não se respeitando os direitos dos cidadãos. Não havia problema, pois as medidas de exceção estavam amparadas em um aparato “legal”. Os princípios políticos liberais deixavam de ter importância quando o governo perdia o controle dos conflitos na sociedade.

qualificados. Tornava-se motivo de vaidade e orgulho profissional se eleito para conversar com o ministro. Essa era uma das estratégias de manipulação utilizadas pelo poder.” Alzira Alves de Abreu, op. cit., p. 29.

²¹⁷ *Jornal da Tarde*, 18/07/1968, p. 4.

²¹⁸ *Jornal da Tarde*, 01/11/1968, p. 4.

Em editorial do dia 13 de dezembro, dia da decretação do AI-5, comentou-se a situação política do país frente à crise provocada pela negação do pedido de licença para cassar o deputado Márcio Moreira Alves, votado pela Câmara dos Deputados:

“Avaliando, porém, a evolução da crise que atinge um ponto crítico com a formidável derrota do governo na votação de ontem, somos obrigados a concluir que ela só pode contribuir para nos aproximar ainda mais da *hora da verdade*, isto é, da hora em que o governo será obrigado a abandonar o *manto diáfano da democracia* com que cobre o regime se não quiser viver menos do que prescreve a Constituição”.²¹⁹

O jornal pressentiu que viria o golpe dentro do golpe para dar continuidade ao regime, só não previu que também sofreria as conseqüências desta nova situação. No dia seguinte à decretação do AI-5, o *Jornal da Tarde* não publicou seu editorial principal e realizou uma longa reportagem sobre a sua apreensão e de *O Estado de S. Paulo* nas bancas devido à publicação de editorial “Instituições em Frangalhos”. Nas palavras de Julio de Mesquita Neto, “caso o jornal venha a ser censurado, a diretoria tomará a mesma atitude que teve quando isso ocorreu durante o governo Kubitschek: não publicar o primeiro editorial, ou seja, no lugar do editorial escrever sobre qualquer coisa. Só publicaremos o primeiro editorial se pudermos dizer aquilo que pensamos”.²²⁰

Esta apreensão de Julio de Mesquita Neto foi confirmada e o *JT* somente voltou a publicar o primeiro editorial em janeiro de 1975, depois que a censura prévia foi oficialmente suspensa do jornal. No entanto, além do primeiro editorial, a página 4 do *JT* sempre continha dois outros editoriais e uma matéria assinada, o que nos permitiu dar continuidade à análise da postura política do jornal. Os editoriais políticos diminuíram, mas ainda foi possível a sua seleção, pois a censura prévia foi instituída no periódico somente em setembro de 1972. No período pós-AI-5 até o estabelecimento da censura prévia, o *JT*, apesar de opor-se ao regime em alguns pontos específicos, continuou assumindo a “versão oficial” dos fatos, além de endossar sua política econômica, como observaremos no próximo capítulo. O recrudescimento do poder não representou o fim das vantagens obtidas pelos órgãos da grande imprensa com o crescimento econômico, relativas à facilidades na obtenção de empréstimos junto aos bancos estatais tendo o

²¹⁹ *Jornal da Tarde*, 13/12/1968, p. 4 (grifos originais).

²²⁰ *Jornal da Tarde*, 14/12/1968, p. 4.

objetivo de importação de maquinários e modernização do seu parque gráfico. E nem o questionamento do regime em si.

O dia em que a censura foi notícia

Sexta-feira, uma hora da manhã: a redação do Correio de Manhã já estava quase deserta. Os editores estavam cheios de papéis e lá se foram as matérias redacionais. Dilatadas comissões. Tiram um documento que se referia a fazer a censura — indagaram os responsáveis pelo jornal. Os dois homens não tinham, foram mandados embora. O jornal continuou rodando a redação fechada quase deserta. Mas em poucos minutos toda a quartilha onde fica a redação do Correio foi cercada por agentes da DOPS, Polícia e da Polícia Federal.

Os jornais apresentaram as exemplares que iam sendo da redação. Os outros foram, chegou a ordem de liberação e a circulação do Correio de Manhã foi devolvida, finalmente.

Sexta-feira, uma hora da manhã: outro grupo de censura chegou à redação de Última Hora, do Rio, pedindo para ler os originais. A resposta que ouviram não, se coletarem, que fossem no próprio jornal. A tiragem foi liberada, sem nenhum problema.

Sexta-feira, três horas da manhã: dois veículos de redação visitada e a do jornal O País. A mancha do jornal era "Não no Ceará" (falou ao caso Marcelo Moreira Alves) "Não no Juiz de Fora" (falou ao caso do estudante Vladimir Palmeira) "Não no Superior" (referência ao caso dos padres) logo abaixo: "Governo Vai Dur e Travar". Mais abaixo, o fotografado de um militar, com a seguinte legenda: "Eis o Nosso Censurador de Hoje".

No Estado do Rio, as edições de todos os jornais foram apreendidas por ordem da diretoria de Segurança, coronel Honório de Carvalho. Na edição de Baía da Ilha, para o jornal XV, agentes da DOPS apreenderam qual quer coisa que fosse considerada "ofensiva aos interesses, confissão ou exemplares". As pilhas de jornais submetidas a esta inspeção foram os jornais redacionais junto aos policiais que tinham nada poder fazer, pois apenas "completar ordens". Em São Paulo, o Democrático (jornal do ex-deputado Tenório Cavalcanti), foi apreendido. A mancha era: "Operação Semelhante do Governo".

Em Brasília, o Correio Brasileiro, único jornal editado no capital do Brasil, foi apreendido normalmente, mas sob censura previa. Todo o noticiário sobre a situação do Congresso foi suprimido. Para prender os 500 cm que o noticiário ocupava, foi colado um anúncio da TV Alvorada, geral 1.

Dois dias depois de Goiânia, O Popular e Tribuna de Goiás tiveram suas edições totalmente apreendidas pela Polícia Federal. Os editores e a Folha de Goiás, assim mesmo depois de haver modificado sua notícia sobre a situação nacional.

Bel Horizonte: em duas horas da madrugada de ontem, um oficial do Exército, acompanhado de cinco soldados, armados de metralhadora, efetivaram uma operação de apreensão de jornais. Os jornais apreendidos foram: O Arquibancista de Belo Horizonte, Wilson Chaves, ex-diretor, e Paulo Diniz, chefe de redação do jornal O Dia. Foram se queixar da DOPS, mas os oficiais dos jornais, Jemário Corrêa, diretor do Diário de Minas e da Rádio Itatiaia — que divulgou ontem 10 vezes a condenação de Goetts para processar Marcelo Alves — teve que comparecer também à DOPS.

Em São Paulo, dois agentes queiram que o artigo "O Que Acontecerá", O Que Acontecerá, de Otávio Lopes, foi retirado dos jornais Diário de São Paulo, Diário da Noite. Como ambos já tinham sido distribuídos, os jornais apresentaram a recomendação de que o artigo não poderia sair na Edição Nacional.

O Diário Popular só foi liberado depois que os agentes leram o noticiário de ontem. O Diário Popular do Rio de Janeiro foi liberado às 24h, com um artigo de ontem.

Dois jornais de São Paulo, apenas O Dia — que recebeu o noticiário de Brasília através da "Assap" — não foi visitado nem recebeu nenhuma recomendação da DFP.

As emissoras de rádio e televisão receberam ontem uma circular da diretoria de Segurança, com o teor de que as emissoras de rádio e televisão não poderiam transmitir notícias de caráter político, em flagrante desacordo com o Regulamento do Exército. As ordens foram do Rio de Janeiro e São Paulo, e foram assinadas por um oficial da Polícia Federal.

No rádio e TV Bandeirantes, Garcia Gambara disse que não receberia nenhuma comunicação da Censura — a não ser anteceder, porém, um texto a música Caminhando, de Geraldo Vandré.

Todos os outros rádios de São Paulo afirmaram ter recebido o comunicado de Censura.

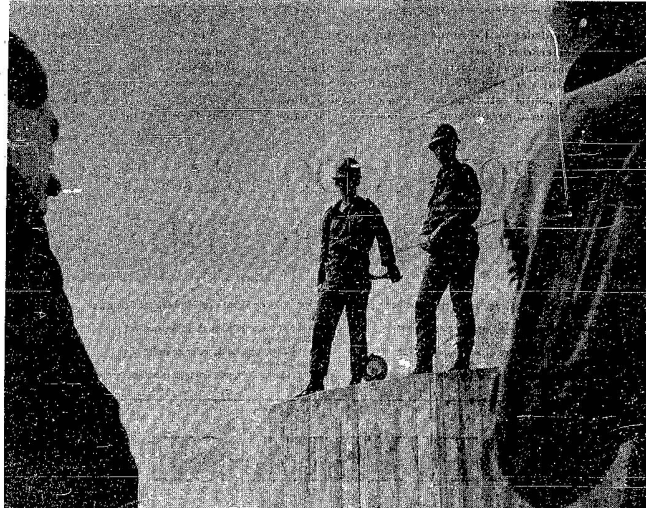
Durbin Jabin, presidente da ABI — Associação Brasileira de Imprensa — enviou uma nota ao ministro Gama e Silva, da Justiça, protestando, em nome da ABI, contra "as atas de censura prévias praticadas nos redações políticas, em flagrante desacordo com o Regulamento do Exército". A nota protestava também contra "os abusos que foram cometidos contra a livre circulação dos jornais neste Estado (Rio de Janeiro) e em outras localidades do País".

As frentes da Guanabara foram ocupadas durante todo o dia de ontem pela Força Armada — principalmente Fuzileiros Navais — que estiveram todos os dias, apresentando o jornal, exemplares documentais e obrigando as veículos a trabalhar em fila única, sob as pilhas foram parcialmente interrompidas com arma fardada.

Na divisa entre a Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, foram apreendidos os jornais de São Paulo, mas não permitiu a saída de qualquer jornal do Rio.

Em São Paulo, a reunião do general Carvalho Libano, comandante do Exército, com diretores de jornais durou vinte minutos. "Estes com o conhecimento de que as atribuições de comandante do Exército, não lhe é ordena, a paz, e a tranquilidade na área de jurisdição. Para facilitar minha missão, solicito aos senhores diretores de jornais redacionais de rádio e televisão a máxima compreensão. Por favor de boa vontade de interesse da imprensa, não divulgar, grande parte do que a minha missão".

Por volta de zero hora de hoje, os jornais cariocas começaram a ser censurados. Os jornais cariocas apareceram no Correio de Manhã e no Última Hora.



Os censores federais começaram a visitar a redação dos jornais a uma hora da madrugada de ontem, pedindo para ler os originais. Nenhum jornal do Rio podia ser levado para Niterói: tropas e tanques ficavam nas estradas e na estação de barcas. Em São Paulo, eles apareceram na rua (foto). As pilhas que apareceram: Juscelino Kubitschek, o escritor Carlos Heitor Cony, os jornalistas Oswaldo Peralva e Joel Silveira, o ex-deputado Tenório Cavalcanti — que teve seu jornal "A Luta Democrática" empastelado.

CENSURA, PRISÕES E A ORDEM DE ALERTA

Esta mesma ordem chegou, ao mesmo tempo, a todos os quartéis da Força Pública: "previdência e ordem de uma hora da madrugada de ontem, pedindo para ler os originais e soldados não cabia explicar os motivos.

Dois soldados da Força Pública, um armado de metralhadora, outro de revólver e um terceiro — segurando a porta do prédio da Polícia Federal. Lá dentro, os três delegados, alguns investigadores e muitos jornalistas. São 12 horas, um delegado diz que o general Silvio Corrêa de Andrade ainda dormia muito a dormir. Neste momento, chega um carro preto, com o motorista e um passageiro. O passageiro procura descer do carro, para ser dispersado. Mas os jornalistas o reconheceram: é o general Silvio Corrêa de Andrade, chefe da Polícia Federal em São Paulo.

Há um boato de que a Polícia Civil também esteve no regime de quarentena. São, no prédio da Polícia — onde estão os delegados responsáveis da Justiça e o delegado do escritório de Segurança — ninguém sabe de nada. Um assunto domina a Polícia Civil: um delegado e seus agentes recebem cumprimentos: são cumprimentados por...

de Sampaio, um bandido da quadrilha do Sampaio. Já sede da La República Militar, em Curitiba, o general José Campos de Araújo recebeu todos os oficiais. Ele vai falar sobre a situação política do País, desde que a liderança chegou para o processo de Mário Adolfo Alves. A situação da que não disse foi divulgada na tarde de ontem, pelo seu secretário de Relações Públicas.

O comandante da área da Quinta Região Militar — Paraná e Santa Catarina — e de abstenção moralidade.

Na Força Pública, em São Paulo, oficiais e soldados reclamam muito, por causa da proximidade: foi ordenado o fardar marcado para a noite de ontem; ninguém compareceu e o anterior do fardado da Força Pública.

As 15 horas, quando o general Silvio Corrêa de Andrade chegou à Polícia Federal, o coronel Ferreira Marques, comandante da Força, chegou ao gabinete do secretário Hery Lopes Mourão. Os dois estiveram durante alguns minutos e vão, juntos, para o Palácio Bandeirantes.

Na Polícia Federal, um só camarada: a reunião só "O Estado de S. Paulo" e "O Estado de São Paulo". E apresenta, em algumas bancas, dois exemplares do jornal da Força Pública.

reuniam o assunto com jornalistas e em sua entrevista, às 18 horas, o general Silvio Corrêa de Andrade deu muitas explicações sobre o caso. No Palácio da Polícia, também houve a reunião.

Alguns que a Secretaria de Segurança Pública não está querendo empregar suas vitórias no recolhimento de jornais. Mas nada e confundido e os jornalistas não têm condições de compreender as informações que chegam. Como aconteceu de sexta-feira, há muito pouco movimento no Palácio da Polícia.

Alguns delegados estão preocupados com o caso político; os investigadores só tem uma preocupação: prender Jagança.

Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Na Força Pública, onde a proibição persiste por mais algumas horas, os jornalistas, desde ontem de manhã, insistem em saber os detalhes. Até que alguns oficiais deram sua explicação.

A Força Pública e uma reserva do Exército, o 1º e 2º Esquadrões de Polícia, não também entraram.



No Via Duro, perto de Coxias, o estrão foi interdito com crime fardado. Há um boato de que a Polícia Civil também esteve no regime de quarentena. São, no prédio da Polícia — onde estão os delegados responsáveis da Justiça e o delegado do escritório de Segurança — ninguém sabe de nada. Um assunto domina a Polícia Civil: um delegado e seus agentes recebem cumprimentos: são cumprimentados por...



Uma pedra serviu de ferrolho no portão do Palácio das Laranjeiras, onde nenhum jornalista pôde entrar no dia de ontem. Por causa do portão, o funcionário encarregado do portão quis briga com outro, que estava chutando, como se fosse uma bola.

El, rapaz. Deixa a pedra aí. — Está comodinho o camarão. — Mas deixa aí. Você não sabe a função do camarão.

Além do portão, o palácio parecia calmo. Do lado de fora, os jornalistas que aguardavam a chamada do presidente Costa e Silva pediram permissão para entrar. A resposta veio um segundo, em nome de Horácio Sales, o secretário de imprensa.

Mole não sabe possível o ingresso de ninguém. O presidente cruzou o portão de pilagem no banco traseiro do seu Itamaraty negro.

Tinha o resto fechada, muito sério. Ao se ir, o general José Campos de Araújo chegou ao gabinete do secretário Hery Lopes Mourão. Os dois estiveram durante alguns minutos e vão, juntos, para o Palácio Bandeirantes.

Na Polícia Federal, um só camarada: a reunião só "O Estado de S. Paulo" e "O Estado de São Paulo". E apresenta, em algumas bancas, dois exemplares do jornal da Força Pública.

reuniam o assunto com jornalistas e em sua entrevista, às 18 horas, o general Silvio Corrêa de Andrade deu muitas explicações sobre o caso. No Palácio da Polícia, também houve a reunião.

Alguns que a Secretaria de Segurança Pública não está querendo empregar suas vitórias no recolhimento de jornais. Mas nada e confundido e os jornalistas não têm condições de compreender as informações que chegam. Como aconteceu de sexta-feira, há muito pouco movimento no Palácio da Polícia.

Alguns delegados estão preocupados com o caso político; os investigadores só tem uma preocupação: prender Jagança.

Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Na Força Pública, onde a proibição persiste por mais algumas horas, os jornalistas, desde ontem de manhã, insistem em saber os detalhes. Até que alguns oficiais deram sua explicação.

A Força Pública e uma reserva do Exército, o 1º e 2º Esquadrões de Polícia, não também entraram.

Os boatos de prisões e as prisões de ontem

Havia mais boatos do que penas, no começo da noite. Mas só no começo: às 23 horas, logo depois que terminou a transmissão da Agência Nacional anunciando a decretação do novo Ato Institucional, o general Luiz Franco, secretário de Segurança da Guanabara, comunicou a imprensa a prisão do ex-governador Juscelino Kubitschek. O secretário informou: Juscelino tinha sido preso no Teatro Municipal e transferido para a Vila Militar.

Depois, de repente, chegou que os jornalistas estavam sendo chamados para a Vila Militar. Os dois 20 cm de polícia aliada — os dois não tinham diferença pessoal. Os oficiais estavam vestidos — eram jornalistas, escritores, artistas e políticos — mas, após três minutos, um dos oficiais, estava a decretar o Ato Institucional. Em seu apartamento, o escritor Carlos Heitor Cony não quis comentar nada. O jornalista O Grito também não quis comentar nada. O jornalista O Grito também não quis comentar nada. O jornalista O Grito também não quis comentar nada.

A prisão de Oswaldo Peralva, ex-deputado e jornalista do jornal Correio de Manhã, também não é mais um boato. Assinada da DOPS, a prisão ocorreu às 23 horas, em um apartamento para si e sua esposa. Chegou à DOPS, preso, às 24 horas.

A prisão de Oswaldo Peralva, ex-deputado e jornalista do jornal Correio de Manhã, também não é mais um boato. Assinada da DOPS, a prisão ocorreu às 23 horas, em um apartamento para si e sua esposa. Chegou à DOPS, preso, às 24 horas.

O jornalista Hélio Fernandes foi preso por cinco minutos da DOPS, depois de ser chamado para a Vila Militar. Depois de ser chamado para a Vila Militar, depois de ser chamado para a Vila Militar, depois de ser chamado para a Vila Militar.

Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Na Força Pública, onde a proibição persiste por mais algumas horas, os jornalistas, desde ontem de manhã, insistem em saber os detalhes. Até que alguns oficiais deram sua explicação.

A Força Pública e uma reserva do Exército, o 1º e 2º Esquadrões de Polícia, não também entraram.

Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Na Força Pública, onde a proibição persiste por mais algumas horas, os jornalistas, desde ontem de manhã, insistem em saber os detalhes. Até que alguns oficiais deram sua explicação.

A Força Pública e uma reserva do Exército, o 1º e 2º Esquadrões de Polícia, não também entraram.

Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Na Força Pública, onde a proibição persiste por mais algumas horas, os jornalistas, desde ontem de manhã, insistem em saber os detalhes. Até que alguns oficiais deram sua explicação.

A Força Pública e uma reserva do Exército, o 1º e 2º Esquadrões de Polícia, não também entraram.

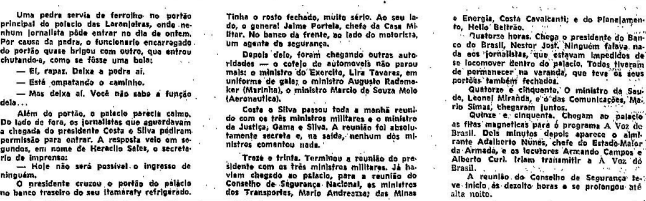
Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Na Força Pública, onde a proibição persiste por mais algumas horas, os jornalistas, desde ontem de manhã, insistem em saber os detalhes. Até que alguns oficiais deram sua explicação.

A Força Pública e uma reserva do Exército, o 1º e 2º Esquadrões de Polícia, não também entraram.

Em Curitiba, o delegado regional da Polícia Federal mandou dizer à imprensa que não tinha declarações a fazer. Apenas concordava com a declaração do general José Campos de Andrade: há normalidade absoluta no Paraná e em Santa Catarina.

Um Itamaraty preto cruza o portão do Palácio das Laranjeiras. No banco de trás, dois homens calados: Costa e Silva e Jaime Portela.



Uma pedra serviu de ferrolho no portão do Palácio das Laranjeiras, onde nenhum jornalista pôde entrar no dia de ontem. Por causa do portão, o funcionário encarregado do portão quis briga com outro, que estava chutando, como se fosse uma bola.

El, rapaz. Deixa a pedra aí. — Está comodinho o camarão. — Mas deixa aí. Você não sabe a função do camarão.

Além do portão, o palácio parecia calmo. Do lado de fora, os jornalistas que aguardavam a chamada do presidente Costa e Silva pediram permissão para entrar. A resposta veio um segundo, em nome de Horácio Sales, o secretário de imprensa.

Anotações Finais

O apoio da família Mesquita à ditadura evidencia-se claramente em seus editoriais desde o início do golpe, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* foi favorável à queda do presidente João Goulart. No entanto, já no primeiro governo ditatorial, o *JT* mostrou-se crítico às medidas políticas de Castello Branco. Esta crítica não representou a crítica do regime, mas apenas o que os seus proprietários consideravam o desvio de rota traçado pelos “autênticos revolucionários”. Neste sentido, a candidatura Costa e Silva representava os “verdadeiros ideais” dos conspiradores civis. Após a “eleição”, as expectativas do jornal em relação ao futuro presidente não foram cumpridas.

A análise do *JT* no período de 66 a 68 torna-se surpreendente pelo fato de o jornal apoiar um fechamento maior do regime como maneira de reprimir os protestos sociais que, neste momento, tornaram-se mais intensos. Isto porque, a oposição aos militares, inclusive armada, representava uma ameaça à estrutura de poder. Em 1968, o *JT* exigia uma postura enérgica do presidente Costa e Silva, considerado pelo jornal muito maleável no combate aos setores sociais contrários à ditadura.

Os protestos não eram tolerados pelo periódico. Podemos compreender facilmente a crítica do *JT* à luta armada, às passeatas ou seqüestros políticos realizados pelos movimentos de esquerda armada. Mas o conservadorismo do periódico supera-se mais uma vez quando recriminava até mesmo a organização da oposição ao regime entre políticos que haviam antes apoiado o golpe militar. Neste sentido, condenou-se inclusive a organização da Frente Ampla, por Carlos Lacerda, antigo amigo da família Mesquita e colunista do *JT*. Também se condenou a crítica da Igreja católica ao regime.

Os liberais aceitam a democracia até onde a ordem social e a estrutura de poder sejam mantidas. Por isso, a função do período ditatorial seria eliminar qualquer tipo de foco oposicionista na sociedade. Dentro da estrutura social liberal, estudantes, trabalhadores, empresários e governo possuem cada um o seu papel. Se um destes setores não o desempenha corretamente, é legítimo que sejam reprimidos. Por um lado, se o governo não garante a propriedade, é legítimo que seja destituído e, por outro, se os trabalhadores ou estudantes desafiam o governo que garante a propriedade, é legítimo que sejam combatidos.

O cerne da questão é que os benefícios sociais e o lucro devem estar concentrados nas mãos dos empresários. A melhoria das condições de vida da população como um todo só é aceita na “medida do possível”, ou seja, na medida em que não modifique o modo de vida da elite. O liberal pode ser generoso desde que seu padrão de vida individual não seja mudado. Por isso, quando a classe popular se organiza e reivindica um padrão de vida melhor, de maior acesso ao consumo, esta organização não é tolerada e a generosidade se transforma em conservadorismo. O papel de cada setor na sociedade deve ser mantido e, para isto, é legítimo até mesmo o uso da força e da repressão violenta.

A família Mesquita foi fiel aos seus princípios e seguiu sempre sua posição liberal frente aos acontecimentos históricos. E esta coerência torna-se notável quando analisamos as matérias e editoriais do *JT* durante o período ditatorial brasileiro. O liberalismo enquanto um postulado a ser seguido pela sociedade foi rigorosamente defendido pelos proprietários do jornal, e o conservadorismo implícito nesta concepção foi amplamente divulgado como uma maneira de manutenção da estrutura de poder e garantia da propriedade.

CAPÍTULO IV: 1969-1972: O discurso desmistificado

Os anos de 1969 a 1972 constituem um período interessante para a análise do *Jornal da Tarde* pois, a partir do estudo de seus editoriais e matérias assinadas, podemos desmistificar o discurso da família Mesquita de que seus jornais tornaram-se críticos do regime a partir da edição AI-5. Nas palavras de Ruy Mesquita:

“Promulgaram o AI-5 e aí foi a ruptura definitiva. Até ali nós vínhamos divergindo em caso e número, mas não em gênero, porque nós sabemos que o processo tinha que ser aquele, achávamos que devia ser aquele. Mas no momento em que se promulgou o Ato Institucional que revogava tudo aquilo que estava na Constituição em matéria de garantia dos direitos, inclusive a liberdade de imprensa, aí o jornal rompeu definitivamente, politicamente com a Revolução. O que não impede, no entanto de darmos todo o apoio ao que nós achamos de positivo na administração dos governos revolucionários e, principalmente, na sua política econômica”.²²¹

O *Jornal da Tarde* passou a criticar o fechamento do regime e a clamar pela volta ao Estado de Direito, mas isto não significou a crítica do sistema como um todo. Muito mais do que o apoio à política econômica, o jornal apoiou as decisões políticas do governo principalmente as que diziam respeito ao combate à oposição armada. O discurso governamental em relação à tortura também foi estampado nos editoriais do *JT*. Mesmo em relação à censura, tema criticado pelo periódico, tratou-se da defesa da liberdade de imprensa apenas para os jornais considerados responsáveis. Esta defesa foi seletiva e não englobou todos os meios de comunicação.

A partir de 1969 tivemos um recrudescimento do regime militar. A ditadura usou o AI-5 para centralizar e fortalecer ainda mais seu poder e barrar qualquer tipo de voz dissonante ao que os militares consideravam o desenvolvimento do país dentro das regras da segurança nacional. Mesmo neste contexto, o *Jornal da Tarde* continuava sendo a voz do governo quando apoiava o combate à oposição armada e endossava os comunicados oficiais em relação à tortura. O periódico ainda não possuía censura prévia em sua redação e, como outros órgãos de imprensa, recebia *bilhetinhos* enviados pelos órgãos de segurança impondo a não publicação de determinados assuntos. Se a crítica às organizações de

²²¹ Depoimento a Magda Magalhães Alves em 04/10/1974. In: Paolo Marconi. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 172. Na edição comemorativa de 25 anos do *Jornal da Tarde*, temos os seguintes dizeres: “Uma editoria que, desde o início do *JT*, não se intimidou com a censura e nunca se conformou com a versão oficial”. *Jornal da Tarde*, 28/01/1991, Suplemento Especial, p. 7B.

esquerda armada pode ser naturalmente esperada por um jornal liberal, é surpreendente destacar que, no período sem a presença física dos censores, o *Jornal da Tarde* não tenha denunciado a tortura. A versão oficial dos fatos foi aceita e a tortura foi apontada como não rotineira e relacionada aos indivíduos com comportamentos desviantes dentro das delegacias. Nunca foi denunciada como uma prática de Estado num dos períodos em que o seu uso tornou-se corriqueiro para a obtenção de informações dos presos políticos. O apoio do jornal aos militares pode ser explicado pelo fato de os movimentos de esquerda que optaram pela luta armada serem vistos como uma ameaça à ordem social burguesa. Entre 1969 e 1972, estas organizações viveram seu auge e declínio devido ao combate feroz dos órgãos de segurança civis e militares. O controle da oposição, portanto, deveria ser realizado por um governo forte.

Neste sentido, a burguesia, “almeja a liberdade não como um fim universal, mas como um meio para desfrutar da riqueza que se encontra ao seu alcance”.²²² Para Luiz Werneck Vianna, “o liberalismo... não revelaria qualquer antagonismo com regimes autoritários, desde que a ordem política assegure liberdade e igualdade formal para e entre os indivíduos membros de uma nacionalidade.”²²³ Na ditadura militar brasileira nem mesmo liberdade e igualdade formal foram mantidas e, por isso, começaram a surgir alguns pontos de atrito entre o jornal e o regime. Um exemplo é a condenação da censura aos jornais “responsáveis” num artigo em que Lenildo Tabosa Pessoa criticou o governo do Panamá por ter imposto restrições à divulgação de notícias pela imprensa. Conforme o autor:

“Quando, porém, não há liberdade de expressão, a opinião pública sofre a privação de um seu legítimo direito, passando a dispor do conhecimento de apenas um lado dos problemas, o que a impede de formar uma opinião equilibrada sobre os acontecimentos de cada dia. Mas, por estranho que pareça, o maior prejudicado pela supressão da liberdade não é ainda o povo em geral, mas o próprio governo que a impõe. (...) Os governos fortes podem ter, em circunstâncias especiais, um papel importante na própria preservação da democracia, impedindo que seus países caiam na anarquia. Mesmo nestes casos, porém, a supressão da liberdade de expressão representa um mal, tanto maior na medida em que o poder de decisão estiver restrito a um número menor de pessoas. Por isso mesmo, o governo do Panamá provaria muito mais sua reta

²²² Harold J. Laski. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973, p. 105.

²²³ Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 6. Segundo Vianna, a especificidade do liberalismo estaria em que o cerne da sua concepção de mundo centra-se na livre circulação das mercadorias, especialmente a da força de trabalho, muito mais do que seus postulados políticos.

intenção e seu desejo de acertar admitindo a existência de vozes discordantes do que deixando à imprensa a liberdade de abrir a boca apenas para apoiar e elogiar o regime”.²²⁴

Dois meses depois, no entanto, Tabosa Pessoa defendeu uma censura seletiva. A questão da “responsabilidade” estava condicionada à liberdade de expressão:

“O programa ‘Diálogo’, dirigido por Blota Jr. e apresentado pela TV Record, canal 7, não irá mais ao ar porque o rigor da censura tornou impossível sua existência. (...) De modo geral, a preocupação das autoridades, mesmo no estado de exceção em que nos encontramos, deveria ser a escolha, para a televisão, de censores com suficiente critério para se desempenharem de sua difícil missão, jamais condenando ‘a priori’ palavras como as duas acima citadas (sexo e prostituição), sem qualquer consideração pelo contexto em que elas apareçam. (...) Se a censura não for aplicada com maior critério, terminará entrando em concorrência com a soviética...”.²²⁵

Para demonstrar a semelhança de idéias entre os colunistas e o diretor do *JT*, observemos a opinião de Ruy Mesquita sobre a televisão brasileira:

“Eu, teoricamente, sendo liberal como sou, sou totalmente contrário à interferência do governo nesse setor da sociedade (meios de comunicação) mas na televisão eu estabeleceria controles. Se eu não preconizo todos os dias a estatização da televisão aqui no jornal, é porque o regime político em que nós vivemos é este que aí está. Se o Brasil fosse um país tão solidamente democrático como é a Inglaterra ou os Estados Unidos eu defenderia esta tese. Acho uma coisa tão perigosa, que pode causar tanto mal estando na mão de irresponsáveis como normalmente está – pois só pensam em ganhar dinheiro pouco ligando para as conseqüências do que estão fazendo na televisão – que o jeito é você controlar”.²²⁶

A televisão foi o primeiro meio de comunicação sujeito à imposição da censura, segundo os jornalistas do *JT*. No entanto, isto não se restringiu somente à TV. Como veremos adiante, os jornais da imprensa alternativa também se encaixavam na categoria daqueles que deveriam ser censurados, controlados e até mesmo fechados pelos militares.

Mesmo possuindo alguns pontos conflitantes em relação ao regime, os proprietários do *JT*, enquanto indivíduos que cedem “ao Estado o direito de criar e zelar pela ordem pública”²²⁷, acreditavam que o Estado seria o responsável pela ordem social e por isso, deveriam apoiá-lo no combate à oposição ao governo militar. É o que podemos constatar na crítica à D. Hélder:

“Quem se der ao trabalho de examinar com atenção o discurso pronunciado por D. Hélder Câmara em Nova York, não terá dificuldade em se convencer de que os países subdesenvolvidos têm uma desgraça ainda mais trágica do que todas que ele descreve: a de

²²⁴ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 06/01/1969, p. 4.

²²⁵ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 05/03/1969, p. 4.

²²⁶ Depoimento a Magda Magalhães Alves em 04/10/1974. In: Paolo Marconi, op. cit., p. 146.

²²⁷ Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 14.

produzir indivíduos mentalmente subdesenvolvidos como ele. (...)...seria impossível entender como ele pode arvorar-se em defensor dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, em advogado de um país onde esses mesmos direitos foram destruídos pela tirania de Fidel Castro. O arcebispo de Olinda e Recife não ignora que os métodos de arrancar confissões denunciados por ele são praxe no mundo comunista... Não nos escandalizamos com as preferências ideológicas do fogoso prelado... que o levam a estar sempre ao lado do totalitarismo em moda. (...) Em todo caso, reconhecemos que, nos dias atuais, há certo motivo para se ter inveja de D. Hélder. Bem aventurados os bispos que podem dizer impunemente o que seria suficiente para levar qualquer leigo para a cadeia”.²²⁸

Neste editorial de crítica ao arcebispo de Olinda e Recife (responsável pelo início de uma campanha no exterior de denúncias de torturas praticadas pelos militares brasileiros), o jornal assumiu uma posição de defesa do regime e contra a “difamação” do país no estrangeiro. Em 1969, ano de grande repressão política, muitas pessoas foram presas e torturadas pelos militares. Parte da Igreja assumiu uma atitude contrária e começou a denunciar esta situação. “Dom Hélder discretamente se retirou das atividades políticas internas no Brasil e se concentrou em fazer discursos no exterior, onde ele continuava a atrair atenção por sua luta pelas causas da justiça e paz. Em um encontro da liderança da Igreja em São Paulo, o bispo passou o manto de defensor dos direitos humanos para Dom Paulo Evaristo Arns, que, durante os anos 70, se tornara o mais eloqüente crítico, no ambiente interno do país, do uso da tortura pelo regime militar”.²²⁹ Neste contexto, o jornal ridicularizava as denúncias da Igreja contra a tortura, e assumia a voz do regime ao concordar que, ao fazer estas denúncias no exterior, estava “sujando” a imagem do Brasil.²³⁰

Esta imagem não condizia com a do país grande, do país em pleno desenvolvimento, do país do “Milagre Econômico”, passada à população e à imprensa no exterior como sendo grandes feitos do ministro da Fazenda, Delfim Netto. O ministro começou a implementar seu plano econômico ainda no governo Costa e Silva e o auge do crescimento do país foi atingido durante o governo Médici, empossado em outubro de 1969 depois do afastamento

²²⁸ *Jornal da Tarde*, 28/01/1969, p. 4.

²²⁹ Kenneth P. Serbin. “Dom Hélder Câmara: o pai do Catolicismo Progressista Brasileiro”. In: Beatriz Kushnir (org.). *Perfis Cruzados – trajetórias e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 168.

²³⁰ D. Hélder Câmara “não hesita em classificar seus adversários como assassinos e torturadores e desenvolve no exterior uma campanha mais contra o próprio país do que mesmo contra o governo, lançando mão da difamação e de afirmações levianas e irresponsáveis. (...) Apesar de tudo, se pelo menos teoricamente Igreja e Estado estão separados, não se pode admitir que eclesiásticos participem das lutas políticas pretendendo beneficiar-se de imunidades resultantes de seu estado...” *Jornal da Tarde*, 13/10/1970, p. 4.

do presidente Costa e Silva por motivo de doença. Este clima de crescimento foi endossado pelo *JT* que deu total apoio à política econômica do governo.

Neste sentido, temos um editorial comentando o pronunciamento do ministro Delfim Netto a respeito do lucro:

“O único sistema econômico compatível com a democracia e mais do que isso, o único que constitui o fundamento necessário dos regimes democráticos é o regime da iniciativa privada, é o capitalismo, na sua forma moderna e renovada, sob a qual vem demonstrando todos os dias, aos olhos de quem deseje enxergar, a sua esmagadora superioridade sobre todos os outros, tanto no que diz respeito à produção de riquezas como naquilo que se refere à distribuição dessas riquezas. (...) E é porque o ministro da Fazenda compreende isso, porque sabe que a existência do empresário e do lucro justificam-se não dentro dos quadros estreitos da teoria econômica mas sim dentro dos quadros mais amplos da organização política e social perseguida – no nosso caso e no dele a democrática – é que, enquanto prevalecer a sua orientação, não desesperaremos de ver o Brasil reposto no caminho da verdadeira democracia”.²³¹

É importante destacarmos neste editorial a justificação da existência da desigualdade social. No cenário político liberal, os trabalhadores deveriam se contentar com o salário necessário para a sua subsistência. “O processo de emancipação do indivíduo se dá paralelamente ao seu despojamento da posse dos meios de produção. Quando comparece ao mercado, só tem para vender sua força de trabalho. (...) Mas esse homem livre não é o cidadão que participa diretamente da gestão da coisa pública. A igualdade formal a todos estendida não decorre de uma igualdade real. A sociedade nacional moderna iguala desiguais na única dimensão do direito formal – todos são iguais perante a lei”.²³² A segurança da propriedade dos indivíduos era prioritária frente à democracia, mesmo que esta propriedade estivesse restrita apenas a uma parte da sociedade. Neste sentido, poucas vezes o *JT* criticou a política econômica do governo durante a ditadura. Afinal, os militares preservaram a liberdade dos empresários para acumular. A situação apenas tornou-se preocupante quando a elite perdeu a sua liberdade de opinar.

Assim, o que se defendia era uma crítica “controlada”, dentro da ordem, sem qualquer ameaça à organização social vigente. Como afirmou Laski, os liberais somente permitem o debate e a crítica nos períodos em que não se sentem em perigo²³³. No entanto, em um cenário ditatorial, o controle de vozes dissonantes atingiu-os também, mesmo que

²³¹ *Jornal da Tarde*, 14/02/1969, p. 4.

²³² Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 13.

²³³ Harold Laski, op. cit., p. 178.

mantivessem uma crítica “construtiva” aos governantes. A partir do governo Médici, os militares passaram a censurar a crítica em si, vinda de qualquer direção.

A censura vai se tornar o principal e talvez o único ponto perseverante de atrito com o regime militar. Nesse sentido, o cientista político Glaucio Ary Dillon Soares lançou uma importante questão: os jornais teriam se oposto aos ditadores, mesmo após o momento em que ficou clara a sua vocação militar e autoritária, caso não houvesse censura?²³⁴ Os proprietários do *JT* opuseram-se ao regime somente depois da censura. Como jornalistas responsáveis, não se julgavam passíveis de recebê-la. Neste caso, a censura era uma imposição humilhante àqueles que ajudaram na idealização do golpe:

“Não há democracia sem liberdade, tal como não há liberdade sem responsabilidade. Temos a exata noção da delicadeza do momento histórico que o Brasil está vivendo. Mas não seríamos jornalistas dignos dessa condição se nos conformássemos com a tutela que insistem em impor-nos. (...) As leis de exceção não fabricaram nunca um grande jornal, embora tenham destruído muitos. Lutamos por uma irrestrita liberdade de imprensa porque aceitamos a responsabilidade a ela inerente”.²³⁵

Ou ainda:

“A situação de anormalidade que atravessamos, evidentemente, só poderá ser superada no dia em que os jornais sérios e responsáveis voltarem a ser, com a liberdade plena de informação e de crítica, os intermediários do diálogo entre o governo e a opinião pública. Sabe perfeitamente o sr. General Médici que esse terá de ser o primeiro passo em direção ao restabelecimento daquele regime que ele prometeu converter na principal obra de sua gestão empresarial”.²³⁶

No entanto, durante o governo Médici, os civis praticamente foram mantidos longe do centro de poder e isto se tornou preocupante para os liberais. É a partir deste momento que o *JT* passou a criticar o grupo no governo favorável ao recrudescimento do regime. Além disso, apontava-se a existência da luta armada como a razão do endurecimento. Arnaldo Pedrosa d’Horta falou sobre esta questão:

“Bem sabemos que os núcleos totalitários enquistados na máquina estatal, e que passo a passo têm vindo deformando as nossas instituições a pretexto de defendê-las, ...continuam vivos e atuantes, e que para eles o simples fato da reabertura desse Congresso esfrangalhado é uma afronta inaceitável, pois não se conformam sequer com a existência de uma fachada de

²³⁴ Glaucio Ary Dillon. “A censura durante o regime autoritário.” In: *RBCS*, nº 10, vol. 4, junho de 1989, p. 39.

²³⁵ *Jornal da Tarde*, 20/08/1969, p. 4.

²³⁶ *Jornal da Tarde*, 29/10/1969, p. 4.

Parlamento. (...) Por isso urge sairmos desta situação que nos rebaixa no confronto mundial, e que quanto mais perdurar mais dificilmente será modificável: todo e qualquer gesto de violência por parte dos subversivos que se encontram na clandestinidade, será mais um incentivo aos subversivos existentes no governo, para nele permanecerem em regime ditatorial, protelando indefinidamente a vigência efetiva dos direitos e garantias constitucionais”.²³⁷

Pedroso d’Horta tornou-se, neste período, defensor da volta ao Estado de Direito e do respeito às leis da Constituição. O mesmo Estado de Direito descartado em nome da “preservação da democracia liberal”. Isto porque, um ambiente de liberdade de pensamento e organização dá margem à contestação do predomínio do modo de vida burguês na sociedade.²³⁸ A volta ao Estado de Direito passou a ser reivindicada principalmente porque o regime militar restringiu cada vez mais a participação dos civis nos assuntos políticos. A censura os impedia de passar a sua visão de mundo para os seus leitores e os impedia de influenciar nas decisões políticas do governo. No entanto, para o *JT*, a volta da democracia deveria ser um processo controlado pelos militares. Os atos institucionais deveriam ser eliminados e isto promoveria o apoio de vários setores sociais ao processo de abertura:

“Se o sr. Garrastazu Médici quer, efetivamente, ver terminada a obra de restauração democrática nacional até o final do seu governo, é preciso que comece desde logo, enquanto as esperanças populares o cercam de expectativa positiva. E o passo inicial para isso é a suspensão da vigência dos atos institucionais, para que a palavra **Constituição** não seja indevida zombaria lançada à face do todos os brasileiros”.²³⁹

E ainda:

“E como só no Estado de Direito se oferece à criação humana a possibilidade de expansão e aprimoramento de sua personalidade, é preciso começar por instituir o Estado de Direito para que os estudantes, como os demais grupos sociais, possam ajudar o sr. Garrastazu Médici nos caminhos de sua ingente missão”.²⁴⁰

As esperanças de restabelecimento da democracia no início do governo Médici desapareceram quando se intensificaram os assaltos a bancos e seqüestros políticos,

²³⁷ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 17/11/1969, p. 4.

²³⁸ Jünger Habermas, ao analisar os escritos de Stuart Mill sobre a opinião prejudicial das massas organizadas, afirmou: “A interpretação liberal do Estado de Direito burguês é re-acionária: ela reage à força da idéia da autodeterminação de um público pensante, inicialmente aceita, assim que esse público é subvertido pelas massas desprovidas de propriedade e de formação cultural. O liberalismo é o primeiro a revelar o caráter dualista do Estado constitucional burguês, pois esse está longe de ter assegurado a fusão de interesses heterogêneos...” Jünger Habermas. *Mudança Estrutural da Esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp. 162-163.

²³⁹ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 20/11/1969, p. 4.

²⁴⁰ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 26/11/1969, p. 4.

praticados pelos movimentos de esquerda armada. Num dos períodos de grande violência da história brasileira, o governo reorganizou os órgãos de segurança, espalhados pelo país, para combater os guerrilheiros. “A destruição das organizações armadas começou em julho de 1969, a partir da centralização das atividades de polícia política dentro do Exército”.²⁴¹ A tortura passou a ser o principal método de obtenção de informação dos prisioneiros. No entanto, o governo negava a sua existência e a apontava como um desvio de conduta de policiais e militares de baixo escalão. Poucos foram os órgãos da grande imprensa que rechaçaram este discurso apresentado pelos militares. O *JT* o apoiou:

“Outras vítimas de tortura existem, não tão numerosas quanto se propala, mas que não podem deixar de ser identificadas, como ponto de partida para as imprescindíveis investigações anunciadas pelo sr. Alfredo Buzaid. (...) A verificação dos fatos precisa ser feita com o devido rigor, porque os ‘coices de mula’ existem e sempre existiram infiltrados nos organismos policiais, prontos para a perpetração de barbaridades, bastando para isso que seja afrouxada a vigilância sobre eles exercida”.²⁴²

O discurso do *Jornal da Tarde* em relação à tortura era conivente com a versão oficial, ou seja, o jornal mostrava os casos de tortura enquanto fatos isolados, que deveriam ser punidos, mas que eram praticados pelos “baixos escalões”, sem a aprovação da cúpula do governo.²⁴³

Em setembro de 1969 ocorreu a morte de um dos mais importantes líderes da luta armada, Carlos Marighella. Comentando a morte de Marighella, o editorialista afirmou:

“...é um absurdo dar a esse movimento terrorista uma importância que está longe de ter e de fazer que as próprias instituições brasileiras sejam moldadas em função dele.

Esperamos que o general Médici, diante das provas evidentes da fraqueza e da superficialidade disso que não passa de uma explosão de recalque pequeno-burguês, se sinta mais estimulado do que nunca a cumprir sua promessa de fazer a redemocratização do País o primeiro objetivo do seu governo”.²⁴⁴

²⁴¹ Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 159.

²⁴² *Jornal da Tarde*, 04/12/1969, p. 4.

²⁴³ “A tese segundo a qual as violências e mortandades foram obras de oficiais agindo à margem da estrutura do Estado é falsa. Covarde mistificação. Os torturadores eram agentes qualificados do governo. Se em alguns episódios mostraram-se indisciplinados, esse era um problema que a ditadura tinha comprado ao supor que poderia resolver o conflito político por meio da violência”. Elio Gaspari. “Alice e o Camaleão”. In: Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda & Zuenir Ventura. *Cultura em Trânsito – da Repressão à Abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 16.

²⁴⁴ *Jornal da Tarde*, 06/11/1969, p. 4.

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Rua Major Queluz, 28 - Tel. 264-2123



JULIO MESQUITA (1891 - 1927) JULIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1959)

Diretor responsável:
RUY MESQUITA

Diretor:
MARCELO RUIZ

Colaboradores:
MARCOS CARVALHO MESQUITA
JULIO DE MESQUITA NETO
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA
RUY MESQUITA
LUZ CARLOS MESQUITA

SAO PAULO PERGUNTA

A CTB corta as linhas mas não avisa

Sr. Desde segunda-feira passada, os aparelhos telefônicos dos moradores do prédio n.º 125 da rua Conselheiro Crispiniano não funcionam. A princípio, pensamos que algum cabo se havia rompido, mas depois de muito insistir na CTB, ficamos sabendo que a companhia está realizando um remanejamento de linhas. Acontece que não fomos avisados disso e o serviço já demora há quase uma semana. A.O.A. Capital.

O liberalismo, êsse eterno bode expiatório

Tomou-se hábito no Brasil, especialmente de certo tempo para cá, apresentar o liberalismo — aliás sem jamais se esclarecer completamente o que se pretende indicar com tal palavra — por todos os males do País, se não do mundo. Tem-se até a impressão de que se Cuba, os países do Leste Europeu e a própria União Soviética caíram nas mãos dos comunistas, a culpa é exclusivamente do liberalismo.

Ora, antes de mais nada, seria necessário definir com exatidão tal palavra. Se, no emprego, se tem em vista o famoso liberalismo do laissez faire, ou o capitalismo vitroriano, as pessoas que a empregam, ou a conseguem provar além de sua própria fixação no passado e de sua incapacidade de entender a realidade atual, pois tal liberalismo há muito tempo deixou de existir. Há, de fato, pessoas que, não obstante o próprio autoproclamado encontro com a História, pretendem criticar e até reformar o mundo atual sem conseguirem libertar-se da citada fixação no passado.

Mas há também outros que entendem por liberalismo o que é realmente hoje, isto é, o estado de coisas constituído, no plano econômico, pelo neocapitalismo, no qual o Estado exerce uma função supletiva e a legislação prevê uma livre e um livre e a ambição dos detentores do capital e assegura os direitos aos assalariados, e, no plano político, pela democracia na qual o indivíduo goza de uma liberdade responsável. Enquanto os primeiros críticos do "liberalismo" são desautorizados por sua própria incapacidade de compreender a realidade do mundo em que vivem, os segundos são desmentidos quase diariamente pelos fatos.

Em outras palavras, a experiência de cada dia mostra que não só o liberalismo não é responsável pelos males do mundo atual, e muito menos pela queda de muitos países nas garras do comunismo internacional, mas até apresenta, a seu favor, a contradição do chamado Estado de bem-estar, no qual, dentro de um clima de liberdade e de respeito aos direitos humanos, foi desenvolvido um grau de prosperidade, de desenvolvimento e de justiça social sem precedentes em toda a História. Em tais Estados, como os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, o comunismo vive privado, com a solução dos problemas sociais, de seu próprio caldo de cultura e se o próprio comunista veio a surgir nos horizontes de alguns países, como o caso da Itália, não foi por excesso de liberalismo mas exatamente porque seus líderes políticos abandonaram o caminho que lhes possibilitou a realização de seu "milagre econômico" para fazerem toda sorte de concessões aos partidos esquerdistas e às ideologias socializantes.

Onde isso não ocorreu, como é o caso dos Estados Unidos, embora haja problemas internos graves ou até gravíssimos, como o da adesão de amplos setores da opinião pública à moda da "contestação global", não chegaram até a representar um perigo para a segurança nacional.

O exemplo desses países desmente a afirmação feita pelo presidente Médici, no discurso que proferiu na Escola Superior de Guerra, quando, referindo-se ao sacrifício total das liberdades, afirmou: "E embora nestes tempos não se conheça o exemplo de uma só nação que haja conseguido emergir do subdesenvolvimento sem fazer esse sacrifício, a firme e determinada opção da Revolução Brasileira é a de provar, pela primeira vez, a viabilidade desse caminho". Congratulamo-nos com os propósitos presidenciais no que diz respeito ao Brasil, mas não com a "constatação" histórica da qual parte o presidente para anunciar, pois a própria Itália é um exemplo típico de um país que saiu do subdesenvolvimento de sua região mediterrânea através de um desenvolvimento de sua região mediterrânea justamente sob a égide do liberalismo e sem sacrificar a liberdade de seus cidadãos.

Curiosamente, em vez dos maléficos do liberalismo no que diz respeito ao destino dos povos, o que é fácil verificar é justamente o contrário, isto é, a facilidade com que os regimes autoritários servem de trampolim para as ditaduras comunistas e a total incapacidade desses regimes de acelerar o processo de desenvolvimento. Isso se aplica tanto aos regimes nacio-

nalistas quanto aos militaristas. O exemplo de Cuba, onde uma ditadura militar preparou o ambiente que tornou possível a vitória do castro-comunismo, é, sob esse aspecto, demasiadamente significativo. Quanto aos governos nacionalistas, o que está acontecendo atualmente no Peru e na Bolívia, mas especialmente no primeiro, dispensa comentários.

O fato é que um país pode chegar ao comunismo muito mais rapidamente através do militarismo e do nacionalismo do que do liberalismo, sobretudo porque as ditaduras militares, por sua própria lógica, evoluem facilmente para o nacionalismo e dele para o comunismo, mesmo quando sobem ao poder em nome do anticomunismo, como foi o caso de Nasser, que no início punha os comunistas na cadeia e hoje é o mero instrumento da potência imperialista comunista.

No Brasil, não chegamos ainda, graças a Deus, à fase da exacerbação nacionalista do governo, mas é oportuno que as autoridades examinem com atenção o exemplo de outros povos, para aproveitar o que eles podem apresentar de aproveitável ou, quando fôr o caso, evitar a repetição de seus erros, poupando aos brasileiros inúteis sofrimentos.

A hora de lembrar que o prefeito é demissível

Quando a indicação do sr. Salim Maluf para prefeito de São Paulo foi homologada, tomamos imediatamente defesa da população, procurando mostrar que o escolhido tinha fôlha de serviços vírgens, que não justificava a nomeação. O homem poderia ser uma boa surpresa, mas também poderia custar caro aos cinco milhões de paulistanos, dilema que jamais poderia justificar tão arriscada experiência.

A questão foi posta em termos de competência e incompetência.

O sr. Maluf tomou lugar no libarapera e começou a dar por pau e por pedra, como é notório e público. Não terminou as grandes obras que recebeu para concluir, mas, para mostrar eficiência, iniciou novos fornaldáveis serviços. Aos poucos foi fechando as passagens urbanas e transformando a área central em canteiro de obras, sem se incomodar com os problemas que paulatinamente impunha à coletividade paulistana.

O apêto foi aumentando, a cidade está ficando asfixiada. Ninguém sai de casa tendo certeza da hora em que vai chegar ao seu ponto de destino. Sem falar nas milhares de ruas esburacadas, com valetas abertas e trânsito interditado, temos aí a Dr. Arnaldo, a 9 de Julho, a Iguatemi, a Iguatemi, a Celso Garcia, a Hector Penteado...

O caso da São João é clamorosamente absurdo. Caminho tradicional dos antigos paulistanos, deixou de ser estrada para guinchar fôros de avenida. Segundo o excelente traçado, sempre foi uma via de excepcionais condições de tráfego, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ali, agora, constrói o prefeito o que já foi chamado de maior milíonário público do mundo, isto é, um "elevado", que já está desvalorizando tremendamente as atividades comerciais e todas as propriedades situadas à margem da sacrificada avenida. Quando, nos grandes centros densamente povoados, as técnicas adotadas para facilitar o escoamento das correntes de trânsito são outras, volta-se o burguesismo para o sistema obsoleto que, inclusive, foi condenado pela administração anterior, dada a circunstância de que o projeto e seu desenvolvimento são do tempo do sr. Faria Lima.

O sr. Maluf, porém, não aprende. Não contente com o que fez na avenida São João, pretende construir outro elevado na área do Parque Pedro II, havendo para esse fim solicitado ao DET a interdição da rua Prefeito Passos.

A resposta do sr. Paulo Pestana resume tudo quanto aqui temos constantemente pido e repaido: "Terminem a ligação Jacupari-Liberdade e eu fecho a rua Prefeito Passos. Vão fechando ruas, fechando avenidas. Eu não tenho para onde desviar o trânsito. Dentro de pouco tempo, ninguém mais vai andar no centro e nos bairros mais próximos. E quem vai pagar o pato?"

Quem paga o pato, evidentemente, é o povo desta cidade. O sr. Salim Maluf que chegou onde chegou sem necessidade de congnição, não vai ruzões para lhe dar satisfações. Mesmo porque, não há lei que o obrigue.

Não há outra solução. Com a morte do sr. Costa e Silva e com o caos instituído em São Paulo (os fatos públicos e notórios independem de prova), já não será muito difícil a demissão do sr. Maluf e a indústria privada, onde tanto dinheiro acumulou. Com base em uma lei, que no nosso combinamos, mas que está em pleno vigor, o prefeito é demissível ad nutum, o que significa, a qualquer momento, se não renuncia ao cargo, precisa ser demitido, pois o caso não é de incompetência e sim de provocação. Que desprezador a coletividade paulistana até que ela reaja pela "violência", com paus e com pedras, batendo e atirando de olhos fechados, acerte em quem acertar, doum em quem doum, não há nada de terrível quanto das mais agressivas alas da subversão.

A traição dos clérigos

Lenildo Tabosa Pessoa

Entre as matérias publicadas no n.º 5 da revista "Hora Presente", distinguem-se pela manobra clara e objetiva como focaliza o problema, a que trata dos acontecimentos de novembro último, quando Carlos Marighela tombou mortalmente ferido, depois de ter sido traído e levado a uma armadilha por seus cúmplices dominicanos. A revista observa: "Dir-se-ia que tais fatos ficaram letórgicos ou que estamos sonhando acordados (isto é, tendo pesadelos de olhos abertos). Um certo dia de novembro último, a opinião pública nacional entrecruçou-se com as informações publicadas em toda a imprensa, segundo as quais o líder do terrorismo comunista Carlos Marighela fôra morto em tiroteio ocorrido na Capital paulista, em local para o qual fôra atraído por alguns padres dominicanos que serviam de elementos de ligação entre ele e demais membros de grupos subversivos que visavam assaltando, sequestrando, assassinando e dinamitando".

Como a "Hora Presente" ressalta, a propósito, "para o público em geral, o fato mais grave em tudo isso era a participação de sacerdotes no esquema terrorista", mas houve quem julgasse que o único aspecto inquietante em tudo consistia em terem os dominicanos traído Marighela. Por isso, para lavar a "honra" dos sacerdotes-guerrilheiros, recorreu-se a dois estratagemas.

Como a "Hora Presente" ressalta, a propósito, "para o público em geral, o fato mais grave em tudo isso era a participação de sacerdotes no esquema terrorista", mas houve quem julgasse que o único aspecto inquietante em tudo consistia em terem os dominicanos traído Marighela. Por isso, para lavar a "honra" dos sacerdotes-guerrilheiros, recorreu-se a dois estratagemas.

Inicialmente, "começou-se a sugerir que os padres presos haviam sido torturados e que foi sob o temor de novas violências físicas que consentiram em montar a armadilha na qual viria a perecer Marighela". Contudo, o cardinal Rossi teve oportunidade de entrevistar-se com os presos, de constatar que não haviam sido vítimas de qualquer espécie de violência física, nem sofrido torturas, de modo que "o argumento da violência acabou se esvaaziando". Passou-se, então, a uma segunda etapa, procurando novos argumentos.

Assim, no dia em que o cardinal se entrevistava com os sacerdotes presos "é com isso feita roir a hipótese anterior", certo jornal "publicava supostas declarações de uma autoridade policial (delegado Benedito Nunes), segundo as quais os dominicanos não haviam traído Marighela, mas sim caído, também eles, numa trama muito bem urdida pela Polícia".

A revista observa que "o espalhafato que se fez, com essa declaração pôs à luz o conteúdo da preocupação exclusiva que torturava a consciência de uns tantos — importante não era que os dominicanos fossem cúmplices de lndices-assassinos, mas sim que tivessem servido de alcaçupes da Polícia". De fato, "desfeita esta última imagem, a Igreja, o Concílio, o sacerdócio e talvez até a pátria estariam salvos". Esta segunda manobra, porém, foi, pelo menos em parte, desfeita, pois, como nota a "Hora Presente", a responsabilidade dos dominicanos como delatores e traidores ficou claramente evidenciada em uma nota oficial através da qual a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo desmentiu a "entrevista".

Difamam, entretanto, que a manobra foi desfeita em parte, porque alguma coisa ficou. O próprio jornal que inventou a "entrevista" até hoje não publicou o desmentido, o mesmo tendo acontecido no exterior; onde, por exemplo, o "Times" de Londres divulgou a sensacional "descoberta" acerca da inocência dos dominicanos, atribuindo-a a não especificadas fontes autorizadas (?), mas depois não publicou o desmentido. Assim, ficou mais uma vez demonstrado o "acerto" do método de manter o mais possível, na certeza de que alguma coisa ficará. Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará. Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

Recentemente, a exautorizada "Civiltá Católica", ativamente dirigida por um zeloso membro do IDO-C, padre Roberto Tucci, foi um pouco mais longe, "informando" que Marighela morreu no dia 4 de novembro e os irmãos foram presos no dia 6. Com esse pequena alteração de datas tornou-se muito mais fácil transformar em "verdade" o que de alguma coisa ficará.

O *JT* sempre julgou os oposicionistas enquanto ameaçadores da ordem pública e nunca os viu enquanto uma questão política (ou pelo menos nunca levantou este debate com os seus leitores), contrários ao governo e à ditadura. Aqueles que causavam distúrbio à paz social mereciam ser reprimidos. A resistência à ditadura não estava em pauta.

Carlos Marighella fundara a organização de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN) e mantinha contato com os frades dominicanos do convento de Perdizes, em São Paulo. De acordo com Frei Betto, o apoio dos dominicanos às organizações de esquerda “caracterizava-se, sobretudo, por abrigá-los (os militantes perseguidos pelo regime) em locais seguros, transportá-los de uma cidade a outra e tranquilizar suas famílias. Dentro de nossas possibilidades e condição de religiosos, ajudávamos pessoas sob o risco de prisão, tortura e morte. (...) À medida que se estreitaram nossos contatos com Marighella, este vislumbrou nos dominicanos uma importante ponta de lança para implantar as bases da guerrilha rural, já que possuíamos comunidades religiosas em Marabá e Conceição do Araguaia”.²⁴⁵

Após a prisão dos freis Fernando de Brito e Ivo Lesbaupin que, sob tortura, confirmaram o esquema de contato com Marighella, os órgãos de repressão do governo armaram uma emboscada para o guerrilheiro e o mataram. A partir deste episódio, o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa iniciou uma campanha contra os freis, acusando-os de traidores e culpando-os pela morte de Marighella.²⁴⁶

O jornalista criticou os frades dominicanos no caso Marighella chamando-os de subversivos e dizendo que a sua traição mais grave foi “contra a Igreja e o povo de Deus”, independentemente da traição ou não cometida por eles contra o guerrilheiro. As versões de

²⁴⁵ Frei Betto. *Batismo de Sangue – a luta clandestina contra a ditadura militar (Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito)*. 12ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 65. Neste livro encontra-se uma versão detalhada sobre a morte do líder guerrilheiro Carlos Marighella.

²⁴⁶ Para a acusação contra os freis, ver Lenildo Tabosa Pessoa, *Jornal da Tarde*, 04/12/1969, p. 4. Conforme Beatriz Kushnir, “Lenildo Tabosa Pessoa nasceu em 1935 na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco. Foi seminarista e completou os estudos religiosos em Roma, onde estudou Filosofia. Tornou-se articulista e editorialista da família Mesquita – *Jornal da Tarde e O Estado de S. Paulo*. Professor de Direito Internacional Público, piloto profissional era conhecido por suas convicções católico-conservadoras, anticomunistas e pela defesa do governo autoritário de março de 1964. Em vários momentos prestou serviços a esses governos, como na preparação da visita do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, à Europa, em 1970. (...) Lenildo Tabosa Pessoa morreu no dia 15/9/1993, quando pilotava o seu avião particular, quando ia de Caruaru para a Ilha de Itamaracá. Como curiosidade, vale destacar que a pasta número 50-Z-9-41543, que possuía documentos sobre o jornalista, e que pertencia ao DEOPS/SP, não veio quando esse acervo foi transferido para o Arquivo Público do Estado de São Paulo.” In: *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Campinas. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2001, pp. 385-387.

que os frades foram torturados ou que caíram numa armadilha montada pela polícia não eram importantes, pois, na verdade, eles eram “cúmplices de ladrões, assassinos e terroristas”. O autor comentou uma reportagem da revista católica “Hora Presente”, da qual era diretor, e citou a conclusão do artigo: “ ‘o que acaba de acontecer com os dominicanos terroristas (tenham eles traído Marighella – como de fato traíram – ou não) é a consequência lógica dessa política de avestruz que consiste em apegar-se a slogans sobre ‘transformações sociais’, ‘testemunho evangélico’, etc, ... e omitir-se diante dos mais comezinhos deveres do Estado’ ”.²⁴⁷

Nesta época, Lenildo Tabosa Pessoa foi acusado de ter participado do interrogatório dos freis dominicanos e de pertencer aos quadros do DOPS, o que o levou a publicar o seguinte artigo sob o título “Não somos do DOPS”:

“Chegou recentemente a nosso conhecimento que o superior dos dominicanos das Perdizes anda dizendo que os religiosos envolvidos no caso da morte de Marighella foram submetidos a interrogatórios por três pessoas, uma das quais teríamos sido nós, e que o fato é verdadeiro, tanto que foi inclusive mencionado na Auditoria Militar. Por outro lado, recebemos numerosas informações de que nos ambientes da esquerda festiva é dito e sabido que pertencemos aos quadros do DOPS.”

O autor se defendeu:

“O que realmente ocorreu foi que, pouco tempo depois da morte de Marighella, talvez por volta de dezembro do ano passado ou janeiro deste ano..., as autoridades do DOPS convidaram personalidades eclesiais e vários jornalistas para assistirem à apresentação de um ‘video tape’ com o depoimento dos religiosos envolvidos no caso. Como tínhamos comentado várias vezes, em artigos, o clamoroso acontecimento, recebemos também o convite. Considerando um dever de ofício do jornalista examinar sob todos os aspectos possíveis os fatos sobre os quais escreve e não desprezar qualquer fonte de informação, resolvemos aceitá-lo. (...) Uma das autoridades perguntou se gostaríamos de conversar com um deles. Tratando-se do protagonista de um acontecimento sobre o qual várias vezes tínhamos escrito e provavelmente muito escreveríamos ainda, os mesmos motivos que nos levaram a aceitar o convite para ver o ‘video tape’ levaram-nos, com muito maior razão, a responder afirmativamente.”

Tabosa Pessoa afirmou que durante a conversa com o frade, as autoridades do DOPS não permaneceram o tempo todo na sala:

²⁴⁷ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 13/03/1970, p. 4

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Rua Moore Guaranês, 19 - Tel. 236.9123



JULIO MESQUITA (1891 - 1927) JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1949)

Diretor responsável:
RUY MESQUITA

Diretor:
MANGUELO RITTES

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
JULIO DE MESQUITA NETO
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA
RUY MESQUITA
JOAQUIM DOUGLAS
JOSÉ M. HOMEM DE MONTES

SÃO PAULO PERGUNTA

Dados que faltam sobre a Transamazônica

Sr. Alunos do Curso Colegial em Amparo, meus colegas e eu estamos encontrando dificuldade para fazer um trabalho escolar sobre a futura Rodovia Transamazônica, pedido pelo professor de Educação Moral e Cívica. Os dados que conseguimos reunir até agora sobre esse grandioso projeto são insuficientes, embora preciosos; foram colhidos em algumas revistas.

Gostariamos de obter do JT uma síntese ou resumo de tudo o que se relaciona com a Transamazônica. Gostariamos, por exemplo, de saber se são verdadeiras as notícias sobre descobertas de minas de diamantes e outros minerais ao longo do eixo da estrada; de saber como ocorreram essas descobertas, em que situação ficaram as minas, quais as cidades que serão servidas pela estrada, quais os rios que ela atravessará, a quantidade de gente que ajudará a abri-la, o valor da mão-de-obra nela empregada, a duração das obras, o destino que terão os índios que povoam a região, etc. etc. Gostariamos também de obter um mapa, mostrando o traçado exato da rodovia, e, ainda, alguma coisa sobre o projeto de uma segunda Transamazônica, que passaria ao norte do Rio Amazonas.

Agradecemos a sua gentileza e damos os nossos humildes cumprimentos pelo excelente jornal que possui. Desculpemo-nos pelo nosso português e pelas nossas contidas nestas folhas. Obrigado — Renato M. Carlos, Juarez M. Junior, Alvaldo P. Lopes e Luís Caleff, Amparo.

R.: A série de reportagens intitulada "A primeira aventura na Transamazônica", publicada por este jornal em julho passado, foi editada em livro pela "Brasilense", sob o título Transamazônica. O volume contém as reportagens de Fernando Monais e de Ricardo e artigos do prof. Roberto Campos. Caso não se encontre em Amparo, pode ser encomendado à "Editora Brasilense" (Rua Barão de Itapetininga, 99, São Paulo).

Por que os EUA não podem abandonar a liderança

A liderança norte-americana chegou ao seu ponto mais baixo durante toda a história de 35 anos da guerra fria. E verdade que o povo dos Estados Unidos nunca ambicionou ou procurou essa liderança, que lhe foi imposta, quase à sua revelia, pela História e, até, sempre rebotou em acérrida. Na realidade, jamais compreendeu que a grandeza — prosperidade e poder — lhe impõem também graves obrigações e responsabilidades externas e, se tinha qualquer noção sobre a política externa, concebia-a como uma função da política doméstica. Jamais lhe ocorreu a idéia de que a política interna seja uma função da política externa. Todavia, essa idéia tornou-se a principal lei internacional num mundo interdependente como o nosso e sua aceitação voluntária e espontânea é também a condição de qualquer liderança visando a criação ou a defesa dos quadros de um mundo livre e aberto, que é, em teoria, também um ideal norte-americano. Mundo livre e aberto significa a liberdade dos mares e do comércio, o livre intercâmbio de idéias e de mercadorias, a circulação de elites e de mão-de-obra, em escala mundial, horizontal e vertical e, sobretudo, a livre competição, que é a essência e a alma do capitalismo e do neo-capitalismo, não apenas dentro de um país, mas também entre todos os países do mundo. As barreiras alfandegárias excessivas, erguidas pelo protecionismo — principalmente nos países plenamente desenvolvidos — são produto de um mundo já superado pelo capitalismo democrático: o mundo do mercantilismo, sistema econômico das monarquias absolutas que precederam a Revolução Democrática, na França e nos Estados Unidos. Isolacionismo e neo-isolacionismo, por um lado, e a idéia de um mundo livre e aberto, por outro lado, são tendências contraditórias e os Estados Unidos, nas vésperas do 200.

aniversário da sua independência, devem suplicar, afinal, suas contradições básicas.

Essas contradições foram superadas, periodicamente, nos momentos de grave crise mundial que, graças ao desafio que representaram, forçaram uma liderança à altura da missão norte-americana. Pensamos em Woodrow Wilson, Franklin Roosevelt, Harry Truman e, ultimamente, John Kennedy. As lideranças fortes, dispostas de grande força de persuasão e mesmo por meio de artimanhas e criando fatos consumados, encheram a lacuna deixada pela ausência de líderes no mundo. Hoje, porém, os Estados Unidos se encontram numa forte crise de confiança, sofrendo também as nefastas consequências da falta de liderança adequada para execução das tarefas do atual momento histórico. Não pense o povo dos Estados Unidos que pode retirar-se impunemente para o "neo-isolacionismo capitalista", libertando-se pelo menos parcialmente do pesado ônus econômico e militar das suas responsabilidades externas. Se entregasse à prática de egoísmo nacional, estreito e contraproducente, no espírito do protecionismo mercantilista, será não apenas abandonado pelos seus melhores e mais provados amigos, como os países da Europa Ocidental, o Japão e — "not but not least" — o Brasil, mas também aliado das repúblicas detidas seus melhores e mais tradicionais amigos e aliados, que o colocaram numa posição de isolamento que absolutamente não deseja.

Não se trata de uma ameaça, mas sim de uma previsão, a previsão de uma guerra comercial mundial que certamente explodirá, com fatais consequências tanto para os Estados Unidos como para o sistema do mundo livre e aberto. A lei protecionista, restringindo as importações e favorecendo a produção dos Estados Unidos, é sempre mais sensível aos interesses regionais e provinciais e aos propósitos eleitorais que, no caso, mesmo os democratas sulistas e os grupos de pressão econômica de tendência republicana, os quais, por meio dessa legislação, egoísta e protecionista, alegam querer servir os interesses de sua região ou estado. Na realidade, com esta legislação não serão servidos nem o povo norte-americano, nem a causa da recuperação do Brasil, mas sim os interesses da União Soviética, que poderá contemplar com braços cruzados e com regozijo a guerra comercial entre os países do mundo livre e dela tirar amplo proveito. A União Soviética poderá auferir benefícios dessa situação, mesmo em prejuízo da sua economia, pois seu ponto de vista é predominantemente político, já que sabe que os países da política poderão recompensá-la pelos prejuízos que sua economia poderia sofrer momentaneamente. Por isso, não deixamos de alimentar esperanças de que o Senado e o Executivo ainda poderão impedir a promulgação da lei protecionista aprovada pela Câmara dos Deputados. O Senado, de visões um pouco mais amplas, peritosa da responsabilidade do presidente pela orientação da política externa. Como também se nos dá, ou pelo menos queremos supor que, em último caso, o presidente levará em conta os interesses nacionais, vetando, conforme, aliás, prometeu, a lei. Além disso, esperamos que o funcionalismo de carreira do Departamento do Estado, do Departamento do Comércio e do Departamento da Agricultura, joguem todo o peso da sua autoridade competente para impedir que as discreditações comerciais e as restrições alfandegárias promovam uma autêntica guerra comercial e uma crise econômica de consequências mundiais semelhante à que abalou os Estados Unidos, a Europa e o resto do mundo por volta dos anos de 1930, em parte em consequência do famigerado "Smoot-Hawley Tariff Act" de igual teor protecionista.

As reações européias — inglesas e alemãs — dão a entender que os países da Europa Ocidental passarão a aplicar represálias, que, como a própria lei protecionista, prejudicarão, em primeiro lugar, os consumidores norte-americanos. Flores serão as consequências, no entanto, nos países do Terceiro Mundo, na América Latina e, sobretudo, no Brasil, tanto mais quanto os Estados Unidos se comprometeram com o princípio "comércio e não ajuda" ("trade not aid"). No resumo espírito protecionista já foi enfraquecido o Acordo Internacional do Café, que representa o principal fator de equilíbrio do balanço de pagamentos de 30 países da América Latina e da África, e, em primeiro lugar, do Brasil, potência-chave do Hemisfério ocidental continental. Não se pode esquecer, porém, que a principal fonte de recursos para financiar a importação dos bens de equipamento, indispensáveis para a industrialização e desenvolvimento desses países. Talvez os patrocinadores da lei protecionista, em sua ignorância, e estreita mental, desconheciam os riscos que seu país e o mundo livre correrão se ela entrar em vigor, de forma que as responsabilidades históricas pelas consequências fatais que terá caberão ao Senado e ao Executivo, principalmente ao presidente Nixon, que no momento jogá seu nome na História.

Não somos do DOPS

Lenildo Tabosa Pessoa

Chegou recentemente a nosso conhecimento que o superior dos dominicanos das Perdizes anda dizendo que os comunistas são aconselhados a aceitar a colaboração de Efraim ou até de acordos, ocultando totalmente a própria anti-religiosidade, mas sempre tendo em vista os interesses do comunismo e não os da religião. O frade limitava-se a observar, entretanto, que acreditara em Marighela.

Perguntemos-lhe, então, como se sentia, como religioso, perante o drama das circunstâncias que ajudava a jogar na ofrandade. Observos que se tratava de fato realmente doloroso, que achava, todavia, dever aceitar, com vistas ao fim superior pelo qual lutava. Finalmente, perguntemos-lhe como se sentia, como religioso, perante a traição cometida contra o próprio Marighela, no qual dizia ter acreditado, atirando-o numa armadilha mortal. Visivelmente perturbado, o frade disse que se tratava de um acontecimento ainda recente que o perturbava muito e sobre o qual muito tinha ainda que refletir, pelo que não se sentia em condições de responder.

Toda a nossa conversa girou em torno desses assuntos e da luta pela reforma das sociedades por meios violentos ou não-violentos. Não sabemos se o próprio frade espalhou depois a notícia de que o tínhamos submetido a um interrogatório ou se a afirmação foi, uma genial invenção de seus superiores. Quem quer que tenha sido seu autor, contudo, com um mínimo de honestidade ter-lhe-ia sido possível analisar os fatos sem qualquer equívoco.

Com efeito, ao conduzirem o religioso ao local onde nos encontramos, as próprias autoridades do DOPS disseram-lhe clara e explicitamente que não se encontrava em um interrogatório mas em uma simples conversa. Além do mais, faltaram as nossas conversas as características essenciais a qualquer interrogatório. Não havia no local qualquer escrívão e o religioso não teve que assinar qualquer declaração, pois suas palavras simplesmente não foram escritas. Durante toda a conversa não lhe fizemos uma só pergunta sobre os outros religiosos envolvidos no caso, ou sobre qualquer outro cúmplice, e nem sequer sobre qualquer ato concreto de terrorismo para cuja execução ele tenha dado sua colaboração. A conversa desenvolveu-se em torno de princípios e não de fatos concretos e foi inspirada pela curiosidade profissional de um jornalista, católico, que queria, portanto, saber de conhecer um religioso pós-conciliar e terrorista. Os assuntos discutidos nem sequer poderiam interessar à Justiça civil ou militar, pois não lhe compete julgar a coerência das atitudes; de quem quer que seja com seu "status" de religioso; mas sua conduta perante as leis do Estado.

Assim, o meu reverendíssimo superior das Perdizes exagera ao divulgar sua "verdade" baseada no critério filosófico discutido na Auditoria Militar, em primeiro lugar porque nem a maior boa vontade seria suficiente para caracterizar nossa conversa com o frade, como interrogatório e, em segundo lugar, porque, se isso fosse possível, os condutores do interrogatório teriam sido mais de três, pois também alguns eminentes peritos e autoridades dominicanas conversaram também com o religioso preso.

Como depois dos fatos descritos não mais voltamos ao DOPS, acreditamos que também não incluído no quadro de seus funcionários tenha origem na conversa com o frade.

Vem ao caso, porém, perguntar ao meu reverendíssimo irmão de hábito de Torquemada e aos prezados amigos da esquerda direita se lhes seria necessário compreender tão usados atos de fantasia se sua "causa" pudesse ser defendida com meios mais sérios e mais honestos.

SÃO PAULO PERGUNTA

Resposta a um leitor, sobre o prefeito Maluf

Sr.: Sendo leitor assíduo do JT, que não me dá tempo de fazer uma crítica ou de receber uma resposta a respeito, eu gostaria de saber se o senhor não quer responder através do Jornal da Tarde, sobre o assunto que trata o artigo publicado no dia 17 de outubro, sob o título "Maluf, o prefeito que não responde". Não vejo outro jornal além do Jornal da Tarde, sinto-me, portanto, obrigado a pedir uma resposta ao leitor que me escreveu.

o que realmente aconteceu? Mostro-me as outras versões na Prefeitura, que existem, mas não sei se o superior dos dominicanos não se enganou ao afirmar que os comunistas são aconselhados a aceitar a colaboração de Efraim ou até de acordos, ocultando totalmente a própria anti-religiosidade, mas sempre tendo em vista os interesses do comunismo e não os da religião. O frade limitava-se a observar, entretanto, que acreditara em Marighela.

R.: Não há, sr. Antônio, nenhuma brecha pessoal e nem há nenhuma distorção no meu jornal predileto. Não me fez erro. Apropriedade a resposta — Antônio Almeida de Silva, Capital.

R.: Não há, sr. Antônio, nenhuma brecha pessoal e nem há nenhuma distorção no meu jornal predileto. Não me fez erro. Apropriedade a resposta — Antônio Almeida de Silva, Capital.

o que realmente aconteceu? Mostro-me as outras versões na Prefeitura, que existem, mas não sei se o superior dos dominicanos não se enganou ao afirmar que os comunistas são aconselhados a aceitar a colaboração de Efraim ou até de acordos, ocultando totalmente a própria anti-religiosidade, mas sempre tendo em vista os interesses do comunismo e não os da religião. O frade limitava-se a observar, entretanto, que acreditara em Marighela.

“Dissemos ao frade que poderíamos até entender que ele tivesse considerado acertado ‘engajar-se’ no terrorismo, mas que seria difícil compreender que o tivesse feito como religioso, sem antes se desligar de sua Ordem... (...)”

Finalmente, perguntando-lhe como se sentia, como religioso, perante a traição cometida contra o próprio Marighella, no qual dizia ter acreditado, atraindo-o a uma armadilha mortal. Visivelmente perturbado, o frade disse que se tratava de um acontecimento ainda recente que o perturbava muito e sobre o qual muito tinha ainda que refletir, pelo que não se sentia em condições de responder.

Toda a nossa conversa girou em torno desses assuntos e da luta pela reforma das sociedades por seus superiores”.

O jornalista ainda informou que esta conversa não teve a utilização de meios violentos:

“Não sabemos se o próprio frade espalhou depois a notícia de que o tínhamos submetido a um interrogatório ou se tal afirmação foi uma genial invenção de interrogatório pois não tinha a presença de um escrivão e o frade não teve que assinar qualquer declaração. Além disso, as próprias autoridades do DOPS informaram ao frade que se tratava apenas de uma conversa. Assim, o mui reverendíssimo superior das Perdizes exagera ao divulgar sua ‘verdade’ baseada no critério filosófico decisivo da Auditoria Militar... Como depois dos fatos descritos não mais voltamos ao DOPS, acreditamos que também nossa inclusão no quadro de seus funcionários tenha origem na conversa com o frade”.²⁴⁸

Tabosa Pessoa novamente defendeu-se da acusação de ter participado do interrogatório aos frades dominicanos no “caso Marighella”:

“Em seu número de 15 de novembro de 1970, a revista ‘católica’ francesa *Informations Catholiques Internationales*, tratando das costumeiras torturas dos frades durante as quais os policiais teriam usado vestes litúrgicas, escrevia: ‘E se descobriu – detalhe muito estranho – que o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, bem conhecido por suas opiniões católicas entreguistas e pelo furor de suas campanhas contra os dominicanos em *O Estado de S. Paulo* (sic) e o *Jornal da Tarde*, tinha participado uma vez do interrogatório de um dos acusados na fase de investigação que se seguiu à morte de Marighella, quando os presos estavam incomunicáveis’ ”.

(...) “Um mês depois em seu número de dezembro de 1970, a revista italiana *Famiglia Mese*, dos padres paulinos, falando das mesmas costumeiras torturas e citando o mesmo particular do uso de vestes litúrgicas pelos policiais, escrevia: ‘Particularmente grave parece a revelação de um acusado, que reconheceu em uma das pessoas que assistiam às torturas o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, conhecido por sua posição intransigente em relação a qualquer reforma e por suas furiosas campanhas de imprensa contra os dominicanos’ ”.

O jornalista defendeu-se dizendo, ironicamente, que estas acusações eram fantasiosas e que na próxima versão ele poderia ser apresentado não mais como um mero

²⁴⁸ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 23/11/1970, p. 4.

espectador, mas talvez como o torturador-chefe, “ou talvez já tenhamos até matado os reverendíssimos padres”.²⁴⁹

Na versão de Frei Betto:

“Funcionava no DOPS a Delegacia de Cultos, dirigida pelo delegado Alcides Cintra Bueno, que interrogava todos os religiosos e padres presos. (...) Num sábado levaram você, Fernando, para tomar banho e fazer a barba, o que o deixou inquieto. Não era hábito esse asseio antes de depor, mas logo depois os investigadores o conduziram à sala do delegado Cintra Bueno. (...) O recinto era espaçoso, e você ficou junto à porta, o delegado de culto à sua direita, o diretor do DOPS, Benedito Nunes, à frente. À sua esquerda, obliquamente, a luz tênue de um abajur não o deixava ver o rosto da terceira pessoa, enquanto os dois delegados faziam perguntas a respeito de sua vida religiosa...(...)

Após certo tempo, o estranho personagem escondido na sombra passou, também, a interrogá-lo, com um jeito prepotente de dizer as coisas, o sotaque nordestino ansioso, a fala corrida, o tom magoado e desafiador, o que lhe permitiu identificar a voz. Você o conhecia da televisão, ao que fixou a vista e confirmou a presença do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, do *Jornal da Tarde*, ex-seminarista, agora crítico amargo da Igreja. Você não sabia que ele era assim tão amigo dos órgãos de segurança, a ponto de se dar ao luxo de tirar um preso político da cela, em pleno regime de incomunicabilidade, para saciar sua curiosidade inquisitorial, fazendo-lhe indagações ‘teológicas’, querendo aferir-lhe a ortodoxia católica. Você só se recusava a responder quando ele passava a fatos concretos, como se fosse um delegado de polícia, interessado em saber se vocês fizeram isto ou aquilo”.²⁵⁰

O jornalista de Percival de Souza também falou sobre as ligações entre o delegado Alcides Cintra Bueno Filho, o *Porquinho*, e Tabosa Pessoa:

“...se alguém morria, em combate ou em tortura, era sempre ele (Alcides Cintra Bueno Filho) o primeiro a chegar para definir, somente ele, o que fazer. O delegado coveiro, o delegado dos sepultamentos clandestinos, ...o delegado católico que rezava e comungava, que tinha amigos do clero conservador, que odiava os progressistas.

Quando teve os padres dominicanos nas mãos, convidou o teólogo-jornalista Lenildo Tabosa Pessoa para ler o conteúdo das apurações preliminares e ajudá-lo nas perguntas fundamentais que pudessem compromete-los na contradição que considerava flagrante: professar o cristianismo e engajar-se na esquerda que empunhava armas. O homem que seria capaz de sumir com corpos sem deixar vestígios teve habilidade para ocultar as sombras e receber Lenildo, um pernambucano de Caruaru, introduzindo-o no casarão sem maiores conseqüências. Um dos padres, contudo, viu Lenildo no momento de descuido. (...) Lenildo chegou num carro fechado e saiu do DOPS da mesma forma. Foi acusado pelos padres de participar diretamente dos interrogatórios.”²⁵¹

²⁴⁹ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 26/07/1971, p. 4. Conforme Elio Gaspari, “católicos ultraromanos estavam colaborando com o DOPS na estruturação dos interrogatórios dos religiosos. Lenildo Tabosa Pessoa, ex-seminarista, diretor da revista *Hora Presente*, audacioso porta-voz do conservadorismo e editorialista do *Jornal da Tarde*, foi visto no DOPS por um dos dominicanos presos. Dois delegados da equipe de Fleury confirmaram ao repórter Percival de Souza que a polícia era assessorada pelo radicalismo tridentino. Havia uma relação entre o clero de esquerda e o marighellismo, mas também havia uma associação entre a militância católica de direita e o porão.” In: *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 269.

²⁵⁰ Frei Betto, op. cit., p. 228-229.

²⁵¹ Percival de Souza. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, pp. 181-185.

Nesta mesma direção, temos o depoimento de João Valença, frei dominicano que abandonou seu sacerdócio ainda na ditadura, preso e torturado junto com outros freis no período de perseguição à Marighella:

“(O delegado) Cintra Bueno precisa ter sua memória resgatada como um dos fenômenos aberrantes da ditadura. Sua sala era o epicentro da comunidade de informação ligada à Igreja e vimos vários religiosos adentrarem no seu recinto para levar informações. Sempre estava rodeado de militantes da TFP (Tradição, Família e Propriedade)... Era o Cintra Bueno que nomeava os padres que seriam capelães militares. Todos com forte ideologia de direita e que andavam nos cárceres, alheios às torturas e misérias e injustiças; procurando desajudar as pessoas presas e torturadas. (...) Ligado a Cintra Bueno estava o assessor e articulista d’*O Estado de S. Paulo*, Lenildo Tabosa Pessoa... Um dia alguns dos nossos foram chamados sob a ordem do diretor geral do DOPS para ser inquiridos pelo inquisidor Lenildo. Começou a nos interrogar sobre, exclusivamente, a doutrina social da Igreja, para nos mostrar que éramos contrários ao pensamento social da Igreja. Sua argumentação parava no tempo, no século passado e negava todos os documentos a partir de João XXIII. Fixava mais em Leão XII e Pio XII. Os frades se recusaram terminantemente a responder qualquer pergunta. Somente o padre Marcelo Cavalheira (hoje bispo) perdeu seu tempo argumentando com Lenildo e contrapondo com textos mais recentes do Vaticano. Isto é muito importante relatar porque mostra como a mídia na época desejava desvirtuar e nos condenar pelo trabalho de militância que realizamos e ao mesmo tempo silenciar os dominicanos e a Igreja de São Paulo”.²⁵²

Lenildo Tabosa Pessoa foi um exemplo de “jornalista colaboracionista”, expressão usada pela historiadora Beatriz Kushnir em sua análise da prática da censura durante a ditadura militar brasileira. Neste estudo, a autora mostrou a existência de jornalistas que foram censores federais e, também, de policiais que exerceram a função de jornalistas nas redações dos jornais.²⁵³ “Havia a idéia quixotesca de que o jornalista, mesmo no período do pós-64, usou os jornais como uma frente de resistência, mas isso só ocorreu fortemente na imprensa alternativa, não na grande imprensa como um todo... Escrevendo nos jornais ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, os jornalistas colaboraram com o sistema autoritário implementado naquele período”.²⁵⁴ No caso de Lenildo Tabosa Pessoa, além de seus artigos demonstrarem total apoio ao regime e à suas medidas, o jornalista também foi acusado de pertencer aos quadros de funcionários do DOPS e de colaborar financeiramente com a tortura.²⁵⁵ O jornalista Fernando Portela, que trabalhava no *Jornal da Tarde* nesta mesma época, disse não acreditar nestas acusações. Segundo Portela, a ligação de Lenildo Tabosa Pessoa com o regime era somente no campo das idéias, pois ele era, na sua

²⁵² João Valença. “Uma história do tempo da ditadura”. In: www.torturanuncamais.org.br/mtnm-pub/pub-ensaios/pub-ens-valenca1b.htm

²⁵³ Beatriz Kushnir. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, op. cit.

²⁵⁴ Entrevista de Beatriz Kushnir inserida no artigo “Censurou, virou manchete – estudo revela que jornalistas ajudaram a ditadura a calar a mídia”. In: www.revistapesquisa.fapesp.br.

²⁵⁵ Esta denúncia pode ser conferida no site www.fpabramo.org.br/especiais/anistia/v/%c3%ADtimas/estudo-tort6.htm

definição, um intelectual. O jornalista afirmou que não concordava com o que ele escrevia, mas achava as incursões do conservadorismo estimulantes para levantar o debate dentro do próprio jornal.²⁵⁶

O exemplo do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa serve para mostrar como a grande imprensa, além de ter sido conivente, endossava as atitudes do regime, inclusive em relação à questão do não respeito aos direitos humanos. Muitos jornais, hoje em dia, entre eles *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, possuem um discurso de resistência frente à ditadura, mas esta resistência deve ser relativizada, mesmo na época em que sofreram censura prévia, como veremos no próximo capítulo. A “voz do regime”, estampada no *Jornal da Tarde* por meio das matérias de Tabosa Pessoa, significava uma aproximação entre ambos muito estreita, inclusive porque o jornalista recebia informações privilegiadas, demonstradas pela sua ligação com o delegado Cintra Bueno e, com isso, poderia transmitir a visão oficial dos fatos, o que interessava aos militares.

Neste mesmo período, no entanto, um exemplo de crítica ao regime realizado por ambos os jornais do grupo S. A. O Estado de S. Paulo foi em relação ao Esquadrão da Morte. O Esquadrão era um grupo de exterminadores formado dentro da própria polícia, presente em diferentes regiões do país, mas mais conhecido em São Paulo devido à liderança do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Ele era responsável pela chacina de indivíduos considerados bandidos, condenados à morte pelo “tribunal policial”, por suas ligações com crimes variados. O grupo do delegado Fleury também se tornou notório pelas torturas e mortes dos presos políticos em nome da segurança nacional.

O repórter de assuntos policiais do *JT*, Percival de Souza, publicou uma reportagem intitulada “Um alívio para Fleury e seus amigos” demonstrando que, “por motivos de técnica processual, dificilmente seria atendido o pedido de prisão preventiva para alguns policiais acusados de pertencer ao Esquadrão da Morte, inclusive o delegado Sérgio Fleury” e, devido a esta reportagem, “teve que prestar depoimento no Serviço de Ordem Política e Social do Departamento de Polícia Federal, em inquérito aberto para averiguar infração da Lei de Segurança Nacional”.²⁵⁷ A matéria foi ilustrada com uma foto de Fleury num baile de carnaval. O jornalista, chamado para interrogatório,

²⁵⁶ Entrevista de Fernando Portela à autora por telefone em 30/07/2002.

²⁵⁷ Paolo Marconi. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 95.

“... e perguntado sobre quem era o responsável pela edição da matéria, revelou que se tratava do editor Fernando Portela, também imediatamente intimado. Portela disse não se lembrar de quem havia elaborado o fechamento jornalístico daquela página. Teve prazo de uma semana para pesquisar, descobrir e informar. No prazo estipulado, conforme fora combinado desde o começo na redação, Portela fez a revelação que embarçou os policiais federais encarregados de apurar aquele atentado de imprensa à segurança nacional: tinha sido o jornalista Ruy Mesquita, diretor do jornal, ‘trabalhando excepcionalmente na redação’. Com uma verdadeira bomba nas mãos, o diretor do *Jornal da Tarde* assumiu a responsabilidade pessoal pela edição da página, enfatizando que o Esquadrão era uma nódoa para o Brasil. O processo acabou sendo arquivado. Antes dele, todas as entidades da classe da Polícia Civil haviam se reunido para intimidar o jornalista e o jornal, na defesa do Esquadrão. Foi em setembro de 1970.”²⁵⁸

Fernando Portela afirmou que o processo foi arquivado devido ao respeito que a família Mesquita possuía junto aos militares.²⁵⁹

Tanto o *JT* quanto *OESP* criticavam o Esquadrão da Morte, conhecido na época como o “poder paralelo” dentro da polícia que desafiava, julgava e condenava os criminosos à revelia dos órgãos de justiça. A família Mesquita ficou ao lado do Procurador da Justiça, Hélio Bicudo, também jornalista do *JT* e de *OESP* e comandante de uma luta incessante contra o Esquadrão até ser afastado do cargo pelos militares²⁶⁰:

“Agredindo ao sr. Hélio Pereira Bicudo, o sr. Oswaldo Muller da Silva deixou transparecer que esse, sim, é o ‘esforço governamental’ que a atual administração vem realizando em relação ao Esquadrão – não para acabar com ele, mas para poupar seus principais cabeças, através da desaceleração, já conseguida, dos processos punitivos.

Sem nenhuma necessidade, o sr. Muller da Silva investiu contra o cidadão que redimiu o Ministério Público da pecha de omissor, prestando um grande serviço a São Paulo e ao bom nome do próprio Brasil...

Se é esse o espírito do justiça do secretário, vai muito mal a Secretaria da Justiça.”²⁶¹

O Esquadrão recebia apoio do governador de São Paulo, Abreu Sodré, de vários membros da alta hierarquia militar e de quadros do Ministério Público. Mesmo quando condenados, os componentes do Esquadrão recebiam regalias.²⁶²

²⁵⁸ Percival de Souza, op. cit., p. 241. Esta mesma história foi contada pelo jornalista Fernando Portela em entrevista à autora por telefone em 30/07/2002.

²⁵⁹ Entrevista concedida à autora por telefone em 30/07/2002.

²⁶⁰ A biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury e suas ligações com o Esquadrão da Morte encontram-se no livro do jornalista Percival de Souza, *Autópsia do Medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

²⁶¹ *Jornal da Tarde*, 22/12/1971, p. 4.

²⁶² Hélio Bicudo conta sua experiência na luta contra o Esquadrão no livro *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

Além da caçada aos bandidos comuns, na “caçada aos subversivos” ficava evidente a superioridade dos militares frente às organizações de esquerda armada. Além disso, a atuação dos órgãos de segurança não se restringiu à busca de oponentes clandestinos ao regime, mas também à sociedade em geral e todos passaram a ser suspeitos. Esta questão tornou-se preocupante para o colunista do *JT*:

“...o gênero de atividades a que se entregam esses energúmenos, em sua maioria saídos da juventude universitária, está a demonstrar que eles não são uma enorme multidão, mas uma minoria que se organiza em pequenos grupos, e que somente se interessa pelas ações de eficiência prática imediata, embora de pouca ou nenhuma significação realmente política”.

Neste editorial, o autor constatou a superioridade das Forças Armadas frente a estas organizações e, por isso, segundo ele, a “subversão” não justificava a imposição de leis repressivas que atingiam a população como um todo:

“Se as autoridades, para reprimir os terroristas, não encontram outra idéia senão a de gerar um super-terror em face do qual cada cidadão é levado a encolher-se em seu canto, para não chamar a atenção, o que se vai conseguir é consolidar e ampliar o vazio já instalado entre o governo e o povo”.²⁶³

O cerco à liberdade de pensamento e de imprensa acompanhou o acirramento da perseguição aos opositores do regime. Em fevereiro de 1970, o presidente Médici estabeleceu o decreto-lei nº 1077, instituindo a censura prévia no país, o que gerou o protesto do jornal:

“No fundo, o que está marcando o período difícil que a nação atravessa é, principalmente, o desprezo das autoridades em geral, das federais às estaduais e municipais, em relação à opinião pública, sobretudo aquela que sempre permaneceu mais atenta, pretendendo legitimamente influir na orientação dos governos.

Essa portaria que acaba de ser baixada pelo ministro da Justiça, sobre pornografia e erotismo é, a tal respeito, profundamente ilustrativa. Ignora os fatos, isto é, que as manifestações, ora condenadas, são o resultado de situações profundamente arraigadas no meio social...” (E essas situações) “não serão jamais extirpadas por determinações meramente formais dos detentores do poder. (...) Pessimamente redigida, ela aponta para as revistas, chamando-as de publicações periódicas – acertando inadvertidamente os jornais, e isso em pontos que eles não foram visados. (...) Não há dúvida de que existem abusos. Estes, porém, poderão ser coibidos, com punição de seus responsáveis, sem necessidade de congelamento da Magna Carta. (...) Infelizmente, porém, o gosto da ilegalidade já contaminou muito paladar que se imaginava depurado e educado”.²⁶⁴

²⁶³ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 07/01/1970, p. 4.

²⁶⁴ *Jornal da Tarde*, 13/02/70, p. 4. “ O decreto-lei nº 1077/70 se autodefine no seu segundo artigo, ao deliberar que caberá ao ministro da Justiça, ‘(...) verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de

Note-se que o editorialista clama pela legitimidade da opinião pública (leia-se a imprensa enquanto sua porta-voz) em “influir na orientação dos governos”. Isto porque as notícias e reportagens publicadas pela imprensa influenciam as políticas governamentais de forma significativa. A mídia pode exercer o poder de alterar políticas públicas e ao mesmo tempo é responsável por divulgar as decisões governamentais.²⁶⁵ Com a censura, este papel ficava abalado.

Nesta época, Julio de Mesquita Neto, diretor de *O Estado de S. Paulo*, passou a denunciar, na Associação Interamericana de Imprensa, a falta de liberdade de imprensa no Brasil. *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* não possuíam censores em suas redações e, por isso, ainda podiam publicar sobre o assunto:

“O leitor...pode, ao cabo, indagar, perplexo: mas, se não há liberdade de imprensa no Brasil, como é que os jornais podem denunciar esse fato? Se não existisse mesmo liberdade, não seriam as matérias dos jornais examinadas precedentemente por censores, de modo a que não publicassem nada capaz de desagradar ao governo – a começar pela denúncia da inexistência da liberdade de imprensa?”.

Para responder a esta questão, o editorialista explicou que isso ocorria porque não existia nas redações dos jornais um censor oficial para examinar previamente as matérias a serem publicadas: “O processo adotado é o indireto, e se exerce através da intimidação. Periodicamente os diretores de jornais recebem, de diferentes autoridades, ou pessoas que se atribuem essa autoridade, relações de assuntos que não devem ser noticiados ou comentados”.²⁶⁶

Arnaldo Pedroso d’Horta continuou criticando a censura ao falar sobre a Lei de Imprensa:

“...esta, entre as muitas medidas que tomou para intimidar os jornalistas, restringir a sua liberdade e aumentar os riscos do exercício da profissão, inclui a diabólica determinação em virtude da qual os diretores dos jornais respondem solidariamente pelas opiniões expressas nos artigos assinados por outrem. Isso acarreta um duplo constrangimento: o diretor do jornal é

livros e periódicos, a existência de matéria infringente’ à moral e aos bons costumes em qualquer meio de comunicação, cabendo ao DPF (Departamento de Polícia Federal) a execução dessa tarefa. Ao apontar um árbitro, o ministro da Justiça no 1077/70, parece iluminar uma instância superior reguladora de qualquer desmando, um *locus* apaziguador que impedisse descalabro. Talvez essa não seja a melhor leitura. Creio que, no fundo, o que o decreto esclarece é que quem dita as regras de censura é o ministro da Justiça. Portanto, censura é uma questão de Estado, com atuação de polícia na execução das medidas.” Beatriz Kushnir. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, op. cit., p. 118.

²⁶⁵ Robert M. Entman. *Democracy without citizens – media and the decay of American Politics*. New York: Oxford University Press, 1989, pp. 3-4.

²⁶⁶ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 05/11/1970, p. 4.

levado a exercer a função de censor das colaborações que se publicam em seu jornal, e que antes ele podia permitir que saíssem livremente, ainda quando discordasse das idéias de um colaborador cuja opinião divergente lhe merecesse respeito; e o colaborador é de seu lado estimulado a autocensurar-se, seja para que aquilo escreve possa merecer a aprovação prévia da direção do jornal, antes da publicação, seja para, eventualmente, não arrastar num processo o diretor que sabe não participar da sua opinião sobre o assunto”.

E concluiu:

“...para melhor garantir a segurança nacional contra a infiltração comunista, compele-se o jornalismo a dar um passo e mais outro passo no sentido do modelo da imprensa dos países totalitários, inclusive os comunistas”.²⁶⁷

A censura, aplicada aos jornais em nome da segurança nacional, aproximava o Brasil dos países comunistas, conforme o editorial. E isto nos leva a pensar que, caso não houvesse censura, o *JT* continuaria a apoiar plenamente os militares, visto que a ditadura em si e suas “realizações” no campo econômico e no controle da oposição não estavam sendo questionadas.

Além da censura, a imprensa também foi atingida pela ditadura por meio de perseguições, prisões e até mesmo tortura de jornalistas. O *JT* protestou contra violências sofridas por um jornalista numa delegacia de polícia:

“O caso teve ampla divulgação pelo motivo de que... o ofendido é jornalista. Outros porém sofrem violências iguais ou ainda piores e não logram providências. Muitos são os que preferem se calar, com receio de conseqüências ainda piores. Só alguns poucos conseguem apoio superior, para investigações dos fatos e punição dos culpados.

Comentando o ocorrido, queremos salientar que o fazemos porque ele traduz uma mentalidade que vem ganhando terreno em conseqüência da impunidade. As autoridades superiores raramente tomam conhecimento do que se passa nos escalões inferiores, a não ser quando a imprensa torna públicas as denúncias. (...) As leis de exceção sob as quais vivemos contêm determinações diante das quais os cidadãos estão praticamente desarmados. Será que isso não é o suficiente? Afinal, o jogo aqui ainda tem regras, embora as regras sejam duras demais para quem não é autoridade”.²⁶⁸

Apesar da denúncia de tortura, o editorial associava a sua prática a um desvio dos baixos escalões militares. No entanto, os altos escalões estavam cientes do que ocorria nos porões da ditadura. Como exemplo, o ex-presidente, Ernesto Geisel, admitiu concordar com a tortura como maneira de adquirir informações dos prisioneiros. “Acho que a tortura, em certos caos, torna-se necessária, para obter confissões.”²⁶⁹ Outra questão a ser destacada

²⁶⁷ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 11/11/1970, p. 4.

²⁶⁸ *Jornal da Tarde*, 02/12/1970, p. 4.

²⁶⁹ Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 225.

é a constatação do editorialista de que o caso citado só teve repercussão justamente por ele ser jornalista. O que acontecia, na maioria dos casos, é que torturas ou mortes de prisioneiros políticos eram divulgadas, pela grande imprensa em geral, de acordo com a versão oficial do governo. Os familiares das vítimas não possuíam espaço nestes órgãos para desmentir o ocorrido e darem a sua versão dos fatos. Isto porque, além da censura, os jornais da grande imprensa eram contra o movimento armado de oposição à ditadura e, nos casos de morte sob tortura dos presos políticos, a visão oficial prevalecia na publicação.

Nos casos da censura e da tortura do jornalista, o *JT* assumiu a defesa da própria causa. Quando o regime militar passou a violar o território sagrado das redações de jornais, a ditadura passou a ser passível de crítica e o Estado de Direito desejável novamente.

No entanto, a defesa da imprensa e de jornalistas dava-se em relação à imprensa considerada responsável. Já com a imprensa alternativa não havia problema, o governo poderia utilizar as suas leis autoritárias e fechar os jornais. Mesmo não concordando com a linha ideológica de um dos jornais alternativos mais importantes durante a ditadura, *O Pasquim*, o editorialista considerava errada a prisão arbitrária de seus jornalistas:²⁷⁰

“Porque o Executivo, se quisesse – todo poderoso que é – poderia simplesmente fechar o jornal. Seria um erro menor do que esse de promover os jornalistas que nele trabalham, acreditando que os está intimidando. (...) Quanto aos jornalistas, que estão sofrendo uma violência, conseguiram, com a cadeia, aquilo que queriam com o jornal. A falha de raciocínio está justamente nesse ponto, pois esses homens são experimentados, sabem o que querem e não ignoram que estão sendo promovidos, senão a heróis, pelo menos quase a mártires, e isso pelo ‘crime’ de procurarem divertir os leitores com alfinetadas nos poderosos do momento”.²⁷¹

Como podemos perceber, a defesa da liberdade de imprensa pelo *JT* deve ser relativizada, pois esta era uma defesa seletiva. Além disso, muitas vezes, o *JT* associava a falta de liberdade à “má conduta” de alguns meios de comunicação. Neste sentido, as suas punições não deveriam ser estendidas aos jornais “responsáveis”:

²⁷⁰ “O controle dos principais órgãos de comunicação fez florescer uma imprensa alternativa, denominada “nanica”. Os dois semanários impressos em papel jornal que mais se destacavam, *O Pasquim* e *Opinião* (lançado no final de 1972), vendiam em torno de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas. Era uma circulação superior às das revistas *Veja* e *Manchete* somadas. Podiam ser frugais, não nanicos. Deram ao debate cultural uma inédita característica renovadora. O príncipe e precursor desse fenômeno fora *O Pasquim*. Lançado em junho de 1969 com uma tiragem de 28 mil exemplares, chegara a 250 mil em seis meses”. Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., p. 219.

²⁷¹ *Jornal da Tarde*, 03/12/1970, p. 4.

“Em países onde... há grupos que nutrem pouca simpatia pela imprensa livre, a conduta irresponsável dos jornais pode apenas dar-lhes um argumento muito forte para restringirem a própria liberdade de expressão. O fato é que, no Chile, no Peru e em outros países, mesmo no nosso, muitos jornais poderiam ser fechados pelos governos interessados em fazê-lo sem recurso a medidas arbitrárias, apenas apelando para a justiça. Como em muitos outros casos, a conduta desses jornais prejudica os que pautam sua conduta por normas diferentes, e prejudica sobretudo, a luta pela liberdade de imprensa na qual o crime mais eficiente é, sem dúvida, a autoridade para atacar os que a suprimem”.²⁷²

Mesmo neste cenário de crítica seletiva da liberdade de imprensa, o *JT* encerrou o ano de 1970 otimista e com uma sugestiva manchete de primeira página: “1971: Deixamos a inflação para trás”. Os dizeres que complementavam esta manchete informavam que 1971 seria um ano de bom crescimento da economia e de preços menos acelerados, o que provocaria uma inflação menor. Os fatores que permitiam fazer esta suposição eram a perspectiva de boas safras, a reforma tarifária (que iria começar a ser implementada naquele mês) e os incentivos para o aumento da produtividade industrial.²⁷³

No entanto, as organizações armadas continuavam a agir. Mesmo desestruturadas pela repressão do governo, a oposição ao regime se mantinha. Elio Gaspari discorda de que o único motivo da desestruturação da esquerda armada tenha sido a perseguição governamental. Segundo ele, o obstáculo que barrou o seu progresso foi político, pois não possuía um projeto que passasse pelo restabelecimento das liberdades democráticas. “A sociedade podia não estar interessada em sustentar a ditadura militar, mas interessava-se muito menos pela chegada à ditadura do proletariado ou de qualquer grupo político ou social que se auto-intitulasse sua vanguarda. A natureza intrinsecamente revolucionária das organizações armadas retirou-lhes o apoio, ainda que tênue, do grosso das forças que se opunham ao regime”.²⁷⁴ Não podemos afirmar se o isolamento e falta de apoio social deveu-se ao caráter revolucionário da luta armada, mas, com certeza, este foi o motivo pelo qual os proprietários do *JT* a condenavam. Não pretendemos, aqui, analisar a sua natureza ou realizar um julgamento moral destas organizações, mas, como afirmou Eric Hobsbawm, temos que pensar a História em termos globais.²⁷⁵ Num contexto mundial pós- Revolução Cubana, que utilizou-se das guerrilhas rurais como um método de luta e obteve sucesso, a luta armada era vista em muitos países da América Latina como a solução contra ditaduras.

²⁷² *Jornal da Tarde*, 08/03/1971, p. 4.

²⁷³ *Jornal da Tarde*, 05/01/1971, p. 1

²⁷⁴ Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., pp.193-194.

²⁷⁵ Ver em www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u35584.shtml.

Neste cenário, cair na clandestinidade e pegar em armas tornou-se a opção de luta para muitos jovens daquela época. Nas cidades, os militantes seqüestravam principalmente embaixadores estrangeiros como meio de troca de prisioneiros políticos e também de divulgação de seus programas. E certamente foram criticados pelo *JT*:

“No momento em que redigimos este comentário não sabemos ainda se os terroristas, cuja libertação foi pedida pelos seqüestradores do embaixador suíço no Brasil, já abandonaram o território nacional. Não sabemos mesmo com certeza qual será o seu destino, uma vez que as autoridades federais se esmeraram em todo o episódio na tarefa, pouco edificante para qualquer governo, de impedir através de rígida censura, que o povo brasileiro usufruísse do direito – direito inerente à própria condição humana – de ser informado sobre aquilo que é do seu mais alto interesse. Parece certo, no entanto, que está próximo o desenlace do drama do embaixador Bucher, mais uma das numerosas vítimas do mais sórdido tipo de crime comum já praticado alegadamente em nome de ideais políticos”.²⁷⁶

Além da crítica aos seqüestradores, o jornal continuava criticando a censura. O governo havia mudado sua tática em relação às negociações para libertação dos embaixadores desde o primeiro e mais famoso caso: o seqüestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Este foi amplamente divulgado e as reivindicações dos militantes atendidas. “O seqüestro de Elbrick foi a mais espetacular das ações praticadas pela luta armada brasileira. Seu efeito político foi desmoralizante para o regime, tanto pela publicidade que a audácia do lance atraiu como pela humilhação imposta aos chefes militares...”²⁷⁷ Após este episódio, os militares ampliaram a repressão em nome da “segurança nacional” e também a censura para manter as negociações em âmbito governamental. Quando o embaixador suíço foi seqüestrado, o Exército já havia assumido o controle da segurança e também o controle das notícias que deveriam ou não ser divulgadas. Neste período, tornou-se crucial, para o governo, o combate à luta armada, cujos militantes eram principalmente jovens estudantes recrutados nas universidades e escolas secundaristas. Muitos leitores do *JT* estavam cientes desta situação e Lenildo Tabosa Pessoa recebeu uma carta dizendo “que a Revolução de 64 tem uma grande parcela

²⁷⁶ *Jornal da Tarde*, 13/01/1971, p. 4. O embaixador suíço, Giovanni Eurico Bucher, foi seqüestrado pela organização armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em dezembro de 1970. “Cinco manifestos espalhados pela cidade informavam que o resgate de Bucher fora fixado em setenta presos, com três outras exigências: a divulgação de uma catilinária, o congelamento geral de preços por noventa dias e roletas livres nas estações de trem do Rio de Janeiro. Era o mais alto preço pedido por um diplomata”. O governo vetou treze nomes da lista e não aceitou as outras exigências. A VPR teve que formar uma nova lista e finalmente o embaixador foi libertado pouco mais de um mês depois de capturado. Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., pp. 340-342.

²⁷⁷ Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, op.cit., p. 97.

de culpa pela situação em estão hoje muitos jovens, pois lhes tirou a liberdade justamente na idade em que eles mais a desejam”. O jornalista respondeu:

“Estamos de acordo em que a revolução tem não apenas um grande, mas uma imensa parcela de culpa, mas discordamos quando se trata de apontar concretamente sua responsabilidade. Não achamos que sua grande culpa tenha consistido em tirar a liberdade aos jovens – e o próprio fato de determinadas parcelas da juventude se entregarem à violência lutando para reproduzir a situação de sociedades onde o jovem não goza de qualquer liberdade mostra que o problema não é precisamente este – mas sim em tê-los esquecido e abandonado, deixando-os entregues aos mesmos desorientadores que os vinham desencaminhando desde muito antes de 1964”. (Esta seria a culpa grave da “Revolução”), “ao lado de tantas suas realizações positivas”.²⁷⁸

Uma das principais “realizações positivas” do governo, celebradas pelo *Jornal da Tarde*, estava no campo econômico. O caminho correto para o Brasil era o capitalista e a defesa deste sistema sempre esteve presente nos editoriais do jornal. Celebrava-se os ditadores por estarem seguindo as metas capitalistas. No governo Médici, as brutalidades e a forte repressão foram “encobertas” ou diminuídas devido ao sucesso do crescimento econômico. Neste sentido, temos um editorial comentando um artigo sobre o Brasil publicado pelo jornal francês *Le Monde*: “como ressalta o correspondente de *Le Monde*, ‘no plano econômico, o Brasil vem desempenhando há três anos o mais importante papel dentre todos os países da América Latina’, com um aumento de seu produto interno bruto...’ ” E ainda conforme o correspondente: “ ‘o rápido incremento das exportações deve contribuir efetivamente para manter a expansão e o reequilíbrio das finanças externas,’ enquanto, por outro lado, ‘as reservas brasileiras são as mais significativas da América Latina’ ”. O editorialista concluiu: “Esta é a realidade e muitos já a constataam. Falta agora que tenham coragem de admitir que o governo brasileiro não fez milagres e que esses resultados se devem ao fato de ter tomado o caminho neocapitalista”.²⁷⁹

No mundo capitalista, a função dos jornalistas equiparava-se à função do líder que conduz as massas ignorantes, conforme os proprietários do *JT*. A imprensa “responsável” estava inserida na minoria esclarecida da sociedade e teria o poder de apontar o caminho correto para os seus leitores mesmo que estes possuíssem opiniões diferentes. Esclarecer e informar a opinião pública fazia parte do papel dos jornalistas enquanto elementos de poder na sociedade. Isto foi claramente exposto por Ruy Mesquita no editorial intitulado “A

²⁷⁸ *Jornal da Tarde*, 12/04/1971, p. 4

²⁷⁹ *Jornal da Tarde*, 21/05/1971, p. 4.

liberdade de informar”: “A democracia é o regime em que todos são responsáveis. Mas alguns são mais responsáveis do que os outros: os que têm mais poder, como os jornalistas, por exemplo”. A partir disso, Mesquita criticou os jornalistas do jornal americano *New York Times* por terem revelado documentos secretos do governo sobre a guerra do Vietnã:

“O erro fundamental do comportamento ético da grande maioria dos jornalistas norte-americanos, a começar pelos do *New York Times*, é a convicção de que numa democracia não se deve contrariar a opinião da maioria: o jornal deve, apenas, acatá-la, repeti-la e segui-la. Para nós o primeiro mandamento do código de ética não escrito que deve reger o comportamento do jornalista exige exatamente o contrário, ou seja: o jornalista cômico do seu papel não deve jamais se impressionar com a opinião da maioria e sempre que estiver convencido de que esta opinião está errada tem o dever de contrariá-la e de combatê-la, ainda que isso signifique prejuízo material para o seu jornal.

A função do jornal é semelhante à função de um verdadeiro líder. E o verdadeiro líder é aquele que conduz e não o que é conduzido. (...)

O *New York Times* esqueceu-se também desta verdade que, reconhecemos, é assustadora: não se trata, no caso, de saber se a maioria do povo norte-americano deseja que os Estados Unidos abandonem o Vietnã do Sul aos invasores comunistas. Trata-se, em primeiro lugar, de saber se o governo dos Estados Unidos tem o direito, em condições morais de abandonar agora o Vietnã do Sul. E se o governo dos Estados Unidos se convencer de que não tem esse direito, então terá o dever de encontrar alguma maneira de contrariar essa maioria”.²⁸⁰

Como lidar com uma opinião pública desfavorável ao governo? Este foi sempre um tema de debate para os autores do liberalismo, ou seja, como lidar com o conflito numa sociedade democrática. De acordo com os princípios liberais, as opiniões divergentes deveriam ser “educadas” e qualquer opção de vida contrária a estes princípios classificava-se como autoritária:

“No plano político, a aplicação do liberalismo envolve o que os estudiosos do assunto costumam chamar ‘o dilema da democracia’, isto é, o problema de saber até que ponto a democracia tem de ser tolerante para que possa ser realmente ‘democracia’. Os grupos que se propõem abertamente destruir a democracia, por exemplo, devem ter absoluta liberdade de ação para chegarem ao poder e estabelecer o totalitarismo? Os que respondem afirmativamente, levados pelo temor de tornar a democracia ‘antidemocrática’, caem, sem dúvida, no amoralismo político e destroem, na prática, qualquer escala de valor, chegando, por fim, à atitude contraditória de, para defender a democracia, negar-lhe qualquer superioridade em relação ao totalitarismo.

Nesse sentido, há quem apresente o pensamento liberal e a defesa da liberdade sem restrições como causa dos modernos totalitarismos (...).

Mas não se pode desconhecer também que dentro das modernas correntes liberais há os que, reagindo aos absurdos e às próprias contradições internas de um liberalismo mal entendido... reconhecem a necessidade de defesa da democracia contra os que pretendem destruí-la e aceitam e até lutam por uma ética baseada no reconhecimento de uma escala de valores. Nossa posição liberal, por exemplo, não nos impede de aceitar uma ética...”²⁸¹

²⁸⁰ Ruy Mesquita. *Jornal da Tarde*, 28/06/1971, p. 4.

²⁸¹ *Jornal da Tarde*, 20/08/1971, p. 4.

Em 1971, a tortura já se tornara um processo trivial no interrogatório dos presos. As denúncias a esta prática eram constantes. Mesmo assim, o *JT* não mudou a sua postura e continuou atribuindo a sua existência a atitudes isoladas nos órgãos de repressão às organizações armadas. Estampava-se o discurso governamental nas páginas do jornal e a versão oficial prevalecia. Conforme Maurício Maia, a censura estatal não influía nesta postura dos jornais de negar a existência da tortura ou apontá-la como casos isolados e, neste caso, “a censura deixa de ser um fenômeno exclusivamente exógeno para se constituir num fator interno das redações. As decisões editoriais (sobre as quais pesam as relações de poder no interior dos veículos e a vontade dos segmentos sociais dos quais eles se dizem porta-vozes) parecem prevalecer sobre os desejos do Estado.”²⁸² Podemos observar isto na análise do editorialista do jornal ao assistir o julgamento de 14 pessoas acusadas de “participação nas atividades da organização terrorista ALN”. Ele elogiou a atuação da Justiça Militar:

“Enquanto há, inegavelmente, no plano da ação policial contra o terrorismo, irregularidades gritantes como a de pessoas que permanecem durante longo tempo presas sem que pesem contra elas acusações graves... e, enquanto em certos ambientes há casos de violências que nenhum argumento pode justificar, não deixa de ser animador que há no Conselho Permanente de Justiça Militar da Segunda Auditoria de Guerra de São Paulo o clima de serenidade indispensável à reta aplicação da justiça. (...) Diante do comportamento exemplar da Justiça Militar renovamos nossas esperanças de que também os organismos policiais de repressão a esse terrorismo se despojem rapidamente daqueles elementos que, aplicando métodos que repugnam a qualquer consciência bem formada, são os maiores fornecedores de argumentos para a propaganda que lá fora se faz para denegrir a Revolução de 64”.²⁸³

Mesmo sendo contra a tortura, mais uma vez o jornal achou que se deveria punir apenas os “elementos” na polícia que torturavam. Esta questão tornou-se uma constante nas páginas do *JT*. Com todas as letras e de forma bem clara o periódico saiu em defesa do governo em relação à tortura no editorial intitulado “A tortura que não houve e nossa imagem no exterior”. Segundo o editorialista:

“Os casos lamentáveis de tortura que já algumas vezes resultaram na morte de pessoas comuns e de terroristas não significam que o governo brasileiro tenha institucionalizado aqui essa prática... Pode significar apenas – como efetivamente significa – que o governo não se dispôs ainda a utilizar todo o poder que tem nas mãos para que autoridades subalternas, moralmente despreparadas para exercerem as funções que lhes são atribuídas, se entreguem a

²⁸² Maurício Maia de Souza. “Henfil e o Império do Silêncio”. In: Beatriz Kushnir (org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 195.

²⁸³ *Jornal da Tarde*, 16/09/1971, p. 4

práticas incompatíveis com os padrões éticos apregoados, acreditamos que com sinceridade, pelos altos dirigentes do regime em que vivemos.

E é lamentável que, com essa omissão, o governo contribua para alimentar uma propaganda que, embora estúpida e desmoralizada, ainda consegue prejudicar o Brasil no Exterior, apesar das repercussões altamente positivas que vai obtendo no mundo a sua obra de recuperação de nossa economia”.²⁸⁴

O editorial retratava uma imagem social não verdadeira ao apontar a existência de apenas alguns “casos” de tortura. O importante, para o periódico, era o triunfo da liberdade para acumular, não importando se numa ditadura ou numa democracia. Neste sentido, Geraldo Pinto Rodrigues comentou o livro do professor e jornalista do *JT*, Roque Spencer Maciel de Barros, *Introdução à Filosofia Liberal*. Rodrigues afirmou que Roque Spencer se esforçou em “fazer a demonstração cabal e perfeita, sobretudo aos jovens de nosso país ainda não mistificados pelos pregoeiros das profecias marxistas, dos ‘princípios éticos imutáveis do liberalismo’ – que são em nossos dias – lembra com propriedade Ruy Mesquita – ‘os mais eficientes do ponto de vista da satisfação das necessidades materiais dos povos e os únicos compatíveis com a dignidade da pessoa humana’”. E acrescentou: “Todos os outros, que, sem exceção, procuram justificar-se alegando a falência dos regimes liberais, não somente já demonstraram a sua inferioridade no plano da organização da produção e distribuição de riquezas, como também já demonstraram que fora do sistema liberal não há como conseguir a indispensável prevalência da autoridade do poder público, sem o emprego de métodos que degradam a pessoa humana’ ”. O autor concluiu: “Os princípios que o Liberalismo plantou permaneceram e ainda permanecem... imutáveis enquanto inspiração da conduta ética do homem”.²⁸⁵ Continuando a sua análise, Rodrigues respondeu à seguinte questão: O Liberalismo sobreviverá? “Sim, o Liberalismo, enquanto negação da totalidade uniformizante e afirmação da fé na pessoa e no indivíduo, enquanto atitude ‘crítico-existencial’, deve sobreviver... Mas, o Liberalismo, por ser aberto e tolerante, “ ‘é alvo fácil para a carga insidiosa de seus inimigos, na medida em que estes se servem das próprias armas liberais para atacá-lo’. Portanto, ‘não pode haver tolerância para os intolerantes, não pode dar aos inimigos da liberdade a liberdade de destruí-la’ ”. Desta maneira, “ ‘para enfrentar seus inimigos (forças organizadas para destruir a liberdade), os amantes da liberdade se armam, põem armas nas mãos dos que se comprometem, nem

²⁸⁴ *Jornal da Tarde*, 27/08/1971, p. 4.

²⁸⁵ Geraldo Pinto Rodrigues. *Jornal da Tarde*, 16/12/1971, p. 4.

sempre com inteira sinceridade, a defendê-la, outorgam a estes o poder de decidir onde se encontram as ameaças reais. E, com isso, o poder dos Estados democráticos ocidentais, onde ainda resta, apesar de tudo, muito do liberalismo, se acresce. O guardião da liberdade passa, muitas vezes, a ser o seu carcereiro’ ”. Segundo Rodrigues, “esse trecho... é um retrato exato do que ocorre em nossos dias, não apenas nos países de vocação democrática mais ‘atrasados’, inclusive o nosso, mas também nos mais ‘adiantados’. E isto é consequência do assédio totalitário hoje representado pelo comunismo...”²⁸⁶ Os liberais se armaram para “proteger” a democracia e sofreram as consequências.

Mesmo assim, o ano de 1971 também foi encerrado numa perspectiva otimista. O êxito econômico continuou a ser celebrado e, numa alusão à existência da tortura enquanto um aspecto negativo do governo, esta foi minimizada dizendo-se que situações desfavoráveis estavam presentes em todos os países:

“Os brasileiros terminaram o ano recebendo a animadora informação de que, em 1971, o Produto Interno Bruto aumentou de 11 por cento. Trata-se, enfim, de uma nova confirmação do grande êxito econômico e das possibilidades que se abrem ao País de fazer sentir sua presença no cenário mundial. No quadro geral da situação nacional não há, porém, apenas êxitos como esse, mas há também os aspectos menos animadores e menos brilhantes, como os há na situação de qualquer país.

Na realidade brasileira, tais aspectos negativos estão, felizmente, em minoria. Isso constitui mais uma razão, porém, para que não se compreenda por que eles não possam ou não devam ser criticados, tanto mais quanto as críticas construtivas e honestas não apenas serviriam para ressaltar os aspectos positivos, muito mais numerosos, mas também constituiriam uma contribuição para os próprios governantes, ajudando-os a ver onde o conjunto apresenta falhas e corrigi-las”²⁸⁷.

No entanto, no início de 1972, as perspectivas de término da ditadura tornaram-se distantes. As leis de exceção continuavam a vigorar e o regime controlava o país. Neste cenário, o deputado federal da Arena, Etelvino Lins, afirmava: “O AI-5 está passando da duração que ele necessariamente deveria ter ‘como instrumento para aplicação instantânea visando a efeitos imediatos’ ”. Com a revogação do AI-5, “ ‘a Revolução estaria superando a contradição que se configura na simples constatação de seus êxitos administrativos, sem a correspondente evolução política, e retocando sua imagem comprometida interna e externamente, pela manutenção de um instrumento típico de exceção como é o AI-5’ ”.²⁸⁸

²⁸⁶ Geraldo Pinto Rodrigues. *Jornal da Tarde*, 17/12/1971, p. 4.

²⁸⁷ *Jornal da Tarde*, 28/12/1971, p. 4

²⁸⁸ *Jornal da Tarde*, 05/01/1972, p. 2.

O AI-5 dava plenos poderes ao governo e isto incomodava aos liberais, pois a censura e perseguições aos jornais comprometiam o papel da mídia enquanto uma instituição que exerce influência política. Por isso, Arnaldo Pedroso d’Horta defendeu a redemocratização do regime:

“Vai parecendo a cada dia mais evidente a existência no seio do grupo dirigente nacional, de duas políticas divergentes, no modo de encarar o problema da restauração, entre nós do Estado de direito... Na equipe civil-militar do governo, constata-se que expoentes de alta categoria, das Forças Armadas, dão-se conta de que as mesmas, cumprida a tarefa cirúrgica para a qual foram convocadas por influentes paisanos, e cuja responsabilidade assumiram – devem retornar às suas atividades profissionais precípuas”. (No entanto), “paisanos como governadores nomeados surgem para recomendar **prudência**, ou para dizer que **ainda é cedo para pensar em redemocratização**, ou até para sustentar que **o AI-5 não faz mal a ninguém**. Quando não são expoentes da Arena, que vêm assegurar que é da drástica suspensão dos direitos políticos gerais que resultou o crescimento do país, o qual não pode ser posto em risco por uma ‘volta intempestiva à democracia...’ ”

O autor criticou estas figuras por não quererem a volta do funcionamento democrático do Congresso, pois suas posições foram presenteadas e, assim, não queriam correr o risco de perdê-las. E concluiu:

“Não é sem razão, pois, que pequenos caciques, que saboreiam a impunidade com que podem atuar, não tendo que dar contas a ninguém, nem sofrer fiscalização, se assanham na tarefa de desmoralizar o Congresso, espinha dorsal de uma democracia. (...)...precisamente porque é através dele que podem ser combatidas as tendências ao esclerosamento da vida política, coisa que destacados chefes militares parecem querer evitar”.²⁸⁹

O *JT* fez algumas denúncias de perseguições à imprensa:

“O que está acontecendo em Salvador, em razão da animosidade do governador Antônio Carlos Magalhães contra o *Jornal da Bahia*, não é um episódio isolado... Muito mais que um fato local, a campanha que o chefe do Executivo desencadeou contra aquele órgão de nossa imprensa decorre diretamente da circunstância de que os jornais estão privados do exercício do direito de livre expressão, o que significa que o governo federal não age no sentido de fazer cumprir a Constituição e as leis que asseguram a liberdade de manifestação do pensamento.

É claro que, confinado a uma mentalidade provinciana, o governador da Bahia não chega a compreender o que significa a liberdade de imprensa para um país civilizado. Por isso ele tenta esmagar um jornal que quer viver com dignidade, coagindo os anunciantes a sustar a publicidade que assegura à empresa condições de subsistência. (...) A culpa do que vem acontecendo é do governo federal... que assiste de braços cruzados à coerção praticada contra os anunciantes e à chantagem perpetrada contra os dirigentes do *Jornal da Bahia*...”²⁹⁰

²⁸⁹ *Jornal da Tarde*, 09/02/1972, p. 4.

²⁹⁰ *Jornal da Tarde*, 21/02/1972, p. 4.

Um outro editorial criticava a condenação imposta ao diretor do jornal *O Combate*, de Porto Velho-Rondônia, pelo Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica, de Belém-Pará. “O jornalista, responsável pelo *O Combate*, de Porto Velho, vereador da Arena, que é o partido da Revolução, acusou de corruptos o prefeito e alguns de seus auxiliares. Pensou que, certamente, o regime revolucionário lhe daria o ensejo de fazer prova da exatidão de suas afirmações, tal como sempre aconteceu entre nós, pelo menos antes de março de 1964. Pensou de menos, confiou demais. Terá agora de ir para a cadeia...”²⁹¹

No entanto, o que parecia ser uma luta incondicional pela liberdade de imprensa, revela-se uma luta pela liberdade de seletos meios de comunicação. O editorial com o explícito título “Esse tipo de censura qualquer liberal aprova”, falou sobre a decisão do Ministério das Comunicações em relação à exigência de gravação prévia dos espetáculos de auditório na televisão para serem analisados por censores. “A censura aos espetáculos de televisão... merece aplauso de todos, inclusive do mais convicto dos liberais”. O editorialista justificava sua posição aludindo à baixa qualidade da programação televisiva. Assim:

“Os espetáculos públicos, por serem ‘instantâneos’, estão sujeitos a exame antecipado, para que não choquem os espectadores, sem possibilidade de reversão.

Temos autoridade para fazer essas afirmações pela razão de que somos dos poucos jornais que lutam e resistem à censura, enfrentando-a até os limites onde nossas forças físicas nos permitem chegar. Estamos à vontade, pois, para dizer que a manobra não pode ser levada a sério e que o governo está certíssimo quando exige gravação de programas para que possam ser examinados antes de serem lançados ao ar. É a única forma que existe para impedir que as populações sejam contaminadas por um invento maravilhoso, que, podendo ser usado para educá-las, só tem servido de contribuição para o emburrecimento coletivo”.²⁹²

Imprensa e poder possuem um relacionamento tortuoso. Em algumas circunstâncias, pode acontecer um conflito dos jornais com grupos no poder, um confronto entre elites e, a partir disso, as reportagens ganharem um tom mais crítico. Este tom mais crítico não significa necessariamente uma discordância com o governo ou com instituições e, muitas vezes, refere-se a “uma quebra de consenso entre elites”.²⁹³ Isto pode ser observado no editorial comentando a conferência do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, na Escola Superior de Guerra. Quando foi perguntado se ainda haveria alguém que pretendesse a

²⁹¹ *Jornal da Tarde*, 14/03/1972, p. 4.

²⁹² *Jornal da Tarde*, 12/05/1972, p. 4.

²⁹³ Daniel Hallin. *We Keep America on Top of the World – Television Journalism and the Public Sphere*. London and New York: Routledge, 1994, p. 53.

volta do liberalismo do século XIX, respondeu “ ‘que esta quimera pode alimentar a convicção de homens dignos e sinceros, mas força a reconhecer que se encontra fora da realidade dos tempos atuais’ ”. Segundo o editorialista:

“Nós e os demais ‘homens dignos e sinceros’ que neste país se preocupam com a evolução da situação política e proclamam todos os dias a necessidade de se preparar o país para a futura implantação de um regime verdadeiramente democrático não afirmamos que seja possível atingir tal objetivo, plenamente, no dia de amanhã. (...) O que os ‘homens dignos e sinceros’ pretendem para o Brasil de hoje, que evidentemente ainda não está maduro nem cultural, nem política, nem social e nem economicamente para um regime democrático de estilo anglo-saxônico, é que se comece aqui pela reabilitação do poder judiciário, pelo restabelecimento dos direitos civis. Mas ao dizer que reconhecemos que ainda não existem aqui condições para o funcionamento de um regime democrático de estilo anglo-saxão, não estamos de nenhuma maneira aceitando a alegação de que esse tipo de regime não tem defesas contra o seu inimigo natural, que, para nós, ao contrário do que acontece com o professor Buzaid, não é apenas o comunismo, mas toda e qualquer espécie de totalitarismo, seja de direita ou de esquerda.”²⁹⁴

Uma crítica circunstancial não demonstra uma crítica à ditadura em si. O discurso do ministro Delfim Netto foi estampado no editorial do *JT* criticando os críticos da questão da distribuição de renda no país. Para o editorialista, as críticas tinham mais raízes políticas do que econômicas: “Não se conhece exemplo na história da humanidade de processos rápidos de desenvolvimento econômico que produzam, concomitantemente com o aumento da riqueza de um país, uma distribuição equitativa da riqueza aumentada entre as diversas camadas da população”. Conforme o editorial, no início do processo de desenvolvimento acelerado ocorre “uma acentuação do desequilíbrio entre a situação das parcelas reduzidas da população que possuem mais e a das parcelas muito mais amplas da população que possuem menos, embora, no caso brasileiro, ambos tenham melhorado”.²⁹⁵ Note-se a semelhança entre o editorial e o famoso discurso do ministro Delfim de que primeiro era necessário fazer crescer o bolo para depois distribuí-lo. A conversa dava-se entre elites. O jornal nunca promoveu um debate crítico para refletir a situação política brasileira daquela época. Se a censura os incomodava e a liberdade era almejada, esta não se tornou uma bandeira ou um tema amplamente defendido que poderia ter englobado nesta luta vários meios de comunicação e o público em geral. Mesmo porque, a defesa contra a censura nunca foi irrestrita.

²⁹⁴ *Jornal da Tarde*, 06/06/1972, p. 4.

²⁹⁵ *Jornal da Tarde*, 14/07/1972, p. 4.

Elio Gaspari observou que o regime (em 1964) se instalou com o objetivo de combater o comunismo e a corrupção. “Perseguir subversivos era tarefa bem mais fácil do que encarcerar corruptos, pois se os primeiros defendiam uma ordem política, os outros aceitavam quaisquer tipos de ordens. Faziam parte do regime, fosse qual fosse. Poderosas eram as suas conexões. O IPM da UNE engordou, mas o da Previdência Social foi ao arquivo.”²⁹⁶ Esta constatação foi percebida pelo *JT* ainda no período ditatorial:

“Ninguém ignora que a Revolução de 64 foi feita em defesa da Democracia, que estava sendo minada pela conduta dos corruptos e dos subversivos. (...) Enquanto o combate à subversão foi de uma eficiência exemplar, como o demonstra o aniquilamento quase completo dos grupos terroristas que vinham perturbando a paz da Nação, a luta contra a corrupção careceu da mesma eficácia e da mesma constância intransigente”.²⁹⁷

Note-se também a desqualificação da luta armada responsabilizando-a por desestabilizar a paz social. Um aspecto negativo do governo era, geralmente, apresentado junto com suas “realizações positivas”. No entanto, no final do ano, um conflito entre o grupo do governo ligado ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, e os proprietários do jornal provocou o fechamento do cerco contra a família Mesquita e os censores instalaram-se nas redações do *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*. Os proprietários do *JT* estavam em confronto, já havia algum tempo, com o ministro da Justiça devido às denúncias contra a censura feitas por Julio de Mesquita Filho à Associação Interamericana de Imprensa. Diferentemente dos anos anteriores, o periódico encerrou o ano pessimista com um editorial intitulado “Aí vem ele”:

“Voltamos aos tempos em que o homem era o lobo do homem, e em cada esquina está um assaltante, sem prejuízo de que se vista como policial. A vida humana não tem cotação no novo templo da Bolsa, vale menos que uma folha de papel: alguém desaparece, não reaparece, e nada, a respeito, se fica a saber. Que as obras, públicas ou particulares, desabem antes mesmo de haverem sido concluídas, matando quem nelas trabalhava ou por elas passava, tornou-se fato corriqueiro... e que de preferência não deve ser investigado”. (Esta é a) “herança que o ano que despona recebe”. (E concluiu): “Os senhores se preparem: aí vem 1973, filho de 1972”.²⁹⁸

²⁹⁶ Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*, op. cit., p. 135.

²⁹⁷ *Jornal da Tarde*, 05/10/1972, p. 4.

²⁹⁸ Arnaldo Pedrosa d’Horta. *Jornal da Tarde*, 27/12/1972, p. 4. Um exemplo de atrito com Alfredo Buzaid pode ser observado no seguinte editorial: “A decisão do governo federal, referendada por todo ministério, de instituir os decretos secretos ou reservados, quando estabeleçam disposições sobre matéria do interesse da Segurança Nacional representa uma inovação que reclama esclarecimentos, dada a circunstância de que altera e modifica princípios universais... Se a lei não é conhecida, não pode ser obedecida. (...) Os decretos secretos, conseqüentemente, vem surpreender o mundo jurídico brasileiro, razão pela qual todos esperam que sobre eles se manifestem as autoridades do governo, particularmente o sr. Ministro da Justiça...” *Jornal da Tarde*, 19/11/1971, p. 4.

O jornal, já sob censura prévia, apresentou um cenário obscuro, diferentemente dos anos anteriores. Os militares mostraram a que vieram e setores civis, antes favoráveis à ditadura, perceberam que, com a centralização do poder, estavam fora da administração política. Muito mais do que isso, estavam impedidos, pela censura, de opinar nos assuntos do governo. Esta situação foi vivenciada pelo *Jornal da Tarde* como observaremos no próximo capítulo.

Anotações Finais

Os proprietários do *Jornal da Tarde* foram atingidos pela censura prévia. Os civis perderam sua influência na política. Não havia nenhum tipo de respeito à Justiça e o destino dos presos políticos estava à mercê do governo e dos órgãos de segurança. Neste cenário incerto, a volta ao Estado de Direito passou a ser almejada, mesmo que de forma ainda tímida.

Como foi visto anteriormente, a família Mesquita iniciou uma campanha contra a censura durante o governo Médici, o que provocou um confronto com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. No entanto, a defesa da liberdade de imprensa estava relacionada aos jornais considerados responsáveis o suficiente para não provocarem qualquer tipo de conflito social. Os proprietários do *JT* aceitavam a imposição da censura aos órgãos de imprensa que não se encaixavam dentro do modelo daqueles que realizariam uma crítica construtiva ao governo e assumiriam a liberdade com responsabilidade.

Além disso, o jornal apoiou o discurso oficial em relação ao controle da oposição, à tortura, às campanhas no exterior denunciando a violação dos direitos humanos no Brasil e à política econômica do governo. O discurso da família Mesquita de que se tornou oposicionista ao regime após o AI-5 deve ser relativizado quando analisamos os editoriais publicados pelo *Jornal da Tarde* durante o governo Médici. A crítica da censura não foi suficiente para transformar o jornal em um órgão de oposição à ditadura. O desejo do retorno à democracia não levou a uma crítica extensiva às políticas governamentais. O *JT* apoiou o apelo propagandista do governo para transformar o país no “Brasil Grande”. Mesmo assim recebeu censura prévia. O governo não admitia qualquer tipo de oposição e a crítica à censura também foi proibida.

No próximo capítulo vamos verificar a atitude do periódico frente ao regime já com a presença dos censores. Neste sentido, analisaremos a linha de pensamento do jornal identificada nas matérias que foram liberadas e publicadas. E também como os proprietários do *JT* lidaram com a censura prévia. Uma questão a ser destacada aqui é que “a censura à imprensa, a perseguição aos jornais, o controle de opinião representam, antes de tudo, uma ameaça à sobrevivência econômica da imprensa, à sobrevivência como empresa. Bem situados e ricos os donos de jornais liberais quando saem às ruas para clamar

por maior liberdade de imprensa só o fazem em função de seus interesses puramente como empresários e capitalistas. *A sua atividade é que está ameaçada, não o bem geral, o direito social à informação e à formação democrática da opinião pública*”.²⁹⁹ Além do interesse econômico dos proprietários da grande imprensa, queremos acrescentar também que, com a censura, o poder de influência da mídia na arena política ficava comprometido. Com base nestas duas perspectivas e com o início do desgaste do regime militar, o *Jornal da Tarde* tornou-se mais crítico, mas a maneira como esta crítica foi realizada evidencia o caráter conservador da concepção liberal defendida pelo jornal, ou seja, a extensão dos seus princípios políticos era seletiva e só os cidadãos “responsáveis” mereciam recebê-los. O discurso contra a censura referia-se aos jornais da grande imprensa. O discurso do governo recebia aplausos nos editoriais do *Jornal da Tarde* na questão da tortura e do combate à oposição. O pós-AI-5 não foi um período de tanta indignação quanto clamam os proprietários do jornal. A construção de um discurso retrospectivo de oposição à ditadura, presente na maioria dos órgãos da grande imprensa, deve ser relativizado e desvendado para podermos entender um pouco melhor como os meios de comunicação agem mais por interesses próprios do que pelo tão aclamado bem público.

²⁹⁹ Ciro Marcondes Filho. *O Capital da Notícia – jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989, p. 85 (grifos do autor).

CAPÍTULO V: 1973-1975: O feitiço contra o feiticeiro

A censura ao *Jornal da Tarde* era uma humilhação. Afinal, como vimos, a família Mesquita estava entre o grupo de civis que ajudou a preparar e a concretizar o golpe de 64. Analisando a censura ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Anne Marie Smith afirmou:

“*O Estado de S. Paulo* pertencia à elite. Seus proprietários se encontravam entre os que haviam desejado e apoiado o golpe de 1964. Congruência política e amizades pessoais ligavam-nos a poderosos do regime. Em parte, são motivos pelos quais a censura ao jornal intrigava e sua ira contra a censura tinha um tom de indignação – não apenas contra a violação da liberdade de imprensa mas pelo fato de que eles, em particular, como tradicionais membros da elite, estivessem sujeitos a essa afronta.”

No entanto:

“No confronto com a censura, *O Estado de S. Paulo* não buscou um desvelamento público da censura. Antes, avançou mediante comunicações particulares a membros do gabinete e do Congresso. Seu único foro relativamente público era a SIP, na qual os donos do *Estadão* faziam discursos para os donos de outros jornais no hemisfério”.³⁰⁰

A presença dos censores nas redações de *OESP* e *JT* representava uma modificação nas relações destes jornais com o governo. A sua capacidade de influência na política foi anulada pelo recrudescimento do regime e a necessidade do fim do governo militar passou a ser um assunto constante em seus editoriais.

O *JT* recebeu censura prévia a partir do governo Médici, a fase mais dura do regime. Neste período, fechou-se o cerco à imprensa. Isto levou alguns jornalistas a afirmarem que a censura e até mesmo o período ditatorial ocorreram somente entre os anos de 1968 a 1978. Segundo Evandro Carlos de Andrade, a ditadura só veio com o AI-5 em 1968, antes prevalecia a liberdade.³⁰¹ Paulo Francis corroborou esta idéia:

“Dizer, por exemplo, que houve vinte anos de ditadura, de 1964 a 1984, talvez seja legalmente correto, mas é falsificação histórica. Entre 1964 e 1968 houve muita liberdade. Faltou, certamente, democracia, mas veio uma politização nunca vista no meu tempo de vida. (...) Com Figueiredo, que tomou posse em 15 de março de 1979, nos aproximamos da liberdade de 1964-68, que se consolidou a partir de 1983, precisamente, quando a imprensa explodiu em

³⁰⁰ Anne Marie Smith. *Um acordo forçado – o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 128.

³⁰¹ Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil. Militares, Igreja e Sociedade*. São Paulo: Editora 34, 2000, vol.1, p. 225.

campanha pela moralidade pública. Ou seja, ditadura total foi de dezembro de 1968 à demissão do general Sílvio Frota do Ministério do Exército, em dezembro de 1977.”³⁰²

Contudo, estes jornalistas não levaram em consideração que o que houve no período anterior à decretação do AI-5 e também depois de sua extinção, em dezembro de 1978, foi uma “liberdade de imprensa seletiva”³⁰³. Por exemplo, no governo de Castello Branco, os jornais contrários ao golpe foram censurados e perseguidos e no governo Figueiredo, a censura econômica era uma das formas corriqueiras para pressionar os meios de comunicação. “Desde 1964, a imprensa fora o único setor de atividade econômica contra o qual o regime praticou e permitiu agressões patrimoniais. O jornal *Última Hora* (110 mil exemplares de tiragem, no Grande Rio, onde concentrava sua circulação), único diário a defender o governo Goulart na edição de 1º de abril, teve as suas sedes do Rio e de Recife invadidas e depredadas.”³⁰⁴ Os políticos contrários aos militares foram cassados; jornalistas, perseguidos e muitas pessoas presas. Havia liberdade somente para aqueles que estavam do lado do regime. “Durante os três anos de consulado do marechal Castello Branco o país viveu períodos de suspensão das garantias constitucionais nos quais se preservava o mais absoluto clima de liberdade para a direita”.³⁰⁵

OESP e *JT* sofreram censura prévia a partir de 1972. “Em agosto de 1972 a polícia, armada de metralhadoras, cercou o prédio e passou a censurar as edições, alegando que os dois jornais pretendiam publicar matéria ‘capaz de abalar o regime’. Era um tempo em que não se podia fazer a menor referência à sucessão presidencial. Os jornais foram censurados, mas só a partir do mês seguinte – setembro – é que a censura prévia se instalou de forma quase definitiva”.³⁰⁶ De acordo com Paolo Marconi, a razão da instauração da censura prévia em ambos os jornais foi um telegrama enviado por Ruy Mesquita, no dia 19 de setembro de 1972, ao então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. O diretor do *JT* estava indignado com a proibição do governo, “via bilhetinho”, da publicação de uma entrevista

³⁰² Paulo Francis. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 8-10.

³⁰³ Conforme Elio Gaspari, graças a esta liberdade de imprensa seletiva, o jornal *O Correio da Manhã* pôde conduzir uma campanha contra a tortura durante o governo Castello. In: *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 211. Outros periódicos, no entanto, não tiveram a mesma sorte.

³⁰⁴ Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, op. cit., pp. 210-211.

³⁰⁵ Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 175.

³⁰⁶ Paolo Marconi. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 64.

concedida ao *Estado* pelo ex-ministro Roberto Campos, seu companheiro na conspiração contra o governo João Goulart. No telegrama, Ruy Mesquita dizia:

“ ‘Senhor ministro,

Ao tomar conhecimento dessas ordens emanadas de V. Sa., o meu sentimento foi de profunda humilhação e vergonha. Senti vergonha, Senhor Ministro, pelo Brasil, degradado à condição de uma republiqueta de banana ou de uma Uganda qualquer, por um governo que acaba de perder a compostura. Parece incrível que os que decretam hoje o ostracismo forçado dos próprios companheiros de Revolução, que ocuparam ontem cargos em que se encontram hoje, não cogitem cinco minutos do julgamento da história. O senhor, Senhor Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje no Poder dele baixarão e, então, Senhor Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, ou na Rússia de Stalin, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história desse período em que a Revolução de 64 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o Marechal Castello Branco, para enveredar pelos rumos de um caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas. Cheio de vergonha por ver meu País degredado a essa condição, subscrevo-me humilhado’ ”.³⁰⁷

Em janeiro de 1975, o presidente Ernesto Geisel suspendeu a censura prévia em ambos os jornais em comemoração ao centenário d’*O Estado de S. Paulo*. Geisel foi o responsável pelo início do processo de abertura política “lenta, segura e gradual”, de forma que pudesse ser controlado pelos militares:

“Ao mesmo tempo em que permitiu o avanço do processo democrático e a obtenção de ganhos políticos por parte da sociedade civil, não há dúvida de que a liberalização da imprensa também serviu aos objetivos do grupo Geisel, que soube manipular com eficácia os mecanismos de sedução e controle, para lograr seu fortalecimento no poder e impor seu projeto político à opinião pública e à própria imprensa”.³⁰⁸

Durante a vigência da censura, *OESP* publicava poemas, principalmente *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, no lugar das matérias censuradas e o *JT* publicava receitas culinárias fantasiosas, às vezes jocosas em relação aos políticos que o jornal combatia (como por exemplo, a receita Lauto Pastel em referência ao governador de São Paulo, Laudo Natel ou, então, quibe a Alfredo ou Especialidades do Alfredo em referência ao ministro Alfredo Buzaid) e que nunca davam certo ao serem preparadas, recebendo inclusive telefonemas de leitores reclamando quanto a isso.³⁰⁹ Os recursos utilizados pelos jornalistas para identificar a presença da censura nos jornais nem sempre causavam os

³⁰⁷ Citado em Paolo Marconi, op. cit., pp. 64-65.

³⁰⁸ Celina Rabello Duarte. “Imprensa e Redemocratização no Brasil”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 2, 1983, pp. 184-185.

³⁰⁹ Ver depoimento do jornalista Oliveiros S. Ferreira. In: Beatriz Kushnir. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Campinas. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2001, p. 39.

resultados esperados, como podemos evidenciar no caso das receitas. No entanto, somente o fato de ambos os jornais poderem publicar matérias inusitadas, que normalmente não estariam presentes nas suas publicações diárias, já reflete uma “benevolência” do governo frente aos proprietários da empresa S. A. O Estado de S. Paulo. Nos órgãos da imprensa alternativa, por exemplo, sob uma rígida censura nesta época, não se permitiu a utilização dos mesmos recursos no lugar das matérias censuradas. “Deve ser enfatizado o fato de que *OESP* podia usar os versos de Camões dessa maneira não apenas por causa da própria engenhosidade e empenho mas porque não lhe trazia conseqüências. Outras publicações foram proibidas de usar os mesmos recursos (*O São Paulo*, de imprimir o pai-nosso; *Opinião* de imprimir a Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas).”³¹⁰ Mesmo no caso da grande imprensa, temos o exemplo da revista *Veja* que tentou utilizar recursos gráficos para indicar a presença da censura e defender a candidatura Geisel no final do governo Médici. *Veja* publicou desenhos de anjos para simbolizar o projeto de distensão do futuro presidente e demônios que representavam o governo repressor de Médici. Estes desenhos apareciam nos lugares de matérias censuradas. A revista foi punida pelo general Antônio Bandeira, diretor geral do DPF/Brasília, e proibida de publicar os desenhos.

Em um surpreendente depoimento de Ruy Mesquita, concedido a Magda Magalhães em 01/10/1974, evidencia-se a permissão dos militares a *OESP* e *JT* para “mostrar” aos seus leitores a presença da censura através da publicação de poemas e receitas culinárias. Conforme o jornalista:

“Hoje existe essa espécie de acordo de cavalheiros entre o jornal e o governo que nos permite pelo menos justificar ao público a não publicação de notícias que, segundo nosso critério, mereceriam ser publicadas mas que o governo não permite. Eles conosco têm uma condescendência especial, baseada na nossa atuação no tempo da conspiração revolucionária”.³¹¹

³¹⁰ Anne-Marie Smith, op. cit., p. 118.

³¹¹ Idem. p. 66. Neste mesmo sentido, o jornalista Fernando Portela afirmou que o *JT* podia publicar receitas no lugar das matérias censuradas porque a família Mesquita era respeitada pelos militares devido à sua tradição de luta pela democracia, inclusive porque já havia enfrentado o ex-presidente Getúlio Vargas. Entrevista à autora por telefone em 30/07/2002. Essa visão foi corroborada pelo censor Coriolano Loyola Cabral Fagundes, que atuou no *OESP* neste período: ...“as receitas e os poemas eram, na visão da censura, uma permissão ao jornal. Assim, a existência da censura prévia à imprensa era vista pelo regime como proibida de se mencionar, mas que era de reconhecimento público. Neste sentido, um pacto mantido em segredo, mas não em total sigilo.” In: Beatriz Kushnir, op. cit., p. 39.



jornal da tarde

Cr\$ 0,60

Sábado, 11 de agosto de 1973. Número 2.250. Ano 8.

PROGRAMAS DE SÁBADO E DOMINGO

Divirta-se, em quatro páginas.

Terrorismo argentino ameaça a Coca-Cola

Ultimato no Chile: 48 horas para acabar a greve.

Horas depois de prestar juramento, na quinta-feira, o novo gabinete chileno reuniu-se ontem com o presidente Allende para estudar medidas que ponham fim à crise provocada pela greve dos proprietários de caminhões. À noite, Allende anunciava a primeira dessas medidas: um ultimato aos grevistas, exigindo que liberem os caminhões até amanhã, no máximo. Pág. 6.



Elmer Hanley, 47 anos, não quer dar entrevistas. Até ontem, a polícia de Houston (EUA) havia desenterrado 23 corpos de minério que ele e dois amigos mataram. Página 10.



Leivinha terá outra vez César ao seu lado para tentar, amanhã no Morumbi, afastar o Santos da luta pelo título de campeão paulista. Essa luta começa esta tarde, no Pacaembu, entre Corinthians e Ponte Preta; continua amanhã de manhã no Pacaembu, com o jogo Juventus e Portuguesa, e vai à tarde até Campinas, onde o Guarani enfrentará a Ferroviária. Só o São Paulo vai a Rio Preto sem nenhuma ambição; ele já não tem por que lutar. Última página.

Um novo aumento no preço da carne, hoje.

Página 7

Watergate: Nixon diz quando falará.

Página 3



Alfredo de Lugo do São Paulo cozinha o feijão. Página 7.

SALGADOS

SOLO DE CARNE

120 g de carne moída
1 lata de creme de leite
1/2 xícara de queijo provolone ralado
1 xícara de flocos de milho granulados Kellogg's
2 colheres (de sopa) de molho inglês
1 lata de passagem com calda algumas fatias de bacon.
Misture a carne com o creme de leite e queijo, os flocos granulados e o molho inglês.
Misture bem. Coloque a mistura de molho em uma forma de lata inglês untada. Cubra com fatias de passagem com calda escuras. Cubra com a mistura de carne restante.
Por cima coloque algumas fatias de bacon. Leve ao forno e deixe assar até que a carne esteja pronta. Informar sobre uma travessa e enfite com jamon de peixe em casa.

TORTINHAS DE CARNE

Amasse 250g de farinha com 120g de manteiga, 3 ovos e uma pitada de sal. Faça 20 tortinhas e reserve. Misture meio quilo de carne moída com uma colher (de sopa) de molho inglês, sal a gosto e água a gosto. Unte as tortas com a massa frita, adicionando uma pitada de sal. Coloque a carne e a salsa de leite. Recheie as tortinhas e aqueça com uma vagem de tomate. Assar em forno moderado de 15 a 20 minutos. Sirva imediatamente, untadas com salsa picadada. Variadas prepare a receita acima e assar sem aquecer. Em quatro dias, misture meia xícara de queijo ralado com meia xícara de mussanese e molho de tomate vermelho e untado. Distribua sobre as tortinhas já assadas e gratine mais cinco minutos, até 30 minutos.

STROGONOFF SANDUICHE

Corte um filão de pão francês pela metade, embolice em papel alumínio e leve ao forno durante 10 minutos. Frite meia xícara de cebolinha fina e cubra (sopa) de manteiga. Junte 600g de carne moída e com molho inglês e a carne frita durante. Coloque a gordura e adicione a carne uma xícara de creme de leite azedo, uma colher (chá) de leite, uma colher (chá) de molho inglês e meia colher (chá) de alho picado. Esquente sem deixar ferver. Salgue e apimente a vontade. Unte as metades de pão com manteiga, cubra com a carne temperada. Guarde com dois tomates e um pimentão em rodelas alternadas. Polvilhe com uma xícara de queijo ralado e gratine em forno moderado durante cinco minutos. Sirva imediatamente. (para oito pessoas).

O escritor argentino Jorge Luis Borges fala de sua vida, de sua cidade, dos livros que está escrevendo. Na página 13.

Mesmo indicando a presença da censura, os proprietários do *JT* estavam impedidos de participar dos debates na arena política e de transmitirem as informações que julgavam importantes para os seus leitores. Não se contestava a política econômica do governo, mas o início do ano foi sombrio:

“A mensagem de Ano Novo de S. Exa. é, na essência, um balanço econômico. Nada há nela que deixe entrever qualquer intenção de corrigir desvios, de retomar os ideais do projeto revolucionário do Movimento de março de 64, de rever uma estratégia de Poder que no terreno político é perigosamente imobilista. (...) Não negamos, globalmente, méritos à política econômico-financeira do regime”. No entanto, “a mensagem da S. Exa. é um balanço econômico. Nada mais. Dir-se-ia que a política não pode ter qualquer relação, próxima ou distante, com a felicidade de um povo. Política, obviamente, na acepção mais nobre da palavra, abrangendo diálogo amplo entre governantes e governados, vigência do instituto do *habeas corpus*, respeito pelos direitos e liberdades individuais, restabelecimento do Estado de Direito. Neste aspecto a Mensagem é omissa”.³¹²

Entre os anos de 1973 a 1975, o *JT* tornou-se mais crítico ao regime. A volta à democracia passou a ser o centro das atenções. Isto porque, além do governo forte e da imposição da censura, o “Milagre Econômico” começou a desgastar-se e o país foi atingido pela crise mundial do petróleo. Conforme Peter McDonough, a elite se vê no direito de ditar regras à massa submissa, mas irresponsável.³¹³ Durante algum tempo, ela pode ser compensada pela perda desse direito pelo direito de acumular capital. Parte da elite brasileira aceitou esta situação durante todo o período militar, mas outra parte, considerada por MacDonough, resoluta, corajosa e convicta, exigiu o fim da ditadura.³¹⁴ No entanto, o *JT* clamava pelo fim da ditadura, não por meio de uma mobilização social ou da controvérsia, mas sim enfatizando a união de todos, população e governo, para restaurar-se o Estado de Direito de forma pacífica e sem protestos. Neste cenário, a democracia deveria ser restabelecida dentro da ordem, a imprensa “responsável” representaria a voz da opinião pública e um acordo deveria ser estabelecido entre a elite civil do país e militares para que este processo não se transformasse num caos. Isto porque, para os liberais, os proprietários são os únicos capazes de depor e restituir governos. Neste sentido, o resto da população estava fadada a assistir calada ao processo de transição. Conforme o editorial:

³¹² *Jornal da Tarde*, 03/01/1973, p. 4.

³¹³ Peter McDonough. *Power and Ideology in Brazil*. Princeton-New Jersey, Princeton University Press, 1981, p. xx.

³¹⁴ *Idem*. p. 136.

“O restabelecimento do Estado de Direito, a restauração do *habeas corpus* e o respeito às liberdades civis e à dignidade da pessoa são algumas das reivindicações levantadas pelo manifesto divulgado ontem, após reunião realizada na seção carioca da OAB...” (Nas palavras de seu presidente, Sobral Pinto): “ ‘o nosso empenho – disse – não é o de restaurar um regime de anarquia, de caos ou desordem. Nada disso. *O nosso propósito é fazer vingar um regime em que o povo brasileiro possa manifestar, dentro da ordem e do respeito às autoridades, a sua vontade, sadia e nobre*’ ”.³¹⁵

O *JT* não simpatizava com as manifestações populares. Como exemplo, temos um fato que se situa fora do período desta pesquisa, mas que é bastante ilustrativo para demarcar a sua postura. Durante a grande mobilização nacional pelas eleições presidenciais diretas em 1984, já no final do período ditatorial, a maioria dos órgãos de imprensa, inclusive da grande imprensa, deu amplo destaque e apoio às reivindicações da população pelo fim da ditadura. O *JT* não acreditou no crescimento das manifestações, nem apoiou a campanha: “Houve um tempo... em que o jornal não deu crédito às Diretas-Já e perdeu leitores com isso porque a *Folha* deu e foi adiante e as Diretas-Já passaram, então o jornal teve que correr atrás, mas o jornal (*JT*), ele paga suas posições, mas defende elas até a morte, sempre foi o que aconteceu aqui”.³¹⁶

Aqui se levanta uma questão: A mídia seria responsável por oferecer aos seus leitores apenas o que eles estariam interessados em saber ou teria sua própria ideologia e a defenderia mesmo que isto acarretasse na perda de seus consumidores? Esta questão não é simples para se analisar. No contexto histórico ditatorial brasileiro, a indústria cultural ainda estava se consolidando e, talvez por isso, o *Jornal da Tarde* pudesse “remar contra a maré” e não dar o apoio às Diretas, mesmo perdendo leitores. Neste período, a decisão dos proprietários do jornal foi a de apoiar totalmente o processo de abertura controlado pelos militares e, com isso, tentar conquistar a adesão de seus leitores a este processo. Afinal, os jornais não são uma simples mercadoria e carregam consigo uma concepção ideológica. As suas reportagens têm o propósito de influenciar os seus leitores e, por isso, para os convictos liberais, o conflito deveria ser controlado. O debate deveria ficar restrito à “minorias pensantes” da sociedade, o que caracteriza claramente o seu conservadorismo. Desta maneira, numa sociedade sem censura, a imprensa voltaria a ter o seu papel de colaboradora e esclarecedora das políticas públicas governamentais:

³¹⁵ *Jornal da Tarde*, 06/01/1973, p. 4 (grifos meus).

³¹⁶ Entrevista de Moisés Rabinovici à autora em 18/06/2002.

“Inúmeros são os que ainda não entendem o verdadeiro papel da imprensa como órgão de comunicação de massa, bem assim como agente de colaboração com o próprio governo. Ignoram que deve haver uma simbiose, inclusive para que o público possa avaliar as realizações oficiais e julgar seus dirigentes, conforme se lhe afigura a imagem deles, projetada nas camadas populares. O grande mal está exatamente no isolamento forçado, que tem por fim impedir o diálogo, e, com ele, dificultar o esclarecimento das coletividades...”³¹⁷

Nesta mesma linha de pensamento, o *JT* enfatizou a capacidade da imprensa em manter a tranqüilidade social numa atitude de colaboração com o governo, tarefa prejudicada com a imposição da censura:

“A imprensa, assim como o homem, não pode ter “tarefas” oficialmente atribuídas nem pode exercer o seu papel enquanto os poderosos se postam diante dela de vara erguida na mão. Isso não corresponde a fazer a apologia da irresponsabilidade, porque a liberdade fora da lei traz inevitavelmente consigo a insegurança e a instabilidade. O que se pretende deixar claro é que, coagida por uma estrutura política demasiadamente rígida, a imprensa acaba perdendo, como a própria sociedade em que se insere, a noção do seu papel de agente motor do bem comum dos cidadãos”.³¹⁸

Como destacou Golbery do Couto e Silva em 1973, numa de suas frases coletadas pelo jornalista Elio Gaspari, “tirando-se a censura do *Estado de S. Paulo*, não vai emergir um jornal de esquerda nem hostil ao regime. Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu. Hoje, no lugar dos textos censurados, o *Estado* publica versos de Camões e os leitores pensam que lá havia uma importante denúncia. Nem sempre há”.³¹⁹ O mesmo valia para o *JT*, já que a postura ideológica da família Mesquita não se diferenciava nos editoriais de ambos os jornais. A censura era um mal que impedia a imprensa de cumprir o seu papel. Isto não queria dizer que ela se colocaria numa postura questionadora ou opositora ao governo. Ao contrário, a mídia seria o veículo pelo qual a população tomaria conhecimento das decisões governamentais. As críticas que porventura surgissem contra estas decisões, serviriam para a ajudar aos governantes tendo em vista o benefício do país. Além disso, os jornais reagiram à censura determinada pelo AI-5 porque:

“A imprensa faz questão de que seja seu, localizado nos dirigentes de cada publicação, o poder de liberar e de vetar. Qualquer intromissão aí une os competidores na reação. Mas ser

³¹⁷ *Jornal da Tarde*, 15/02/1973, p. 4.

³¹⁸ *Jornal da Tarde*, 18/01/1973, p. 4.

³¹⁹ Elio Gaspari. “O fabricante de nuvens”. In: Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda & Zuenir Ventura. *Cultura em Trânsito – da Repressão à Abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 326. Este artigo foi publicado inicialmente na revista *Veja* em 19/03/1980.

contra a censura não significa ser contra o sentido geral do AI-5, senão contra um dos seus muitos aspectos.

(...) Não seria possível ser contra o AI-5 sem ser contra o regime. E a imprensa, embora uma ou outra discordância eventual, mais do que aceitou o regime: foi uma arma essencial da ditadura.”³²⁰

Durante este período, o *JT* passou a criticar o grupo dentro do governo que defendia a continuidade da ditadura e dos instrumentos que impediam a liberdade de informação. O periódico publicou uma entrevista com o senador da ARENA, Filinto Muller, líder do governo no Senado, em que declarava a morte da democracia liberal. “Para ele (o senador), o governo brasileiro ainda deve manter os instrumentos de exceção em vigência para combater os grupos subversivos”.³²¹ O *JT* rebateu:

“Seu objetivo (de Filinto Muller) era evidente: fazer apologia do sistema do qual é hoje um dos porta-vozes mais qualificados e esmagar com o peso da sua argumentação as ideologias democráticas que vêm no homem e nas liberdades individuais valores supremos inseparáveis do progresso. (...) Não é tarefa fácil acompanhar os meandros tortuosos do pensamento do senhor Muller. Mas pode-se identificar em tudo o que diz e faz uma constante: uma teimosa fidelidade aos ideais totalitários, uma aversão permanente à liberdade e à democracia. O novo Muller, enfeitado pelas roupagens de presidente de um arremedo de partido político é, na essência, igual ao velho Muller, que se distinguiu, como chefe de polícia, sob a ditadura Vargas, como precursor de modernos métodos de tortura. (...) Ao confundir desejos e realidade, enterra o liberalismo no preciso momento em que as idéias neoliberais florescem em todos os Continentes...”³²²

No entanto, as desavenças individuais não impediam o apoio à política econômica do governo. O *JT* aprovou o diálogo estabelecido pelo ministro Delfim Netto com os proprietários:

“Pelo que se depreende do discurso do sr. Ministro da Fazenda, o governo federal está, verdadeiramente, disposto a muito oferecer e a muito renunciar em favor das classes produtoras. Em contrapartida, estas também muito precisarão oferecer e a muito deverão renunciar para alcançar-se o fim almejado de uma inflação expandindo-se, no máximo, a 12% e a uma economia crescendo a 10 ou 11% ao ano. Só com esse espírito de colaboração e também de renúncia, com um diálogo tranqüilo entre Estado e livre empresa será possível manter-se o atual clima de serenidade e desenvolvimento que hoje caracteriza o Brasil.

Está certo o governo federal conclamando a todos para a grande luta. Estão certos os empresários, aceitando o desafio, estão certos os lavradores, que representarão o suporte e a base de todo o êxito antiinflacionário. Importante é que persista o espírito que vimos presidir à reunião entre o ministro da Fazenda e as classes produtoras”.³²³

³²⁰ Jânio de Freitas, *Folha de S. Paulo*, 15/12/98, p. 5. Citado em Beatriz Kushnir. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, op. cit., p. 46.

³²¹ *Jornal da Tarde*, 06/01/1973, p. 4.

³²² *Jornal da Tarde*, 08/01/1973, p. 4.

³²³ *Jornal da Tarde*, 08/01/1973, p. 4.

Evidencia-se aqui como o *JT* concentra o processo de decisões políticas nas mãos da elite. Os trabalhadores apenas ajudariam no desenvolvimento social e deveriam apoiar o diálogo estabelecido entre governo e proprietários. A classe trabalhadora, portanto, ficaria de fora do processo de decisão, que envolvia também seus interesses. Ela não tinha o direito de opinar. Somente as “classes produtoras” seriam as responsáveis pelas negociações com os membros do governo.

A imprensa, no período militar, sofreu também um outro tipo de censura, a econômica. Esta ocorreu por meio do corte da propaganda oficial aos meios de comunicação e por meio da não liberação de verbas por parte do governo para as empresas que queriam importar novos maquinários ou modernizar suas instalações. O *Jornal da Tarde* criticou o então governador de São Paulo, Laudo Natel, por ter beneficiado parentes em sua administração e por estes terem participado de negócios ilícitos que lhes eram vantajosos. O governador também foi denunciado por irregularidades na corretagem dos contratos de seguros dos ferroviários da FEPASA. O jornal sofreu as conseqüências desta denúncia - o governador retirou a publicidade oficial:

“...decidiu o sr. Laudo Natel, talvez mal assessorado por quem não tem condições morais para assessorar um governador de São Paulo, aplicar-nos uma represália, cortando toda a publicidade do governo do Estado em nossos jornais. (...) O que este arremedo de voluntariedade do sr. Natel pode ter de inquietante é o fato de nos revelar até onde vai hoje o poder coercitivo e, portanto, corruptor, dos beneficiários do mando político. (...) Isto quanto ao ridículo da “punição” a nós imposta.

Quanto ao sentido ético da atitude do governador, este é bem mais grave, pois que revela antes de mais nada, até que ponto se vai arraigando em nossos governantes o sentimento de tranqüilidade bestífica que nasce da certeza da incontestabilidade do poder que, por sua vez, gera a pretensão à impunidade. (...) Nós temos certas responsabilidades que um homem com a formação política do sr. Natel não pode chegar a compreender. E a maior delas decorre do fato de termos sido um dos maiores responsáveis pela vitória da Revolução de 64 neste país, feita contra um regime do qual o atual governador de São Paulo era, sem dúvida, um dos mais expressivos protótipos”.³²⁴

³²⁴ *Jornal da Tarde*, 09/04/1973, p. 4.

Um caso muito criticado: a represália do governador.

Nas Assembleias de Minas Gerais e do Amazonas e nas Câmaras de João Pessoa e Campinas, críticas à medida do governador contra os jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde.

A solidariedade (e o protesto) de deputados e vereadores a O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, em consequência da determinação de governador Laudo Natel, proibindo a publicação de notícias dos órgãos estaduais nos dois jornais...

Minas Gerais — O voto de solidariedade ao Estado, requerido pelo deputado Tarcísio Delgado líder do MDB, não foi submetido à Assembleia Legislativa, na sessão de ontem...

Amazonas — O deputado José Carlos Dutra, presidente da Assembleia Legislativa, pediu o cancelamento da votação...

João Pessoa — O deputado Pedro Gustin, da Arena, condenou o adiantamento. Ele acha que os deputados devem se manifestar com maior liberdade...

Campinas — O deputado Marcos Tito, do MDB, reclamou de uma publicação de um discurso feito em novembro do ano passado...

João Pessoa — O deputado Tarcísio Delgado afirmou que a decisão dos dois jornais de publicar o editorial "rejuvenesce-nos na confiança e na crença de que ainda existem os que não têm preço, porque colocam mais o ideal e a consciência de independência e liberdade..."

João Pessoa — O deputado Sílio Costa, da Arena, que também condenou o adiantamento da votação, disse que votaria a favor e que agrá dessa maneira "sempre com qualquer órgão de imprensa deste país, por posições assumidas em defesa das liberdades democráticas e por poderem externar seu pensamento contra quem quer que seja..."

João Pessoa — O deputado João Farias, da Arena, também apoiou o jornal, dizendo que teria "restrições ao Estado pela atitude tomada com relação a Fiat em Minas". Mas considerou que "a liberdade de imprensa deve ter prioridade sobre todas as posições políticas votadas a favor do requerimento..."

Para o deputado Dalton Canabarro, do MDB, a medida do governador paulista "constitui pressão econômica sobre um matutino que e livre". O deputado Pinheiro Chagas, da Arena, considerou-a como um "ato de ceder a imprensa" e lamentou que a Assembleia adiesse ao pronunciamento, advertindo que não se deve adiar manifestações em favor da liberdade, "principalmente quando se trata de liberdade de imprensa..."

O assunto ocorreu na 44ª sessão da Assembleia mineira.

João Pessoa — O vereador Lívio Borges, da Arena, criticou a atitude do governador classificando-a como "uma afronta à liberdade de imprensa no país e, em particular, em São Paulo, pois, apesar de várias vezes ter sido condenado, há de ser considerado um órgão de imprensa que tem como responsabilidade maior o zelo pelos interesses da comunidade". Lembrando o caso do Jornal da Bahia, que também está sofrendo pressões do governo estadual, o vereador Lívio Borges disse ter certeza que "essa prática abusiva se estenderá a outros Estados..."

Amazonas — O deputado José Carlos Dutra, líder do MDB na Assembleia Legislativa, apresentou um voto em nome de solidariedade aos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde. Ele afirmou: "Não é a imprensa que faz a opinião, mas a opinião que faz a imprensa. Toda vez que o governo se arma de restritor como está é que menos conta aquela. Dissemos uma vez censura, por moderada que seja, e nós nos comprometemos a fechar a porta a todos os jornais, ou fazer de todos estes meros serventes do governo. Eliminada a imprensa, está decretada a estirpe, sequestrada a representação nacional, condenada a naufragar a uma alameda de calabouço..."

O deputado José Carlos Dutra condenou a medida do governador paulista e pediu a intervenção do presidente da República para impedir "a continuidade de uma represália injusta, garantindo, assim, a liberdade de expressão dos órgãos de divulgação do Brasil..."

Na Câmara Municipal de Manaus, o líder do MDB vereador Felto Lencina, considerou a atitude do governador paulista contra O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde "um perigo para a imprensa brasileira, pois poderá estender-se a outros Estados". O vereador requereu o envio de um telegrama de solidariedade ao Estado de S. Paulo e de um outro, dirigido ao governador Laudo Natel, protestando contra a medida. O requerimento foi aprovado.

Campinas — O vereador Adauto Ribeiro de Melo, do MDB, consignou um voto de protesto contra a represália do governador Laudo Natel. E justificou: "Não pode tomar uma atitude de vingança nem assumir uma posição revanchista contra jornais líderes da América Latina, que orgulham o Brasil, com sua linha de conduta lucida, corajosa e independente, defensor da lei que também caberia ao governador fazer cumprir..."

A decisão tomada por Laudo Natel, segundo o vereador Adauto Ribeiro, "diminui o governador o que confiamos". O vereador acha que o governador deveria abandonar questionáveis, vinganças, sem precedentes, e sua maneira incorreta de exercer o mandato.

O presidente da Câmara, vereador Antônio Rodrigues dos Santos Junior, afirmou que, "como amigo pessoal do governador", estranhou sua maneira de agir. "Sinceramente não esperava essa atitude de um homem que considero democrata..."

O vereador Antônio Rodrigues garantiu que conhecia bastante o governador para acreditar que a decisão de negar publicidade aos dois jornais não partiu apenas dele: "Ele deve ter sido pressionado..."

Os vereadores Paulo Piccolo Nacaratto da Arena e José Scollaro, do MDB, afirmaram que a determinação do governador foi motivada por "um voto de interesses econômicos". Os vereadores Alcindo Pereira da Silva (MDB), Lindemberg da Silva Pereira (Arena) e José Nassif Molnarzel (Arena) se manifestaram contrários à represália.

JORNAL

Em editorial publicado ontem, o Jornal Tribuna do Norte, de Natal, manifestou "restrito apoio" ao O Estado de S. Paulo e protesta contra a medida de Laudo Natel. O editorial compara a atitude do governador paulista com a do Rio Grande do Norte e lembra que Cortez Pereira tomou medida semelhante em relação à Tribuna do Norte, "dando assim uma demonstração de que está havendo 'o retrocesso à liberdade de pensamento e de opinião' no país..."

Segundo o editorial, O Estado de S. Paulo "está sendo obrigado ao seu sentimento cívico, que tem o dever de orientar para São Paulo e todo o país, tendo em vista as arbitrariedades do governador Laudo Natel", e exemplo de que aconteceu com o jornal de Natal no ano passado.

VASP

Em 23 de agosto de 1972

Em 23 de agosto de 1972: pedido de jornais.

Quantidade	Valor
100	100
200	200
300	300
400	400
500	500
600	600
700	700
800	800
900	900
1000	1000

Em 12 de abril de 1973: o cancelamento do pedido.

VASP

Em 12 de abril de 1973

Em 12 de abril de 1973: o cancelamento do pedido.

A VASP não quer ver estes jornais nos seus aviões

A partir de agora o Jornal da Tarde e O Estado de S. Paulo não serão mais distribuídos aos passageiros da Viação Aérea São Paulo S/A. A decisão é da própria VASP: em carta datada de 12 de abril, o chefe do Departamento de Relações Públicas e Propaganda da empresa solicita "tornar sem efeito" a correspondência do dia 23 de agosto de 1972, na qual a VASP fazia um pedido para entrega dos jornais.

NA ASSEMBLÉIA, CRÍTICAS E ELOGIOS AO GOVERNADOR.

Em sessão plenária do dia 12 de abril, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo discutiu a medida do governador Laudo Natel de proibir a distribuição de jornais em aviões da Viação Aérea São Paulo S/A. O governador defendeu a medida, alegando que se trata de uma decisão administrativa e não política. Críticas foram feitas por vários deputados, especialmente do MDB, que acusaram o governador de censura e de violação da liberdade de imprensa. O governador respondeu que a medida era necessária para garantir a segurança e a ordem nos aviões.

FEPASA: AS DENÚNCIAS DO DEPUTADO.

O caso da Fepasa voltou a ser debatido ontem na Assembleia. O deputado Ivahir de Freitas disse que a empresa infringiu dispositivos legais na contratação dos seguros de vida para seus funcionários.

Deputado Ademair de Barros... e de Administração Geral na FEPASA. De modo muito franco e direto, quero pedir que tenha um pouco mais de cuidado com as suas "denúncias". (...) E. Excia. tem tido um pouco de falhas nos seus pronunciamentos, que são algumas informações que não correspondem à realidade.

Deputado Ivahir de Freitas: Com documentos. Deputado Ademair de Barros: E quando V. Excia. traz um documento, eu mostro dias. Não digo que V. Excia. tenha sido leviano, mas sim muito mal assessoreado.

Deputado Ivahir de Freitas: Não foi nem acartaria essa pena. Eis a denúncia que Ivahir apresentou na sessão de ontem.

Houve uma infração a dispositivos legais e regulamentares, porque a Fepasa não tinha competência legal para extinguir consignações, em termos de seguro de vida, durante a vigência de um contrato.

Depois de Ademair de Barros ter lido o relatório da Fepasa, respondendo às críticas que vem sofrendo, Ivahir voltou a falar. E procurou tratar do aspecto legal dos contratos de seguro da Fepasa.

O problema de seguros sofreu metamorfoses com a modificação legislativa, alterando-os, constantemente, a sua legislação. Em 1972, no dia 16 de agosto, houve nova alteração. Nos termos o órgão federal que supervisiona o seguro privado, a SUSEP, E o que é o direito privado? E aquele conjunto de normas jurídicas que trata do relacionamento entre cidadãos. Então, a entidade pública não tem que se intrometer nas entidades de direito privado.

Q que Ivahir quis dizer foi isto: como os seguros são regulados pelo direito privado, o Estado não pode interferir no contrato entre a Vigia e os segurados. Então, a entidade pública não tem que se intrometer nas entidades de direito privado.

Q que Ivahir quis dizer foi isto: como os seguros são regulados pelo direito privado, o Estado não pode interferir no contrato entre a Vigia e os segurados. Então, a entidade pública não tem que se intrometer nas entidades de direito privado.

A discussão não chegou ao fim: não houve tempo para que o deputado Ivahir de Freitas respondesse às afirmações do líder do governador.

Antes do final da sessão de ontem, o deputado Ademair de Barros apresentou no plenário algumas explicações da direção da Fepasa sobre a nulificação dos seguros dos seus funcionários, com base em relatório assinado pelo diretor de pessoal da ferrovia.

O documento alega que a nulificação dos seguros foi determinada por motivos de ordem técnica e que a atribuição da respectiva contratação à Vigia resultou da colaboração que a empresa prestou ao trabalho.

Além disso, o relatório que após a nulificação dos seguros que hoje constam em Fepasa, evidenciou a nulificação da relação das consignações em folhas de pagamento, que se elevavam a 96 cópias, das quais 20 referentes a seguros de vida em residentes em grupo.

Recomendou, em sua conclusão, a Vigia para a Fepasa e se propôs a assessorar-lhe tecnicamente no trabalho, colaborando nos respectivos procedimentos. Segundo o relatório, a Fepasa conquistou a confiança da direção da ferrovia e foi considerada corretora oficial das apólices oficiais.

Ocupa o espaço inútil do seu carro com um console da UNIVERSAL

Em decorrência das denúncias contra Laudo Natel, a Viação Aérea São Paulo (VASP) fez um pedido de cancelamento da distribuição dos jornais *OESP* e *JT* aos passageiros de seus vôos.³²⁵

A empresa S. A. O Estado de S. Paulo foi atingida mais uma vez pela censura econômica pouco antes de comemorar o centenário do jornal *O Estado de S. Paulo*:

“No governo Médici ela decidiu construir uma nova sede e, na busca de financiamentos para a execução do projeto, foi bater às portas da Caixa Econômica Federal. Apesar do projeto ter sido aceito integralmente pela Caixa, o financiamento acabou não sendo liberado, anulando as promessas iniciais. ‘A única explicação para o fato: *O Estado* sofreu um veto político do governo. Mais uma consequência do seu comportamento editorial independente’ (*OESP*, Suplemento Especial, 04/01/1979). Diante da recusa, não restou à empresa outra alternativa senão a de buscar financiamentos no exterior. Tomou 10 milhões de dólares ao Banco de Boston e outros 12 milhões que foram aplicados na compra de máquinas e equipamentos. Com recursos próprios, ela investiu mais 19 milhões de dólares.”³²⁶

Desta maneira:

“Durante onze anos, o *Estado* e o *Jornal da Tarde* viveram em condições financeiras difíceis. A crise foi vencida de duas formas. A empresa abriu o capital da gráfica, emitiu ações e fez um apelo quase político a empresários: que ajudassem os jornais que historicamente defendiam a iniciativa privada. Quando Delfim Netto era ministro da Agricultura, no governo Figueiredo, Ruy Mesquita o encontrou numa festa de casamento. Delfim disse ao jornalista que se ele estivesse no lugar de Mário Henrique Simonsen, o ministro da Fazenda, promoveria uma maxidesvalorização da moeda nacional em relação ao dólar. Quando Delfim assumiu a Fazenda, o grupo Estado investiu no dólar e veio a maxidesvalorização. Com a venda das ações e a maxi, a empresa pôde saldar sua dívida com o Banco de Boston”.³²⁷

O empréstimo no exterior foi a forma encontrada pelos proprietários para manterem uma posição “imparcial” em relação ao governo. Neste sentido, o jornalista Fernando Portela afirmou que se a família Mesquita tivesse aderido ao regime, teria crescido empresarialmente de forma avassaladora, e inclusive teria recebido concessão de TV e rádio, o que não ocorreu devido à sua posição independente.³²⁸ No entanto, como vimos, Ruy Mesquita recebeu uma informação privilegiada de Delfim Netto e se beneficiou com isto. Neste período, já na presidência de Figueiredo, *OESP* e *JT* não recebiam mais censura

³²⁵ *Jornal da Tarde*, 14/04/1973, p. 4. O lado comercial da imprensa oferecia “ao regime muitas maneiras de pressionar: auditorias, suspensão de anúncios do governo, pressão sobre anunciantes e gráficas particulares e confisco. Todas elas podiam prejudicar gravemente a liberdade de imprensa sem ter de exibir publicamente a restrição legal dessa liberdade.” Anne-Marie Smith, op. cit., p. 83.

³²⁶ Paolo Marconi, op. cit., pp. 134-135.

³²⁷ Mário Sérgio Conti. *Notícias do Planalto – a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 617.

³²⁸ Entrevista à autora por telefone em 30/07/2002.

prévia e voltaram a ter uma maior proximidade com os integrantes do regime. Na relação sinuosa entre mídia e poder, perseguições e concessões são feitas em nome do equilíbrio na manutenção do poder. Muitas vezes, conflitos entre elites são mantidos fora do conhecimento da população e quando há uma divulgação pública, geralmente busca-se a troca do grupo que está no comando do governo.

Voltando ao período da censura, Arnaldo Pedroso d’Horta faz uma crítica ao cerceamento da atividade jornalística. Segundo ele, “há uma força limitativa que restringe o terreno da discussão e da informação”. Neste sentido, levantou uma questão sobre o trabalho do jornalista: “Para quem escrever – para o leitor ou para aquele que, lendo a matéria antes do leitor, vai decidir se ela chegará, ou não, até ele?” E respondeu: “O leitor e o jornalista necessitariam voltar a cursar, juntos, o primeiro ano do primário, para reaprender a ler e a escrever do modo a entre si se comunicarem, na apertada contingência em que se encontra a língua portuguesa do Brasil”.³²⁹

No entanto, a censura, condenada quando imposta aos jornais “responsáveis”, era aceitável em outros casos, principalmente quando qualquer manifestação questionasse os “valores nacionais”. Um exemplo disso pode ser encontrado na fala do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa sobre a censura à peça teatral “Pilato Sempre”, do italiano Giorgio Albertazzi. O jornalista mostrou preocupação de que o ator italiano voltasse ao seu país com uma imagem falsa do Brasil e iniciasse uma campanha contra o governo brasileiro:

“Informou-se, com efeito, que uma censora vetou a peça alegando que ela continha um texto bastante forte, algumas vezes até depreciativo da pessoa de Cristo, além de vários palavrões. Não é difícil ver, porém, que tais rumores foram espalhados por pessoas interessadas em caluniar a censura e é necessário que alguém tenha coragem de vir a campo em defesa *dessa benéfica instituição.*”

Lenildo Tabosa Pessoa afirmou que estes rumores eram falsos e que os órgãos censores, no Brasil, vinham “procurando promover um sadio erotismo” e que inclusive o Departamento de Polícia Federal havia enviado um pedido de registro da revista *Playboy* para o Ministério da Justiça, justificando que mesmo possuindo fotos e textos “fortes”, a revista possuía um grande número de leitores no Brasil:

³²⁹ Arnaldo Pedroso d’Horta. *Jornal da Tarde*, 26/03/1973, p. 4.

“Assim, se quiser observar os fatos com imparcialidade, em vez de fazer qualquer eventual campanha contra o Brasil, o ator italiano terá de reconhecer que, apesar de as esquerdas festivas viverem dizendo que não há no país qualquer resquício de democracia, os critérios morais e éticos com que o DPF examina as revistas são democráticos. Isso significa que os censores não se apegam a critérios morais estáticos... mas julgam a moralidade ou imoralidade de uma publicação levando em conta os interesses do povo, ou seja, o número de seus leitores. (...) Quanto à afirmação, também caluniosa, de que a existência de palavrões em Pilato Sempre contribuiu para a sua proibição, o ator deve ter suficiente bom senso para perceber que há, também aqui, uma justa defesa dos valores nacionais. Por que criar um protecionismo ou um favoritismo em benefício dos palavrões estrangeiros, quando nossos teatros estão em condições de oferecer versões nacionais que possam ser entendidas por todo o público? (...) Como se vê, o incidente com Pilato Sempre serviu de pretexto para que os inimigos do Brasil inventassem histórias sem fundamento”.³³⁰

Como podemos explicar a publicação de um artigo exaltando os benefícios dos órgãos censores num jornal cujos proprietários se consideravam defensores da liberdade de pensamento? Isto é possível porque os valores liberais considerados universais são, na verdade, concessionais. A censura tornava-se benéfica quando proibia vozes dissonantes ou críticas “depreciativas” ao governo. Por isso, os postulados políticos do liberalismo são apenas válidos quando a elite proprietária dita as regras sociais. Num contexto adverso, seus adeptos fazem concessões.

Durante a ditadura, a política econômica do governo nunca foi um problema. O *Jornal da Tarde* começou a criticar o regime somente quando o poder do Estado tornou-se muito concentrado, comprometendo o poder de influência dos proprietários das empresas privadas:

“Enquanto as diretrizes traçadas pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento nos encorajam, freqüentemente, a considerar o regime imposto ao País como identificado com os princípios básicos do liberalismo econômico, algumas iniciativas tomadas em outras áreas do governo representam uma flagrante violação de tudo quanto é essencial para a sobrevivência da iniciativa privada. (...) Como tivemos ocasião de acentuar por diversas vezes nestas colunas, não somos contrários, em termos absolutos, ao controle pelo Estado de certos setores ou empresas que, pelo seu gigantismo ou por seu relacionamento com a segurança nacional, exigem uma orientação emanada diretamente dos mais altos escalões do governo. É o preço que uma sociedade deve pagar, nos dias difíceis que a Humanidade atravessa, para que o seu desenvolvimento não acabe comprometido por circunstâncias que escapam ao seu controle. Entretanto, vai uma distância muito grande entre aceitar o domínio de empresas pelo Estado como exceção e transformá-lo em regra de governo”.³³¹

No entanto, mesmo neste período de agigantamento do Estado e recrudescimento da ditadura, o *JT* não deixou de acreditar nos regimes fortes como solução para o combate ao

³³⁰ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 13/07/1973, p. 4 (grifos meus).

³³¹ *Jornal da Tarde*, 24/08/1973, p. 4.

socialismo. Isto pode ser observado num editorial de apoio aos militares chilenos após o golpe no país que provocou a queda do presidente socialista Salvador Allende. O jornal também deixou um recado aos militares brasileiros de que a participação dos civis no governo não deveria ser esquecida:

“Fazemos votos para que os militares chilenos saibam combinar o rigor necessário com a inteligência indispensável para que não venham a perder, como aconteceu em outros lugares em situações muito semelhantes, o apoio dos verdadeiros democratas do mundo inteiro que rejeitam tanto os totalitarismos de esquerda como o que se pretendia implantar no Chile, como os totalitarismos de direita que pretendem se justificar pela necessidade de enfrentar aqueles”.³³²

Neste período de pouca influência da imprensa sobre as decisões políticas, Anne-Marie Smith chamou atenção para o fato de que a autonomia profissional dos jornalistas estava ameaçada, o que os levou a clamar pela liberdade de imprensa e volta ao Estado de Direito. “Muitos jornalistas apoiaram de fato a posição anticomunista, antiguerrilheira, pró-capitalista do regime militar em defesa da ordem existente. Mas eles também tinham interesse em sua própria autonomia profissional e institucional, afóra os compromissos com as normas legais e morais, o que os impedia de apoiar as restrições à imprensa.”³³³ Uma ressalva a esta consideração deve ser feita. A defesa da liberdade de imprensa, pelos proprietários do *JT*, não era irrestrita, como foi observado anteriormente. A autonomia profissional era importante quando a censura atingia a eles próprios, mas não enquanto defesa da profissão em si.

O *JT* iniciou o ano de 1974 com uma atitude pessimista e criticou a mensagem de Ano Novo dirigida à Nação pelo presidente Médici. O editorialista discordava do discurso do presidente por este possuir um tom triunfalista, tanto no aspecto econômico, quanto no aspecto político:

“A rósea visão política que S.Exa. tem do Brasil no limiar do ano 74 não é, entretanto, partilhada pela totalidade da Nação. (...) Não há democracia verdadeira sem a vigência plena do

³³² *Jornal da Tarde*, 13/09/1973, p. 4. O *JT* creditou a ocorrência do golpe às próprias falhas do governo de esquerda do presidente Salvador Allende: “A onipresente CIA mais uma vez aparecerá em cena e a queda de Allende será durante anos e anos explorada como uma maquinação do imperialismo norte-americano. Sob esse aspecto, os acontecimentos de ontem foram, sem nenhuma dúvida, muito úteis às esquerdas, que, não podendo provar com fatos a eficiência do sistema político e econômico que defendem, podem sempre explorar seu desaparecimento atribuindo a outros o que é o fruto natural de seu próprio malogro.” *Jornal da Tarde*, 12/09/1973, p. 4.

³³³ Op. cit., p. 11.

Estado de Direito, sem que o Judiciário possa funcionar com absoluta independência, sem que o instituto do *habeas corpus* seja aceito como conquista inalienável das sociedades civilizadas, sem que os partidos políticos sejam a expressão de correntes da opinião pública, sem que a liberdade de imprensa mereça o respeito dos poderes do Estado, sem um diálogo profundo e permanente entre governantes e governados. (...) Por todos os motivos, não podemos, assim, no momento que a Nação vive, participar do triunfalismo político do sr. Presidente da República. Como democratas e revolucionários, cumprimos um dever deixando bem claro que nosso conceito de democracia não coincide com o de S. Exa. E é por acreditarmos que o sr. General Médici estava com a razão em 1969, ao lembrar as aspirações de milhões de brasileiros a um Estado de Direito, é por termos confiança no destino democrático do Brasil que esperamos assistir durante o próximo governo a concretização dessas esperanças”.³³⁴

As esperanças existiam porque o general Golbery do Couto e Silva, principal assessor do sucessor de Médici, Ernesto Geisel, entrou em contato com jornalistas e prometeu que a censura iria acabar, o que provocou grande expectativa e apoio ao projeto político de abertura “lenta, segura e gradual” do futuro presidente. Segundo Celina Duarte, “ainda antes da posse, o general Golbery do Couto e Silva iniciou uma série de contatos com jornalistas importantes. Acabou formando um grupo de jornalistas, com grande influência nos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, que acreditou em seu projeto político”.³³⁵ Os proprietários do *JT* estavam entre eles e resolveram apoiar este projeto, o que os levou a negar-se a se unir numa ação judicial coletiva contra a censura prévia a partir do “argumento de que seus aliados no governo militar estavam prestes a assumir o poder e certamente levantariam a censura (o que de fato eles fizeram só algum tempo depois).”³³⁶

A conquista do apoio dos órgãos da grande imprensa mostrava-se importante para o sucesso do projeto de distensão de Geisel, pois esta seria uma grande aliada ao divulgar, para a população, as idéias governamentais. Julio de Mesquita Neto foi um dos proprietários de jornais que estabeleceram contato com o general Golbery. Conforme Elio Gaspari, o encontro deu-se em novembro de 1973 no apartamento de Augusto Trajano de Azevedo Antunes, “o dono das jazidas de ferro do Amapá e financiador do IPÊS”:

“A realização desse jantar à mesa de Antunes indicava o interesse de um setor tradicional da plutocracia por algum tipo de armistício entre o regime e o jornal. Não se tratava de uma gestão para acabar com a censura, mas de um entendimento para amenizar as hostilidades contra o *Estadão*. (...)”

³³⁴ *Jornal da Tarde*, 03/01/1974, p. 4.

³³⁵ Celina Rabello Duarte, op. cit., p. 191.

³³⁶ Anne-Marie Smith, op. cit., p. 43.

Golbery e Julio Neto conversaram até as primeiras horas da madrugada. Trataram do ministro Delfim Netto, da moralidade do Poder Judiciário, do delegado Fleury e do Esquadrão da Morte. O general passou suas mensagens: insinuava o fim da censura e pedia que se evitassem turbulências até a posse de Geisel.³³⁷

Além deste, outros encontros ocorreram. Uma prova disto pode ser evidenciada no editorial abaixo:

“Um dos mais altos assessores do chefe da Nação, em conversa reservada logo após a posse (de Geisel), nos expunha seus pontos de vista pessoais a respeito da vida nacional em geral e de suas perspectivas. Dizia ele que o Brasil sofrera, nos últimos dez anos, por força das circunstâncias históricas e de um jogo natural de pressões, uma certa ‘hipertrofia do econômico’. De um lado, a ânsia e a imperiosa necessidade de retirar o País do descabro econômico-financeiro a que fora levado e, de outro lado, certa má vontade e incompreensão iniciais a respeito do papel dos políticos na condução de nossos destinos, fez com que o governo voltasse todas as suas forças e praticamente todas as suas atenções para os aspectos econômicos da conjuntura. Enquanto isso – observava aquele informante – o desenvolvimento social e o desenvolvimento político se tinham atrofiado. Na sua opinião pessoal, mas não inteiramente desvinculada da opinião do próprio chefe da Nação – dados os laços que os unem – o desenvolvimento econômico *tout court* não poderá ter fôlego se não for acompanhado por um desenvolvimento social e político igualmente eficazes. (...) Se a revolução brasileira deseja, realmente, voltar ao culto dos princípios que a informaram – ela foi o fruto de um movimento cívico-militar cujo objetivo primordial era o de impedir a implantação de um regime totalitário no Brasil – então terá de abdicar da pretensão de criar modelos políticos artificiais aos quais se tentaria adaptar a realidade da política brasileira”.³³⁸

No entanto, mesmo apoiando o projeto de Geisel e Golbery, o *JT* e *OESP* só ficaram livres da censura quase um ano depois da posse do presidente. Além dos meios de comunicação, Golbery iniciou contato com diversos setores na sociedade que perderam sua influência no poder devido ao recrudescimento do regime.

Voltando ao governo Médici, o tom crítico do *JT* assumiu uma postura mais condescendente quando os órgãos de informação elaboraram um relatório denunciando a “infiltração comunista” no país. Lenildo Tabosa Pessoa comentou o documento divulgado pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura sob o título “Como eles agem” mostrando “a infiltração e atuação de comunistas nos corpos docentes e discentes de todos os níveis de nossas escolas, no cinema, no teatro, no mundo da música, na imprensa, no Movimento de Educação de Base, no Mobral, no Projeto Minerva e em outros afins e no clero...” Segundo o autor:

³³⁷ Elio Gaspari. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 244.

³³⁸ *Jornal da Tarde*, 03/01/1975, p. 4.

“Muito tardiamente, os responsáveis pelo Ministério dão razão aos que há muito denunciam pela imprensa a orientação marxista das aulas de História de procedência oficial, divulgadas para todo o país por órgãos oficiais, ou as tentativas de solapamento das bases da família e da juventude por meio da desenfreada pornografia e dos constantes atentados à moral perpetrados por certas revistas e pela televisão, mas não anunciam qualquer propósito de adoção das providências adequadas”.³³⁹

O jornalista estava de acordo com a visão militar da sociedade brasileira. A “ameaça” comunista justificava a repressão. E até mesmo a censura deveria ser aplicada aos meios de comunicação que atentassem algo contra a moral, conceito que dava margem a várias interpretações, podendo se encaixar nele tudo o que os militares consideravam contrário ao regime e à segurança do país. Neste sentido, os “interesses nacionais” eram colocados acima de qualquer coisa. Este apelo governamental foi assumido pela grande imprensa, responsável por transmitir a idéia de que a ameaça à ditadura representava uma ameaça ao bom desenvolvimento do país. Por isso, muitas vezes, os jornais deixaram de criticar as violações dos direitos humanos aderindo à necessidade do combate à “subversão” como forma de manutenção da ordem na sociedade.

Esta ordem social, tema tão caro aos liberais, seria garantida pelo governo. Só que, neste momento, o governo deveria garanti-la baseado em leis. O modelo ideal de ordem num regime democrático era o americano e este deveria ser seguido pelo Brasil. Em 1972, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, membro do partido Republicano, foi reeleito. Nestas eleições, no entanto, deu-se um caso de espionagem política em que alguns antigos integrantes da CIA e do FBI, colaboradores de Nixon na campanha eleitoral, instalaram câmeras e microfones na sede do partido Democrata, o edifício Watergate. O presidente Nixon foi acusado de estar envolvido no caso e isto levou à sua renúncia em agosto de 1974. O *JT*, que apoiava Nixon, criticou o jornal *The New York Times* por divulgar a conteúdo das fitas gravadas na sede do Partido Democrata:

“Agora mesmo, no momento exato em que o presidente Nixon iniciava, em companhia do secretário de Estado Henry Kissinger, sua viagem ao Oriente, o *New York Times*, que tanto tem contribuído para destruir a imagem do presidente, pela maneira como vem abordando o caso Watergate, achou oportuno envolver também Kissinger em um escândalo, acusando-o de responsabilidade no caso da interceptação de conversas telefônicas de jornalistas e de membros do governo. O escândalo teria ocorrido em 1969, de modo que não tinha sequer o caráter de surpreendente novidade. Se sua divulgação valesse realmente a pena, não custaria esperar para fazê-la depois da viagem de Nixon e Kissinger. Ao que parece, contudo, o influente jornal

³³⁹ Lenildo Tabosa Pessoa. *Jornal da Tarde*, 06/02/1974, p. 4.

novaiorquino tem o prazer masoquista de atormentar a consciência norte-americana justamente nos momentos em que deveria procurar contribuir para sua tranquilidade”.³⁴⁰

No entanto, apoiou a maneira pela qual o caso estava sendo conduzido:

“O drama do presidente norte-americano mostra, em outras palavras, que, em um país verdadeiramente democrático, o presidente não é um deus recolhido ao seu Olimpo, onde não possa atingi-lo o julgamento dos mortais comuns. É, pelo contrário, um funcionário que é pago para governar e ao qual a nação pode pedir contas se achar que não está correspondendo à confiança que nele depositou. Esta desmistificação... do presidente é, sem dúvida, um dos pontos mais positivos e um dos maiores méritos do regime democrático e seu significado é tanto maior quando tendem a se multiplicar, nas mais diferentes latitudes geográficas, ‘homens providenciais’ que se julgam infalíveis e não se dignam de conceder a seus súditos a possibilidade de por em discussão seus atos”.³⁴¹

O recado estava dado. O *JT* criticou o fortalecimento do Executivo e a não influência dos civis na política brasileira, utilizando o exemplo americano. A noção de que o presidente tinha que dar voz à “população” voltou a ser importante, sendo o modelo da democracia americana o ideal a ser adotado por todos os países:

“É um entranhado zelo pela liberdade, é o próprio espírito da Declaração dos Direitos do Homem que ampara e sustenta a justiça norte-americana. A submissão do Executivo ao espírito democrático que ilumina a história dos Estados Unidos é única e modelar, em nossos dias. Ela se inspira numa antiga tradição, num respeito arraigado em valores humanos, na crença milenar – embora às vezes minoritária – de que a corrupção, esse velho parasita do poder, deve ser erradicada e destruída. E, o que é essencial, *o zelo com a liberdade deve partir do alto, dos quadros dirigentes de uma nação*. Esse é mais um exemplo que o mundo fica devendo aos Estados Unidos”.³⁴²

Nesse quadro, Geraldo Pinto Rodrigues escreveu sobre o 10º aniversário da “Revolução de 64”, afirmando que ela foi necessária para evitar os “desmandos do governo janguista”: “Consertou-se a tempo o País, mas é bom que não se esqueçam estas premissas cívicas: que as soluções políticas, quando não são também soluções jurídicas, tendem a deteriorar-se, a minar o Império da Lei, a relaxar o comportamento da sociedade e, o que é mais grave, a servir, ao longo da História, de exemplo e funesta inspiração para as mais desregradas iniciativas. Pior, e mais deletério do que uma nação sem leis é uma nação de

³⁴⁰ *Jornal da Tarde*, 17/06/74, p. 4

³⁴¹ *Jornal da Tarde*, 08/04/1974, p. 4.

³⁴² *Jornal da Tarde*, 04/05/1973, p. 4 (grifos meus).

leis ilegais”.³⁴³ Aqui percebemos como a legitimidade do regime foi colocada em xeque. Aqueles que antes apoiaram o golpe passaram a se mostrar céticos em relação ao destino do país. O período temporário de exceção ultrapassou os limites desejáveis e o *JT* voltou a clamar pela liberdade:

“Porque a liberdade sempre foi uma vocação brasileira. Não a liberdade ‘sem controle’... mas a liberdade com responsabilidade e respeito pelos direitos do homem.

O produto nacional bruto é, sem dúvida, um dado importante na avaliação do desenvolvimento de um país. Mas é o grau de liberdade que concedem ao povo desse país, o modo como ele frui essa liberdade e, principalmente, o grau de controle a que a lei submete os que governam que dão a medida da estatura e da importância desse país. *A supressão da liberdade só é justificada pela existência de perigo interno e externo quando não há confiança – ou, em outras palavras, quando não se acredita nas virtudes do povo brasileiro*, provadas em todas as épocas de sua história. A luta contra a tirania nazi-fascista não enfraqueceu nossa disposição de opor resistência à tirania comunista, e disso, *nós, povo brasileiro*, temos dado provas. Essa disposição resulta de uma fé inabalável na democracia”.³⁴⁴

A imprensa livre é tida como um dos pilares da democracia e, segundo Anne Marie Smith, “idealmente, considerada estar desempenhando um importante papel cívico ao proporcionar informações, debates e comentários. No exercício desse papel, a imprensa se vê a si mesma e é vista (pelo menos retoricamente) como um fator essencial para a cidadania responsável e a participação democrática.”³⁴⁵ Neste sentido, a censura prejudicava a sua função enquanto um foro de debates e a volta ao Estado de Direito tornou-se essencial. No entanto, o fim da ditadura não significava a negação da importância do golpe em 1964. Ao contrário, o governo militar, ao cumprir a função pela qual fora invocado, ou seja, garantir o poder das “classes produtoras” e controlar os protestos sociais, estava com sua missão cumprida. A volta à democracia representava a volta da imprensa enquanto uma importante auxiliar na manutenção da hegemonia da elite no poder. De acordo com Sérgio Caparelli, “no que importa de fato, a ideologia dos proprietários dos jornais tradicionais é muito parecida ou idêntica aos valores, interesses e comportamentos dos grupos econômicos dominantes. A verdade é que tanto uns quanto outros pertencem à mesma classe dominante que usa a imprensa e a publicidade para reproduzir as condições de sua situação hegemônica.”³⁴⁶ Na realidade, então, a imprensa não é a representante de

³⁴³ Geraldo Pinto Rodrigues. *Jornal da Tarde*, 17/04/1974, p. 4.

³⁴⁴ *Jornal da Tarde*, 10/05/1974, p. 4 (grifos meus).

³⁴⁵ Anne Marie Smith, op. cit., p. 20.

³⁴⁶ Sérgio Caparelli. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986, p. 64.

diferentes pontos de vista dos indivíduos na sociedade, principalmente em contraposição ao ponto de vista do Estado, como defende o pensamento liberal tradicional.

Jünger Habermas defendeu que a imprensa é uma das principais instituições da esfera pública. Na esfera pública, temos um espaço entre o Estado e a sociedade, onde os cidadãos discutem problemas de interesse geral e adquirem informações. Idealmente seria o local em que os indivíduos discutiriam a maneira pela qual a sociedade deveria se desenvolver e, com isso, influenciariam as políticas governamentais. Neste processo, a mídia se responsabilizaria por promover o debate e transformar opiniões individuais em um corpo comum na forma de opinião pública. No entanto, ainda segundo Habermas, o poder concentra-se não somente no Estado, mas também nas esferas econômicas da sociedade. Assim, com o desenvolvimento do capitalismo e a concentração cada vez maior do capital, a imprensa, enquanto uma propriedade privada, tornou-se um foro de representação desigual. Isto porque, na esfera pública, os meios de comunicação servem para que o público se comunique, formando uma opinião pública. Neste cenário, o acesso a estes meios passou a ser real apenas aos indivíduos com poder econômico e os interesses da população como um todo deixaram de ser representados. Por meio da representação de interesses particulares, a imprensa colocava em risco a própria democracia. Portanto, como analisou Daniel Hallin, mesmo em um regime democrático, ela seria um instrumento de poder e lucro ao invés de um meio de diálogo. E isto provocaria o declínio da esfera pública, ou seja, a defesa de interesses privados destruiria seu caráter público.³⁴⁷ O jornalista Mino Carta confirmou esta visão: “A imprensa, no Brasil, é sempre parte do poder, é o próprio poder, mesmo quando está na oposição. Uma eventual divergência com o governante de plantão não abala este pilar do *establishment*. A contribuição da imprensa para a manutenção do *status quo* tem sido magnífica – em certas circunstâncias, vital.”³⁴⁸

Tendo em mente a declaração de Mino Carta, não é de se estranhar que advogar a volta à democracia não significava condenar todos os aspectos da ditadura. A visão oficial em relação ao combate à oposição permaneceu nos editoriais do *JT* durante todo o período militar. Mesmo sob censura, o periódico, vítima do regime que ajudou a estabelecer, não

³⁴⁷ Ver Jürgen Habermas. *Mudança Estrutural da Esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. E também Daniel Hallin. *We Keep America on Top of the World – television journalism and the public sphere*. London and New York: Routledge, 1994.

³⁴⁸ Depoimento de Mino Carta a Carlos Eduardo Lins da Silva. In: Carlos Eduardo Lins da Silva. *Mil dias: os bastidores da revolução de um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988, pp. 213-214.

condenou o governo nos casos de tortura e mais uma vez a relacionou aos “escalões inferiores” policiais:

“Não se pode passar sem um registro especial a decisão tomada pelo secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, tendo determinado a prisão de cinco estudantes, segundo as autoridades, apanhados em flagrante quando ‘preparavam material para panfletagem subversiva’, comunicar o fato, de acordo com a lei ao juiz auditor competente, e ordenar a divulgação da notícia do ocorrido...”

Dentro da anormalidade política em que vivemos, regras existem que estabelecem, para os casos de desvios que ameaçam a segurança nacional, um procedimento ‘normal’. A comunicação ao magistrado, por exemplo, é de uma importância básica para que certos abusos sejam eliminados, notadamente aqueles perpetrados por elementos dos escalões inferiores, desprovidos de noções de responsabilidades e, às vezes, até de sentimentos. (...) No comunicado oficial sobre a prisão dos jovens universitários, podemos entrever uma mudança que retrata uma fase que caminha para a normalidade, que deve ter com a primeira manifestação o restabelecimento do Estado de Direito em que o Brasil sempre viveu, com prevaletimento irrestrito da lei”.³⁴⁹

Conforme Frei Betto:

“Os jornais, sob censura, davam raras notícias, quase sempre truncadas, falseadas, fornecidas diretamente pelos órgãos de segurança, interessados em atribuir a tiroteios nas ruas a morte de militantes e simpatizantes nas salas de tortura. Apesar de estar nu, o rei decretara que todos apreciassem suas vestes. O *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* (do qual vinte e cinco anos depois me tornei colaborador) atenuavam sua cumplicidade com a mentira oficial publicando, nos espaços censurados, receitas de bolo ou poemas de Camões. Os acólitos do regime adaptavam-se, substituíam o noticiário cortado, antecipavam-se à tesoura do censor, exercendo sem escrúpulos um aprendizado que faria escola no jornalismo brasileiro: a autocensura. A insólita lição ensinava que o bom profissional deve alienar-se de suas idéias e convicções para escrever como o patrão escreveria e editar como o governo editaria”.³⁵⁰

O ataque à censura não significava que não se praticava a autocensura. Antes e depois da censura prévia, o *JT* e *OESP* acatavam as ordens do governo sobre os assuntos que não deveriam ser publicados. Segundo Ricardo Kotsho, que trabalhou em *OESP* neste período,

“Depois que a censura prévia acabou, contudo, havia uma censura interna, uma lista explícita de pessoas proibidas, uma lista negra de indivíduos que não podiam aparecer no jornal. Entre eles, dom Helder e o cardeal Arns. (...) Durante a censura havia grande solidariedade em *OESP*. Estávamos enfrentando um inimigo comum. Durante a censura os donos não se preocupavam muito com o que nós escrevíamos, pois eles sabiam que os censores cortariam. Depois, quando a censura foi suspensa, veio a grande crise e o controle.”³⁵¹

³⁴⁹ *Jornal da Tarde*, 24/06/1974, p. 4.

³⁵⁰ Frei Betto. *Batismo de Sangue – a luta clandestina contra a ditadura militar (Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito)*. 12ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 99.

³⁵¹ Citado em Anne Marie Smith, op. cit., p. 235 (nota de rodapé).

O controle dos jornalistas era um aspecto que expressava a prioridade da ideologia dos proprietários do *JT* e *OESP*. Um outro aspecto envolvia o controle da oposição, principalmente armada, ao regime. As medidas repressivas justificavam-se em nome da manutenção da ordem. Conforme Geraldo Pinto Rodrigues:

“O estado de sítio é remédio constitucional, previsto nas Cartas democráticas, para fazer face a casos de a) guerra e b) comoção interna (intestinal) grave ou ameaça de sua irrupção. Em geral com prazo máximo de duração fixado na Lei Magna, sua decretação deve ser, via de regra, referendada pelo Congresso...

A Argentina está sob o estado de sítio... decretado pela presidente Maria Estela Martinez de Perón e abrangendo todo o território nacional como medida extrema legal destinada a suprimir o terrorismo no país... (...)

Do que se pode duvidar, porém, é se o heróico remédio constitucional do sítio será capaz de fazer o que outras leis têm sido até agora incapazes de conseguir, ou seja, evitar os atentados à vida e à propriedade e toda sorte de baderna pública. (...)

Infelizmente, contra a subversão ‘institucionalizada’, para quem a lei da selva e a total barbárie são a suprema lei, só o direito da força, exercido com o máximo de poder coator, tem sido capaz de conter a sanha assassina dos terroristas. Aliás, no momento em que estamos escrevendo este artigo, apenas 24 horas após a decretação do estado de sítio no país vizinho, está a imprensa noticiando o fuzilamento, pelos terroristas, de mais um oficial do Exército argentino. E então? De que vale poder invadir o domicílio dos facínoras, se eles não existem ou são completamente desconhecidos? De que vale poder livremente prendê-los, se não chegam a ser localizados? De que vale apreender-lhes as armas, quando encontradas, se estas são sempre e facilmente renovadas?

Enfim, é triste concluir-se que, contra a violência organizada, só outra ação violenta poderá detê-la. A ordem democrática e constitucional aceita e respeita a oposição, não pode e não deve, contudo, aceitar e respeitar os que são contestadores dessa ordem, os que desejam subvertê-la pelos atos mais ignominiosos, como os que se vêm praticando a cada dia na Argentina, a dano do país inteiro, de suas instituições, de seu povo. Com o sítio ou sem o sítio, a guerra vai ali continuar, até que as Forças Armadas, mais uma vez, interrompam o processo político argentino e decidam, como puderem, aniquilar os extremistas. Mas que dessa vez, pelo menos, haja o bom senso de não repetirem erros do passado e conduzirem o país para firmes e retos caminhos de normalidade e progressiva institucionalização de sua vida nacional”.³⁵²

Depois de controlar a “violência organizada”, as Forças Armadas, segundo a matéria assinada acima, deveriam levar o país para os “caminhos de normalidade” democráticos. E isto se aplicava ao Brasil. O governo ditatorial ultrapassou o seu papel inicial de apenas “arrumar a casa” e assumiu o controle total das decisões políticas. O descontentamento das elites civis com esta situação, de acordo com o *JT*, foi refletido nas eleições para a Câmara em 1974. O editorialista comentou a vitória do partido de “oposição oficial”, o MDB, nas eleições de 15 de novembro. Depois de elogiar a política econômica do governo e associar a crise do país à crise mundial, ele disse que as “camadas mais conscientes e responsáveis do sistema econômico votaram contra o governo”. E afirmou

³⁵² Geraldo Pinto Rodrigues. *Jornal da Tarde*, 12/11/1974, p. 4.

que estas camadas estavam repudiando o processo de decisões econômicas muito mais do que o mérito dessas decisões. Segundo o editorial:

“As inovações no sistema de decisões, elogiáveis por terem menor dose de personalismo, são todavia menos permeáveis às sugestões e reclamos dos agentes do sistema econômico, isto é, das classes produtoras. Inclusive muitos dos tropeços da conjuntura econômica poderiam ter sido evitados ou terem seus efeitos reduzidos se os agentes econômicos fossem ouvidos antecipadamente com a devida atenção, ou se os instrumentos de comunicação entre governo e as classes produtoras em geral fossem mais eficientes. As classes produtoras estão na verdade ressentidas e até certo ponto chocadas com o paulatino distanciamento das ante-salas e gabinetes decisórios. Se o governo não as ouve, ou as ouve mal, ou as ouve erradamente, na hora de tomar decisões que as afetam, é apenas natural que elas também não ouçam o governo na hora de um opção que o afeta: a do voto livre”.³⁵³

As “classes produtoras” estavam fora do poder político. Para o jornal, este foi um dos principais motivos da derrota do governo nas urnas. O problema não era o regime em si, mas a forma pela qual os militares estavam conduzindo a política, ou seja, sem a participação da elite proprietária. Segundo Hallin, quando o governo passa a receber uma forte oposição, principalmente vinda do Congresso, dá-se um confronto entre membros da elite. Neste cenário, o governo perde o controle, pelo menos parcialmente, das notícias na mídia. Assim, o comportamento da imprensa é bastante influenciado pelo consenso entre a elite política. Quando há um forte consenso em relação à políticas governamentais, a mídia exerce um papel passivo e reforça a visão oficial nas publicações. Já quando as elites estão divididas, a imprensa torna-se mais ativa, mais diversa ao apresentar diferentes pontos de vista e mais difícil de manobrar.³⁵⁴

No entanto, neste quadro de quebra do consenso, a imprensa estava calada pela censura. Ruy Mesquita, em entrevista ao vespertino de Vitória-ES, *O Diário*, afirmou: “Sinto-me constrangido e envergonhado com o cerceamento da informação no país. A função do jornal não é apenas informar, ele tem, também, o direito de formar o leitor”.³⁵⁵ As tarefas de informar e formar o leitor estavam comprometidas pela censura. Neste momento, os jornais da família Mesquita perderam o que consideravam a sua primordial função, ou seja, a formação da opinião pública. Enquanto adeptos do liberalismo, os proprietários do *JT* julgavam esta situação condenável e não concordavam com a

³⁵³ *Jornal da Tarde*, 26/11/1974, p. 4.

³⁵⁴ Daniel Hallin, op. cit., p. 11 e p. 71.

³⁵⁵ *Jornal da Tarde*, 10/01/1975, p. 2.

aprovação de políticas governamentais decididas sem a opinião das “classes produtoras” e sem o “debate” com o seu público leitor.

Além de críticos da censura, os jornais da empresa S. A. O Estado de S. Paulo foram importantes enquanto empregadores de jornalistas considerados de esquerda. A família Mesquita possuía esta convicção devido à experiência de Julio de Mesquita Filho, que se opôs à ditadura Vargas e exilou-se. Por isso, gostavam de ajudar jornalistas perseguidos por governantes. No entanto, estes jornalistas conheciam a ideologia de seus empregadores. Nesse sentido, o *JT* comentou a matéria feita pelo jornal *New York Times* sobre o centenário de *OESP*, citando a entrevista concedida por Ruy Mesquita ao jornalista Marvin Howe. Segundo Mesquita “90 por cento do novo pessoal de *O Estado* são esquerdistas, pelo menos segundo sua definição, mas eles conhecem os limites”.³⁵⁶

No início de 1975, o jornal *O Estado de S. Paulo* completou 100 anos. Em matéria assinada, Ruy Mesquita afirmou:

(O jornal manteve-se) “fiel como ninguém aos preceitos básicos do liberalismo político, que têm a virtude única, no plano da permanente política, de se adaptarem perfeitamente às modificações sociais e econômicas, por mais profundas que sejam, exatamente porque são, fundamentalmente, preceitos de ordem ética, intransigente como quem mais o seja na defesa da floração política da filosofia liberal, que é o regime democrático, essencialmente baseado no primado da lei igualmente válida para governantes e governados, jamais *O Estado de S. Paulo* cogitou de pautar a sua opinião pela das maiorias ocasionais, mesmo porque nunca se esqueceu de que se o respeito à opinião da maioria é um critério democrático para a constituição de governos efêmeros, jamais foi um critério de avaliação de sabedoria e, principalmente, nunca se esqueceu de que o que caracteriza realmente as sociedades abertas e democráticas não é tanto o prevailecimento da vontade das maiorias quanto o respeito sagrado aos direitos das minorias”.

E ainda:

“Aprendemos de nossos maiores que as sociedades humanas se dividem em dois grupos: o dos que são credores da sociedade, formado pela imensa maioria dos desprivilegiados, e dos que são devedores da sociedade, constituído pela insignificante minoria dos que são privilegiados. Na luta diária do jornalismo, três gerações de diretores deste jornal vêm pagando sua dívida”.

Mesquita afirmou que o jornal estava vivendo um período de pujança econômica e que ela “surgiu somente há alguns anos, como reflexo do progresso e da prosperidade de São Paulo e do Brasil e como demonstração da vitalidade de uma empresa que nunca foi tão jovem como no dia em que completa cem anos de vida”. E concluiu dizendo que *OESP* estaria sempre “disposto a enfrentar qualquer tipo de poder que se disponha a desviar o

³⁵⁶ *Jornal da Tarde*, 26/12/1974, p. 2.

Brasil dos rumos que lhe foram traçados pela sua própria condição de um dos mais auspiciosos frutos da cultura e da civilização ocidentais”.³⁵⁷

Aproveitando o centenário de *OESP*, o presidente Ernesto Geisel suspendeu a censura prévia a ambos os jornais da família Mesquita. Estes publicaram editorial comemorando a volta do espaço editorial principal que expressava a opinião do jornal e que havia sido suprimido no dia 15 de dezembro de 1968 devido à censura. Em seu lugar colocou-se a seção S. P. Pergunta, que publicava carta de leitores com dúvidas e críticas sobre a cidade de São Paulo. Sob o título “A luta que nos resta e que vamos continuar”, o *JT* celebrou o fim da censura e a volta da liberdade de imprensa, mas afirmou que sua luta iria continuar em direção à liberdade de direito. O editorialista afirmou que a seção S. P. Pergunta e a publicação de receitas culinárias foi a maneira encontrada pelos jornalistas para mostrarem aos leitores que estavam sob censura e não podiam dizer o que pensavam sobre a situação política brasileira. “De iniciativa própria, jamais teríamos privado o leitor de nossa opinião. Mas se esta estava ferida em sua própria essência – a liberdade –, quanto pudéssemos dizer vinha contaminada na origem. (...) Nosso silêncio e ausência foram de denúncia e caracterização da censura”.³⁵⁸

O fim da censura prévia não significou o fim das restrições governamentais. Muitos assuntos ainda continuavam proibidos de serem noticiados e outros órgãos de imprensa continuavam sob censura prévia. Os grandes jornais continuaram a não criticar o regime veementemente, com medo de uma desestabilização da sociedade. Mesmo desejando o fim da ditadura, confiavam nos governantes para a preservação da ordem. As suas atitudes deveriam ser “racionais” para ajudar a guiar as ações do governo rumo à abertura política.

³⁵⁷ Ruy Mesquita. *Jornal da Tarde*, 04/01/1975, p. 4.

³⁵⁸ *Jornal da Tarde*, 20/01/1975, p. 4.



jornal da tarde

Cr\$ 1,50

Sábado, 4 de janeiro de 1975. Número 2.770. Ano 10.

O ESTADO DE S. PAULO



LUTA NA FRONTEIRA DO LÍBANO

Os canhões atiraram, os tanques de Israel cruzaram a fronteira e Síria pôs suas tropas em alerta. Página 6.

MAIS DINHEIRO PARA O METRÔ

Colasuoono em Brasília: encontro com quatro ministros e mais cem milhões de dólares para o metrô. Pág. 2.

100 ANOS



O Estado de S. Paulo inicia hoje a comemoração de seus 100 anos de fundação e 95 de vida independente, com a missa em ação de graças nas suas novas instalações da avenida marginal do Tietê. No caderno especial, que estamos publicando, a história desses anos de luta pela liberdade.



Ministro Marc'Antonio Soares (ao fundo) levou flores de Yehuda Gali e Yehuda Gali com seu filho. Página 6.



Mão na Violência: a foto é da imprensa como em 1968 e 1973. Página 6.

Anotações Finais

Durante o período em que recebeu censura prévia, o *Jornal da Tarde* tornou-se mais crítico em relação ao regime. Os seus proprietários viram-se acudados pela ditadura que ajudaram a implantar. A partir disso, a volta ao Estado de Direito converteu-se num assunto constante em seus editoriais. No entanto, algumas considerações devem ser feitas quanto ao apoio do jornal ao restabelecimento da democracia. Como demonstrou Antonio Gramsci, em um cenário liberal-democrático, a imprensa possui um importante papel. Gramsci fez esta constatação porque queria entender a natureza do poder num sistema político liberal-democrático e, desta maneira, explicar a estabilidade das sociedades capitalistas. Segundo ele, nestas sociedades, o poder político depende relativamente pouco, exceto em tempos de crises extremas, do aparato coercitivo do Estado. Na verdade, a força da estabilidade capitalista está num sistema de valores sociais que dão legitimidade à distribuição de poder existente e que são aceitos pelo “senso comum”. Esta visão de mundo é propagada pelo Estado. E o seu principal colaborador, nesta tarefa, é o sistema cultural, essencial para o poder político, pois este sistema concentra-se, em grande parte, em instituições privadas e autônomas como a família, a Igreja, os partidos políticos e, principalmente, a imprensa.³⁵⁹ É desta maneira que o Estado mantém sua hegemonia.

No entanto, segundo Daniel Hallin, o conceito de hegemonia não deve ser utilizado para analisar a “função” política da mídia, no sentido de apontá-la como a responsável por manter a ideologia política dominante. Para Hallin, não podemos supor a priori que instituições ideológicas irão cumprir sua “função” em benefício da manutenção da hegemonia. Na verdade, este conceito serve para explicar o próprio processo de produção cultural. Assim, a mídia deve ser estudada enquanto algo independente do controle político direto, mas sujeita ao processo hegemônico. A ideologia dominante molda a produção de notícias e é desta maneira que os meios de comunicação funcionam como agentes de dominação.³⁶⁰

Os proprietários do *JT*, quando defendiam a volta da democracia, clamavam por este cenário de produção cultural. No retorno à sociedade liberal-democrática, a imprensa,

³⁵⁹ Esta análise encontra-se em Daniel Hallin, op. cit., p. 59.

³⁶⁰ Idem. p. 59.

“independente”, voltaria a participar e a ajudar na preservação dos grupos hegemônicos no poder. Neste esquema, os proprietários dos meios de comunicação fazem parte destes grupos ou, pelo menos, exercem grande influência neles.

A partir desta análise de Gramsci, podemos entender por que o *JT* defendia a suspensão da censura apenas aos jornais considerados responsáveis. Para a imprensa alternativa e para a televisão, a liberdade de expressão não era importante, pois estes meios, na visão dos proprietários do *JT*, representavam algo de contestação. No caso da imprensa alternativa, esta representava uma crítica bastante forte e radical ao regime. E, no caso da TV, esta representava, nesta época, uma ameaça aos próprios jornais. Para a família Mesquita, a volta dos jornais “responsáveis” ao cenário das decisões governamentais seria um meio de restaurar o equilíbrio político. E, assim, colaborar para a hegemonia de uma estrutura de poder na qual eles também fizessem parte.

No período final desta pesquisa, o *JT*, sob censura prévia, exigia o fim da ditadura. No entanto, deu pleno apoio ao projeto de distensão dos militares. No processo de abertura, preservar a ordem social significava que o poder deveria ser redistribuído somente entre as elites. O periódico tinha aversão a protestos e conflitos, principalmente, com a participação das classes populares. Mesmo na oposição, o *JT* mostrou-se conservador. Desta maneira, em seu estudo, tivemos um importante exemplo que nos ajudou a analisar o papel da imprensa na sociedade e suas relações com o poder.

A partir disso, constatamos que a visão ideal dos meios de comunicação enquanto foros de debate e de mobilização da opinião pública para reivindicar os seus interesses junto ao Estado, tendo em vista o bem da população em geral, dificilmente ocorre. A imprensa procura muito mais ouvir o círculo daqueles que estão no poder e atribui ao grande público um papel passivo na produção de informações e, também, nos debates políticos. Assim, os interesses da mídia e do poder seriam bastantes próximos e estariam num patamar comum. Muito mais do que os interesses da sociedade como um todo, como por exemplo, uma distribuição de renda justa, acesso aos bens de consumo e, também, acesso ao poder e às decisões políticas, a imprensa representa a vontade de grupos no poder ou querendo conquistá-lo. Isto fere a visão, idealizada pelo liberalismo, de que os meios de comunicação defendem o bem público frente ao Estado. Neste sentido, numa sociedade liberal-democrática, a imprensa ajuda na transmissão da ideologia burguesa para os

cidadãos. E sua função como um foro de debates que representa diferentes vozes na sociedade fica prejudicada. Desta maneira, a mídia exerce importante papel enquanto transmissora de uma visão de mundo que favorece aos setores da elite que representa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção liberal possui alguns pressupostos básicos que seriam essenciais numa sociedade democrática. Entre eles, podemos destacar a instituição de leis, liberdade de expressão e pensamento, tolerância religiosa, etc. Mas uma real democracia caminha para a igualdade dos cidadãos em relação ao acesso aos bens de consumo. Além disso, o poder de decisão (não só por meio do voto, mas também por meio das ocupações dos postos de poder) tende a estender-se para a população como um todo e não somente aos grupos da elite proprietária.

A classe trabalhadora, principalmente a partir do século XIX, passou a reivindicar uma distribuição de renda mais justa, uma maior participação política e também uma efetiva participação no poder. No entanto, para que haja uma equalização social, é necessário que se mexa nas concentrações de renda e propriedade. Portanto, os liberais são favoráveis à democracia até o momento em que os proprietários permaneçam coordenando e ditando as normas de conduta dos cidadãos. Esta estrutura social não deve ser modificada. Quando seus interesses estão ameaçados e quando há uma maior reivindicação da população em termos de maiores benefícios sociais, a democracia também fica ameaçada, pois os princípios políticos do liberalismo não são respeitados quando o assunto é o controle do conflito.

Os protestos das massas populares fizeram com que os autores liberais repensassem algumas questões. A extensão do voto a toda população, um meio formalmente permitido de participação política, segundo Jünger Habermas, fez com que as classes mais pobres aumentassem sua influência na política. Além disso, com as manifestações sociais, o Estado passou a intervir na esfera privada para repelir os conflitos políticos surgidos a partir dos antagonismos econômicos. Esta intervenção foi necessária pois a manutenção do equilíbrio social não podia mais ser assegurada através do mercado-livre.

A estabilidade social é necessária para que a ordem burguesa funcione. E a imprensa é uma das instituições que estimula o equilíbrio e a preservação da segurança na sociedade. No entanto, também ocorrem conflitos entre os meios de comunicação e o governo. No tortuoso caminho de relações entre mídia e poder, a postura dos jornais da grande imprensa molda-se de acordo com os interesses dos grupos que representam. Neste sentido, questionamos, neste trabalho, o ideal liberal de que a imprensa é um espaço de

debates tendo em vista o bem público. Na verdade, como apontou Anne Marie Smith, a imprensa é um instrumento do Estado, mas também é parceira de alianças contra ele. No primeiro caso, o Estado envolve-se com a imprensa como forma de influenciar ou controlar a sociedade por meio da censura econômica, da censura direta, recusa de liberar informações, rigorosas leis de imprensa, perseguição ou bajulação, criação de departamentos de propaganda, suborno de editorialistas e disseminação de notícias enganosas. Já no segundo caso, a imprensa, ao defender seus interesses empresariais, alia-se à burguesia nacional da qual faz parte ou à empresas internacionais que estão entre os seus anunciantes e, às vezes, faz oposição à políticas econômicas do Estado em questões específicas. Nos dois casos, o tão aclamado bem-comum é prejudicado.

Neste quadro, o processo de acumulação de capital, que é a essência do sistema capitalista, influencia as instituições políticas e culturais da sociedade. E os jornais são empresas privadas com fins lucrativos. Enquanto empresas, ao mesmo tempo em que procuram influenciar seus leitores, também tentam agradá-los, modernizando o produto que lhes é oferecido com o objetivo de aumento nas vendas. Justamente por ser uma empresa privada, a imprensa faz apologia da sociedade capitalista, o que é de se esperar, mas a maneira como tenta influenciar e formar a opinião pública é bastante particular. Enquanto uma das principais instituições da esfera pública, age de forma a representar apenas interesses específicos e não se propõe a um debate englobando diferentes pontos de vista. A partir da defesa da opinião dos grupos que representa, a imprensa procura direcionar as políticas públicas do Estado. De maneira geral, os órgãos da grande imprensa tentam barrar a ascensão política da oposição, identificada com os indivíduos considerados de esquerda. É desta maneira que mantêm a sua proximidade com os governantes. Além de muitas de suas fontes de informações partirem do próprio governo. Se, por um lado, temos acesso a muitas das ações governamentais, por outro, as informações que a mídia nos fornece está influenciada pela visão dos membros do governo.

Quando a família Mesquita apoiou o golpe de 64, tinha em vista a volta desta proximidade com o governo, que julgava ameaçada pela influência das manifestações populares. Após o golpe, a presidência de Castello Branco foi considerada muito branda pelos proprietários do *JT* e o fechamento total do regime seria necessário para se expurgar

todos os “elementos indesejáveis” da sociedade. Neste sentido, a ditadura sempre foi vista enquanto um período temporário. Ela deveria ser suspensa após ter obtido sucesso em relação ao controle da oposição (influenciada por idéias comunistas) e da corrupção nos próprios quadros do governo. Com o controle de ambos, não haveria mais a necessidade de políticas repressivas, nem mesmo de um poder Executivo fortemente centralizado. Quando a família Mesquita julgou que os militares já haviam cumprido o seu papel, passaram a desejar a volta da democracia. A partir do governo Médici, os grupos da elite vêm acabar a sua capacidade de influência nas decisões políticas. E também perderam sua autonomia, como, por exemplo, organizar partidos ou pressionar o governo por meio do Congresso.

Neste cenário, grande parte da elite, concentrada nos proprietários dos jornais da grande imprensa, exigiu o fim da ditadura, mas com o processo de abertura política controlado pelos militares. Uma das razões para se apoiar o controle dos militares era econômica, ou seja, não desejavam sofrer perseguições ou terem suas edições apreendidas devido a críticas ao governo. Por isso, os órgãos de imprensa não são livres. De acordo com Robert Entman, a visão ideal da imprensa, enquanto responsável pela educação cívica ou enquanto guardiã da democracia, não existe. Isto porque, os jornalistas participam de um sistema de notícias interdependentes. Para minimizar os custos e gerar lucro, o caminho mais fácil para satisfazer as massas com informações é confiar nas elites políticas. Outra razão para se confiar nas fontes oficiais é porque os proprietários dos meios de comunicação dividem a mesma posição de classe social com os membros do governo. Entman afirma que as pessoas utilizam a mídia para julgar os governantes e, por isso, acredita na influência dela na formação da opinião pública. Daí a importância do estudo dos órgãos de imprensa, ou seja, tentar desvendar e desmistificar a imagem de que eles são a garantia para a existência de uma sociedade realmente democrática.

A partir da pesquisa no *Jornal da Tarde*, procuramos demonstrar estas duas faces deste produto cultural. Primeiro, enquanto uma instituição que visa lucro e, segundo, enquanto um órgão que, ideologicamente, é responsável pela defesa da ordem burguesa e, neste sentido, não é neutro. A esfera pública tornou-se um lugar, então, onde apenas os interesses particulares, daqueles que detêm o capital, estão representados. A defesa do interesse geral e do bem público, ideais presentes nos discursos dos proprietários dos meios de comunicação, são apenas parte da ideologia que é transmitida nos editoriais e matérias

dos jornais. Os órgãos de imprensa advogam a defesa do bem público porque passam a impressão de que suas idéias são as idéias de todos os cidadãos e de que a sua visão da maneira de organização social é a mesma da população em geral.

Por isso, devemos relativizar o discurso dos proprietários do *Jornal da Tarde* quando afirmam que se opuseram à ditadura depois da decretação do AI-5. O jornal tornou-se mais combativo, mas não questionava o regime em si. Muitas medidas do governo, não só econômicas, mas também políticas, receberam apoio do *JT*. A redemocratização foi reivindicada porque o governo militar centralizou o poder e deixou pouco espaço para as manobras civis. Além disso, a censura também prejudicava a possibilidade de seus proprietários tornarem pública a agenda política governamental e, assim, tentar direcioná-la de acordo com os interesses das “classes produtoras”.

Os proprietários do *JT* sempre defenderam o sistema capitalista e as idéias liberais. No entanto, esta defesa mostrou-se prioritária frente à manutenção da democracia. Desta maneira, eles constituem um importante exemplo para analisarmos o papel da imprensa numa sociedade democrática. Na verdade, para os defensores do liberalismo, a democracia possui limites que não podem ser ultrapassados. As tensões sociais devem ser controladas para que não ameace a concentração de poder dos proprietários. E a igualdade deve ser apenas formal. Por isso, a grande imprensa é importante enquanto uma instituição que aprova e transmite para a população este modo de vida. O conflito com o governo ocorre apenas quando ocorrem rivalidades entre as próprias elites. Neste cenário, a proximidade entre mídia e poder é bastante grande, inclusive porque a imprensa busca fontes de informações nos membros do próprio governo. O público, em geral, possui um papel passivo no processo de produção de notícias. Dificilmente se discute, por exemplo, as grandes concentrações de renda ou os lucros exorbitantes de empresas ou bancos. Alguns debates podem visar o bem da população, mas, geralmente, os interesses da elite também estão envolvidos. Portanto, os meios de comunicação não simbolizam os locais para se discutir os problemas e necessidades da população e, a partir disso, promover a influência nas políticas governamentais. Esta influência nas decisões do Estado é reivindicada pela imprensa, mas, apenas, para defender os interesses dos grupos que representam.

No estudo do *Jornal da Tarde*, constatamos como as relações entre o jornal e o poder moldavam o discurso publicado em seus editoriais e matérias assinadas. Mesmo na

oposição, o *JT* manteve contato com membros do governo na tentativa de influenciar nas decisões políticas a favor das “classes produtoras”. É interessante notarmos como este discurso foi apresentado em nome de todos os cidadãos, da opinião pública na sociedade civil. O jornal julgava-se porta-voz dos indivíduos em questões fundamentais que decidiriam os rumos do país e que promoveriam o seu desenvolvimento. Desta maneira, os proprietários do *JT* consideravam-se “esclarecidos”. E davam voz muito mais aos setores sociais ligados ao empresariado e, a partir de sua visão de mundo, tentavam decidir o futuro da nação.

Neste sentido, questionamos o papel da imprensa enquanto um foro de debates que engloba diferentes pontos de vista na discussão dos interesses de toda a população. O apoio do *Jornal da Tarde* à ditadura militar mostrou como o intuito da imprensa é buscar a adesão de seus leitores para legitimar a ordem que defendem. Neste cenário, as tensões sociais não entravam no esquema de vida proposto pela ideologia liberal burguesa. Os conflitos deveriam ser controlados pelo Estado em nome da preservação da propriedade. Esta questão une os setores dominantes da sociedade. Assim, a linha que separa liberais e conservadores é bastante tênue, eles diferem em questões específicas, mas não em relação à manutenção da ordem burguesa.

Além de um órgão transmissor de uma ideologia, o *JT* também participou do processo de modernização da imprensa brasileira e foi um dos seus principais exemplos. Suas inovações técnicas e gráficas influenciaram outros jornais e revistas. O *JT* destacou-se por publicar reportagens bem elaboradas. Como enfocava as novidades da produção cultural daquela época, o jornal conseguiu o seu objetivo de atingir um público jovem diferente daquele que lia *O Estado de S. Paulo*. Muitos estudantes compravam o *JT* porque, justamente na sua parte dedicada à cultura, os jornalistas possuíam uma liberdade maior para se falar de autores de esquerda. Neste período, tratar de temas polêmicos já era considerado uma contestação à ditadura.

No entanto, esta “brecha” em relação às reportagens sobre as atividades culturais tornava-se mais difícil quando o assunto era política. A opinião da família Mesquita era mais restrita, mais fechada quando a conversa dava-se em relação às questões governamentais. Aí, a visão dos donos do *JT* prevalecia. A crítica ao regime apenas tornou-se mais severa quando foram atingidos pela censura. Ainda assim, não deixaram de apoiar

várias medidas políticas e também econômicas do governo. O *JT* defendeu a volta da democracia sob o controle dos militares, num ambiente de cordialidade e sem caos. Isto queria dizer que, no processo de abertura, deveria se prevalecer um equilíbrio a partir da redistribuição do poder entre as elites.

A partir disso, destacamos o caráter conservador do *JT*, mesmo quando clamava por mudanças. O jornal buscava uma postura conciliadora com o regime. A família Mesquita julgava que, no final do governo Médici, os militares haviam cumprido o seu papel: a luta armada estava derrotada e o país voltara a crescer. Os civis já podiam renunciar ao controle dos militares. Neste cenário almejado de restabelecimento do Estado de Direito, os “jornais responsáveis” voltariam a desempenhar sua função, ou seja, esclarecer e também direcionar as políticas públicas do governo. Enquanto um foro desigual de representação, a imprensa participa do jogo do poder defendendo a opinião dos setores sociais que representa. Os meios de comunicação, enquanto representantes de diferentes vozes na sociedade frente ao Estado, papel que contribuiria para a existência de uma verdadeira democracia, na realidade, priorizam os interesses comerciais e a proximidade com os governantes. Representar a opinião pública ainda é um ideal a vir a ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. “A indústria cultural”. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Imprensa em Transição - o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2ª ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (orgs.). *Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência (O Estado de S. Paulo e Movimento)*. São Paulo: EDUSC, 1999.

ARANTES, Paulo Eduardo (org.). “Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. “Stuart Mill: liberdade e representação.” In: WEFFORT, Francisco (org.). *Os Clássicos da Política (Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx) – 2º volume*. São Paulo: Ática, 1989.

BARRETO, Vicente. “Primórdios do liberalismo”. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Unidade I e II. Brasília: Editora UNB, 1982.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo – ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victória e MOISÉS, José Álvaro. O “Estadão” e o golpe de 64. In: *Revista Lua Nova*. São Paulo: Brasiliense, vol. 1, nº 2, julho-setembro de 1984.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue – a luta clandestina contra a ditadura militar (Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito)*. 12ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BICUDO, Hélio. *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- CAPELATO, Maria H. e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria H. *Os arautos do liberalismo - imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- “O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 12(23/24), 1991-92.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto – a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- D’ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DARTON, Robert. *O Beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan e SALOMÃO, Nelma (orgs.). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil. Militares, Igreja e Sociedade*. São Paulo: Editora 34, vol.1, 2000.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e democracia no Brasil (1930-45)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DUARTE, Celina Rabello. “Imprensa e Redemocratização no Brasil”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 2, 1983.
- DULLES, John. *Carlos Lacerda, Brazilian crusader*. Austin: University of Texas Press, 1996.
- ENTMAN, Robert. *Democracy without citizens – media and the decay of American Politics*. New York: Oxford University Press, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERREIRA, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

----- *O Fim do Poder Civil*. São Paulo: Ed. Convívio, 1966.

FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Francisco C. P. da. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (revista Visão e jornal O Estado de S. Paulo)*. Campinas. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1990.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

----- *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

----- *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa B. e VENTURA, Zuenir. *Cultura em Trânsito – da Repressão à Abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, Jünger. *Mudança Estrutural da Esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLIN, Daniel. *We Keep America on Top of the World – Television Journalism and the Public Sphere*. London and New York: Routledge, 1994.

HIRSHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLLANDA, Heloísa B. e GONÇALVES, Marcos Gonçalves. “Política e literatura: a ficção da realidade brasileira”. In: *Anos 70 – Literatura*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora Ltda, 1979-80.

IANNI, Octavio. “O Estado e a Organização da Cultura.” In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1:216-241, julho de 1978.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Campinas. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2001.

KUSHNIR, Beatriz (org.) *Perfis Cruzados – trajetórias e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, Tomo III – Sociedade e Instituições (1889-1930), 2º vol., 1977.

LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo – ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, vol. XVIII, 1973.

MCDONOUGH, Peter. *Power and Ideology in Brazil*. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 1981.

MACPHERSON, C. B. “Locke on Capitalist Appropriation”. In: *Western Political Quarterly*, vol. 4, nº 4, December, 1951.

----- “The Social Bearing of Locke’s Political Theory”. In : *Western Political Quarterly*, 7(1):1-22, March, 1954.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia – jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.

MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991.

----- *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. “O liberalismo revisitado: os limites da democracia.” In: *Textos Didáticos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 35, fev/1999.

MOREIRA, Roberto S. C. “A revista *Realidade* e o processo cultural brasileiro dos anos 60”. In: Maurice Mouillaud e Sérgio D. Porto (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ORTIZ, Renato. “A Escola de Frankfurt e a questão da cultura”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, nº1, vol. 1, junho de 1986.

----- *A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARENTI, Michael. *Inventing Reality – The Politics of the Mass Media*. New York: St. Martin’s Press, 1986.

QUIRINO, Celina N. Galvão. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade – uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

REVISTA *Imprensa*. Ano XI, nº127, abril de 1998.

REVISTA *Visão*. “Nossos jornais e suas empresas”, pp. 36-48, 9 de agosto de 1976.

RIBEIRO, Jorge C. Ribeiro. *Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense e Olho D’água, 1994.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993.

RÜDIGER, Francisco. “Indústria cultural e ideologia moderna: pressupostos da discussão sobre o receptor ativo na Escola de Frankfurt”. In: *Reunião Anual INTERCOM (mimeo)*, 1997.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos nas Sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado – o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. “A censura durante o regime autoritário.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, vol. 4, nº 10, pp. 21-43, junho de 1989.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

VIANNA, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35 – sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TASCHNER, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

----- *Folhas ao Vento - análise de um conglomerado no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-USP, 1969.

WEFFORT, Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ENTREVISTAS

Mino Carta – 26/11/1999

Benedito Ferri de Barros – 23/03/2002

Carlos Brickmann – 16/04/2002

Moisés Rabinovici – 18/06/2002

Fernando Portela – 30/07/2002